

PEDRO JOSÉ DE BARROS

**O CURSO TÉCNICO EM ESTRADAS: DAS ORIGENS À  
IMPLEMENTAÇÃO NA ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE MATO  
GROSSO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação na Linha de Pesquisa: Estado, Políticas e História da Educação, sob a orientação do Prof.<sup>a</sup> Dra. Miriam Fábria Alves.

Goiânia

2018

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR  
VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES  
NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico:     Dissertação     Tese

2. Identificação da Tese ou Dissertação: **DISSERTAÇÃO**

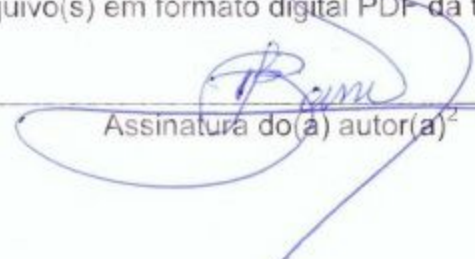
Nome completo do autor: PEDRO JOSÉ DE BARROS

Título do trabalho: : **“O CURSO TÉCNICO EM ESTRADAS: DAS ORIGENS À IMPLEMENTAÇÃO NA ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE MATO GROSSO”**

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento  SIM     NÃO<sup>1</sup>

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.

  
Assinatura do(a) autor(a)<sup>2</sup>

Ciente e de acordo:



Assinatura do(a) orientador(a)<sup>2</sup>

Data: 10 / 04 / 2018

<sup>1</sup> Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

<sup>2</sup> A assinatura deve ser escaneada.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - MESTRADO

PEDRO JOSÉ DE BARROS

**O CURSO TÉCNICO EM ESTRADAS: DAS ORIGENS À  
IMPLEMENTAÇÃO NA ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE MATO  
GROSSO**

Goiânia

2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

BARROS, PEDRO JOSE DE  
O CURSO TÉCNICO EM ESTRADAS: DAS ORIGENS À  
IMPLEMENTAÇÃO NA ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE MATO  
GROSSO [manuscrito] / PEDRO JOSE DE BARROS. - 2018.  
CLXXXV, 185 f.: il.

Orientador: Profa. Dra. Miriam Fábila Alves.  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás,  
Faculdade de Educação (FE), Programa de Pós-Graduação em Educação,  
Goiânia, 2018.

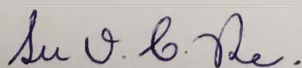
Bibliografia. Anexos.

Inclui siglas, mapas, fotografias, abreviaturas, lista de figuras.

1. História da educação profissional. . 2. Curso Técnico em Estradas.  
. 3. Escola Industrial de Cuiabá,. 4. Escola Técnica Federal de Mato  
Grosso. I. Alves, Miriam Fábila, orient. II. Título.

CDU 37(09)

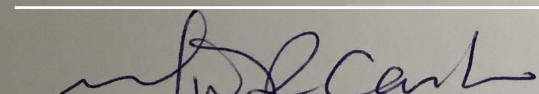
**ATA DA REUNIÃO DA BANCA EXAMINADORA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE PEDRO JOSÉ DE BARROS** – Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito (22/02/2018), às 14h, reuniram-se os componentes da Banca Examinadora: **Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sandra Valéria Limonta Rosa**, doutora em Educação pela UFG; **Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Nádia Cuiabano Kunze**, doutora em Educação pela USP, **Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mad'Anna Desireé Ribeiro de Castro**, doutora em Educação pela UFG e **Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Margarida Machado**, doutora em **Educação: História, Política e Sociedade** pela PUC-SP para, sob a presidência da primeira e em sessão pública realizada nas dependências da Faculdade de Educação, procederem à avaliação da defesa da dissertação intitulada: **“O CURSO TÉCNICO EM ESTRADAS: DAS ORIGENS À IMPLEMENTAÇÃO NA ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE MATO GROSSO”** em nível de Mestrado, área de concentração em Educação, de autoria de **Pedro José de Barros**, discente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás. A sessão foi aberta pela presidente da Banca Examinadora, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sandra Valéria Limonta Rosa que fez a apresentação formal dos membros da Banca. A palavra, a seguir, foi concedida ao autor da dissertação que, em 20 minutos, procedeu à apresentação de seu trabalho. Terminada a apresentação, cada membro da Banca arguiu o examinando, tendo-se adotado o sistema de diálogo sequencial. Terminada a fase de arguição, procedeu-se à avaliação da defesa. Tendo-se em vista o que consta na Resolução nº 1537/2017 do Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura (CEPEC), que regulamenta o Programa de Pós-Graduação em Educação e procedidas às correções recomendadas, a dissertação foi **APROVADA** por unanimidade, considerando-se integralmente cumprido este requisito para fins de obtenção do título de **MESTRE EM EDUCAÇÃO**, pela Universidade Federal de Goiás. A conclusão do curso dar-se-á quando da entrega da versão definitiva da dissertação na secretaria do Programa. Cumpridas as formalidades de pauta, às 18h a presidência da mesa encerrou esta sessão de defesa de dissertação e, para constar, eu, Adenilde de Oliveira Souza, Secretária do Programa de Pós-Graduação em Educação, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelos membros da Banca Examinadora em três vias de igual teor.



Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sandra Valéria Limonta Rosa  
Presidente – PPGE/FE/UFG



Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Nádia Cuiabano Kunze  
Membro – IFMT



Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mad'Anna Desireé Ribeiro de Castro  
Membro – IF Goiás



Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Margarida Machado  
Membro – PPGE/FE/UFG



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - MESTRADO

PEDRO JOSÉ DE BARROS

**O CURSO TÉCNICO EM ESTRADAS: DAS ORIGENS À  
IMPLEMENTAÇÃO NA ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE MATO  
GROSSO**

Goiânia

2018

PEDRO JOSÉ DE BARROS

**O CURSO TÉCNICO EM ESTRADAS: DAS ORIGENS À  
IMPLEMENTAÇÃO NA ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE MATO  
GROSSO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação na Linha de Pesquisa: Estado, Políticas e História da Educação, sob a orientação do Prof.<sup>a</sup> Dra. Miriam Fábria Alves.

Goiânia

2018

PEDRO JOSÉ DE BARROS

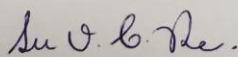
**O CURSO TÉCNICO EM ESTRADAS: DAS ORIGENS À  
IMPLEMENTAÇÃO NA ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE MATO  
GROSSO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação na Linha de Pesquisa: Estado, Políticas e História da Educação, sob a orientação do Prof.<sup>a</sup> Dra. Miriam Fábria Alves.

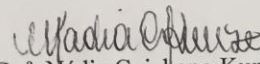
Goiânia

2018

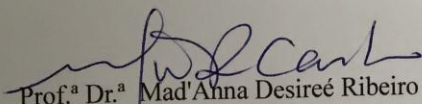
**ATA DA REUNIÃO DA BANCA EXAMINADORA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE PEDRO JOSÉ DE BARROS** – Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito (22/02/2018), às 14h, reuniram-se os componentes da Banca Examinadora: **Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sandra Valéria Limonta Rosa**, doutora em Educação pela UFV; **Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Nádia Cuiabano Kunze**, doutora em Educação pela USP, **Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mad'Anna Desireé Ribeiro de Castro**, doutora em Educação pela UFV e **Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Margarida Machado**, doutora em Educação: **História, Política e Sociedade** pela PUC-SP para, sob a presidência da primeira e em sessão pública realizada nas dependências da Faculdade de Educação, procederem à avaliação da defesa da dissertação intitulada: **“O CURSO TÉCNICO EM ESTRADAS: DAS ORIGENS À IMPLEMENTAÇÃO NA ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE MATO GROSSO”** em nível de Mestrado, área de concentração em Educação, de autoria de **Pedro José de Barros**, discente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás. A sessão foi aberta pela presidente da Banca Examinadora, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sandra Valéria Limonta Rosa que fez a apresentação formal dos membros da Banca. A palavra, a seguir, foi concedida ao autor da dissertação que, em 20 minutos, procedeu à apresentação de seu trabalho. Terminada a apresentação, cada membro da Banca arguiu o examinando, tendo-se adotado o sistema de diálogo sequencial. Terminada a fase de arguição, procedeu-se à avaliação da defesa. Tendo-se em vista o que consta na Resolução n° 1537/2017 do Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura (CEPEC), que regulamenta o Programa de Pós-Graduação em Educação e procedidas às correções recomendadas, a dissertação foi **APROVADA** por unanimidade, considerando-se integralmente cumprido este requisito para fins de obtenção do título de **MESTRE EM EDUCAÇÃO**, pela Universidade Federal de Goiás. A conclusão do curso dar-se-á quando da entrega da versão definitiva da dissertação na secretaria do Programa. Cumpridas as formalidades de pauta, às 18h a presidência da mesa encerrou esta sessão de defesa de dissertação e, para constar, eu, Adenilde de Oliveira Souza, Secretária do Programa de Pós-Graduação em Educação, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelos membros da Banca Examinadora em três vias de igual teor.



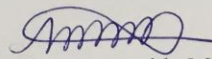
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sandra Valéria Limonta Rosa  
Presidente – PPGE/FE/UFV



Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Nádia Cuiabano Kunze  
Membro – IFMT



Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mad'Anna Desireé Ribeiro de Castro  
Membro – IF Goiás



Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Margarida Machado  
Membro – PPGE/FE/UFV

Este trabalho é dedicado à memória de Berthier de Carvalho Filho, amigo e excepcional Professor do Curso Técnico em Estradas da Escola Técnica Federal de Mato Grosso. Exemplo de pai, esposo e profissional dedicado ao seu trabalho.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, pela oportunidade de proporcionar a concretização desta e de muitas tarefas que me foram oportunizadas, como forma de desafios que todos temos de ter para que possamos crescer como seres humanos dedicados à paz e ao bem.

À memória dos meus queridos pais, Carmem de Moraes Barros e José Honório de Barros, pessoas que me ensinaram com muita simplicidade e naturalidade os verdadeiros valores de dignidade, caráter e honestidade, imprescindíveis na minha vida.

A minha esposa, Maria José Mancilha Barros, que compreendeu e incentivou a concluir esta etapa da minha vida e se privou da minha companhia nos momentos de estudo.

Aos meus filhos, Artur José Mancilha Barros, Lídia Carolina Mancilha Barros e Aurélio José Mancilha Barros. Espero que este trabalho possa servir de exemplo a vocês demonstrando que o estudo não tem idade para começar e tampouco terminar - basta querer.

A minha orientadora, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Miriam Fábila Alves, pela confiança e paciência a mim dedicada, acreditando na minha modesta contribuição ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás.

Às professoras, Dr.<sup>a</sup> Diane Valdez e Dr.<sup>a</sup> Marília G. de Miranda, como as primeiras professoras que se dispuseram e contribuíram de maneira brilhante, para dar início à realização deste primeiro projeto de mestrado interinstitucional.

Às professoras doutoras componentes da banca examinadora, representadas na pessoa da dedicada colega de trabalho e amiga, Professora Dra. Nádia Cuiabano Kunze, pelo estímulo, críticas e contribuições para o desenvolvimento desta dissertação, e que foram imprescindíveis à melhoria do deste trabalho.

Ao Instituto Federal de Educação de Mato Grosso, à Fapemat e a Faculdade de Educação (UFG) pela iniciativa na realização deste MINTER, cujo objetivo foi viabilizar a formação de mestres do quadro permanente de docentes do IFMT, junto às instituições conceituadas de nível nacional, como é o caso da Faculdade de Educação da Universidade de Goiás, assegurando o padrão de qualidade requerido para os cursos de pós-graduação stricto sensu avaliados pela CAPES.

Aos servidores e colaboradores do IFMT - Campus Cuiabá que deram suporte e incentivo à realização desta pesquisa.

Aos colegas do Minter em Educação do IFMT/UFG, pelos momentos de compartilhamento das ansiedades, alegrias e trocas de experiências durante o processo.

“A transformação é uma opção na vida do ser humano: Eu não sou a mesma pessoa.....”

## RESUMO

BARROS, Pedro José de. **O CURSO TÉCNICO EM ESTRADAS: DAS ORIGENS À IMPLEMENTAÇÃO NA ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE MATO GROSSO** Dissertação – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.

Esta dissertação, de cunho histórico-documental e bibliográfico, inscreve-se na Linha de Pesquisa “Estado, Políticas e História da Educação”, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás. O objetivo da pesquisa foi buscar compreender os fatores que contribuíram para a implantação e desenvolvimento do Curso Técnico em Estradas iniciado na Escola Industrial de Cuiabá e oficializado na Escola Técnica Federal de Mato Grosso. A pesquisa, inédita para esta modalidade de curso em Mato Grosso, teve como indagação principal: o que levou a EIC a optar pela oferta do Curso Técnico em Estradas na década de 1960? Para responder a essa indagação, buscou-se investigar, também, o processo de instalação e funcionamento, a estrutura curricular, o corpo docente e discente da sua primeira turma, bem como ele foi instituído e iniciado na extinta Escola Industrial de Cuiabá, considerando os diversos aspectos envolvidos, como a política educacional nacional e de desenvolvimento regional, interesses internos e externos do cotidiano escolar que vieram dar suporte a sua criação. A pesquisa documental foi realizada nos acervos pesquisados de algumas instituições importantes como Biblioteca e Arquivo Permanente do IFMT/*Campus* Cuiabá-Octayde Jorge da Silva, Arquivo Público de Mato Grosso (APMT); Arquivo e Biblioteca da Casa Barão de Melgaço (ACBM/MT), Arquivo da Receita Federal em Mato Grosso (ARFMT); Museu da Imagem e do Som de Cuiabá (MISC); 9º Batalhão de Engenharia de Construção (9º B.E.CNST), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial de Mato Grosso (SENAC/MT), e Center for Research Libraries (CLR). Considera as possíveis influências ao fato de o país estar vivenciando um período de grande turbulência em nível nacional, protagonizado pelo governo militar. Analisa as diversas transformações estruturais pelas quais a Instituição passou até a criação da primeira turma do curso Técnico em Estradas na Escola Técnica Federal de Mato Grosso, hoje denominada Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT). Relaciona a criação do curso com algumas influências relacionadas às necessidades expansionistas tanto do governo federal como do governo estadual desde o início do século XX, culminando com a necessidade de introduzir mão de obra qualificada para dar suporte aos planos desenvolvimentistas que impulsionavam o estado na abertura de estradas e na colonização da região norte do estado de Mato Grosso, iniciadas na década de 1950. As análises produzidas permitem afirmar que a implantação do Curso Técnico em Estradas foi idealizada para formar mão de obra técnica de qualidade no processo de expansão da malha viária do estado implementado pelo Programa Estratégico de Desenvolvimento nas décadas de 1960 e 1970.

Palavras-chave: História da educação profissional. Curso Técnico em Estradas. Escola Industrial de Cuiabá, Escola Técnica Federal de Mato Grosso.

## ABSTRACT

BARROS, Pedro José de. **THE TECHNICAL COURSE ON ROADS: FROM ORIGINS TO IMPLEMENTATION IN THE FEDERAL TECHNICAL SCHOOL OF MATO GROSSO** Dissertation - Faculty of Education, Federal University of Goiás, Goiânia, 2018

This dissertation, of historical-documentary and bibliographic nature, is included in the Research Line "State, Policies and History of Education", of the Post-Graduation Program in Education of the Federal University of Goiás. factors that contributed to the implementation and development of the Technical Course on Roads started at the Industrial School of Cuiabá and made official at the Federal Technical School of Mato Grosso. The research, unprecedented for this type of course in Mato Grosso, had as its main question: what led the EIC to choose the Technical Course on Roads in the 1960s? In order to answer this question, it was also sought to investigate the installation and functioning process, the curricular structure, the faculty and student of its first class, as well as it was instituted and started in the extinct Cuiabá Industrial School, considering the various aspects involved, such as the national educational policy and regional development, internal and external interests of the daily school that came to support its creation. The documentary research was carried out in the researched collections of some important institutions such as Library and Permanent Archive of the IFMT / Campus Cuiabá-Octayde Jorge da Silva, Public Archive of Mato Grosso (APMT); Archive and Library of the Barão de Melgaço House (ACBM / MT), Federal Revenue Archive in Mato Grosso (ARFMT); Museum of Image and Sound of Cuiabá (MISC); 9th Battalion of Construction Engineering (9th B.E.CNST), National Service of Commercial Learning of Mato Grosso (SENAC / MT), and Center for Research Libraries (CLR). It considers the possible influences to the fact that the country is experiencing a period of great turbulence at national level, carried out by the military government. It analyzes the various structural transformations through which the Institution has passed until the creation of the first group of the Technical Course on Roads at the Federal Technical School of Mato Grosso, now called the Federal Institute of Education, Science and Technology of Mato Grosso (IFMT). It relates the creation of the course with some influences related to the expansionist needs of both the federal government and the state government since the beginning of the twentieth century, culminating with the need to introduce skilled labor to support the developmental plans that propelled the state in opening up and the colonization of the northern region of the state of Mato Grosso, which began in the 1950s. The analyzes produced allow us to affirm that the implementation of the Technical Course on Roads was designed to form a quality technical workforce in the process of expansion of the road network of the implemented by the Strategic Development Program in the 1960s and 1970s.

Palavras-chave: History of professional education. Technical Course on Roads. Industrial School of Cuiabá, Federal Technical School of Mato Grosso.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

9BEC	9º Batalhão de Engenharia de Construção
ACBN	Arquivo e Biblioteca da Casa Barão de Melgaço
AGEM/UFMT	Arquivo do Grupo de Pesquisa Educação e Memória do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso
APMT	Arquivo Público de Mato Grosso
ARFMT	Arquivo da Receita Federal em Mato Grosso
BN	Biblioteca Nacional
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
CBAI	Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial
CFEA	Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura
COREG	Coordenação Regional do Arquivo Nacional
CFE	Conselho Federal de Engenharia
CNE	Conselho Nacional de Educação
CRL	Center for Research Libraries
DEI	Departamento de Ensino Industrial
DNE	Departamento Nacional de Educação
DNER	Departamento Nacional de Estradas de Rodagem
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
EAA's	Escolas de Aprendizes Artífices
EAAMT	Escola de Aprendizes Artífices de Mato Grosso
EIC	Escola Industrial de Cuiabá
EIFMT	Escola Industrial Federal de Mato Grosso
ETFMT	Escola Técnica Federal de Mato Grosso
IFMT	Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
IHGMT	Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso
INEP	O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.
LIMT	Liceu Industrial de Mato Grosso
LOEA	Lei Orgânica do Ensino Agrícola
LOEC	Lei Orgânica do Ensino Comercial
LOEI	Lei Orgânica do Ensino Industrial

LOEN	Lei Orgânica do Ensino Normal
LOEP	Lei Orgânica do Ensino Primário
LOES	Lei Orgânica do Ensino Secundário
MAIC	Ministério da Agricultura Indústria e Comércio
MISC	Museu da Imagem e Som de Cuiabá
MEC	Ministério de Educação e Cultura
MES	Ministério da Educação e Saúde
MESP	Ministério da Educação e Saúde Pública
MJNI	Ministério da Justiça e Negócios Interiores
PAEG	Programa de Ação Econômica do Governo
PED	Programa Estratégico de Desenvolvimento
PETROBRÁS	Petróleo Brasileiro Sociedade Anônima
PIN	Plano de Integração Nacional
PNE	Plano Nacional de Educação
PNER	Plano Nacional de Estradas e Rodagens
NDIHR	Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional da Universidade Federal de Mato Grosso
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – Cuiabá MT
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem
SUDECO	Superintendência Nacional de Desenvolvimento do Centro Oeste
SUDENE	Superintendência Nacional de Desenvolvimento do Nordeste
UFG	Universidade Federal de Goiás
USAID	United States Agency for International Development

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro	1	Número de frequência dos alunos matriculados nas Escolas de Aprendizizes Artífices por estado (1910).....	30
Quadro	2	Disciplinas de Cultura Geral e Técnica- Curso de Pontes e Estradas..	42
Quadro	3	Grade Curricular dos cursos de Estradas e Eletrotécnica.....	83
Quadro	4	Cursos rápidos ofertados na EIFMT (1967).....	85
Quadro	5	Matrículas na Instituição (1962 -1967).....	86
Quadro	6	Matrículas na Instituição (1965-1974).....	87
Quadro	7	Matrículas por curso (1967).....	88
Quadro	8	Conteúdo mínimo de disciplinas de cultura geral e técnica – Curso de Estradas.....	98
Quadro	09	Proposta de Matriz Curricular – Curso de Estradas (1965).....	110
Quadro	10	Matriz Curricular – Curso de Estradas (1967).....	120
Quadro	11	Matriz Curricular – Curso de Estradas (1968).....	121
Quadro	12	Corpo docente de disciplinas de Cultura Geral do Curso de Estradas da ETFMT.....	122
Quadro	13	Corpo docente de disciplinas técnicas do Curso de Estradas da ETFMT.....	123
Quadro	14	Alunos do curso Técnico em Estradas da ETFMT – 1ª série – 1967..	134
Quadro	15	Formandos do Curso Técnico de Estradas da ETFMT – 1969.....	137
Figura	1	Plano geral de viação nacional (1934).....	47
Figura	2	Plano Rodoviário do DNER (1937).....	48
Figura	3	Configuração dos eixos rodoviários do DNER (1937).....	49
Figura	4	Desenho da localização do terreno da EAAMT.....	71
Figura	5	Proposta do novo edifício da EIC (1949).....	73
Figura	6	Configuração das BR's 14 e 29 - Década de 1950.....	93
Figura	7	Proposta de matriz curricular do Curso de Estradas (1965).....	109
Figura	8	Proposta de matriz curricular do Curso de Estradas (1965).....	109
Fotografia	1	Prédio da EAAMT (1909).....	71
Fotografia	2	Fachada principal da EAAMT (1937).....	73
Fotografia	3	Vista lateral da EAAMT (1937).....	74
Fotografia	4	Pavilhão das oficinas da EAAMT (1937).....	78
Fotografia	5	Construção do novo edifício da EIC [195-].....	101
Fotografia	6	Construção do novo edifício da EIC [195-].....	101
Fotografia	7	Construção do novo edifício da EIC [195-].....	102
Fotografia	8	Construção do novo edifício da EIC [195-].....	102

Fotografia 9	Vista Aérea da Escola Industrial de Cuiabá (1952).....	103
Fotografia 10	Vista Aérea da Escola Industrial de Cuiabá (1952).....	103
Fotografia 11	Vista Panorâmica da região Central de Cuiabá-Década de 1960.....	104
Fotografia 12	Conjunto dos prédios das Oficinas - EIFMT - Década de 1960.....	104
Fotografia 13	Ginásio coberto e anexo da EIC [196-].....	105
Imagem 1	Registro Preliminar de Diploma (frente).....	135
Imagem 2	Registro Preliminar de Diploma (verso).....	136
Imagem 3	Registro Preliminar de Diploma (frente).....	136
Imagem 4	Registro Preliminar de Diploma (verso).....	137

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>14</b>
<b>1</b>	<b>A REDE FEDERAL DE ESCOLAS PROFISSIONAIS NO BRASIL: CONTEXTOS E REFORMAS.....</b>	<b>20</b>
<b>1.1</b>	<b>Educação e formação profissional no Brasil: cenários e origens.....</b>	<b>20</b>
<b>1.2</b>	<b>As Escolas de Aprendizizes Artífices (EAA's).....</b>	<b>29</b>
<b>1.3</b>	<b>A Reforma Capanema e a educação profissional no Brasil.....</b>	<b>35</b>
<b>1.4</b>	<b>As implicações da Lei Orgânica do Ensino Industrial no ensino profissional.....</b>	<b>37</b>
<b>1.5</b>	<b>O Curso Técnico de Pontes e Estradas na Rede Federal: motivações expansionistas para o interior do Brasil.....</b>	<b>39</b>
<b>2</b>	<b>O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM MATO GROSSO: DO ARSENAL DE GUERRA À ESCOLA TÉCNICA FEDERAL.....</b>	<b>53</b>
<b>2.1</b>	<b>A Companhia de Aprendizizes Artífices do Arsenal de Guerra em Mato Grosso (1842-1899).....</b>	<b>54</b>
<b>2.2</b>	<b>A Companhia de Aprendizizes Marinheiros do Arsenal da Marinha em Mato Grosso (1857-1878).....</b>	<b>59</b>
<b>2.3</b>	<b>O Liceu Salesiano e o Ensino de Ofícios em Mato Grosso (1894-1908)....</b>	<b>63</b>
<b>2.4</b>	<b>Da Escola de Aprendizizes Artífices à Escola Industrial Federal de Mato Grosso.....</b>	<b>67</b>
<b>2.4.1</b>	<b>Outros cursos desenvolvidos no âmbito da Escola de Industrial Federal de Mato Grosso na década de 1960.....</b>	<b>84</b>
<b>3</b>	<b>PARA UMA NOVA ESCOLA, UM NOVO CURSO: O CURSO TÉCNICO EM ESTRADAS NA EIFMT.....</b>	<b>89</b>
<b>3.1</b>	<b>Mato Grosso e a expansão do território brasileiro: a construção de estradas e a necessidade de formação de técnicos.....</b>	<b>89</b>
<b>3.2</b>	<b>O processo de criação do Curso Técnico em Estradas no Mato Grosso..</b>	<b>95</b>
<b>3.3</b>	<b>O Curso Técnico em Estradas.....</b>	<b>107</b>
<b>3.4</b>	<b>O corpo Docente .....</b>	<b>117</b>
<b>3.5</b>	<b>Atividades letivas no contexto da EIFMT.....</b>	<b>124</b>
<b>3.5.1</b>	<b>Os alunos da primeira turma de 1967.....</b>	<b>133</b>
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>140</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>144</b>
	<b>ANEXO A – Capa do Relatório da Comitiva de Jorge Bodstein de 1904.....</b>	<b>159</b>
	<b>ANEXO B – Arsenal de Guerra de Cuiabá (1842-1899).....</b>	<b>160</b>
	<b>ANEXO C – Arsenal de Guerra de Cuiabá (1842-1899).....</b>	<b>160</b>
	<b>ANEXO D – Arsenal de Guerra de Cuiabá (1842-1899).....</b>	<b>161</b>

ANEXO E – Arsenal de Guerra de Marinha de Cuiabá (1857-1878).....	161
ANEXO F – Arsenal de Guerra de Marinha de Cuiabá (1857-1878).....	162
ANEXO G – Ata 12, livro do Conselho de Professores de 1965.....	163
ANEXO H – Cursos rápidos ofertados na EIFMT em 1967.....	164
ANEXO I – Telegrama sobre a Composição do Conselho de Representantes da escola industrial de Cuiabá em 1960.....	165
ANEXO J – Relatório sobre a viabilidade da criação de Cursos Técnicos em 1965.....	166
ANEXO K – Relatório sobre a viabilidade da criação de Cursos Técnicos em 1965.....	167
ANEXO L – Relatório sobre a viabilidade da criação de Cursos Técnicos em 1965.....	168
ANEXO M – Relatório sobre a viabilidade da criação de Cursos Técnicos em 1965.....	169
ANEXO N – Desfile Cívico nas décadas de 1960 – 1970.....	170
ANEXO O – Hasteamento do Pavilhão Nacional décadas de 1960 – 1970...	170
ANEXO P – Livro de assentamento anual de alunos de 1967.....	171
ANEXO Q – Livro de assentamento anual de alunos de 1967.....	172

## INTRODUÇÃO

Essa dissertação se propõe apresentar o resultado da pesquisa de mestrado intitulada de “O curso Técnico em Estradas: das origens à implementação na Escola Técnica Federal de Mato Grosso”, desenvolvida no âmbito do Programa de Mestrado em Educação celebrado entre a Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás (FE) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT), na linha de pesquisa “Estado, Políticas e História da Educação”. A pesquisa teve por objetivo compreender os fatores que contribuíram para a implantação e desenvolvimento do Curso Técnico em Estradas iniciado na Escola Industrial de Cuiabá e oficializado na Escola Técnica Federal de Mato Grosso.

A escolha desta temática tem relação direta com a formação e atuação profissional deste autor. Esta trajetória profissional deve-se não só ao fato de ser egresso do curso de Edificações (1977-1979) da Escola Técnica Federal de Mato Grosso (ETFMT), mas também pelo fascínio com as profissões desenvolvidas ao ar livre, talvez inspirada primeiramente em seu tio Orivaldo de Moraes, técnico Agrícola formado na Escola Agrotécnica de São Vicente MT que passou a desenvolver atividades profissionais como “Agrimensor - prático” nas décadas de 1950 e 1960.

O autor desta pesquisa, acompanhando os pais na década de 1970 passou a residir na cidade de Nobres, pequena cidade situada ao norte do estado a 135 km de Cuiabá, onde estudou e trabalhou desde jovem contribuindo com o sustento dos pais em um estabelecimento comercial familiar. Nessa época, à frente do estabelecimento com seu pai, atendia no balcão nas horas vagas de estudo e observava intrigado o intenso movimento de pessoas de todas as partes do Brasil que se deslocavam ao norte do estado em busca de novos horizontes de trabalho, principalmente para o serviço de “derrubada”, termo utilizado para definir o desmatamento feito pelas Glebas de Colonização espalhadas pela região.

Naquele tempo, não fazia ideia de como e com qual intento era necessário tanta gente se dirigir àquela região. Assim, ele apenas observava alguns depoimentos de pessoas que entravam no estabelecimento fisicamente debilitadas e com as mãos parecendo “cascos” de tanto uso do machado para derrubada de árvores dizendo que: “aquilo era um inferno”. Referindo-se às regiões de densas florestas que existiam ao norte do estado, onde era comum a morte de pessoas através da contração de doenças tropicais.

Posteriormente, este autor compreendeu que o seu pai tinha se instalado nessa cidade com uma visão comercial diante da expansão da indústria de extração de calcário na cidade e também pelo grande fluxo de pessoas que se dirigiam àquelas longínquas terras, em processo

de exploração. Essa foi sem dúvida uma grande experiência que ficou marcada ao longo da vida deste autor, revivida, em parte na escolha do tema desta pesquisa e consequente traçado na história do movimento expansionista que aconteceu no estado de Mato Grosso.

Em meados da década de 1970, já no período da Reforma que transformou o ensino do 2º grau em técnico, este autor retorna a Cuiabá para concluir o ginásial e, logo a seguir ingressar na Escola Técnica Federal de Mato Grosso, onde se forma no segundo grau como Técnico em Edificações em 1979. Este autor é fruto dessa reforma educacional acontecida por força da Lei nº 5692/71, que transformou compulsoriamente o ensino do 2º grau em técnico como poderá ser visto na história da educação profissional neste país, foi uma medida contestada pela educação brasileira, até ser revogada em 1982.

A escolha do tema associa-se à trajetória profissional e acadêmica deste pesquisador, que inicia a carreira de docente naquela instituição em 1987 como professor de disciplinas específicas, voltadas à formação de técnico em edificações e posteriormente foi transferido para lecionar as disciplinas de topografia e desenho topográfico entre outras, voltadas às últimas turmas do curso em Estradas. Atualmente é docente dos cursos Superior de Tecnologia em Geoprocessamento e Agrimensura, vinculados à área da Geomática<sup>1</sup> no Departamento de Área de Construção Civil do IFMT/*Campus* Cuiabá – Coronel Octayde Jorge da Silva, na cidade de Cuiabá.

O tema inicial da pesquisa, de princípio, era voltado ao curso superior de Tecnologia em Geoprocessamento, mas ao início dos estudos, percebeu-se que não podia deixar de registrar a história do primeiro curso implantado na instituição na área da Geomática: o curso Técnico em Estradas.

O autor, após minuciosas pesquisas bibliográficas em diversas fontes no estado de Mato Grosso, constatou que havia falta de informações escritas sobre o curso, sendo a sua história apenas contada verbalmente por ex-alunos e servidores que fizeram parte do contexto no decorrer de sua existência. Esses fatos contribuíram para redirecionar sua pesquisa na busca de informações para tentar elucidar o processo de implantação do Curso de Estradas.

---

<sup>1</sup> Geomática “Compreende atividades de produção, aquisição, armazenagem, análise, disseminação e gerenciamento de informações espaciais relacionadas com o ambiente e com os recursos terrestres. Inclui atividades de levantamento e mapeamento, integrando elementos como topografia, cartografia, hidrografia, geodésia, fotogrametria, agrimensura com as novas tecnologias e os novos campos de aplicação, como o sensoriamento remoto, o mapeamento digital, os sistemas de informações geográficas e os sistemas de posicionamento por satélite. Com dados coletados por sensores orbitais e aerotransportados, por instrumentos acoplados em embarcações ou instalados no solo, uma vez processados e manipulados com equipamentos e programas da tecnologia da informação, geram-se produtos que podem constituir mapas dos mais diversos tipos ou bases de dados de cadastros multifinalitários”. (CNE/CEB nº 04/99)

Assim, o ineditismo deste estudo e, as possíveis contribuições que este trabalho pode trazer para a história da educação profissional do Mato Grosso, impulsionaram o autor a realizar este trabalho. A experiência de realizá-la foi muito instigante, o que pôde ser constatado a cada informação encontrada nos documentos durante a coleta de dados.

Nesse sentido, ao realizar esta pesquisa, é necessário considerar a história da instituição, que completará 109 anos em 23 de setembro de 2018<sup>2</sup>, e que assim como as outras instituições públicas do Brasil, em meio às dificuldades encontradas, promoveu significativas transformações nas práticas sociais, educacionais e no trabalho em Mato Grosso.

Por isso, a história da instituição não pode ser compreendida fora da conjuntura social e econômica do país. Observa-se que, no período de sua existência, diversos ideais de educação profissional promoveram reformas que, independente dos progressos e fracassos, buscavam ajustar-se às novas exigências do mercado de trabalho e ao acesso às novas tecnologias.

Entende-se que a função das escolas profissionais, em especial da Rede Federal de Educação Profissional, não deveria ser vista, tão somente, como formação de sujeitos para o mercado de trabalho, tampouco utilizado como ponte para o ensino superior. Isso porque, devem-se considerar os direcionamentos desse tipo de formação na perspectiva de levar os sujeitos à compreensão de como se organizava e se estruturava o trabalho da sociedade capitalista de então, e de como as relações sociais e de produção eram e ainda são estabelecidas nesse tipo de sociedade.

O ensino médio profissional tem sido tomado como um grande desafio no contexto educacional brasileiro, devido à necessidade de conciliar a preparação para o trabalho e o prosseguimento nos estudos. Além de mediar o desenvolvimento dos indivíduos e a formação destes para um país a ser desenvolvido uma questão que se apresenta, dentre tantas, é a relação entre a educação geral e a formação profissional.

Na tarefa de compreender esse contexto, recorreu-se às pesquisas que se dedicaram a analisar a história da educação profissional no Brasil dos autores como Cunha (2000a; 2000b), Fonseca (1961), Franco (1984), Machado (1982), Manfredi (2002), Prescivalle (1982) entre outros. Isso possibilitou a compreensão de que, para estudar uma instituição de ensino é

---

<sup>2</sup> O IFMT – Campus Cuiabá, está situado no mesmo espaço da Escola de Aprendizes Artífices de Mato Grosso (EAAMT) que foi remodelada para atender as reformas, passando a ser denominada de Liceu Industrial de Cuiabá (1941-1942). Logo depois passou a ser denominada por, respectivamente, Escola Industrial de Cuiabá (1942-1965), Escola Industrial Federal de Mato Grosso (1965-2002), Centro Federal de Educação Tecnológica de Mato Grosso/CEFET MT (2002-2009) e, desde então, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso. (FIGUEIREDO/2017).

necessário promover a construção da sua identidade histórica através das inúmeras informações coletadas ao longo de sua existência.

Assim, ao buscar referências sobre as instituições de educação profissional no recorte da pesquisa, notou-se um relevante desafio para encontrar documentos e informações específicas referentes ao Curso Técnico em Estradas, mesmo no período em que a ETFMT era denominada Escola Industrial de Cuiabá, nas décadas de 1940 e 1950.

Contudo, o material encontrado, em forma de documentos como Atas do Conselho de Representantes da Instituição, Resoluções, Pareceres, entre outros, tratava de informações isoladas e sem conexão aparente com o foco principal da pesquisa, além de não trazerem informações sobre os motivos da criação de um curso na Escola Técnica Federal de Mato Grosso.

Mas, considerando que uma das fases da pesquisa é reunir fragmentos da história e escrever a narrativa sobre o objeto em estudo, podemos afirmar que a tarefa deste pesquisador, considerando sua formação técnica, não foi fácil. Foi justamente essa dificuldade inicial que estimulou a busca de documentos que permitisse responder a seguinte indagação: o que levou a EIC a optar pela oferta do Curso Técnico em Estradas na década de 1960?

Para responder a essa indagação, buscou-se investigar, também, o processo de instalação e funcionamento, a estrutura curricular, o corpo docente e discente da sua primeira turma, bem como ele foi instituído e iniciado na extinta Escola Industrial de Cuiabá, considerando os diversos aspectos envolvidos, como a política educacional nacional e de desenvolvimento regional, interesses internos e externos do cotidiano escolar que vieram dar suporte a sua criação.

Sabe-se que alguns movimentos históricos do início do século XX, tal como a necessidade de ocupação dos espaços do território brasileiro, podem ter influenciado as políticas de expansão regional no estado de Mato Grosso, principalmente na construção de estradas e na formação de profissionais aptos a esse trabalho, a fim de incentivar a colonização da região norte do estado.

A hipótese inicial, relacionada à política de expansão regional é encontrada no início do século XX, quando o Estado de Mato Grosso estava sob o governo do Coronel Antônio Paes de Barros (1903-1906), e era evidente a tendência expansionista das autoridades republicanas. Nesse contexto, em 1904, Paes de Barros designou uma comissão chefiada pelo Agrimensor Jorge Bodstein para promover estudos de viabilidade na construção de uma

estrada partindo de Cuiabá com destino aos estados do Pará e Amazonas. (APMT, 1904), (ANEXO A).

Outra evidência encontrada que reforçou a hipótese é que em 1937 o governo federal publicou o Plano Nacional de Estradas e Rodagens (PNER). Tratava-se do projeto de uma densa malha viária (Figura 2), ligando os grandes centros urbanos do país e cidades do interior do Brasil. Esse planejamento pode ter influenciado o governo federal a desenvolver políticas de ensino industrial voltadas ao fortalecimento e incentivo de formação de mão de obra qualificada para atuação nessa área dos transportes através das escolas técnicas existentes ao longo desse eixo rodoviário.

Essa questão também se fortalece pelo fato de que, pela primeira vez, o governo da União, através do Decreto n. 8.673/1942, aprovou o “Regulamento do Quadro de Cursos do Ensino Industrial” (BRASIL, 1942b, apud BRASIL, 1956), inserindo no seu escopo o Curso de Pontes e Estradas (art. 22). Assinala-se que, no estado de Mato Grosso, o Curso Técnico em Estradas passa a ter evidência em 1965, época em que não havia disponibilidade de mão de obra especializada para dar suporte às exigências do setor de engenharia que atuaria nas frentes de serviço para abertura de estradas, construção de pontes e obras consideradas importantes para possibilitar a colonização e desenvolvimento do estado de Mato Grosso.

Para fundamentar o estudo, optou-se por realizar uma pesquisa de natureza bibliográfica e documental. Para a revisão da literatura, elegeu-se os estudos de Cunha (2000a; 2000b; 2005; 2007), Fonseca (1961), Franco (1984), Kuenzer (1997), Peixoto (2009), Soares (1982), Santos (2000), dentre outros, os quais versaram sobre a educação profissional no contexto nacional. Para tratar, especificadamente, sobre a educação profissional em Mato Grosso, elegeu-se os estudos de Volpato (1993), Crudo (1999), Silva (2001), Kunze (2006), Francisco (1998), Oliveira (2009), dentre outros.

O estudo foi desenvolvido estabelecendo procedimentos metodológicos da pesquisa que definiu etapas de coletas de dados em arquivos como atas, resoluções, recortes de jornal, imagens, entre outros. Os acervos pesquisados são de algumas instituições importantes como Biblioteca e Arquivo Permanente do IFMT/*Campus* Cuiabá-Octayde Jorge da Silva, Arquivo Público de Mato Grosso (APMT); Arquivo e Biblioteca da Casa Barão de Melgaço (ACBM/MT), Arquivo da Receita Federal em Mato Grosso (ARFMT); Museu da Imagem e do Som de Cuiabá (MISC); 9º Batalhão de Engenharia de Construção (9º B.E.CNST), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial de Mato Grosso (SENAC/MT), e Center for Research Libraries (CLR).

Os locais de coleta de informações e documentos foram escolhidos por se tratarem de órgãos que detêm informações pontuais sobre a história do Mato Grosso, especialmente relacionada com o tema da pesquisa.

A dissertação encontra-se organizada em três seções. O primeiro, intitulado de “A rede Federal de Escolas Profissionais no Brasil: contextos e reformas”, descreve, em linhas gerais o cenário nacional da educação profissional, cujo emblema maior se dá com a criação da rede de escolas de artes e ofícios. Nesse momento, procura descrever os acontecimentos que contribuíram para desencadear as reformas do ensino industrial até a década de 1940 e as consequentes transformações no cenário de escolas profissionais no Brasil, culminando na criação de cursos industriais e do curso Técnico em Pontes e Estradas, o primeiro curso que antecede o Curso Técnico em Estradas.

O segundo capítulo, intitulado de “O Desenvolvimento da Educação Profissional em Mato Grosso: do Arsenal de Guerra à Escola Técnica Federal”, traz uma abordagem histórica e bibliográfica com autores nacionais e regionais, verticalizando a análise para compreender a história da educação para o trabalho em Mato Grosso, desde o período que antecede a EAAMT. Descreve também, os diversos processos de transformação que passou a instituição até a sua transformação em EIC em decorrência da política do governo federal que fomentou em diversas reformas que desencadearam um grande impulso no ensino profissionalizante no estado de Mato Grosso, a partir das décadas de 1940-1950.

O terceiro capítulo, intitulado de “Para uma nova Escola, um novo Curso: o curso Técnico em Estradas na ETFMT”, aborda o contexto da criação do Curso Técnico em Estradas na Escola Industrial em Cuiabá, além de uma análise sobre a conjuntura que a transformou em Escola Técnica Federal de Mato Grosso. Procura comprovar as hipóteses levantadas na pesquisa, levando-se em conta as fontes pesquisadas e a documentação disponibilizada nos acervos citados, bem como deixar claro o processo de instalação e funcionamento do primeiro Curso Técnico implantado em Cuiabá na década de 1960.

Ao final desta dissertação, as considerações finais versarão sobre a interpretação de tudo o que foi esse percurso da pesquisa realizada e na tentativa manter esse diálogo com outros pesquisadores que podem contribuir para e melhorar este trabalho de pesquisa.

## **1 A REDE FEDERAL DE ESCOLAS PROFISSIONAIS NO BRASIL: CONTEXTOS E REFORMAS**

A proposta deste capítulo é realizar um estudo histórico sobre o ensino profissional no Brasil. Para isso, realizou-se pesquisa bibliográfica e documental, revisando parte da literatura existente nesta temática. A intenção foi a de descrever e analisar o processo de formação das escolas profissionais da Rede Federal e sua contribuição na condução de um processo de construção de diversos perfis profissionais, por meio da oferta de ensino técnico, em função das especificidades e expectativas de desenvolvimento regional que aconteceram em todos os estados da união.

Portanto, este capítulo procura dar suporte e direção ao que serão tratadas nos capítulos seguintes, especificamente as influências que contribuíram para a escolha do Curso Técnico em Estradas, implantado na Escola Industrial de Cuiabá, e sequencialmente na ETF no estado do Mato Grosso.

### **1.1 Educação e formação profissional no Brasil: cenários e origens**

Em consequência do processo de industrialização e urbanização e da falta de mão de obra qualificada, o ensino profissional apareceu no cenário da República com a criação de escolas para o ensino de ofícios no Rio de Janeiro e São Paulo. Contudo, segundo Franco e Sauerbronn (1984, p. 46), ele continua mantendo o traço fundamental do período anterior, ou seja, “voltado aos menos favorecidos”. Foi nesse contexto que o Presidente Nilo Peçanha, através do Decreto 7.566 de 23/09/1909, criou 19 Escolas de Aprendizes e Artífices, que se instalaram nos estados da Federação os mesmos destinatários: os pobres e humildes.

A proposta dessas escolas era direcionada ao ensino das primeiras letras e às profissões como tipografia, carpintaria, sapataria, tornearia, dentre outros ofícios, cuja expectativa era a formação de profissionais para atender, principalmente, ao setor secundário da economia. Entretanto, essa modalidade de ensino permaneceu sem grandes transformações e só ganhou vulto na década de 1920 quando surgiu na Câmara dos Deputados uma série de debates propondo ampliação das escolas profissionais (FRANCO; SAUERBRONN, 1984, p. 49).

Segundo Franco e Sauerbronn (1984), a educação profissional brasileira foi construída em bases fincadas no paradigma de assistencialismo, voltada à sustentação de crianças e órfãos em situação de pobreza. Nesse caso, uma das soluções para suprir essa necessidade foi

a oferta do ensino de ofícios às crianças e jovens pobres, socialmente excluídos.

Assim, em decorrência do embate travado no final do século XIX entre grupos economicamente distintos, (de um lado, os “coronéis”, defensores do modo de produção alicerçada no latifúndio e, de outro, a burguesia industrial emergente, em defesa da implantação do capitalismo), o ensino profissional no início do século XX, passa a ser tratado com mais cuidado após à proclamação da República.

Pode-se perceber nas pesquisas censitárias descritas por Paiva (1973) que a escolarização básica era ofertada a poucos e os índices levantados sobre as condições de oferta passaram a incomodar sobremaneira a intelectualidade brasileira, principalmente os dados correspondentes ao final do século XIX e às primeiras décadas do século XX. Estes índices de analfabetismo eram assustadores, conforme relato de Paiva (1973, p. 84):

O censo de 1890 informava da existência de 85,21% de iletrados na população total (82,63%, excluídos os menores de 5 anos); o de 1900 encontrou 75,78% para os 20 Estados, baixando para 74,59% com a inclusão do Distrito Federal (69,63%, excluindo-se os menores de 5 anos) .

Neste contexto, a organização escolar e as práticas educacionais ocuparam pauta de discussão de diferentes grupos profissionais da educação, intelectuais, políticos todos empenhados em resolver o problema. Esse momento foi denominado de “entusiasmo pela educação e otimismo pedagógico” descrito por Nagle (1974, p. 99-100).

Nesse momento, nasce a crença de que, na [...] multiplicação das instituições escolares, da disseminação da educação escolar será possível incorporar grandes camadas da população na senda do progresso nacional, e colocar o Brasil no caminho das grandes nações do mundo; de outro, existe a crença de que determinadas formulações doutrinárias sobre a escolarização indicam o caminho para a verdadeira formação do novo homem brasileiro.

Independente das modalidades e finalidades de oferta de ensino, diante do crescimento das instituições escolares, aumentou a esperança de que o país avançaria ou se equipararia aos países mais desenvolvidos do mundo, sendo uma oportunidade para o povo experimentar uma vida mais digna e cidadã. Todavia, não se excluiu o grande destaque à escolarização como meio principal de vencer o analfabetismo, reconhecido como uma das grandes e quase intransponíveis adversidades brasileiras.

No ensino profissional, o problema do analfabetismo também era alto. No entanto, a instituição não criava expectativas quanto ao público-alvo, já que a finalidade da instituição era a oferta de um ensino voltado à aprendizagem de um ofício. Ademais, não havia um programa nacional elaborado para tal modalidade ensino e nem um conceito claro e definido

para escola profissional. Mesmo com o país ingressando em nova fase econômica-social em virtude da aceleração dos processos de industrialização e urbanização, essa modalidade de ensino continuou nos mesmos moldes do passado, ofertando o ensino de ofícios até a década de 1940. A partir desse período, com a consolidação do modo capitalista de produção adotado na política desenvolvimentista de Getúlio Vargas, a Escola de Aprendizes Artífices sofre reformas propostas pelo Estado e é transformada em escolas industriais e técnicas.

A expansão industrial no Brasil, segundo Santos (2000), com base na substituição de importações e atrelada ao intenso processo de urbanização, deu um salto considerável nas décadas posteriores à de 1930, período no qual o crescimento experimenta altas taxas<sup>3</sup>, que contribuem para colocar o Brasil entre as dez maiores economias do mundo.

Assim, como visto anteriormente, a formação profissional sempre foi entendida como um modelo reservado às classes populares. Contudo, inúmeras experiências sempre andaram atreladas à ideia de que a escola tinha a função de preparar os jovens para o ingresso no mercado de trabalho, contribuindo como uma das alternativas de salvação para o desenvolvimento do país.

Ao avaliarmos a trajetória da educação profissional no país, percebemos um processo de mudança no entendimento das funções das instituições profissionalizantes e na sua forma de agir em busca da melhoria de alternativas para a solução de problemas quanto à formação de mão de obra de qualidade. A expectativa é que essas alternativas possam contribuir para o enfrentamento dos modelos de gestão institucional que estimulem ainda mais o desenvolvimento capitalista do país.

Segundo Brandão (2009, p.6), a preocupação de formação de mão de obra qualificada torna-se evidente em 1927, quando o Deputado Graco Cardoso apresenta à Câmara dos Deputados, em 15 de agosto do mesmo ano, Projeto de Lei<sup>4</sup> que buscou traçar “princípios orgânicos” a serem adotados nacionalmente para o ensino que ele próprio denominava: “ensino técnico industrial”. O projeto não foi aprovado, mas apresentava uma proposta inovadora de formação profissional escolar de nível médio, cuja modalidade não existia no Brasil: o técnico. Esse profissional estaria situado entre o operário e o engenheiro.

No Decreto 24.558, de 03 de julho de 1934, que transformou a Inspeção do Ensino Profissional Técnico em Superintendência do Ensino Industrial, pode-se observar a ruptura

---

<sup>3</sup> Nos anos de 1920 – 1937, o percentual de crescimento foi de 42 %, de 1937 a 1947 passa a ser de 82%, de 1947 a 1957 foi de 123 % e considerando os anos de 1920 a 1957, o percentual salta para 475 %. (FURTADO, 1976, p. 129).

<sup>4</sup> Projeto apresentado à Câmara dos Deputados em 15 de agosto de 1927. A versão integral do projeto encontra-se publicada em Fonseca, 1986, v.1, p.273.

que então se processava no ensino profissionalizante no país – em termos de função e de concepção. Assim, algumas de suas considerações iniciais publicadas no decreto, embasavam uma nova direção à estrutura do ensino profissional:

[...] Considerando que a evolução das indústrias nacionais impõe a adaptação do ensino indispensável à formação dos operários às exigências da técnica moderna;  
 Considerando que atualmente este ramo educativo está restrito, nos estabelecimentos oficiais, a uma organização que apenas atende à formação de artífices para as profissões elementares;  
 Considerando que a falta de operários graduados e de contra - mestres é, além de manifesta, penosamente sentida nas fábricas e nas oficinas;  
 Considerando que as indústrias nacionais já exigem um operariado com conhecimentos especializados e de nível superior ao do ensino primário; [...] (BRASIL, 1934b).

O projeto de escola que se tinha em mente não era mais a daquela que pretendia ser apenas uma solução moral, ou ideológica, para os problemas sociais; nem tão pouco o projeto de ensino era aquele que formaria um artesão, ciente dos ‘mistérios’ artísticos de seu ofício. O cenário social era outro, uma ruptura havia se operado. Tratava-se de formar mão de obra para a indústria nacional com "conhecimentos especializados e de nível superior ao ensino primário" com uma formação que atendesse "às exigências da técnica moderna”.

As experiências na área de formação profissional, tanto em instituições públicas quanto privadas, a exemplo no ensino de ofícios, procuravam diversificar o tipo de formação para fornecer ao mercado de trabalho, profissionais com variadas habilidades. Essa, entre outras práticas, foi determinante ao longo da história para redirecionar as políticas do Estado à formação profissional, visando incrementar o processo de industrialização do país.

Segundo Santos (2000), na década de 1930, quando o governo começou a implementar novas estratégias para a capacitação da força de trabalho, surgem como resultado altas taxas de crescimento no setor da indústria e serviços.

[...] são orientadas políticas no campo da educação com o objetivo de atender às demandas do processo de industrialização e do crescimento vertiginoso da população urbana, começando pela criação do Ministério da Educação e da Saúde em 1930, quando se inicia uma autêntica reestruturação no sistema educacional brasileiro, notadamente no âmbito do ensino profissional, que, ao instituir a Inspeção do Ensino Profissional Técnico, ampliou os espaços de consolidação da estrutura do ensino profissional no Brasil (p. 216).

Contudo, esse processo de industrialização, que contava com a ampliação do ensino profissional, é criticado por Ianni (1979), visto como parte de um processo de reestruturação do Estado. O autor avalia que o governo, servindo a interesses econômicos, políticos e

militares, não teve um planejamento estratégico preestabelecido em nível nacional e que, “(...) foi respondendo aos problemas e dilemas conforme eles apareciam no seu horizonte político”.

Para Ribeiro (2005), esse quadro de transformações motivou o lançamento, em 1932, do Manifesto dos Pioneiros da Educação da Escola Nova, entendido por muitos educadores como forma de protesto contra o atraso educacional, que procurava combater a dualidade do ensino cultural e profissional, além do centralismo, que não permitia a adaptação das escolas às suas regiões.

Segundo Sander (2007, p. 28), o Manifesto dos Pioneiros da Educação da Escola Nova estava em consonância com o movimento escolanovista: “A renovação educacional no início da Segunda República estava alicerçada nas teorias psicológicas de Lourenço Filho, na contribuição sociológica de Fernando de Azevedo e no pensamento filosófico e político de Anísio Teixeira”.

Anísio Teixeira (1954), um dos signatários do Manifesto, também criticava a dualidade do sistema educativo brasileiro, o que era constituído em dois tipos distintos de educação: um acadêmico, destinado à formação da elite, e o profissional, reservado ao atendimento das classes trabalhadoras, decorrentes do dualismo social, respaldado por diferentes correntes ideológicas ao longo de nossa história.

Nesse contexto, Kuenzer (1997) afirma que na história da educação no Brasil sempre houve confronto entre educação geral e educação específica, em decorrência da sua própria natureza de mediação entre a educação fundamental e a formação profissional *stricto sensu*. Dessa forma sua dupla função – preparar para a continuidade dos estudos e para o mundo do trabalho – lhe confere ambiguidade, “uma vez que esta não é uma questão apenas pedagógica, mas política, determinada pelas mudanças nas bases materiais de produção, a partir do que se define a cada época uma relação peculiar entre trabalho e educação” (KUENZER, 1997, p. 9-10). Sobre esse mesmo dualismo, Frigotto, Civiatta e Ramos (2010) também questionam.

A literatura sobre o dualismo na educação brasileira é vasta e concordante quanto ao fato de ser o ensino médio sua maior expressão. Neste nível de ensino se revela com mais evidência a contradição entre o capital e o trabalho, expressa no falso dilema de sua identidade: destina-se à formação propedêutica ou à preparação para o trabalho? (p. 310).

Ao longo da década de 1930, toda a polêmica educacional esteve presente com a participação de diversos estudiosos que desencadearam o movimento de renovação do ensino, denominado Escola Nova. A atuação destes pioneiros, todavia, estendeu-se pelas décadas seguintes sob fortes críticas dos defensores do ensino privado e religioso (VIEIRA; FARIAS,

2003).

As movimentações políticas, em meados da década, resultaram num golpe de estado dado pelo, então, Presidente Getúlio Vargas, que instalou o Estado Novo e outorgou uma nova Constituição em 10 de novembro de 1937. O projeto de desenvolvimento traçado e mantido pelo Estado Novo apresentava, como meta prioritária, a transformação da economia brasileira, substituindo a economia eminentemente agrária, voltada à exportação, por uma economia moderna, (voltada à industrialização), a qual era capaz de atender à demanda interna e competir no mercado mundial.

Segundo Cunha (2000), em consequência da Segunda Guerra Mundial, desencadeada em 1938, com um intenso envolvimento dos Estados Unidos no confronto, criaram-se as condições para a economia brasileira substituir grande parte das importações, praticadas por produtos oriundos da produção nacional. Em virtude disso, ocorreram a expansão e a abertura de novas fábricas, conseqüentemente, um considerável aumento de trabalhadores.

Esses fatos foram preponderantes para o desenvolvimento da política do governo conhecida como Modelo Nacional Desenvolvimentista, que tinha por meta a diminuição da importação de bens de consumo no país, estimulando assim a produção nacional. Esse novo cenário político brasileiro representou um marco para a inserção do Brasil no mundo capitalista de produção, ingressando nesse novo ciclo econômico. O antigo “modelo agroexportador” deu lugar ao “modelo de industrialização por substituição de importações”. Tal realidade trouxe a necessidade de força de trabalho com maior formação, o que exigia o aumento dos investimentos na educação (VIEIRA; FARIAS, 2003).

Nessa nova ordem administrativa, o governo defende a unidade do país comandada pelo chefe da nação. Segundo Fausto (2008), os estados passaram a ser governados por interventores escolhidos ao critério do Presidente da República, desaparecendo a figura dos representantes populares dentro do Congresso Nacional. A partir dessas medidas impostas, o governo garante para si o poder para legislar sobre as novas diretrizes educacionais claramente autoritárias e definidas nos artigos da nova Constituição, decretada pelo Presidente da República:

Art. 15 - Compete privativamente à União: [...] IX – fixar as bases e determinar os quadros da educação nacional, traçando as diretrizes a que deve obedecer a formação física, intelectual e moral da infância e da juventude;

Art. 16 – Compete privativamente à União o poder de legislar sobre as seguintes matérias: [...] XXIV – diretrizes da educação nacional; [...] (BRASIL, 1937, p. 22359).

Nas palavras de Machado (1982), mesmo sendo um governo autoritário, que promovia a unificação e fortalecimento do poder central, além de realizar intervenções em todos os estados, esse foi um período importante para a educação profissional, pois o governo buscou fortalecer o setor industrial na tentativa de preparar o país para a capitalização interna e prepará-lo para um novo contexto, visando ao crescimento da indústria nacional.

Esse fortalecimento do setor industrial contribuiu de forma significativa ao crescimento do ensino industrial, antes ofertado apenas pelo Estado, passando a ser oferecido pela iniciativa privada, por ocasião da criação do Serviço Nacional de Aprendizagem (SENAI)<sup>5</sup>.

Nesse período do governo Vargas, também ocorre a reformulação do Ensino Profissional pela Lei Orgânica do Ensino Industrial, promulgada pelo Decreto-lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942, que desencadeou uma série de mudanças significativas na estrutura do ensino até então praticado pelas instituições públicas federais. Santos (2000) faz referência às mudanças decorrentes da reestruturação do ensino industrial antes praticado, o qual direcionava o aprendizado focado na formação profissional, considerada necessária ao progresso da nação. Contudo, a falta de flexibilidade entre os vários ramos do ensino profissional e o ensino secundário se tornou um problema sério e gerador de muitos descontentamentos, uma vez que os alunos formados nos cursos técnicos só poderiam se inscrever nos exames vestibulares dos cursos relacionados diretamente com a sua formação técnica.

Somente em 1959, já no governo de Juscelino Kubitschek, foi realizada outra reforma importante no ensino industrial, regulamentada pela Lei nº. 3.552 de 16 de fevereiro. Franco e Sauerbronn (1984, p, 91) analisa que essa lei acabava com a multiplicidade de cursos industriais básicos, instituindo apenas um curso com o objetivo de fornecer uma fundamentação de cultura geral com algumas noções de ofícios. Desta forma, o ginásio era estruturado para ofertar matérias de cultura geral nos dois primeiros anos, quando se poderia explorar as aptidões dos educandos, uma vez que, nos terceiro e quarto anos, esse estudante tinha a oportunidade de optar por uma das aptidões técnicas, voltadas ao segmento industrial, agrícola, comercial, educação para o lar ou pelo ensino geral.

Prescivalle (1982) também assinala que essa nova experiência surgia com uma dupla proposta. De um lado, unificar o ensino secundário e, do outro, incorporar a ideologia do

---

<sup>5</sup> O Senai foi criado durante o Estado Novo pelo governo de Getúlio Vargas, por meio do Decreto 4.048 de 22 de janeiro de 1942. Antes era denominado Serviço de Aprendizagem dos Industriários. (SANTOS, 2000, p. 224).

trabalho à cultura. Assim a distinção entre escola propedêutica (para as “classes médias e superiores”) e de formação profissional (para as “classes subalternas”) seria abolida pela conjugação da formação geral de modo paralelo e mutuamente abrangente.

Então, do Estado Novo até o início da década de 1960, o país passou por inúmeras mudanças significativas no cenário nacional. Segundo Franco e Sauerbronn (1984), no governo Vargas, o Estado continua como centro das decisões importantes da economia e passa a executar ações importantes para o programa de desenvolvimento, tais como: a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) em 1952, do Petróleo Brasileiro Sociedade Anônima (PETROBRÁS) em 1953 e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) em 1958, sendo esse último já no governo de Juscelino Kubitschek. Tais ações de ordem política e administrativas sinalizavam as direções que o poder público investiria para o desenvolvimento do país.

Quando o Presidente Juscelino Kubitschek assume o governo, em 1956, mantém o projeto desenvolvimentista de Vargas, com mudanças nas diretrizes, pois a inclusão do capital estrangeiro dá início ao plano de metas e do *slogan* “50 anos em 5”. O plano de metas incluía a construção de uma infraestrutura composta de estradas, transporte, redes de energia e a construção de Brasília. Entretanto, esse Plano Nacional de Desenvolvimento (Plano de Metas), inicialmente, não contemplava a educação, cujo tema foi incluído posteriormente no plano do governo e na agenda política do governo.

Esse fato é demonstrado por Oliveira (1955), quando ele diz que:

A Educação para o Desenvolvimento é o quinto tema básico de nosso Plano Nacional de Desenvolvimento. A formação de elites dirigentes capazes de interpretar com objetividade as peripécias de nossa luta pela conquista de um continente tropical e o processo histórico de nossa formação social, e de influir, com novas táticas, no destino dessa luta e desse processo: a educação de elites e de massas para a realização de novas tarefas, impostas por novas formas sociais e novas técnicas de vida econômica, eis o objetivo a que nos impelem as circunstâncias do momento que vivemos. A suscitação acelerada de uma inteligência numerosa e de alto padrão de cultura e objetividade, constituída de homens aptos a dirigir e criar, dentro das atividades econômicas de administração e de política, deve constituir motivo de um esforço planejado, que oriente nossa juventude para o campo das atividades de maior importância e para as profissões de que mais necessitamos. (p.41).

Fica claro o entendimento de que a inclusão tardia da educação foi utilizada como instrumento para a manutenção da burguesia no poder a partir da formação de elites dirigentes e como meio de capacitação da força de trabalho para incrementar o desenvolvimento industrial do país.

Entende-se que os padrões garantidores e de grandes prestígios apontados para a

política educacional brasileira, mesmo diante de tantas complexidades existentes no âmbito educacional, têm como pressupostos socioeconômicos e ideológicos a premência de educação profissional, devido a certa carência de formação da força de trabalho, historicamente conhecida pela sociedade brasileira.

Assim sendo, o governo, ao justificar a necessidade de implementar uma política educacional direcionada à educação profissional, diz respeito à metodologia de transigência das relações de trabalho no país. Alude-se que as políticas adotadas pelos governos são, realmente, de vital importância para acudir às novas imposições e as atribuições produtivas e tecnológicas impelidas pelo desenvolvimento.

Sabemos que a constituição da educação profissional no Brasil não ocorreu de forma abrupta e nem tampouco isolada, por isso ela deve ser compreendida considerando o contexto de desenvolvimento histórico-social do país. Para essa compreensão, é necessário considerar os sérios problemas vivenciados pela sociedade, ocasionados por influências do processo de crescimento da população nos grandes centros urbanos, o mercado interno, o aparecimento das primeiras indústrias e a desigualdade acentuada entre as classes sociais.

O discurso capitalista se apresenta dual e propenso às vantagens, que estão distantes dos reais motivos e interesses em relação à profissionalização da força de trabalho dos brasileiros. Ao adotar esse discurso, o governo se coloca numa posição que diminui e atrasa o processo de formação profissional e de escolarização, juntando-se, assim, aos interesses econômicos e políticos de organizações sócio-empresariais.

O entendimento sobre a estrutura da educação e, conseqüentemente, da formação do corpo docente, que faz parte do cerne da política educacional em toda federação brasileira, tanto no nível federal quanto no municipal e estadual, segue o mesmo entendimento e requisitos socioeconômicos listados pelo processo de produção e pelos seus gestores nas pessoas dos seus líderes empresariais, consubstanciados e subordinados às organizações sócio-empresariais, localizadas nos chamados campos produtivos e econômicos do país, regiões ou localidades (ANPEd, 2011).

Por isso, as políticas educacionais brasileiras, historicamente, pouco colaboraram e serviram de base para garantir o direito à conclusão da educação básica com formação integral e, tampouco, a ascensão de jovens estudantes de classe baixa para uma vida de igual oportunidade e realizações. Conclusão a qual chegaram também Shiroma e Lima Filho (2011).

[...]. De maneira que, ao longo dos anos, a desigualdade avança, vítima e amplia resultando assim, uma parcela bastante significativa da sociedade que

vive em situação de pobreza e que não teve a oportunidade de concluir nem o fundamental, como não possui também formação profissional qualificada (p. 727-728).

Dessa forma, tem-se, ao longo da história desta nação, um sistema educacional dual e dispare com os reais interesses das classes sociais economicamente desfavorecidas. Por esse ângulo, a educação pública e profissional destinada aos trabalhadores, identificava-se pela falta de investimentos, baixas conclusões em níveis fundamentais da escolarização, feios de currículos, modelos educacionais de treinamento para o trabalho, limitação de tempo necessário exigido pelo movimento de acumulação do capital, ambicionando, assim, os horizontes da duplicidade estrutural.

## **1.2 As Escolas de Aprendizes Artífices (EAA's)**

A criação das Escolas de Aprendizes Artífices aparece no cenário educacional no início do período republicano como proposta de empreendimento de grande importância e principal ferramenta eficaz para divulgação de novas convicções governamentais. Desta forma, presumia-se que a criação de tais escolas pudesse alavancar o processo de industrialização no país de forma equilibrada, beneficiando os grandes centros e proporcionando a inserção da camada populacional desvalida economicamente ao mercado de trabalho.

Santos (2000, p. 212), aponta que “a ideologia do desenvolvimento baseado na industrialização passou a dominar os debates em torno de um projeto para o país, para atingir o progresso, a independência política e a emancipação econômica”. Contudo, a criação dessas unidades escolares nos estados, mesmo se apresentando respaldada por um dispositivo legal e amparada pela justificativa de atender ao surto industrial brasileiro, objetivava contribuir para o crescimento das vagas de emprego nas indústrias nos grandes centros.

Todavia, para suprir essa deficiência era necessário um incremento de profissionais com conhecimentos um pouco mais especializados para satisfazer às necessidades do mercado. Santos (2000, p. 212-2013), afirma que:

[...] todas as Escolas de Aprendizes Artífices foram implantadas em edifícios inadequados e com suas oficinas apresentando precárias condições de funcionamento. A escassez de mestres de ofícios especializados e de professores qualificados foram fatores decisivos, que influenciaram diretamente na baixa eficiência apresentada pela rede de Escolas de Aprendizes Artífices.

Outro fator preponderante, descrito por Santos (2000, p. 213), aparece na baixa

eficiência apresentada pela rede de Escolas de Aprendizes e Artífices em função da escassez de mestres de ofícios e professores qualificados, o que induziu o poder público a contratar professores mesmo sem habilitação necessária para atuar no ensino profissional. Essa deficiência inicial, nas Escolas de Aprendizes e Artífices, pode ter contribuído inicialmente para a grande porcentagem de evasão, apresentada no Quadro 1, comprovada estatisticamente com base no número de matrículas, frequências e taxa de evasão.

Quadro 1 – Número de frequência dos alunos matriculados nas Escolas de Artífices por estado (1910)

ESTADO	MATRÍCULA	FREQUÊNCIA	EVASÃO(%)
Amazonas	33	18	45,5
Pará	160	74	53,7
Maranhão	74	56	24,3
Piauí	52	28	46,2
Ceará	128	55	46,2
Rio Grande do Norte	151	86	41,7
Paraíba	143	112	21,7
Pernambuco	70	46	34,3
Alagoas	93	60	35,5
Sergipe	120	69	42,5
Bahia	40	30	25,0
Espírito Santo	180	52	71,1
Rio de Janeiro	209	145	30,6
Minas Gerais	32	24	25,0
São Paulo	135	95	29,6
Paraná	219	153	30,1
Santa Catarina	100	59	41,0
Goiás	71	29	59,2
Mato Grosso	108	57	47,2
TOTAL GERAL	2.118	1.248	-

Fonte: Fonseca (1961, p.169)

Esses dados permitem analisar que, no início do funcionamento das Escolas de Aprendizes Artífices, a grande maioria das instituições tiveram índices de evasão acima dos 40%.

Santos (2000, p. 214) afirma que, mesmo com esses dados apresentados no Quadro 1, a rede de Escolas de Aprendizes Artífices consolidou o modelo de Ensino-técnico Profissional no Brasil. Ele ressalta também que a evasão continuou sendo um grave problema nos anos

seguintes da sua implantação e que diversos fatores contribuem para isso, principalmente pelo fato de que muitos alunos abandonavam a escola em busca de emprego nas fábricas e oficinas, visto que já possuíam conhecimentos mínimos para os diversos postos de trabalho.

Apesar de todos os problemas enfrentados no processo de implantação dessas Escolas de Aprendizes e Artífices, esse modelo de ensino profissional adaptou-se às diversas realidades de cada estado. Ao longo dos governos que sucederam Nilo Peçanha, pouca ou quase nenhuma mudança significativa acontece nas instituições.

A partir do governo de Wenceslau Braz (1914-1918), considerado um marco de início da industrialização do país, manifesta-se o interesse do governo em criar novas diretrizes para o ensino profissional. Então, esperava-se que essa medida pudesse contribuir efetivamente com o desenvolvimento do país e o combate à desordem social, à criminalidade e à ociosidade que, segundo o Presidente, continuavam a desorientar as massas urbanas (FONSECA, 1961).

O interesse do governo em construir novas diretrizes para o ensino profissional continua sendo dual: de um lado, para a ideologia conservadora, seria uma forma de proteger a sociedade e combater o desacerto social crescente no país, ocupando e “civilizando” os desocupados, ociosos; e, de outro lado, a ideologia progressista, industrialista que defendia o desenvolvimento das forças produtivas e, desta forma, inculcar valores de interesse dos industriários.

Nesse contexto, é implementado um novo regulamento das escolas de Aprendizes Artífices, denominado Regulamento “Pereira Lima”<sup>6</sup>, na expectativa de oportunizar a reestruturação das escolas da rede e que problemas existentes, como antigos e inadequados prédios, mestres desqualificados, ausência de um currículo comum, falta de equipamentos e materiais, evasão escolar, até então considerados como os responsáveis por algumas ineficiências, pudessem ser resolvidos de vez. Todas as ações previstas no regulamento eram considerados grandes desafios, em razão da forte crise econômica pela qual o país atravessava, uma vez que essa tensão foi agravada com a I Grande Guerra Mundial em curso. (QUELUZ, 2000, p. 153).

As mudanças começam a aparecer na década de 1920, quando o ensino profissional toma vulto, apesar de as condições das instituições ainda serem precárias. Nessa década, começa a emergir estudos que previam a remodelação do ensino profissional técnico. Neste estudo, cujo teor não foi aprovado, constava um item importante que viria a ser abordado anos

---

<sup>6</sup> Regulamento que levou o nome do ministro da Agricultura, Indústria e Comércio do Governo Wenceslau Brás. Conforme o Decreto 13.064, de 12 de junho de 1918, dá autonomia ao diretor da escola o poder de criar as novas oficinas que se fizessem necessárias às Escolas de Aprendizes Artífices.

mais tarde, referia-se ao incentivo à industrialização nas escolas como medida necessária ao desenvolvimento da formação de aprendizes artífices nos estabelecimentos federais.

Grande importância foi dada à condução de métodos “modernos e eficientes”. A ênfase na salvação dos menores abandonados e delinquentes, ainda presente na política adotada em 1918, desta vez ficou de lado. Buscou-se estabelecer uma nova filosofia educacional, um novo modelo de escola técnica, preocupada com o padrão de produtividade industrial e formação eficiente do operário qualificado (QUELUZ, 2000, p.158).

Segundo Kunze (2006), o espírito reformista, que se manifestou a partir do Regulamento de 1918 e do Serviço de Remodelação de 1921 e que tentou concretizar-se no Regulamento da Remodelação de 1926, trouxe novas perspectivas para o ensino profissional, apesar de ainda existir grandes problemas de infraestrutura. A criação de um currículo único para as EAA, a nomeação dos diretores e professores por meio de concurso, mantida do regulamento Pereira Lima, entre outras descritas a seguir.

Em 1926, estabeleceu-se um currículo padronizado para todas as oficinas, tratando-se de um marco de referência para o ensino nas diversas escolas da União, a Consolidação dos Dispositivos concernentes às Escolas de Aprendizes Artífices, regulamentada pela portaria do MAIC<sup>7</sup>, em 13 de novembro de 1926.

Fonseca (1961, p. 224-248) descreve em linhas gerais três grandes alterações desenvolvidas pelo serviço de Remodelação do Ensino Profissional Técnico, de 13 de novembro de 1926.

As atividades desenvolvidas pelo Serviço de Remodelação do Ensino Profissional Técnico geraram a chamada Consolidação dos Dispositivos Concernentes às Escolas de Aprendizes Artífices, cuja portaria foi assinada em 13 de novembro de 1926 pelo Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio Miguel Calmon du Pim e Almeida. Seu texto trouxe três grandes alterações às Escolas de Aprendizes Artífices: a criação de um currículo único a ser seguido [...], a criação do Serviço de Inspeção do Ensino Profissional Técnico [...], órgão encarregado de fiscalizar e proporcionar uma uniformidade às Escolas de Aprendizes Artífices e a [...]formalização legal da tese de industrialização[...] pela qual as Escolas de Aprendizes Artífices passam a aceitar encomendas para a fabricação de produtos em suas oficinas, mediante o fornecimento da matéria-prima, pagamento da mão

---

<sup>7</sup> Esse Ministério foi criado por determinação do Presidente Afonso Pena, que introduziu o tema do ensino profissional e que defendia a criação e multiplicação dos Institutos de ensino técnico e profissional, tendo em vista que muito poderiam contribuir também para o progresso das indústrias. Sancionou, pelo Decreto nº 1.606, de 29 de dezembro de 1906, a resolução do Congresso Nacional que mandava criar o Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, e que incluía, entre as atribuições da nova dependência governamental, os assuntos relativos ao ensino profissional. Posteriormente, teve a sua denominação alterada para Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (FONSECA, 1961, p.89).

de obra e despesas acessórias. Tudo deveria ser devidamente autorizado pelo Diretor, que do preço final do produto, que era estipulado pelo mestre-de-oficina, deveria prever o pagamento aos mestres, contramestres e alunos. Ficou ainda estipulada a dedução da quota de 20% como lucro da Escola, 8% para o pessoal administrativo e 2% a título de depreciação das máquinas. Formas de pagamento, prazos para entrega, extensão da obra, contratação de diaristas e tarefeiros, formulários de pedidos e tudo mais se encontra descrito em seu art. 21º, que é o mais extenso de todos.

A partir dessas mudanças, o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio propôs medidas que remodelassem o ensino profissional e, nesse período, a Educação profissional deixa de ser ofertada somente aos desafortunados. Fonseca (1961) ainda ressalta:

[...] no ano de 1922, foi apresentado na Câmara projeto que tornava o ensino profissional extensivo a todos, pobres e ricos. No ano de 1924, criou-se em São Paulo, no Liceu de Artes e Ofícios, a Escola Profissional de Mecânica com o objetivo de qualificar mão de obra especializada para as ferrovias paulistas, sendo mais tarde criado o Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional, com expansão das Estradas de Ferro do País. (p. 100).

Essas alterações, como pontua Fonseca (1961), foram determinantes para traçar um novo caminho para o ensino profissional. Em seus artigos iniciais, as inovações previstas no novo regulamento procuram resolver as designações relativas ao caráter de ensino oferecido pelas instituições, porque, até então, as escolas só estavam habilitadas a ofertar somente o ensino primário, uma vez que o ensino secundário dependeria de um ato presidencial. Diante disso, implementa-se o ensino complementar, e esta ação demonstra a intenção de transformá-lo em ensino de nível secundário, aumentando em dois anos o ensino complementar, equiparando-o ao ensino secundário.

Segundo Kunze (2006), na Remodelação do Ensino Profissional Técnico, mantém-se o texto que versa sobre a implantação das oficinas, ligadas às especificidades das indústrias locais. Entretanto, mantiveram a preocupação de listar as oficinas existentes e subdividi-las por secções. Elas eram, assim, denominadas como secção de trabalhos de madeira, secção de trabalhos de metal, secções de artes decorativas, secção de feitura do vestuário, secção de fabrico de calçados, secção de trabalhos de couro, dentre outras. A aprendizagem desses ofícios aconteceria no 3º e 4º ano primário e 1º ano complementar, ficando o 2º ano complementar dedicado à especialização de um ofício.

Outra mudança significativa versa sobre a criação de um currículo único a ser seguido por todas as Escola de Aprendizes Artífices, do 1º ano primário ao 2º ano complementar. Nessa mudança, são introduzidas no novo plano curricular duas disciplinas incomuns no nível primário: álgebra e trigonometria. Essa ação demonstra o primeiro esboço de tentativa de

transformar as Escola de Aprendizes em instituição de nível secundário. Outra mudança feita foi a alteração, em algumas partes do texto, da denominação de Escolas de Aprendizes Artífices para Escolas de Ensino Profissional Técnico.

No documento, é criado o órgão encarregado de fiscalizar e proporcionar uniformidade às Escolas de Aprendizes Artífices, além de enumerar competências nas diversas instâncias de funcionamento da instituição. As disposições previstas no documento, bem mais detalhadas que os antigos regulamentos, enumeram competências desde o Diretor ao servidor da portaria, passando pelo escriturário, professores, mestre de oficina e almoxarife. O concurso para Diretor e professores mereceu também uma redação mais detalhada, além de vigorar também o concurso para mestre de oficina e contramestre. Sobre isso Fonseca (1961) é enfático:

Por aquela portaria [do ministro da Agricultura, Miguel Calmon du Pin e Almeida, de 13 de novembro de 1926] era afinal, introduzida a industrialização no ensino profissional. Os diretores ficavam autorizados a aceitar encomendas, desde que as partes oferecessem a matéria-prima e pagassem a mão de obra e as despesas acessórias. Dessa vez, porém, dava-se um passo muito avançado. Além de pagar a quantidade de horas de trabalho dos alunos, abonava-se aos mestres e contramestres uma porcentagem, como remuneração fora das horas regulamentares (p. 99).

Com a implantação do Governo provisório (1930-1934), o Ministério da Educação e Saúde Pública foi reformulado, extingue-se a Comissão de Remodelagem do Ensino Profissional (vinculada à Diretoria Geral de Indústria e Comércio, subordinadas ao MAIC). Nessa mudança, as Escolas de Aprendizes Artífices são desligadas do Ministério da Agricultura e passam a ser subordinadas ao novo órgão, intitulado Ministério da Educação e Saúde - MES .

Esse desligamento das escolas do Ministério da Agricultura é motivado pela ampliação do programa do governo, o qual é destinado a fortalecer a educação profissional. O agrupamento de todos os estabelecimentos escolares existentes no país, regido pelo Ministério da Educação e Saúde<sup>8</sup>, estabelecia um horizonte promissor para as escolas profissionais, surgindo esperança de que, com o passar do tempo, obtivesse mais recursos financeiros para a recuperação e melhoria nas condições de suas instalações físicas.

Segundo Kunze (2012, p. 62),

[...] as Escolas de Aprendizes Artífices passaram a se denominar Liceus

---

<sup>8</sup> Nesta mesma Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, o Ministério recebe uma nova denominação com a supressão da palavra “Pública”, ficando apenas Ministério da Educação e Saúde (MES).

Industriais com a finalidade de ministrar o ensino profissional em todos os ramos e graus. Neste momento, foi lançada a primeira semente de transformação definitiva das antigas escolas de ofícios em escolas de ensino industrial, que seriam regulamentadas por uma nova normativa – a chamada Lei Orgânica do Ensino Industrial- expedida cinco anos depois.

Essas mudanças políticas estendem-se até 1942, por ocasião da implantação da Lei Orgânica do Ensino Industrial no Brasil. Fonseca (1961, p. 102-103) argumenta que:

Levando em consideração que o ensino nas escolas de aprendizes artífices estava restrito apenas à aprendizagem das profissões elementares, e que a evolução das indústrias no país já exigia um operariado com conhecimentos especializados e de nível superior ao do ensino primário, o mesmo decreto previa uma expansão gradativa do ensino industrial com a anexação, às escolas existentes, de secções de especialização condizentes com as indústrias regionais. Previa, também, aquele ato a possibilidade de instalação, por parte do governo federal, de novas escolas industriais que atendessem às necessidades das indústrias da região.

A mudança de sua denominação para Liceus já vinha sendo avaliada, tendo em vista que, desde a sua criação, as Escolas de Aprendizes Artífices vieram cumprindo fielmente seus objetivos, imputados na legislação que as regulamentava, muito embora se tenha anunciado que a sua criação tivesse a finalidade de formar mão de obra com certa qualificação para servir ao setor industrial. Na verdade, tais escolas voltaram-se mais à formação de artesãos, do que profissionais com alto nível de qualificação. Isso é demonstrado pelos cursos ofertados: trabalhos em madeira, metal, em couro, artes decorativas, artes gráficas, fabrico de calçados e vestuários, todos destinados a atender aos menos favorecidos economicamente.

Diante disso, com nova denominação para as instituições, o governo federal tenta abandonar o velho modelo de formação de artífices e promove a mudança com o objetivo de propagar o ensino profissional com vários ramos e graus. Dessa forma, essa nova visão tinha por base introduzir no mercado de trabalho técnicos habilitados para atuar nos diversos segmentos das indústrias que estavam sendo instaladas, principalmente nos grandes centros do país.

### **1.3 A Reforma Capanema e a educação profissional no Brasil**

A história da educação no Brasil possui muitas pesquisas voltadas aos anos de 1930 que evidenciam as ações, os caminhos e limitações das influências do Estado com objetivo de impulsionar, unificar e socializar o sistema de ensino brasileiro, principalmente no Estado Novo, carregado de pensamentos, ações autoritárias e centralizadoras.

A reforma Capanema tratou-se de uma reforma do sistema nacional de ensino, cuja reorganização do ensino primário, secundário e profissional foi definida por leis orgânicas específicas para cada modalidade de ensino. Para a reorganização do ensino profissional foram expedidas as leis orgânicas do ensino agrícola, industrial, comercial e normal. No seu âmbito também foram criadas as escolas industriais e técnicas em substituição aos extintos Liceus Industriais, oriundos das antigas EAAs.

As denominadas “Leis” Orgânicas do Ensino, constituíam-se em um conjunto de Decretos-Lei, elaboradas por uma comissão de educadores que compunha o Ministério da Educação. As Leis Orgânicas do Ensino, criadas durante a gestão do ministro Gustavo Capanema, foram promulgadas, em 1942, na modalidade decreto-lei, com o objetivo de estabelecer uma reforma na educação para adequar o ensino ao contexto econômico e social da época.

Mesmo estabelecendo uma reforma, a dualidade na educação continuava ao ponto de que ex-alunos da educação média profissionalizante tinham mais dificuldades de escolher outra carreira no ensino superior. Segundo Manfredi (2002), essa barreira, difícil de compreender, resultava em pouquíssimos candidatos dispostos a vencerem essas complexidades e continuarem seus estudos, porém os alunos secundaristas prosseguiram os seus estudos sem nenhum impedimento.

Então era clara a existência da divisão entre esses dois cursos, diz Manfredi (2002), sendo que o curso secundário era destinado à formação da elite, ou seja, os futuros dirigentes da nação; e o curso técnico profissional separado para o ensino industrial, para o ensino comercial e o ensino normal para a formação de professores.

A chamada Reforma Capanema foi implementada pelo Ministro da Educação e Saúde Gustavo Capanema por meio de seis decretos-lei, criados no período entre 1942 e 1946, que ampliaram a Reforma Francisco Campos (1931) e passaram para a história da educação com a denominação de Leis Orgânicas de Ensino:

Lei Orgânica do Ensino Industrial – LOEI- Decreto-lei nº 4.073, de 30/01/1942;

Lei Orgânica do Ensino Secundário – LOES- Decreto-lei nº 4.244, de 09/04/1942;

Lei Orgânica do Ensino Comercial – LOEC- Decreto-lei nº 6.141, de 28/12/1943.

Os decretos acima citados foram estabelecidos na administração de Capanema no governo Vargas, porém, com a queda de Vargas, a reforma continuou sob a égide do Ministro da Educação Raul Leitão da Cunha, no governo interino de José Linhares e, assim, após um breve intervalo de tempo, o Ministro deu sequência às publicações das Leis restantes:

Lei Orgânica do Ensino Primário – LOEP - Decreto-lei nº 8.529, de 02/01/1946;

Lei Orgânica do Ensino Normal – LOEN - Decreto-lei nº 8.530, de 02/01/1946;

Lei Orgânica do Ensino Agrícola – LOEA - Decreto-lei nº 9.613, de 20/08/1946.

A última lei – Lei Orgânica do Ensino Agrícola, fora publicada já no governo de Dutra, sob a responsabilidade do Ministro Netto Campelo Junior.

Segundo Kunze (2011), em relação ao nível médio, o ensino se configurou então como: o de formação geral, veiculado pelo secundário, e o de formação profissional, promovido pelo agrícola, industrial e comercial, voltados, respectivamente, aos setores primário, secundário e terciário da produção, e o normal, direcionado ao trabalho docente, todos eles divididos em primeiro e segundo ciclo educativo.

#### **1.4 As implicações da Lei Orgânica do Ensino Industrial no ensino profissional**

Os desdobramentos ocasionados pela reforma através da LOEI no ensino profissional, especialmente relacionada ao setor secundário da produção, estavam implicitamente direcionados à classe trabalhadora da indústria, dos transportes, das atividades artesanais, das comunicações e da pesca. Nesse processo, deixa de existir o termo “ensino de ofícios”, o que até então, era usado para definir a prática educativa de nível primário que estava vinculada às atividades artesanais nas oficinas e fábricas manufatureiras.

Segundo Manfredi (2002, p. 99), essa reforma redefiniu os currículos e as articulações entre cursos, ramos, ciclos e graus. Essa redefinição se motivou de duas formas: a primeira por razões econômicas, relacionada aos interesses do projeto de desenvolvimento assumido por Vargas; e a segunda por razões ideológicas, de modo a montar um quadro geral e simétrico que tivesse abrangência e atingisse todos os tipos de ensino. Nas palavras de Fonseca (1961, p. 105), referindo-se ao panorama nacional antes da Lei Orgânica (LOEI):

(...) a Lei Orgânica do Ensino Industrial, Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942, veio modificar, por completo, aquele panorama. Daí por diante aquele ramo de ensino teria unidade de organização em todo território nacional. Quem estuda o texto daquela lei e o compara aos correspondentes de outros países, mesmo os mais adiantados em matéria de escolas industriais, não pode deixar de admirar a minuciosidade, a justeza com que são definidas as bases pedagógicas do problema, assim como as normas gerais de funcionamento das escolas.

Com nova roupagem, o “ensino industrial” passa a ser referido como modalidade de formação para preparo de um profissional de nível médio com formação específica para atuar em diversos setores, aos quais previamente poderia optar, de acordo com suas aptidões e

interesses.

Em termos gerais, a lei determinava no seu Art. 3º que o ensino industrial deveria atender:

1. Aos interesses do trabalhador, realizando a sua preparação profissional e a sua formação humana;
2. Aos interesses das empresas, nutrindo-as, segundo as suas necessidades crescentes e mutáveis, de suficiente e adequada mão de obra;
3. Aos interesses da nação, promovendo continuamente a mobilização de eficientes construtores de sua economia e cultura (BRASIL, 1942a).

Ainda, observa-se com especial atenção, que objetivando a preparação individualizada para o trabalhador, no seu Art. 4º, também lhe caberia:

1. Formar profissionais aptos ao exercício de ofícios e técnicas nas atividades industriais;
2. Dar a trabalhadores jovens e adultos da indústria, não diplomados ou habilitados, uma qualificação profissional que lhes aumente a eficiência e a produtividade;
3. Aperfeiçoar ou especializar os conhecimentos e capacidades de trabalhadores diplomados ou habilitados;
4. Divulgar conhecimentos de atualidades técnicas.

*Parágrafo único.* Cabe ainda ao ensino industrial formar, aperfeiçoar ou especializar professores de determinadas disciplinas próprias desse ensino, e administradores de serviços a esse ensino relativos (BRASIL, 1942).

Segundo Kunze (2011), todos esses cursos ordinários, ou seja, de formação profissional, teriam seus currículos constituídos por disciplinas de cultura técnica própria da seção e da área profissional a que se relacionassem, bem como por disciplinas de cultura geral e pelas práticas educativas, ambas com a finalidade expressa de acentuar e elevar o valor humano do trabalhador.

A reforma estabeleceu ainda uma medida relevante quando definiu o ensino industrial como de segundo grau em paralelo com o ensino secundário. Assim, essa equivalência permitiria uma articulação com outras modalidades de ensino, garantindo a progressão do aluno a escolas superiores relacionadas aos cursos concluídos.

Segundo Fonseca (1961, p.107), essa articulação entre diferentes modalidades de ensino representava um aumento relevante de oportunidades a todos, sem distinção.

Dava-se, afinal, a mesma oportunidade a pobres e a ricos. O ensino industrial já não vinha mais com a indicação de ser dirigido aos “desfavorecidos da fortuna”, ou aos “desvalidos da sorte”. Abria suas portas a todos e a todos oferecia as mesmas vantagens. Fora preciso esperar muitos anos, deixar que a ideia amadurecesse nos espíritos, para atingir aquela modificação do velho conceito que encarava o trabalho manual como humilhante e desprimoroso.

Fonseca (1961, p. 106) se referia ao fato de que a escola passava a ser democrática, “[...] um indivíduo que começasse a frequentar uma escola industrial, poderia de certo, ser um profissional qualificado para ser um engenheiro, um arquiteto ou um químico. Ato de profundo alcance social, verdadeira democratização do ensino”. Afirmava ainda que antes da reforma, “Um jovem que se matriculasse em uma escola profissional não teria o direito de prosseguir seus estudos, ao terminar o curso inicial. Sua vida ficaria adstrita a ser a de um mecânico, um marceneiro, ou um eletricitista, conforme o curso que escolhesse”.

Dando continuidade às providências complementares da Lei Orgânica do Ensino Industrial, o ministro Capanema aprova, através do Decreto nº 8.673, de 03 de fevereiro de 1942, o Regulamento do Quadro de Cursos do Ensino Industrial, no qual regulamenta o funcionamento dos cursos industriais, de mestria, artesanais e de aprendizagens para o 1º ciclo e cursos técnicos e pedagógicos para o 2º ciclo. Procurou organizar todos os cursos discriminando a abrangência de atuação, a duração, as disciplinas da Cultura Geral e Técnicas que deveriam ser ofertadas em cada um deles.

Com a reforma Capanema, as escolas industriais ministrariam somente cursos do primeiro ciclo (industriais, de mestrias, artesanais e de aprendizagens) e as escolas técnicas poderiam ofertar os cursos de segundo ciclo (técnicos, pedagógicos e outros, correlatos com o ciclo), conforme as determinações da LOEI nº 4.073/1942 e os seus decretos regulamentadores, decretos nº 4.127/1942 e nº 4.119/1942.

Na sequência, o Presidente Vargas promulga o decreto nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942, que institui as Escolas Técnicas e as Escolas Industriais em diversos estados da federação. Nesse regulamento, havia a previsão de inúmeros cursos de naturezas diversas, que viriam influenciar as ofertas de cursos técnicos e industriais previstos nas diversas instituições em todo país. Assim, as Escolas teriam a oportunidade de escolha de quais as melhores opções de cursos a serem ofertados em sua região, considerando as atividades econômicas em desenvolvimento em cada estado, fossem no setor primário, secundário ou terciário.

### **1.5 O Curso Técnico de Pontes e Estradas na rede federal: motivações expansionistas para o interior do Brasil**

Com o processo de industrialização idealizado pelo governo Vargas no período de 1930 a 1945, ocorre a consolidação do desenvolvimento industrial dentro do cenário econômico e político. Decorrente, dá-se início também a um processo de integração nacional a partir da concentração da população nas áreas urbanas, o que fortalece o capitalismo

industrial no país.

Nesse contexto, com o crescimento da indústria nacional, segundo Cunha (2000b), buscaram-se operários com melhor qualificação do exterior para operacionalizar as primeiras indústrias, dada a complexidade de máquinas utilizadas nas manufaturas. Assim, para manter o domínio nas suas funções, os operários não socializavam suas habilidades para não correr o risco de desemprego.

Agregado a isso, além da condição do monopólio de suas funções, estava a questão dos constantes movimentos grevistas dos operários para pressionar os patrões na melhoria dos salários e condições de trabalho, pois barganhavam pela própria condição de serem os únicos a manipular as máquinas.

Em consequência, começa a surgir o interesse, tanto do Estado quanto da indústria, em proliferar a valorização e qualificação do operário nacional.

[...] é preciso valorizar a busca da qualificação profissional como algo que dignificava o trabalhador, algo que ele desejasse para seus filhos, não como um destino fatal, mas como algo dotado de valor próprio. Para tanto, o ensino profissional teria de deixar de ser destinado aos miseráveis, órfãos, abandonados e delinquentes (CUNHA, 2000b, p. 6).

Diante da necessidade de regulamentar a qualificação de trabalhadores nas mais diversas habilidades profissionais, em função do programa de integração nacional, é aprovado o regulamento que dispõe sobre o rol de cursos do ensino industrial, através do Decreto 8.673, de 03 de fevereiro de 1942.

Assim sendo, considerando a imensa variedade de cursos previstos no regulamento e direcionando o assunto em pauta para o objeto desta pesquisa, abordaremos a proposta de oferta de cursos destinados à Indústria e da Construção, com foco no Curso de Pontes e estradas, relacionado com o objeto desta pesquisa.

Então, com o foco no regulamento de criação de cursos, publicado no Decreto nº 8.673, de 3 de fevereiro de 1942, havia a previsão de cursos destinados à Indústria e à Construção, que tinha, por conseguinte, a abrangência de segmentos ligados ao setor de construção civil e transporte terrestre.

Nesse contexto, a criação de cursos técnicos, aprovados no Regulamento do Quadro de Cursos do Ensino Industrial, pelo Decreto nº 8.673, se constitui como a primeira referência legal para a implantação e a oferta dos mais variados cursos técnicos em todo o país. A criação do Curso Técnico de Estradas, objeto deste trabalho, aparece pela primeira vez com a denominação de Curso Técnico de Pontes e Estradas, inserido na secção de Indústria da

Construção. Contudo, não foi encontrada nenhuma informação oficial quanto aos critérios adotados pelo então Ministro Gustavo Capanema para a instituição das mais variadas modalidades de cursos previstos pelo governo federal.

No Regulamento, os cursos industriais e de mestrias, ficaram separados dos técnicos em razão da natureza da oferta e dos níveis de aprendizagem proposto para atender as Escolas Industriais e Escolas Técnicas. Assim, tanto os cursos industriais e de mestria<sup>9</sup>, quanto os cursos técnicos<sup>10</sup> tiveram desdobramentos em relação à amplitude de atuação prevista para o egresso no mercado de trabalho. Cada curso fazia parte de uma Seção, ficando assim distribuídas:

[...] TÍTULO I

*Dos cursos industriais e dos cursos de mestria*

CAPÍTULO I

*DA DISCRIMINAÇÃO DAS SECÇÕES*

Art. 1º O ensino industrial básico e o ensino de mestria abrangerão as oito secções seguintes:

- I. Secção de trabalhos de metal.
- II. Secção de indústria mecânica.
- III. Secção de eletrotécnica.
- IV. Secção de indústria da construção.
- V. Secção de indústria do tecido.
- VI. Secção de indústria da pesca.
- VII. Secção de artes industriais.
- VIII. Secção de artes gráficas.

[...] TÍTULO II

*Dos cursos técnicos*

CAPÍTULO I

*DA DISCRIMINAÇÃO DAS SECÇÕES*

Art. 14. O ensino técnico se desdobrará nas dez secções seguintes:

- I. Secção de indústria mecânica.
- II. Secção de eletrotécnica.
- III. Secção de indústria da construção.**
- IV. Secção de indústria do tecido.
- V. Secção de indústria da pesca.
- VI. Secção de química industrial.
- VII. Secção de minas e metalurgia.
- VIII. Secção de artes industriais.
- IX. Secção de construção naval.
- X. Secção de construção aeronáutica.

(BRASIL, 1942b, Grifo nosso).

Em cada secção, ficaram instituídos os cursos pertencentes às atividades correspondentes ao tipo de formação previsto para cada área de atuação, tanto dos cursos industriais e de mestria quanto dos cursos técnicos.

<sup>9</sup> Cursos ordinários ofertados no 1º ciclo do ensino Industrial.

<sup>10</sup> Cursos ordinários ofertados no 2º ciclo do ensino Industrial.

Dessa forma, cada curso ocupava uma posição dentro de uma seção correspondente. No caso do Curso de Pontes e Estradas, tinha a abrangência no atendimento dos segmentos da Indústria da construção e do transporte terrestre, ficando assim distribuído nos Artigos 14º e 15º do decreto:

Art. 14º: O ensino técnico se desdobrará nas dez seções seguintes:

[...] III. Seção de indústria da construção.

Art. 15º: Ficam instituídos os cursos técnicos seguintes:

[...] III. Seção de indústria da construção:

3. Curso de edificações.

**4. Curso de pontes e estradas.**

(BRASIL, 1942b, Grifo nosso).

A proposta de oferta do curso de Pontes e Estradas previsto no regulamento tinha duração de três anos e abrangia disciplinas de Cultura<sup>11</sup> Geral e Cultura Técnica nas seguintes disciplinas, conforme o Quadro 2:

Quadro 2– Disciplinas de Cultura Geral e Técnica- Curso de Pontes e Estradas

CULTURA GERAL	CULTURA TÉCNICA
1. Português	1. Tecnologia
2. Inglês ou Francês	2. Desenho Técnico
3. Matemática	3. Complementos de Matemática
4. Física	4. Noções de Grafostática e de Resistência dos Materiais
5. Química	5. Ensaaios em Laboratório Tecnológico
6. História Natural	6. Topografia
7. História Universal	7. Noções de Geologia
8. Geografia Geral	8. Construções de Pontes
	9. Construções de Estradas

Fonte: Quadro elaborado pelo autor.

As disciplinas de Cultura Geral eram ofertadas em todos os cursos técnicos, assim como eram obrigatórias também as disciplinas de Higiene Industrial, Organização do Trabalho e Contabilidade Industrial. Essas disciplinas não apareciam na grade curricular porque eram consideradas como deveres do aluno de manter os espaços utilizados em condições adequadas de limpeza e organização para as atividades laborais para preservação da segurança dos usuários. Também havia a previsão da disciplina de contabilidade industrial, que se destinava a produzir informações para diversos níveis gerenciais como: auxílio às funções de

<sup>11</sup> Termo utilizado para designar as disciplinas pertencentes ao núcleo comum ou disciplinas técnicas.

determinação de desempenho, de planejamento e controle das operações e de tomada de decisões.

As disciplinas de cultura técnica eram especialmente relacionadas com a terminalidade, ou seja, visando proporcionar uma experiência física que capacitasse o educando para o exercício de uma atividade profissional específica inerente a cada curso. No Curso de Pontes e Estradas, as disciplinas propostas na matriz curricular mantinham uma ligação direta com o curso de Edificações, daí o motivo de o curso estar inserido na Seção de Indústria da Construção.

Do mesmo modo, as disciplinas de Tecnologia, Complementos de Matemática e Desenho Técnico eram reforçadas, na prática das oficinas, com os conhecimentos básicos e específicos necessários a cada curso. As demais disciplinas ofertadas, mantinham uma relação direta com o perfil almejado de formação técnica do aluno para cada curso.

Considerando as especificidades de cada disciplina ofertadas no curso de Pontes e Estradas<sup>12</sup>, cada uma delas corresponderia à formação de habilidades ao egresso para atuar no exercício de sua profissão, com o domínio dos conhecimentos das disciplinas: Tecnologia (reconhecer e entender a natureza, a obtenção e as propriedades dos materiais e processos da construção para sua correta especificação, controle e prevenção quanto às perdas físicas e de desempenho; interpretar e aplicar as normas técnicas, os processos executivos das diversas etapas de obras, analisando os critérios técnicos de segurança, economia e qualidade); Grafostática<sup>13</sup> e Resistência dos Materiais (aprender as propriedades dos materiais de construção civil visando seus corretos empregos e desempenhos como também o conhecimento das técnicas e ensaios de materiais analisando as propriedades físicas e mecânicas, características tecnológicas, especificações e normas); Complementos de Matemática (ampliação dos conhecimentos matemáticos voltados para a aplicação da matemática em situações do cotidiano como o meio e não como o fim), Desenho (visa trabalhar conteúdos técnico-científicos do desenho aplicados ao setor de projetos e obras de infraestrutura de estradas, aprender e ser capaz de interpretar e desenhar com instrumentos, perspectivas de sólidos, empregar técnicas, convenções e normas de projeto no desenho técnico); Topografia (estuda os fundamentos da topografia, seus objetivos e aplicações,

---

<sup>12</sup> Esses dados foram obtidos em diversos planos de curso de disciplinas ofertadas em cursos de Edificações e Estradas em anos posteriores a 1942. A competência de estudos e sugestões sobre os Planos de Curso, Currículos e Matérias, era do Departamento de Ensino Industrial, conforme o Artigo 134 do Regulamento do Ensino Industrial.

<sup>13</sup> Ramo da Mecânica: Conjunto de processos gráficos utilizados na resolução de problemas da estática. (HOUAISS, 2001).

conhecendo a importância da topografia para os diversos ramos de sua utilização, estuda a topologia e a nomenclatura dos principais acidentes geográficos e topográficos, os diferentes empregos para o levantamento planimétrico e altimétrico, manipulando corretamente os diversos instrumentos no uso corrente na Topografia); Geologia (conhecer os princípios de geologia, a origem e formação dos solos, a utilização dos solos nas obras rodoviárias, métodos de exploração e amostragem de solos em jazidas, estudar a caracterização dos solos, sua granulometria, plasticidade e índices físicos, aprende a caracterizar mecanicamente os solos e suas propriedades físicas e hidráulicas); Pontes e Estradas (tem objetivo de trabalhar conteúdos técnico-científicos na área de construção de rodovias e vias permanentes, aplicados ao setor de projetos e obras de infraestrutura de estradas e obras de arte como pontes, galerias).

Para o ingresso no curso de Pontes e Estradas, o candidato deveria ter concluído os estudos do primeiro ciclo do ensino secundário ou qualquer dos cursos da Seção de Indústria da Construção, além de ser aprovado em exames vestibulares, previstos no parágrafo 1º do artigo 22º do Decreto nº 8.673, de 3 de Fevereiro de 1942. Ao aluno concluinte do curso, era expedido o diploma de Técnico em Pontes e Estradas.

O regulamento do quadro de cursos do ensino industrial ganha expressiva importância quando o Governo estabelece as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial através do Decreto-Lei nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942 e institui a Escola Técnica Federal no Rio de Janeiro, denominada Escola Técnica Nacional, estabelecendo os cursos técnicos que essa unidade da federação estava habilitada a ministrar, dentre estes, o Curso Técnico de Pontes e Estradas.

A proposta no decreto, com grande diversidade de Cursos Técnicos, indicava que o governo tinha a intenção de atingir todos os segmentos que poderiam servir de suporte à União, em um processo de desenvolvimento industrial e transporte terrestre.

No ano seguinte, foi publicado o Decreto nº 11.447, de 23 de janeiro de 1943, no qual são fixados os limites da ação didática das escolas técnicas e das escolas industriais da União. No entanto, ele não explicita quais os critérios deveriam ser utilizados por cada instituição para a escolha dos cursos que teriam. Contudo, o funcionamento e seus condicionantes foram determinados pelo Ministro Capanema e, no seu Art. 26 e respectivos parágrafos, essas condições ficaram explicitadas:

Art. 26. As escolas técnicas e as escolas industriais de que trata o presente decreto, salvo a Escola Técnica Federal de Indústria Química e Têxtil e a Escola Técnica de Niterói funcionarão a partir do ano escolar de 1943, **com**

**os cursos de formação profissional que ora lhe são atribuídos.**

§ 1º Poderá o Ministro da Educação determinar que temporariamente deixe de ser ministrado um ou outro desses cursos, na hipótese de falta de matrículas ou de não estar completo o aparelhamento escolar imprescindível.

§ 2º Verificada qualquer deficiência de aparelhamento escolar, que impeça o pleno cumprimento do disposto neste artigo, serão tomadas providências para que o necessário suprimento se faça antes do início do ano escolar de 1944.

§3º Na medida em que o permitirem as respectivas instalações e demais condições técnicas, ampliar-se-ão, à vista das exigências da vida industrial do país, os limites da ação didática das escolas técnicas e das escolas industriais de que trata este artigo (BRASIL, 1943e).

No que diz respeito ao curso Técnico de Pontes e Estradas, pode-se observar no Decreto nº 11.447, que nem todas as escolas técnicas foram “escolhidas” para ofertar ofertá-lo. As Escolas Técnicas que poderiam ofertar diferentes modalidades de cursos técnicos foram dispostas na seguinte ordem:

- I. Escola Técnica Nacional, com sede no Distrito Federal <sup>14</sup>.
- II. Escola Técnica Federal de Indústria Química e Têxtil, com sede no Distrito Federal.
- III. Escola Técnica de Manaus, com sede no Estado do Amazonas.
- IV. Escola Técnica de São Luiz, com sede no Estado do Maranhão.
- V. Escola Técnica do Recife, com sede no Estado de Pernambuco.
- VI. Escola Técnica de Salvador, com sede no Estado da Baía.
- VII. Escola Técnica de Vitória, com sede no Estado do Espírito Santo.
- VIII. Escola Técnica de Niterói, com sede no Estado do Rio de Janeiro.
- IX. Escola Técnica Darcy Vargas, com sede na ilha do Marambaia, no Estado do Rio de Janeiro.
- X. Escola Técnica de São Paulo, com sede no Estado de São Paulo.
- XI. Escola Técnica de Curitiba, com sede no Estado do Paraná.
- XII. Escola Técnica de Pelotas, com sede no Estado do Rio Grande do Sul.
- XIII. Escola Técnica de Belo Horizonte, com sede no Estado de Minas Gerais.
- XIV. Escola Técnica de Ouro Preto, com sede no Estado de Minas Gerais.
- XV. Escola Técnica de Goiânia, com sede no Estado de Goiaz. (BRASIL, 1943e).

Destas unidades, a previsão de oferta do Curso de Pontes e Estradas contemplava oito escolas técnicas, dispostas na seguinte ordem:

- I. Escola Técnica Nacional, com sede no Distrito Federal.
- III. Escola Técnica de Manaus, com sede no Estado do Amazonas.
- IV. Escola Técnica de São Luiz, com sede no Estado do Maranhão.
- V. Escola Técnica do Recife, com sede no Estado de Pernambuco.
- VI. Escola Técnica de Salvador, com sede no Estado da Baía.
- XII. Escola Técnica de Pelotas, com sede no Estado do Rio Grande do Sul.
- XIV. Escola Técnica de Ouro Preto, com sede no Estado de Minas Gerais.
- XV. Escola Técnica de Goiânia, com sede no Estado de Goiaz. (BRASIL, 1943e) <sup>15</sup>.

<sup>14</sup> O Distrito Federal ainda situava-se na cidade do Rio de Janeiro

O primeiro plano oficial de viação do governo federal foi o “Plano Geral de Viação Nacional” (PGVN) de 1934, aprovado pelo Decreto N° 24.497, de 29 de junho de 1934 (Figura 1). Esse foi o primeiro projeto nacional para os transportes aprovado oficialmente, e uma de suas características era de ter a natureza multimodal, englobando ferrovias e hidrovias, mas a prioridade conferida pelo governo à modalidade rodoviária já começava, desde então, a se revelar e serviu de referencia para o desenvolvimento do Plano Rodoviário de 1937 ( Figura 2).

Nesse sentido, comparando a localização geográfica das escolas que foram “escolhidas” para ofertar o Curso de Pontes e Estradas, podemos observar que elas estão situadas nos eixos rodoviários previstos no plano de desenvolvimento do governo Vargas, ou seja, no do Plano Rodoviário de 1937 ( Figura 2).

Esses planos não surgiram por acaso, tiveram influência de outros desde o Século passado, contudo, os planos viários relacionados ao transporte rodoviários surgiram de iniciativas privadas a partir da década de 1920 como: o “Plano Catramby” (1926/27), que propôs a construção de rodovias superpostas aos traçados ferroviários; o “Plano Luiz Schnoor” (1927), que propôs a construção da rede rodoviária, considerando a capital federal no Planalto Central; e o “Plano da Comissão de Estradas de Rodagem Federal” (1927), que propôs a construção da rede rodoviária, passando pelo Planalto Central, mas centrada no centro-sul e no nordeste do Brasil (BRASIL, 1974).

O Plano Geral de Viação Nacional de 1934 e o Plano Rodoviário do DNER de 1937, conforme as Figuras 1 e 2, serviram de base para coordenar a política nacional de transporte até o “Plano Nacional de Viação”, de 1964 (BRASIL, 1974).

Importante ressaltar que o planejamento de integração nacional de natureza multimodal foram gradualmente sendo substituídos por Planos rodoviários. Esses planos já revelavam com bastante antecedência que a intenção de transferir a capital federal para o planalto central era anterior ao governo de Juscelino Kubitschek.

---

<sup>15</sup> Da relação acima, as únicas escolas que não poderiam ofertar cursos voltados ao setor de construção civil e de transporte terrestre eram a Escola Técnica de Indústria Química e Têxtil e a Escola Técnica Darcy Vargas, cujos perfis eram respectivamente, os previstos nas secções de química industrial e indústria de tecido, e o da indústria da pesca e suas derivações.

Figura 1 - Plano Geral de Viação Nacional (1934)



Fonte: (SEMAN, 2010)

Segundo Seman (2010), nesse plano constavam não só os troncos e ligações que deviam ser construídos, mas, também, os já existentes, que fossem de interesse geral, de modo a serem parte integrante da rede federal de vias de comunicação, e que deveriam atender aos seguintes requisitos: ligar a Capital Federal a uma ou mais capitais dos diferentes Estados; ligar qualquer via de comunicação da rede federal a qualquer ponto de nossa fronteira com os países vizinhos; constituir vias de transporte ao longo da fronteira, ou dessa paralela, a menos de 200 km de distância; ligar entre si dois ou mais troncos de interesse geral, com o objetivo de estabelecer, por caminho mais curto, comunicações entre duas ou mais unidades da federação; e atender a exigências de ordem militar.

O mesmo autor, argumenta que o aumento progressivo da frota nacional de automóveis, distribuída por todo o país, implicou na criação, pelo Governo, de um órgão dentro da estrutura do Ministério de Viação e Obras Públicas para cuidar especificamente das rodovias.

Gômara (1999, p. 29), em estudo sobre o transporte rodoviário interestadual e internacional: “ênfatisa que mesmo antes de Vargas, a política de transporte rodoviário no país



(1974), o órgão apresenta um relatório que afirma:

(...) o DNER veio coordenar a política de transporte rodoviário ao planejar, construir e conservar as rodovias no território brasileiro, principalmente as rodovias federais. Segundo Ministério dos Transportes (1974), ainda em 1937, o DNER apresentou um plano nacional de estradas de rodagens, propondo a criação de dois grandes eixos rodoviários no território brasileiro: Um eixo, ligando a região sul à região nordeste, seguindo a costa litorânea; e outro eixo, ligando a região sul do Brasil à região amazônica, passando pelo interior do território brasileiro na região do Planalto Central. (BRASIL, 1974).

A proposição de construção apenas de dois grandes eixos rodoviários de rodovias federais interligando a região sul com o nordeste e a Amazônia pode ser melhor visualizada na Figura 3:

Figura 3 - Configuração dos Eixos Rodoviários do DNER (1937)



Fonte: Elaborado pelo autor baseado no Relatório do Conselho Nacional de Transporte (1974).

Comparando a configuração do traçado dos dois grandes eixos, previstos como

interligação das regiões sul ao nordeste, contornando o litoral do Brasil, e da região sul à região Amazônica, passando pelo Planalto Central, percebemos que, na previsão do Relatório do Conselho Nacional de Transporte, esses roteiros coincidem com a localização das cidades onde estavam sediadas as oito escolas técnicas previstas no Decreto nº 11.447, de 23 de janeiro de 1943, nos estados do: Rio de Janeiro, Amazonas, Maranhão, Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Goiás que poderiam ofertar o Curso Técnico de Pontes e Estradas.

Assim, podemos deduzir que uma das condições para a escolha dos cursos técnicos a serem implantados nas escolas técnicas não foi aleatória. A decisão de implantação desses cursos da área de transporte estava em sintonia com a necessidade de viabilizar a construção de uma malha viária que possibilitasse a expansão e ocupação do interior do país. Tal entendimento permite a consideração de que o Decreto nº 8.673, de 3 de fevereiro de 1942, que facultava às instituições a possibilidade de ofertar cursos, da Seção de indústria da construção, dentre estes o curso técnico de Pontes e Estradas pode ter sido elaborado mediante uma análise prévia do Plano Nacional de Estradas de Rodagens.

Esses cursos, pelas características técnicas da formação, são próprios para possibilitar ao egresso a atuação direta nas frentes de trabalho, diante das diversas atribuições que lhe são facultadas. Entre elas estão os estudos topográficos e geotécnicos, abertura de estradas, acompanhamento de construção de obras de arte, dentre outros necessários para a adequada escolha das melhores alternativas para a obra e para o controle de qualidade na realização das estradas, influenciando decisivamente no custo de execução destas construções.

Nesse ínterim, outras escolas técnicas receberam autorização para funcionamento, tendo o Curso Técnico de Pontes e Estradas entre os cursos pioneiros. A exemplo disso tem-se a Escola Técnica Federal de Minas Gerais, na cidade de Juiz de Fora, denominada atualmente como Instituto Federal de Educação Profissional e Tecnológica – Campus Juiz de Fora no Sudeste de Minas Gerais. Apesar de não estar contemplada no Decreto 11.447, de 23/01/1943, essa escola ofertou o curso Técnico de Pontes e Estradas no ano de 1957, acompanhado de outros três cursos.

O mesmo acontece com a Escola Técnica Federal de São Paulo, no município de Sorocaba, que recebeu autorização para ampliação de sua ação didática via Decreto 21.609, de 12 de 08 de 1946, e passou a ofertar o Curso Técnico de Pontes e Estradas.

O curso técnico de pontes e estradas também foi ofertado na Escola Técnica Estadual de Lins, no estado de São Paulo, sob autorização do governo federal, na qual concedeu reconhecimento à escola limitado ao funcionamento do Curso. A autorização federal foi

concedida pelo Decreto n° 43.414, de 25 de março de 1958 (BRASIL, 1958).

Outra situação importante prevista na legislação, considerada para a regulamentação na oferta dos cursos, foi a previsão de sustentação para o aluno egresso atuar no mercado de trabalho.

Assim, diante da determinação do governo federal para iniciar o funcionamento de cursos técnicos, aparece um novo elemento que acaba contribuindo para estimular a procura dos cursos técnicos, mas entrava em conflito com outros profissionais da área de construção civil e agrônômica.

Essa medida surgiu em virtude das atribuições do técnico de nível médio que em alguns casos poderia conflitar com as atribuições dos engenheiros, necessitou da regulamentação e habilitação das atribuições da nova categoria ocupacional junto ao órgão competente, nesse caso, o Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura (CFEA). (BRASIL, 1946b).

No ano seguinte, em função das atribuições previstas para essa nova modalidade de profissional, especificamente no caso do Técnico em construção de pontes e estradas, o Conselho Federal de Engenharia (CFE), atendendo ao Decreto-Lei<sup>16</sup> n° 8.620, de 10 de janeiro de 1946, publica a Resolução n° 051, de 25 de junho de 1946, que “Dispõe sobre o exercício profissional dos técnicos de grau médio formados pelas escolas da União ou equivalentes”:

[...] Art. 2° - Para os efeitos do decreto n.º 8.620, de 10 de janeiro de 1946, são considerados técnicos de grau médio os diplomados pelas escolas técnicas da União ou equivalentes, após realização de curso técnico do ensino industrial (decreto-lei n.º 4.073, de 30 de janeiro de 1942), possuidores de título ou diploma de técnico de uma das especialidades do segundo ciclo do ensino industrial, ensinadas nos referidos estabelecimentos de ensino e que se enquadrem na discriminação feita no art. 7º desta Resolução.

[...] Art. 7º - Após o registro no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura, o interessado receberá a correspondente carteira profissional de “técnico” de uma das seguintes especialidades:

[...] h. “técnico em construção de pontes e estradas”, quando diplomado por curso técnico de pontes e estradas (CFE, 1946).

Em síntese, a proposta de oferta de cursos de diversas naturezas para entrar em funcionamento nas Escolas Técnicas Federais do país justificava a proposta defendida pelo

---

<sup>16</sup> Decreto-Lei n° 8.620, de 10 de Janeiro de 1946. “ Dispõe sobre a regulamentação do exercício de profissões de engenheiro, de arquiteto e de agrimensor, regida peio Decreto n° 23.569, de 11 de dezembro de 1933, e dá outras providências.( BRASIL, 1946c)

governo federal, a formação de mão de obra para o desenvolvimento do país. No entanto, nem todos os cursos tiveram sucesso na sua implantação, visto que muitos fatores interferiram no processo. Entre eles, um dos principais, está a falta de estrutura física e de equipamentos nas instituições, nas quais, na maioria das vezes, não tinham nenhuma condição de funcionamento.

A manutenção da integridade do território e a preservação da unidade da Federação sempre foram assuntos de importantes discussões desde os tempos coloniais. Com a instauração da República, o processo de integração de vastas áreas despovoadas, principalmente nas regiões norte, nordeste e centro-oeste, passou a ser objeto de discussões no parlamento nacional, destacando as políticas de incentivo para a construção de estradas e obras de arte para a interligação desses espaços. Prova disso, foi a preocupação, na primeira república, da intenção de mudança da capital federal para o Planalto Central.

Considerando toda a legislação de criação de cursos e respectiva regulamentação prevista na Reforma do Ensino e levando-se em conta e especial o Curso Técnico de Pontes e Estradas, a bibliografia consultada não faz mais referência de outras instituições, além dessas citadas anteriormente, que ofereceram essa modalidade de curso. Portanto, tem-se o Curso de Pontes e Estradas como o primeiro curso em nível nacional que inspirou a criação do Curso Técnico em Estradas, implantado na Escola Técnica Federal de Mato Grosso na década de 1960, sendo esse o objeto dessa dissertação.

Enfim, ao analisarmos as particularidades do curso em função das disciplinas ofertadas, perceberemos que existia um motivo evidente para a sua inclusão no rol dos cursos previstos na reforma: o desenvolvimento das regiões do interior dos estados da Federação. Se analisarmos as questões atuais relativas ao isolamento econômico dos espaços geográficos do território brasileiro, percebemos que ainda é muito grande e se nos reportarmos às décadas de 1940 ou 1950, veremos que a situação era muito mais crítica.

## **2 O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM MATO GROSSO: DO ARSENAL DE GUERRA À ESCOLA TÉCNICA FEDERAL**

Este capítulo busca, por meio de abordagem histórica e documental, investigar os diversos fatores que foram preponderantes para o desenvolvimento da Educação Profissional no Estado do Mato Grosso. Para isso, foi necessário procurar evidências ao longo da história que contribuíssem para a estruturação da educação profissional, levando-se em conta o contexto social, econômico, político e cultural de uma sociedade em desenvolvimento.

Cabia à instrução regular formar as crianças e jovens disciplinados preparando-os para desempenhar um certo papel social, bem como ocupar os espaços gerados a partir das relações de trabalho que estavam se concretizando. (CASTANHA,1999).

Diante disso, para tratarmos sobre esse tema, ressaltamos que o sistema de educação escolar, de um modo geral, não pode ser compreendido de forma isolada do contexto histórico-social do país. Sendo importante considerar que a maioria das mudanças ocorridas nos setores educacionais demonstrou inúmeras tentativas de amoldamento do ensino às situações emergentes, especialmente em virtude do panorama econômico pelo qual passou o Brasil desde o período provincial, principalmente tratando-se das políticas de colonização e ocupação da terra.

Historicamente, a educação profissional no Brasil está de um modo geral, relacionada aos modelos próximos ou iguais aos praticados em outros países. Sendo assim, adotando um modelo semelhante, o país herdou as influências da revolução industrial europeia, e, junto a essa influência, consolida a aplicação de projetos de desenvolvimento governamental destinados a aumentar massivamente o segmento dos trabalhadores, contrapondo a oferta de escolarização propedêutica que objetivava a continuidade dos estudos em nível superior. Nesse panorama, surge no Brasil, no século XIX, o ensino de artes e ofícios, procurando reproduzir as experiências europeias, unindo as artes às profissões de base manual.

A pesquisa desenvolveu-se considerando os acontecimentos históricos organizados cronologicamente, quando apresenta alguns estabelecimentos que praticavam a educação nos moldes da educação profissionalizada. Nela, procuramos descrever as características dos locais que tiveram atividades relacionadas ao aprendizado de ofícios, tendo, como protagonistas: o Arsenal do Exército, da Marinha e o Liceu Salesiano, os quais operavam em espaços públicos e privados existentes à época.

Magalhães (2004) considera que as instituições educativas são organismos vivos e dinâmicos por construírem sua história a partir das relações travadas entre todos os elementos que as constituem e entre estes e a realidade na qual se inserem.

Nesse contexto, a Educação Profissional no Estado de Mato Grosso será abordada neste capítulo a partir de referências encontradas desde o período imperial, na primeira metade do século XIX até o período Republicano, por ocasião da consolidação e implantação da Escola Industrial de Cuiabá, na década de 1940.

O estudo, procura evidenciar os aspectos relacionados à prática educativa organizada no estado de Mato Grosso, nos moldes semelhantes às atividades que já aconteciam em outros centros urbanos do país, bem como mostrar que, ao longo do tempo, essa prática educativa acaba influenciando outras instituições públicas e privadas na oferta dessa modalidade de ensino.

### **2.1. A Companhia de Aprendizes Artífices do Arsenal de Guerra em Mato Grosso (1842-1899)**

O Arsenal de Guerra da Província de Cuiabá (ANEXO B,C e D) é o cenário que por ora apresentamos neste trabalho. Descreveremos-na como a primeira escola pública de ensino profissional implantada na cidade de Cuiabá, na primeira metade do século XIX, após a construção do Arsenal de Guerra na província de Mato Grosso.

Segundo Crudo (1999), a Companhia de Aprendizes Artífices se constituiu, em Cuiabá, como a primeira experiência de ensino profissional em Mato Grosso por iniciativa do governo central intermediado pela ação militar, articulando trabalho e educação.

A construção ou reorganização dos Arsenais de Guerra<sup>17</sup> aconteceu em várias províncias do Estado brasileiro e tinha como objetivo aparelhar as Forças Armadas existentes e promover a construção de novas unidades em pontos estratégicos do território no intuito de proteger a soberania nacional.

Segundo Cunha (2005, p. 110), somente o Arsenal do Rio de Janeiro em 1834, já possuía duzentos jovens praticando os mais diversos ofícios:

---

<sup>17</sup> No processo de formação do estado brasileiro, foram organizados Arsenais de Guerra nas províncias situadas em pontos estratégicos como Pará, Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Sul e Mato Grosso, ampliando e reformando antigas instalações militares criadas no período junino. Nas demais províncias, foram instalados depósitos de material bélico. SODRÉ (1968).

[...] eles eram admitidos com idade de 8 a 12 anos e aprendiam, além de um ofício, desenho, e as primeiras letras pelo método de ensino mútuo<sup>18</sup>. Aos 21 anos de idade, tendo terminado a aprendizagem do ofício, recebiam certificado de mestre numa especialidade e eram contratados como operários efetivos, passando a perceber soldo.

Cunha (2005) salienta que essas corporações militares, apesar de ser consideradas de cunho filantrópico, foram, na verdade, utilizadas para formação da força de trabalho para os arsenais, utilizando menores órfãos, pobres e desvalidos, como matéria-prima humana.

Em Mato Grosso, inicia-se a construção do Arsenal na cidade de Cuiabá em 1819, durante o governo do Capitão General de Mato Grosso, Francisco de Paula Magessi Tavares de Carvalho e sua conclusão é finalizada somente em 1832, quando foi inaugurada com a denominação de “Arsenal de Guerra da Província de Mato Grosso”.

A instalação do Arsenal se justificava à época por várias razões, entre elas, por ser área de fronteira afastada das províncias mais desenvolvidas e por se tratar de um período em que existiam conflitos com países vizinhos. O arsenal era visto como imprescindível, principalmente pelo fato de a cidade de Cuiabá estar localizada em um ponto estratégico da fronteira oeste do Brasil e destinava-se fundamentalmente à estruturação de um estabelecimento militar para o conserto estocagem e fabricação de armas, servindo de base para o aparelhamento e abastecimento de tropas nas regiões fronteiriças do estado.

Segundo Kunze (2006, p. 14), na capital da província de Mato Grosso, em 1839, o Ministério da Guerra organiza o funcionamento no interior do arsenal da Companhia de Aprendizes Artífices, que passa a servir de abrigo e instituição educacional para encaminhamento profissional a meninos de famílias pobres, órfãos, indigentes, menores abandonados ou oriundos da Santa Casa de Misericórdia e que ali passavam a viver sob o regime de internato.

Os alunos, dependendo da idade, aptidão e porte físico, eram inseridos nos trabalhos das oficinas necessárias ao Arsenal com diversos ofícios ofertados, como carpinteiro, ferreiro, seleiro, funileiro, coronheiro, espingardeiro, sapateiro, alfaiate, tanoeiro, latoeiro, torneiro e armeiro:

As vagas, que até 1850 eram 25 e depois passaram para 50, eram limitadas e definidas de acordo com a lei de orçamento para as despesas da companhia, por isso, o preenchimento das mesmas se dava a partir de recrutamento por ordem de autoridades competentes, a partir da análise das petições dos

---

<sup>18</sup> O também chamado método Lancaster consistia no emprego dos alunos mais adiantados como professores dos demais, à guisa de repetidores (CUNHA, 2005).

tutores e dos requerimentos dos familiares dos menores (KUNZE, 2006, p.15).

Quando não eram encaminhados pela Santa Casa de Misericórdia ou através da petição dos tutores, a Companhia do Arsenal de Guerra avaliava os requerimentos dos familiares dos menores. Então, a seleção era bastante rígida baseada em informações sobre as características de seus ingressantes. Quanto à condição de saúde física e mental, ainda havia um critério em relação à situação social e econômica dos indivíduos com pretensão de fazer parte da instituição.

Crudo (1999) evidencia as condições em que os meninos aprendizes eram submetidos diante das atividades no Arsenal de Guerra de Mato Grosso. Na instituição, existia uma grande variedade de atividades que requeriam uma diversidade de funções, relacionadas às atividades exercidas especificamente por cada um, agravado ao fato de que no local, ainda havia trabalhadores assalariados, por empreita, por concurso, escravos do Estado, assim como prisioneiros civis e militares. Todos convivendo num mesmo ambiente, junto aos aprendizes acolhidos pela Companhia.

Sendo muitas as atividades desenvolvidas no Arsenal de Guerra, associado ao pouco espaço, o ambiente da Companhia de Aprendizes não era propício para nenhum tipo de aprendizado de leitura e escrita aos meninos que ali frequentavam. O imóvel, desgastado pelo tempo e uso, necessitava de reformas e ampliações, pois estava longe da ideia de um ambiente a ser considerado propício ao desenvolvimento de atividades comumente realizadas, ainda mais para a aprendizagem de alunos que já viviam em um regime de severa disciplina. Crudo (1999) enfatiza que o fato foi relatado pelo Diretor do Arsenal de Guerra através de Relatório<sup>19</sup> ao Presidente da Província de Mato Grosso.

Nascimento (2006, p. 278-283) ressalta que a justificativa para o funcionamento das instituições ali era que os meninos, inseridos numa instituição como o Arsenal, poderiam ser salvos da rua, ao mesmo tempo que não ofereciam riscos à população, nem enfejavam a cidade. Assim, os Arsenais de Guerra assumiram a qualidade de “instituição total”, tentando “controlar e regular o cotidiano e a vida dos internos que nem sempre aceitavam o que lhes era imposto e não se tornaram passivamente corpos úteis e dóceis”.

---

<sup>19</sup> Relatório do Diretor do Arsenal de Guerra ao Presidente de Província de Mato Grosso. Cuiabá, 26/01/1876. APMT Lata 1876 E/Arsenal de Guerra ( CRUDO, 1999).

A inserção compulsória dos meninos nos Arsenais se enquadra nas características no quarto grupo da chamada Instituição total de Goffman<sup>20</sup> (2005, p.11), que a conceitua como “um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada”.

O ambiente do Arsenal, conseqüentemente da Companhia, realmente não proporcionava maiores atrativos para a permanência de alunos a não ser compulsoriamente, pois as práticas severas de disciplina eram constantes, principalmente devido às circunstâncias de funcionamento. Entretanto, as instituições tentavam convencer as famílias humildes, por influência das elites imperiais, que o ambiente militar oferecia muitas vantagens, como abrigo, alimentação, roupa lavada e o ensino profissionalizante de um ofício. Isto também configurava, pelo menos no começo, certo atrativo para as famílias, que acreditavam destinar um melhor futuro a seus filhos.

Na prática, os ofícios eram considerados como necessários para a constituição da formação do indivíduo, colocando-o desde muito jovem exposto a uma realidade focada na formação profissional e atividades práticas no trabalho.

Crudo (1999) faz referência à formação do indivíduo nos arsenais como uma condição de trabalho infantil, pois a educação era colocada em segundo plano:

O trabalho constitui um dos elementos fundamentais do cotidiano dos menores. Sua presença nas oficinas do Arsenal de Guerra constitui mais que mera aprendizagem, configurando-se de fato como trabalho. Como se trata de trabalho real e não fictício, os meninos aprendem de fato os ofícios, contrariando as teses que apontam para o fracasso do ensino profissionalizante (p. 144).

Ainda, ressalta que a prática de ofícios era uma realidade diária no cotidiano dos internos e ela avalia que não havia a menor preocupação quanto aos parâmetros de idade para o desenvolvimento de atividades laborais, reafirmando a prática de trabalho infantil na Companhia de Aprendizes.

---

<sup>20</sup> Goffman (2005), quando foi estudar, de modo mais aprofundado, as instituições totais, enumerou-as em cinco grandes grupos: o primeiro seria criado para cuidar de pessoas que, segundo se pensa, são incapazes e inofensivas, tais como cegos, velhos, órfãos; o segundo seria criado para cuidar de pessoas consideradas incapazes de cuidar de si mesmas e que são também uma ameaça a comunidade, embora de maneira não intencional, tais como sanatórios para tuberculosos, hospitais para doentes mentais e leprosários; o terceiro tipo seria criado para proteger a comunidade contra perigos intencionais, e o bem-estar das pessoas assim isoladas não constitui problema imediato, tais como cadeias e penitenciárias; o quarto grupo seria criado com a intenção de realizar de modo mais adequado alguma tarefa de trabalho e que se justificam apenas através de tais fundamentos instrumentais, tais como quartéis e escolas internas; por último, o quinto grupo seria a criação de estabelecimentos destinados a servir de refúgio do mundo, embora muitas vezes sirvam também como locais de instrução para religiosos, tais como mosteiros e conventos.

Essa Companhia, considerada como a primeira experiência de ensino profissional de Mato Grosso, sem dúvida, constituiu uma atividade experimental compulsória na educação profissional de cunho militar. Com o pretexto de retirar os “desvalidos” ou “desafortunados” de uma vida desajustada e sem norte, ensinando-os as primeiras letras e um ofício que os auxiliaria na vida profissional, na verdade, tinha como objetivo primeiro preparar os artífices necessários à manutenção do Arsenal. Kunze (2006, p.16) ainda analisa mais a trajetória da Companhia:

Essa experiência de ensino profissional perdurou por quarenta anos em Mato Grosso e teve seu fim com a extinção dos Arsenais de Guerra do Pará, Pernambuco e Bahia e de todas as Companhias de aprendizes em 13 de janeiro de 1899 pelo Decreto nº. 3195.<sup>21</sup>

Contudo, o Decreto nº 3195, de 13 de janeiro de 1899, por solicitação do Ministro da Guerra Marechal João Nepomuceno de Medeiros Mallet ao Presidente Campos Sales, manteve os Arsenais de Guerra do Rio Grande do Sul e de Mato Grosso, com a seguinte justificativa:

A conservação dos Arsenais desta Capital, do Rio Grande do Sul e de Matto Grosso, classificados respectivamente em 1ª, 2ª e 3ª ordens, é motivada pela necessidade da manufactura e reparação do material bellico, a fim de abastecer os diversos departamentos militares e pela possibilidade, visto serem em menor numero, de dotal-os com aperfeiçoamentos que os habilitem a prestar realmente os serviços a que são destinados, com economia e aproveitamento para a administração da Guerra. O desta Capital attenderá os cinco primeiros districtos militares, o do Rio Grande do Sul ao sexto districto e o de Matto Grosso, que torna-se indispensavel pela posição especial deste Estado, fará os fornecimentos aos corpos alli estacionados. Assim pensando, submetto ao alto criterio de V. Ex. o incluso decreto, que resume as medidas a que se referem as opiniões expostas. Capital Federal, 12 de janeiro de 1899. – J. N. de Medeiros Mallet. (BRASIL, 1899)

Efetivamente, o Arsenal de Guerra de Mato Grosso, junto com a Companhia de Aprendizes Artífices, foi extinta no período republicano em 1916<sup>22</sup>. Podemos afirmar que a extinção das Companhias de Aprendizes Artífices, mesmo com as inúmeras justificativas de insuficiência de benefícios, gastos exagerados na sua manutenção, exaltados no Decreto 3195, de 13 de janeiro de 1899, também ocorreu por mudanças de ordem política e pelo aumento

<sup>21</sup> O Decreto n. 3195, de 13 de janeiro de 1899, Suprime os Arsenais de Guerra do Pará, Pernambuco e Bahia, extingue as companhias de operários militares e de aprendizes artífices, cria depósitos de artigos bélicos e dispõe sobre os respectivos prédios e terrenos.(BRASIL, 1899).

<sup>22</sup> Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, pelo general de divisão José Caetano de Faria, ministro de Estado da Guerra, em maio de 1916. Rio de janeiro, imprensa militar do Estado-maior do Exército, 1916. Obtido no Projeto de Imagens de Publicações Oficiais Brasileiras do Center for Research Libraries e Latin American Microform Project. (<http://www.crl.uchicago.edu/info/brazil/pindex.htm>).

das discriminações que sempre acompanharam esse modelo de ensino compulsório implementado por iniciativa militar, em que se tentava articular trabalho e educação para a população pobre. Santos (2000) faz referência a essa prática que mascarava as atividades degradantes através do ensino de ofícios.

No caso específico do ensino de ofícios, entretanto, nenhum progresso para elevar o seu status se efetivou, [...]. Permaneceu, nos primórdios do Império, a mentalidade conservadora que havia sido constituída ao longo dos três séculos de duração do período colonial: destinar tal ramo de ensino aos humildes, pobres e desvalidos, continuando, portanto, o processo discriminatório em relação às ocupações antes atribuídas somente aos escravos. (p. 208).

O ensino de ofícios no Arsenal de Cuiabá, implantado durante o período colonial e que perdura até o início do período republicano, evidencia certos êxitos dessa modalidade, ao demonstrar que o Arsenal de Guerra conseguiu formar bons operários e mestres de oficinas que posteriormente foram incorporados à EAAMT. Entretanto, a implantação desse modelo de ensino mostra que o objetivo dos militares não era preparar mão de obra livre, mas para a manutenção e abastecimento de tropas do exército encarregadas de defesa do país, sob o pretexto de retirar das ruas os meninos pobres e recolocá-los na sociedade como homens livres e do bem. Mesmo assim, sendo parte de um discurso originado na Europa, que articulava a educação e o trabalho necessário à ordem social, configura-se como a primeira experiência pública que inicia o ensino profissional em Mato Grosso.

## **2.2 A Companhia de Aprendizes Artífices do Arsenal da Marinha em Mato Grosso (1857-1878)**

Nos mesmos moldes e com os mesmos objetivos e finalidades da Companhia do Arsenal de Guerra nasceu a Companhia de Aprendizes Artífices do Arsenal da Marinha de Mato Grosso (ANEXOS E e F), também denominada Companhia de Aprendizes Marinheiros.

A criação do Arsenal da Marinha de Mato Grosso ocorreu em 19 de fevereiro de 1827<sup>23</sup>, por justificativas militares. Diante da necessidade de guarnecer e proteger o livre acesso pela navegação fluvial a partir do baixo rio Paraguai, tinha por necessidade a construção e conserto de embarcações para o transporte de insumos destinados à Província,

---

<sup>23</sup> 6º Distrito Naval. A Marinha do Brasil está presente na Fronteira Oeste desde a criação do Arsenal de Marinha da Província de Mato Grosso, em Cuiabá, a 19 de fevereiro de 1827. Com a criação daquele Arsenal, a Marinha de Guerra do Império deu o primeiro passo para o estabelecimento de um ponto de apoio sobre a rota fluvial de penetração ao norte da Província. Seu primeiro Comandante foi o Oficial da Armada João Augusto Leverger, posteriormente Barão de Melgaço, primeiro Oficial a comandar uma Força Naval em Mato Grosso e que se denominou Trem Naval de Mato Grosso. <http://www.corumba.com.br/lad-marinha.php>.

além de dar suporte e estocagem de material bélico, principalmente pela preocupação com possíveis investidas de países fronteiriços que ameaçavam o Forte Coimbra, conseqüentemente a Província de Mato Grosso.

Volpato (1993, p. 38) enfatiza esse fato, tendo em vista que a linha de fronteira com o Paraguai é delimitada pelo Rio Paraguai, e a condição de navegabilidade, considerada estratégica do ponto de vista bélico, tinha como finalidade promover a defesa do Forte Coimbra, dentro de nossos limites.

O viver em Cuiabá era marcado pela condição de fronteira, esta condição havia sido maior durante o período colonial, quando as fronteiras políticas não estavam ainda definidas e refluindo a partir da segunda década do século XIX, época em que todo o Brasil como as colônias espanholas na América do Sul viram-se envolvidas em respectivos processos de independência [...] enquanto possuidor de 300 léguas de linha limítrofe, Mato Grosso se via como região mais vulnerável do Império, sujeita a qualquer momento a uma tentativa de invasão, temida principalmente na região do baixo Paraguai.

Mesmo com a criação do Arsenal de Guerra da Marinha, a prática da utilização de menores em estaleiros continuava, pois somente trinta anos mais tarde que regulamentou-se com a criação da Companhia de Aprendizes Marinheiros através do Decreto nº 1.987, de 7 de outubro de 1857.

A Companhia de Aprendizes Marinheiro de Cuiabá manteve todas as características do ensino profissionalizante nos moldes da Companhia de Aprendizes do Arsenal de Guerra, ou seja, educar, disciplinar e preparar para o trabalho de forma que se tornassem futuramente trabalhadores disciplinados e úteis à sociedade. A diferença que existia entre as duas Companhias, basicamente, eram os ofícios ofertados, uma vez que o Arsenal da Marinha oferecia aprendizado de ofícios, como carpinteiros, calafeteiros, caldeireiros, e práticas de conservação de embarcações; enquanto o Arsenal de Guerra oferecia ofícios como carpinteiro, ferreiro, seleiro, funileiro, coronheiro, espingardeiro, sapateiro, alfaiate, tanoeiro, latoeiro, torneiro e armeiro. Portanto, o aprendizado nos Arsenais era diferente pela própria função militar que cada uma desempenhava.

Para a historiadora Crudo (2009, p. 10), o ensino de ofício tinha o objetivo de preparar o futuro trabalhador, na medida em que quebrava “sua resistência, seu modo de vida, sua cultura, sua visão de mundo”.

Os ofícios ofertados pela Instituição, como preparação para o trabalho, eram transmitidos pelos “mestres de ofícios”, pessoas com habilidades práticas que transferiam o conhecimento aos aprendizes através do processo imitativo, sem nenhuma orientação teórica formal. Segundo Fonseca (1961, p. 194), os critérios de seleção de meninos para exercer os

diferentes ofícios eram feitos de acordo com a aptidão e porte físico, pois segundo o regulamento era necessário ser cidadão brasileiro com idade entre 7 e 12 anos e “constituição robusta”.

No Regulamento do Arsenal de Marinha de Mato Grosso, segundo Mello (2009, p. 117), as atribuições eram cumpridas com muito rigor, tendo em vista que tanto os instrutores quanto os instruídos eram vigiados pelo Inspetor do Arsenal e Mestre Construtor, que, por sua vez, determinava encaminhava os aprendizes aos diversos instrutores depois de uma avaliação prévia de suas possíveis habilidades.

Esse regulamento não era visto com bons olhos diante da rigidez, e principalmente porque não existiam contrapartidas que justificassem o cumprimento de normas tão rígidas, já que no Arsenal e também na Companhia de Aprendizes não havia condições mínimas para o funcionamento.

Nesse contexto, agravando mais a situação do Arsenal, inúmeras constatações – como a escassez de madeiras na região para dar suporte à construção e reparo nas embarcações, a falta de navegabilidade no Rio Cuiabá no período de estiagem, quando as embarcações de maior calado tinham dificuldade de tráfego – e a inconveniência na sua localização levaram o Ministro da Marinha, João Maurício Wanderley, a propor a transferência do Arsenal no relatório apresentado na Assembleia Geral Legislativa.

O Arsenal, ou pequeno depósito de munições navais, destinado unicamente aos reparos e fornecimento da Flotilha da Província de Mato Grosso, devendo receber com a abertura da navegação fluvial o devido desenvolvimento, não poderá permanecer no local, em que presentemente existe, e terá que ser removido para outro que reúna melhores condições. Pouco ou nada se perderá com o abandono ao antigo Arsenal, porque ali de tudo ainda se precisa (BRASIL, 1855).

A Companhia de Aprendizes de Marinheiros manteve suas atividades de 1857 a 1878 até que a sua transferência para a cidade de Ladário se efetivou diante de mais um grave acontecimento ocorrido em 1865, quando o transbordamento do rio Cuiabá causou sérios prejuízos às instalações do Arsenal, como também às comunidades ribeirinhas. Em decorrência disso, a destruição de bairros, plantações, prédios públicos comprometeram o funcionamento e a manutenção das necessidades básicas das instituições, até na obtenção de gêneros de primeira necessidade. Nesse período, os menores aprendizes foram abrigados numa casa que pertencia a Antônio de Cerqueira Caldas, localizada próxima ao arsenal, no bairro do Porto (MELLO, 2009).

Segundo Mello (2009), o Arsenal de Marinha de Cuiabá foi extinto por meio do Aviso 754 de 25 de abril de 1873. Quatro meses depois, no Aviso de 30 de agosto de 1873, o Ministro da Marinha, Joaquim Delfino Ribeiro da Luz, nomeou o Chefe de Esquadra Francisco Cordeiro Torres Alvim para inspecionar o arsenal que, apesar de oficialmente extinto, ainda estava em atividade. O mesmo acontece com as Companhia Aprendizes.

Com a mudança do Arsenal, a Companhia de Aprendizes Marinheiros não se instalou de imediato na cidade devido às dificuldades para o recrutamento e preenchimento dos quadros da Companhia de Aprendizes. Assim, o Presidente da Província, José Maria de Alencastro, no relatório enviado à Assembleia Provincial, em 10 de março de 1883, faz considerações desfavoráveis à transferência para a nova cidade.

Mello (2009, p. 253) faz referência às críticas de Alencastro, que acusava a distância como principal fator que dificultava novos recrutamentos para o Arsenal e também para a Companhia de Aprendizes em Ladário “Se este estabelecimento [Arsenal de Marinha de Ladário] estivesse aqui [Cuiabá], como outrora, é muito de presumir que tanto uma [Companhia de Imperiais Marinheiros] como outro [Companhia de Aprendizes de Marinheiros] estariam completos.

Contudo, a acusação de Alencastro sobre a distância como fato negativo no recrutamento não encontra adeptos, pois, na verdade, existiam outros alertas sobre o fato que partiram do Presidente da Província, Antônio Cerqueira Caldas, sobre as dificuldades em se completar os quadros da Companhia e salientava que esta dificuldade já existia mesmo apesar da ação da polícia, ao recolher menores infratores e enviá-los para o Arsenal.

Crudo (2009, p. 84) se refere ao recrutamento compulsório de menores em documentos que comprovam a apreensão de menores pela polícia e encaminhados às escolas de aprendizes: “Quando a situação era inevitável, as mães preferiam que seus filhos ficassem no Arsenal de Guerra a serem enviados a outros corpos militares ou ao Arsenal de Marinha de Ladário”. Este e outros fatos aconteceram, entre outras razões, pela ação arbitrária contra os menores, quando eram presos e encaminhados ao Arsenal, que estava com deficiência de aprendizes. Outro fator considerado era a distância e o tempo que esses jovens ficavam longe da família, pois a cidade de Ladário situava-se aproximadamente a 1000 quilômetros de Cuiabá, o deslocamento entre essas cidades era feito por embarcações a vapor que percorriam o trecho somente duas vezes ao ano e levavam vários dias para concluir a viagem.

Venâncio (2007, p. 198) também cita o recrutamento e tratamento quando descreve a situação dos menores recrutados para a Marinha Imperial, sobretudo os enjeitados sociais, e a

formação dos “batalhões da esperança” durante a Guerra do Paraguai. Esse sistema de recrutamento, em que as pessoas eram enviadas compulsoriamente ao Arsenal, perduraria até as primeiras décadas do século XX.

A análise a ser feita é que a educação pelo e para o trabalho no Arsenal da Marinha, é implantada nos mesmos moldes do Arsenal de Guerra, ou seja marcada pela coerção e o estigma de controle e disciplinamento dos pobres e desvalidos. Passou a ser mais uma experiência de educação profissional protagonizada pelo Estado, explorando a mão de obra gratuita dos pobres e desvalidos, favorecendo a classe dominante através dos braços do exército e também a preparação de mão de obra para substituir a escrava e atender à população urbana em ascensão.

A princípio, não se pode afirmar que essa ação por parte do Estado e dos militares foi uma iniciativa no campo da educação profissional, mas o fato é que as escolas predecessoras dos Arsenais usaram esse modelo para aperfeiçoar as suas práticas. No caso da educação profissional, essa visão com várias interpretações se expressa, historicamente pela reprodução das relações de desigualdade entre as classes sociais, sempre com a “máscara” da preparação do jovem para a vida laboral.

Essa modalidade de ensino, marcante para a população da cidade de Cuiabá, se, por um lado, pode ter sido gestado no sonho do progresso para a região, por outro, constituiu-se como “ferramenta” que marca profundamente esse processo de construção do ensino em função dos interesses do governo e das classes dominantes.

Assim, logo após a Proclamação da República, o governo de Mato Grosso demonstra interesse nas ideias salesianas com a intenção de promover o progresso da região através da catequização das comunidades indígenas, diante das aclamações dos colonos por causa da resistência indígena no processo de ocupação de suas terras. Este e outros fatores desencadeiam uma nova fase do ensino profissional no Estado de Mato Grosso.

### **2.3. O Liceu Salesiano e o Ensino de Ofícios em Mato Grosso (1894-1908)**

Em meados do século XIX, em consequência do aumento da produção manufatureira e a poucos anos da proibição do tráfico de escravos africanos, a sociedade civil constituída, composta por membros da burocracia do estado, nobres, fazendeiros e comerciantes, começa a organizar corporações destinadas a “amparar” órfãos e/ou ministrar ensino de artes e ofícios.

Contudo, analisando estas experiências, Cunha (2005, p. 91) pondera sobre essa demanda, analisando que o “[...] entrecruzamento dos quadros de sócios com os quadros da

burocracia estatal permitia a essas sociedades se beneficiarem de doações governamentais, as quais assumiam importante papel na manutenção das escolas de ofícios”.

Nesse contexto, Mato Grosso necessitava expandir sua fronteira agrícola, condição para a entrada no mercado nacional e internacional. Entretanto, a presença de inúmeras sociedades indígenas em vastas porções do território mato-grossense, mostrava-se como enorme entrave a ser resolvido, uma vez que representava uma grande resistência ao desenvolvimento e ao crescimento econômico ditado nos moldes capitalistas (GALETTI, 2000).

Às sociedades indígenas atribuía-se a culpa pelo grande atraso na marcha para o progresso e a civilização. Para as elites dirigentes do Estado de Mato Grosso e para os latifundiários e uma boa parte da população, a presença dos índios maculava a imagem da região e isso precisava ser solucionado o mais breve possível.

Nas palavras de Galetti (2000), isso passou a constituir um problema concreto, e, na visão do estado, precisava de respostas urgentes e efetivas, “(...) pois era tida como um poderoso obstáculo à colonização do território mato-grossense, ao seu progresso econômico, já que impediam uma exploração mais intensiva e extensiva de suas tão decantadas riquezas” (p. 107).

O Presidente do Governo do Estado de Mato Grosso, Manoel José Murinho, expressou sua opinião sobre o assunto.

A catequese e a civilização dos nossos indígenas continuam a ser uma das mais sérias preocupações do governo, interessado como deve ser no aproveitamento de tantos braços ociosos, e que, bem empregados, poderão concorrer para a produção da riqueza econômica do Estado (apud LOURENÇO, 2014, p. 07).

Assim, por essas e outras razões, o Presidente do Estado em 1891 solicita ao então arcebispo de Cuiabá, Dom Luis D’Amour, a vinda de missionários para cidade a fim de intervir com sua ação catequizadora, pois conferia uma importância decisiva à ação evangelizadora e civilizadora dos salesianos, estes agindo como “facilitadores” para a expansão agrícola. Ele ainda enfatiza que, “[...] com tal serviço, ainda atende de perto com segurança e tranquilidade a indústria agrícola entre nós, a qual não poderá medrar, enquanto viver sobressaltada pelas correrias e ataques dos silvícolas” (apud FRANCISCO, 1998).

Nesse contexto, a missão Salesiana vinda de Montevideú subindo pelo rio Paraguai chega ao porto de Cuiabá, em 18 de junho de 1894, onde já eram esperados. Após a chegada, os salesianos começam a sua atuação, não só como o objetivo de catequizar os indígenas, mas

para implantar uma proposta de educação de qualidade nos centros urbanos, unindo a fé cristã e o trabalho junto à comunidade.

O padre Carletti (1944, p. 5-6) afirma:

O que era no começo a vida cristã, a vida religiosa, não somente nas selvas, senão também na mesma parte civil de Mato Grosso? A Arquidiocese de Cuiabá, começando pela Capital, tinha pouquíssimos sacerdotes; menos ainda a Diocese de Corumbá, tão vasta como França; e em todo o estado não havia um Colégio religioso. Eis porque não tardaram a se fazer sentir as pressões das autoridades religiosas e civis a pedir, antes bem, a impor que, se não de preferência, mas pari passu com a evangelização dos índios, os Salesianos se dedicassem ao ministério sacerdotal e à educação da mocidade, nas cidades e centros mais povoados, como Cuiabá, Corumbá, Campo Grande, Três Lagoas, Ponta Porã, Santana do Paranaíba etc.

Contudo, há de ser ponderar que, mesmo sabendo que a presença religiosa fazia parte do cenário de atuação evangelizadora, inicialmente confiada aos jesuítas, ficam claros os objetivos do governo Republicano na busca de apoio do braço religioso para a “civilização” e evangelização indígena. A duplicidade de interesses, de um lado, o Estado procurando solucionar os entraves do expansionismo, atravancado pela presença e resistência dos silvícolas, e, de outro, a missão Salesiana com uma proposta civilizatória, de empreendimentos voltados à colonização, modernização e progresso.

Assim, meses após a sua chegada, abrem-se as primeiras salas de aula do curso primário na Igreja Matriz da Freguesia de São Gonçalo do Porto, Paróquia de São Gonçalo e a seguir o curso ginásial. No ano de 1895, auxiliado pelo governo do Estado<sup>24</sup>, adquirem um imóvel com uma casa para a construção do Liceu de Artes e Ofícios, situado nas proximidades da Igreja São Gonçalo (LEITE, 1948)<sup>25</sup>. No ano seguinte, a escola é transferida para a Rua dos Pescadores, onde é criado o espaço destinado ao Liceu de Artes e Ofícios São Gonçalo, onde até hoje funciona o colégio Salesiano São Gonçalo.

A proposta inicial salesiana no campo educacional, segundo Francisco (1999, p.74), podia ser observada sob o ponto da ótica, educação pelo e para o trabalho. Nesse sentido, não havia diferença na oferta de ofícios, já que, na fundação da primeira escola, constatava-se uma heterogeneidade na composição dos alunos da primeira turma, em 1894, no primeiro ano de funcionamento: os filhos da elite, as crianças pobres urbanas, as crianças pobres rurais e os índios.

<sup>24</sup> Conforme Registro: Delegado Fiscal do Tesouro Federal, of. n° 126 de 19/12/1892; LIVRO de Crônicas de 15/8/1900: LEI do Orçamento de 1895 n° 80 art. 22 § 7º; Livro de Crônicas do Liceu, 7/3/1900; 5/4/1900. (MATO GROSSO, 1895).

<sup>25</sup> Tabelaio Luis-Philippe Pereira Leite: LIVRO n° 142, fls. 226 do livro 3-D do Cartório de 1º Ofício da Capital, registro n° 3180-A, fls. 226 do livro 3-28/5/1948, do Registro de Imóveis de Cuiabá, Segundo Ofício da Capital.

Em 1898, a missão salesiana inaugura as quatro oficinas distribuídas entre diversos ofícios, como alfaiataria, ferraria, carpintaria e curtição de couro do curso profissional, que inicia suas atividades com onze alunos. A partir daí, o ensino começa a não diferir do ensino de ofícios costumeiramente pregados pelas antigas Companhias de Aprendizes. Assim, a oferta de Educação Profissional, além de atender à comunidade urbana, passa a ser ofertada também para os jovens da zona rural, desta forma, a proposta dos Salesianos avança para as comunidades mais afastadas do centro, atendendo à comunidade rural com Educação Profissional Agrícola, sendo a primeira instituição a ofertar essa modalidade de ensino de ofícios com atividades voltadas ao segmento agrícola. A primeira comunidade a ser atendida nessa modalidade foi a do Coxipó da Ponte<sup>26</sup> em 1898, no entorno da cidade.

Esta proposta já fazia parte do Estatuto dos Salesianos. No ano de 1905, já definiam tal perfil aos proponentes daquela modalidade de ensino. Segundo Francisco (2000, p. 9):

[...] com o intuito de favorecer os jovens pobres e desvalidos, a Diretoria criou uma seção profissional mantendo um curso teórico prático de agricultura (a 6 km de Cuiabá) e as oficinas de tipografia, serralheria, carpintaria, alfaiataria, encadernação, curtume, de pedreiro e outras no mesmo Liceu.

A atuação da Congregação Salesiana, tanto na educação formal como na educação profissional no Estado de Mato Grosso, contribuiu para a disseminação da ideia de dever cumprido pelo estado. A busca de aliança com o episcopado nacional, em nome da influência Católica, reconquistou o espaço político e econômico do Estado. No entanto, a proposta inicial dos Salesianos que era a oferta de ensino de ofícios sem distinção às classes, acaba sendo abandonado e, segundo Francisco (2000, p.74), a educação profissional fica direcionada às “massas” e a educação em Ciências e Letras para os filhos das elites dirigentes, da qual faziam parte.

A missão salesiana dá prosseguimento ao seu propósito, direcionando a sua ação ao interior do estado e funda na cidade de Corumbá, nos mesmos moldes do Liceu, o Colégio Salesiano de Santa Tereza em 04 de abril de 1899. Concomitantemente, inicia atividades evangelizadoras nas comunidades indígenas do interior do Estado, a exemplo da Colônia Tereza Cristina, comunidade Indígena da etnia Bororo, situada nas proximidades da cidade de

---

<sup>26</sup> O Distrito do Coxipó da Ponte foi o primeiro caminho utilizado pelos bandeirantes que vieram entre os anos de 1673 e 1682. É considerado o primeiro núcleo de povoamento não indígena da cidade de Cuiabá quando Pascoal Moreira Cabral lavrou a ata de fundação do pequeno arraial da Forquilha, em 1719. Em 21 de setembro de 1929, no governo de Mário Correa da Costa, a localidade foi elevada à categoria de Distrito pela Lei N° 1.021, com a denominação de Distrito do Coxipó da Ponte. (GUEDES, 2010).

Rondonópolis, a 200 km de Cuiabá, e a Comunidade de Sangradouro, a 250 km de Cuiabá, onde também era atendida a etnia Bororo e depois recebe os remanescentes de Indígenas da Etnia Xavante e, em 1907, funda a Escola Agrícola Gratidão Nacional, na região de Palmeiras para atender a pequenos agricultores e também indígenas das colônias próximas.

O mesmo discurso de educação para o trabalho e em constante luta contra o ócio, a vadiagem, a criminalidade, o analfabetismo e a ausência de mão de obra qualificada, que antes era protagonizada pela justificativa do Estado para a manutenção das Companhias de Aprendizes, utilizou-se no Liceu Salesiano.

A cultura de exaltação da educação através do trabalho, ligada ao processo de acumulação do capital, empregou-se e foi bem recebida pela elite dirigente, com claras intenções de manter a separação das classes e para o desenvolvimento da região. Essa prática justificava plenamente a ação idealizada pelo Estado: disciplinariam jovens índios, órfãos, menores carentes e, por conseguinte, formariam mão de obra ordeira para a construção do estado de Mato Grosso.

No contexto da educação profissional, o projeto salesiano para Mato Grosso atende a um particular apelo do progresso modernista das elites locais. Nesse sentido, contribui para preencher uma lacuna na história da educação do estado, cujo dever era proporcionar educação de qualidade à sociedade mato-grossense. Contudo, essa instituição particular, em parte subsidiada pelo estado, também fez o seu papel e se configurou como uma Escola Profissionalizante, fazendo parte do rol de instituições que praticaram a educação profissional no Mato Grosso.

#### **2.4 Da Escola de Aprendizes Artífices à Escola Industrial Federal de Mato Grosso**

Como visto no Capítulo I, as Escolas de Aprendizes Artífices, implantadas nos 19 Estados da República e inauguradas em 1910, consolidam a política do governo federal na implantação do ensino de ofícios no Brasil. Coube a cada estado a estruturação interna e promover a sua evolução durante a sua existência. Nesse contexto, traçaremos o perfil dessa escola no âmbito do Estado de Mato Grosso, procurando apresentar a sua trajetória durante os trinta e dois anos de existência (1909-1941), exaltando a importância que esta instituição representava à época para a história da educação profissional mato-grossense e brasileira.

Segundo Fonseca (1961, p. 164):

O decreto de criação das escolas de aprendizes artífices tinha como meta uma formação profissional para a “dignificação da pobreza” dentro de uma instituição que ministrasse o ensino de modo prático com os conhecimentos necessários aos menores que pretendessem aprender um ofício.

Kunze (2006) aponta que a rede das escolas profissionais se subordinava ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio – MAIC, pois esse órgão tinha a atribuição de gerenciar todas as atividades relacionadas a estudos e serviços do setor produtivo e do comércio, indústria, ensino agrícola, escolas veterinárias, escolas de minas e o ensino profissional da indústria e do comércio. Assim, por decisão administrativa, de acordo com o organograma do Ministério, todas as escolas ficam vinculadas à 2ª Seção da Diretoria Geral de Indústria e Comércio do MAIC. Essa decisão favoreceu as fiscalizações daquele Ministério, supervisionada pelas Inspetorias existentes nos estados do Brasil.

No estado de Mato Grosso, a instalação de uma unidade educacional da federação foi aceita pelos gestores estaduais, principalmente, porque a matéria era de cunho relevante à nação. Assim, houve proposição da Câmara dos Deputados, habilitando o poder público a iniciar as escolas profissionais de âmbito Federal, desde que houvesse o entendimento entre a União e os governos estaduais relativo às atribuições de cada parte.

Fonseca (1961) levanta a questão debatida entre os parlamentares, alegando que o ensino primário era de competência do Estado e não da União, uma vez que isso se apresentava como inconstitucional na proposta do Governo Federal:

A intromissão do poder federal no ensino elementar dos Estados – e o profissional estava situado naquele grau – era considerado inconstitucional e os legisladores não poderiam indicar outra solução senão aquela do entendimento com as administrações estaduais (p. 169).

Nesse sentido, cada estado passa a contribuir para a realização do projeto educacional, considerando as especificidades de cada segmento produtivo local, conveniência e necessidade.

A participação do Governo do Estado de Mato Grosso na criação da Escola em Cuiabá aparece clara e entusiástica na mensagem do Vice - Presidente do Estado <sup>27</sup>, Cel. Pedro Celestino Correa da Costa, quando proferiu a mensagem em 1910, na Assembleia Legislativa:

#### ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES

Sob a direção do Sr. Bacharel João Pedro Gardés instalou-se, a 1º de janeiro, a Escola de Aprendizes Artífices, em um prédio cedido pelo Estado. Creada e custeada pela União e subordinada ao Ministério da Agricultura, essa instituição está destinada a prestar os maiores benefícios á infância

---

<sup>27</sup> Tratamento dado ao Governador à época.

desprotegida, ministrando-lhe instrução, ao mesmo tempo que o conhecimento das artes e officios. Funcionam actualmente ali as oficinas de carpinteiro, sapateiro, ferreiro e alfaiate, uma escola de instrução primaria e uma de desenho, devendo ser creada oportunamente mais a officina de correeiro. Attinge a 80 o número de alunos frequentes, e é de esperar que esse estabelecimento vá se desenvolvendo sempre, aparelhando-se de machinas modernas e de todos utensílios próprios ao ensino de tal natureza que a indústria fornece actualmente ás escolas profissionais (MATO GROSSO, 1910).

Em Mato Grosso, em consonância com o Decreto nº 7.566, que criou as Escolas de Aprendizizes Artífices, no seu Art. 2º, foram criadas, além de curso primário no período noturno e de desenho, quatro oficinas: carpintaria, sapataria, ferraria e alfaiataria. Posteriormente, ofertou-se a oficina de correeiro (artes no couro).

Kunze (2006, p. 37) afirma que a parceria entre os governos Federal e Estadual era fundamental e de grande interesse por parte de ambos. Diante disso, promovem com celeridade a instalação definitiva da Instituição. Dessa forma, o aporte financeiro para despesas para contratação de servidores administrativos e professores, assim como para a instalação das oficinas, fica a cargo da União; já o imóvel, mobiliário e material para as aulas de instrução primária como contrapartida do estado.

As obras de reforma e instalações da escola no imóvel cedidas pelo estado estavam avançadas, tanto que, no dia 18 de dezembro de 1909, é publicado na Gazeta Oficial<sup>28</sup> o primeiro edital de matrícula.

Os Srs. Pais, tutores e educadores de menores que desejarem matricular seus filhos, tutelados e educandos na Escola Federal de Artes e Ofícios, ultimamente criada pelo Ministério da Agricultura, e que funcionará desde princípio de janeiro de 1910, são convidados a apresentar suas petições no mais breve prazo possível, declarando a idade, naturalidade e sanidade dos matriculandos. Cuiabá, 16 de dezembro de 1909. Pedro Gardés, Diretor (apud Kunze, 2006, p. 40).

Nesse primeiro edital, estava claro o teor assistencialista explícito no decreto nº 7.566 que criou as Escolas, nele estava explícito que a oferta era somente às classes proletárias e aos “indivíduos [...] preferidos os desfavorecidos da fortuna” .

No conteúdo também não estavam nítidas as condições de acesso, pois não explicitava alguns documentos necessários à admissão, que foram indicados no Decreto de criação, como pode ser observado no seu conteúdo:

---

<sup>28</sup> Espécie de diário oficial da época.

Art. 6º Serão admitidos os indivíduos que [...] possuírem os seguintes requisitos, preferidos os desfavorecidos da fortuna:

a) idade de 10 anos no mínimo e de 13 no máximo;

b) não sofrer o candidato de moléstia infecto contagiosa, nem ter defeitos que o impossibilitem para o aprendizado de ofício.

§ 1º A prova desses requisitos se fará por meio certidão ou atestado passado por autoridade competente.

§ 2º A prova de ser o candidato destituído de recursos será feita por atestação de pessoas idôneas, a juízo do diretor, que poderá dispensá-la quando conhecer pessoalmente as condições do requerente à matrícula.

Art. 7º A cada aluno será apenas facultada a aprendizagem de um só ofício, consultada a respectiva aptidão e inclinação (BRASIL, 1909).

Não se tem registro de nenhuma ocorrência interpelada à escola sobre essa omissão no edital. Deduz-se que a escola, diante do primeiro desafio em compor o seu primeiro quadro discente, portou-se de maneira condescendente com os primeiros candidatos da instituição.

Segundo Cunha (2000a), a clientela prevista no decreto de criação das escolas era composta por crianças desvalidas socialmente, abrangendo os filhos de negros, ex-escravos, mendigos, rebeldes, prostitutas, desempregados, viciados, as crianças órfãs etc. Essas crianças eram consideradas altamente influenciadas pelos vícios, malandragens e com o ensino profissional certamente seriam conduzidas a uma vida regrada, séria e produtiva. Com isso, seriam incapazes de se rebelar contra a pátria com ideias contrárias aos interesses do novo regime republicano.

Kunze (2006, p. 37) afirma que a Escola de Aprendizes Artífices de Mato Grosso foi uma das primeiras escolas a serem criadas no Brasil, o início das aulas se deu no dia 08 de janeiro de 1910 com quarenta e sete meninos matriculados, posteriormente, prorrogou-se o edital de matrícula, completando o restante das vagas em um número de oitenta alunos.

O início das aulas só ocorreu pelo fato de existir a parceria entre o Estado e a União, demonstrando que havia interesses mútuos na realização do projeto governamental. Isto possibilitou que a instalação da Escola ocorresse em tempo recorde, reforçando assim o pacto federativo que consistia em garantir aos estados membros, soberania e autonomia para decidirem os rumos do país. Sendo, uma das propostas do governo, a educação profissional para o trabalho.

Assim como em outras instituições criadas em outros estados, não havia disponibilidade de tempo para que fossem construídos prédios adaptados ao funcionamento das instituições. Sendo assim, a contrapartida do estado foi ceder um imóvel situado em uma chácara na região central de Cuiabá, onde havia uma pequena casa situada na esquina da Rua do Livramento com a travessa Voluntários da Pátria.

Figura 4 – Desenho da localização do terreno da EAAMT.



Fonte: Kunze (2006, p. 78)

Na edificação existente, mesmo não possuindo condições ideais para o funcionamento de uma unidade educacional, o estado promove o seu arrendamento e a administração da EAAMT providencia as reformas e adaptações com recursos disponibilizados pelo MAIC.

Fotografia 1– Prédio da EAAMT (1909)



Fonte: Kunze (2006, p.78).

Segundo Kunze (2006), a EAAMT foi contemplada com recursos da União previstas para o ano de 1913. Com esses recursos, possibilitou-se realizar a reforma e ampliar a escola,

compondo-a pelos ambientes: portaria, sala de aula primária, sala de desenho, sala da diretoria, dois depósitos, salão de atos, sala de exposição, cinco salas de oficinas e sanitários.

A instituição, assim como a maioria das escolas, subordinada à União, passou por grandes dificuldades financeiras diante dos poucos recursos repassados quase que somente para fins emergenciais. Somente com a implantação do Estado Novo, esse quadro começa a mudar em decorrência da transformação das escolas em Liceus Industriais, previstas na Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937. Nesse período, a cidade de Cuiabá vivencia na administração do interventor do Estado, Júlio Müller, um momento de grandes transformações urbanísticas executadas com o apoio do presidente da república. Essas mudanças na cidade representaram o marco histórico na busca do novo, moderno, em detrimento do antigo e obsoleto. Durante essa década, a intervenção do Estado, na pessoa do Interventor, solicita do governo federal a construção de um novo prédio para abrigar a Escola de Aprendizes Artífices de Mato Grosso.

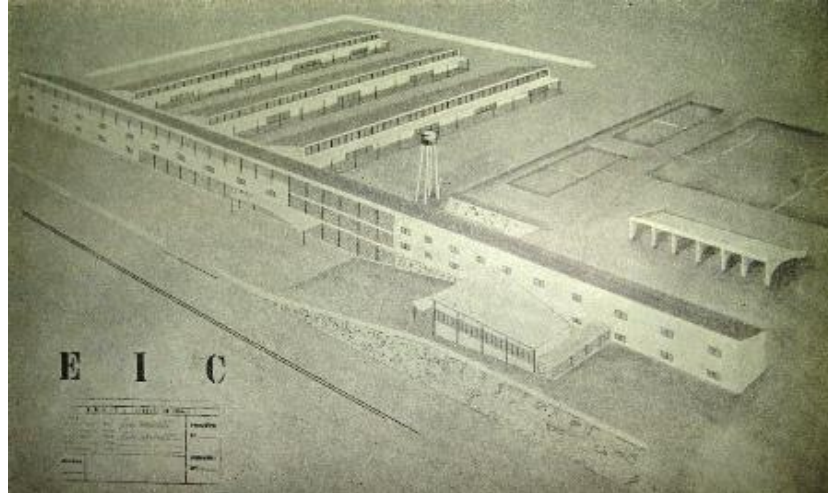
Segundo Kunze (2006, p. 76), no dia 1º de maio de 1940, o Diretor da EAAMT, Sr. Carlos Luiz de Mattos, recebe um telegrama enviado pelo Diretor da Divisão do Ensino Industrial (DEI), Francisco Montojos, no qual faz referência à solicitação feita para a construção de um novo prédio para abrigar a escola, o qual foi publicado pelo Jornal “O Mato Grosso”:

[...]‘Apraz-me comunicar que atendendo a solicitação do Interventor desse Estado o Ministro da Educação pretende iniciar ainda no corrente ano as obras do novo edifício para essa Escola. A fim de organizar o projeto solicito conseguirdes da Interventoria a doação de um terreno com a área mínima de trinta mil metros quadrados situado em zona acessível à população escolar. Deveis remeter a esta divisão a planta do terreno devidamente cotada com curvas, nível e bem assim a direção norte e sul. O Interventor Müller telegrafou nesta data sobre o assunto às autoridades estaduais aí (a) Montojos. Diretor.’

Como veem os nossos leitores, é esta uma notícia que deve encher de satisfação a todos quantos se interessam pelo progresso e desenvolvimento da Capital do Estado, que vai ter assim mais um magnífico edifício que muito contribuirá para o seu embelezamento. Será mais uma construção a atestar a operosidade e prestígio do Sr. Interventor Júlio Müller. Está pois, de parabéns a Escola de Aprendizes Artífices.

Infelizmente, a boa notícia, que encheu de esperança a todos na EAAMT, só vai se concretizar com o início da construção do prédio em 1947. Até a sua conclusão, as atividades continuaram a desenvolver-se no antigo prédio, com as mesmas dificuldades vivenciadas ao longo do seu tempo de existência, ocasionados por problemas de estrutura física, falta de mestres qualificados para o ensino industrial, já que os professores e mestres quase sempre não tinham formação específica à prática do magistério do ensino profissional.

Figura 5 - Proposta do novo edifício da EIC (1949)



Fonte: (CBAI, 1952).

As imagens abaixo mostram as edificações que deveriam ser demolidas para abrigar o novo edifício prometido pelo Diretor da Divisão do Ensino Industrial (DEI), Francisco Montojos, e pelo Ministro da Educação ao Interventor do estado Sr. Júlio S. Muller.

Fotografia 2 - Fachada principal da EAAMT (1937)



Fonte: Kunze ( 2006).

Fotografia 3 - Vista lateral da EAAMT (1937)



Fonte: Kunze (2006).

Kunze (2006, p. 86) afirma que, ainda que existisse pouco preparo e pouca experiência no magistério do ensino profissional, os servidores da EAAMT, com a intenção de melhorar a qualidade de oferta de cursos na instituição, prepararam um programa de ensino para o curso profissional, aprovado pelo MAIC. Nele, podia ser observado uma clara separação entre três modalidades de oferta, sendo: Curso de Ofícios, Curso de Desenho e Curso Primário.

Cursos de Ofícios: Artes manuais e Conhecimentos práticos

Cursos de Desenho: Desenho de memória, Desenho do natural, Composição decorativa e Formas geométricas

No Curso Primário: Leitura, Escrita, Aritmética(até regra de três), Noções de geografia do Brasil, Gramática elementar de língua nacional e Noções de educação cívica.

Esse programa fica inalterado até a reforma feita pelo serviço de Remodelação do MAIC, em 1920, no qual fora criado um currículo único organizando dois cursos: o curso profissional em primário elementar e o curso complementar. No primeiro, era destinado à formação preparatória para uma profissão, já no segundo, era viabilizado o ensino propriamente técnico com conhecimentos mais específicos aplicáveis ao processo produtivo.

Assim, o Governo Federal cria o Ministério de Educação e Saúde Pública em 1930, o que representou a possibilidade de uma atuação governamental mais especializada, tendo em vista que as questões educacionais eram tratadas pelo Departamento Nacional de Ensino, ligado ao Ministério da Justiça (MACHADO, 1982). Para a Educação Profissional criou-se a Inspeção do Ensino Profissional Técnico, em 1931, com o objetivo de supervisionar as Escolas de Aprendizes Artífices, até então ligadas ao Ministério da Agricultura, substituindo o Serviço de Remodelação do Ensino Profissional Técnico, de funcionamento precário.

Dessa forma, somente por ocasião da criação do Estado Novo, em 1937, é que a EAAMT começa a se estruturar dentro de um programa de educação profissional preparado pelo aparelho Estatal para iniciativas de maior alcance, especialmente a centralização empreendida pelo Ministério da Educação.

Santos (2003) analisa que - no início da década de 1930 - houve um incremento no processo de industrialização, provocando mudanças na estrutura na organização do Estado, fazendo com que esse tivesse que adotar novas formas para capacitar a força de trabalho:

[...] são orientadas políticas no campo da educação com o objetivo de atender às demandas do processo de industrialização e do crescimento vertiginoso da população urbana, começando pela criação do Ministério da Educação e da Saúde em 1930, quando se inicia uma autêntica reestruturação no sistema educacional brasileiro, notadamente no âmbito do ensino profissional, que, ao instituir a Inspeção do Ensino Profissional Técnico, ampliou os espaços de consolidação da estrutura do ensino profissional no Brasil (p. 216)

Nas palavras de Cunha (2005).

No caso das Escolas de Aprendizes Artífices, o órgão que as controlava passou a ter crescente importância na área do Ministério: a Inspeção do Ensino Profissional e Técnico, criado em 1931, transformou-se, em 1934, na Superintendência do Ensino Profissional, diretamente ligada ao ministro (p. 23).

No caso da EAAMT, assim como muitas instituições subordinadas ao MESP, não houve grandes avanços, principalmente por causa da falta de recursos financeiros no recente órgão criado pela União. Dessa forma, como a maioria das escolas a ele subordinadas, a EAAMT passou quase toda a década de 1930 com pouco patrocínio de verba federal para investir na expansão do seu espaço físico, como demonstram as Fotografias 2 e 3, do ano de 1937 que indicam as condições do prédio da escola.

A partir de 1935, o Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP) passou a denominar Ministério da Educação e Saúde (MES). O Departamento Nacional de Educação (DNE) foi criado e subordinado a este órgão: a Divisão do Ensino Industrial (DEI). Em 1937 as Escolas de Aprendizes Artífices (EAA's) foram transformadas em Liceus Industriais com a finalidade de atuarem no ensino profissional industrial em todos os níveis. No caso do Estado de Mato Grosso, a Escola Artífice transformou-se em Liceu Industrial de Mato Grosso (LIMT)<sup>29</sup>. No entanto, como a estrutura da escola continuou nos mesmos moldes da Escola

---

<sup>29</sup> Apesar dessa mudança de nomenclatura, a Escola mato-grossense e as demais instituições permaneceram respondendo às suas designações originárias, ou seja, as EAA's, até o ano de 1941, quando, por determinação do despacho do Ministro Capanema, de 18 de agosto daquele ano, emitido via Ofício Circular n. 1.971, de 05 de

Artífice, essa mudança não teve nenhuma repercussão na instituição. Embora tivessem nova nomenclatura, continuaram com suas atividades da mesma maneira que vinham exercendo.

O Governo Federal, especialmente o chefe da pasta do Ministério da Educação, referia-se ao Ensino Técnico Industrial como “grande programa de educação Profissional” e, no intuito de organizar o ensino de ofícios, o Ministro da Educação organizou uma comissão<sup>30</sup> para elaborar um projeto que criaria uma diretriz para o ensino industrial em todo país.

Assim, dando continuidade na reorganização do Estado brasileiro e tendo por base um novo projeto de sociedade voltado ao crescimento urbano e industrial em função do declínio do setor agrário-exportador, uma das medidas do governo Vargas foi a extinção do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Nesse cenário, as escolas profissionais ganham maior foco em um novo espaço político-social no âmbito da educação. Com isso, as escolas profissionais são vinculadas ao recém-criado Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP), representado na pasta por Gustavo Capanema.

Nesse mesmo tempo, a política de reforma do governo Vargas estava em franco desenvolvimento com significativas mudanças do país, passando de um panorama agrário-exportador para um panorama socioeconômico de crescimento industrial e urbano, desencadeia-se uma política educacional para a profissionalização da força de trabalho brasileira atingindo as áreas econômicas consideradas fundamentais para o progresso econômico do Brasil, contemplando os diversos ramos do ensino profissional.

O Governo Federal está realizando, neste momento, um grande programa de educação profissional. É um programa completo que abrange o problema em todos os seus aspectos e se estende a todo território nacional. **O ensino profissional está sendo considerado em seus vários ramos: industrial, agrícola, comercial e doméstico.** Todas as inumeráveis variedades de ofícios, carreiras ou profissões, compreendidas nestas quatro denominações, se incluem no programa federal. Por outro lado, o ensino será ministrado em todos os graus de modo que possam ser preparados técnicos das diferentes categorias: trabalhadores graduados, dirigentes de serviço, mestres do ensino. O Governo federal, para execução deste programa, utilizará o processo indireto ministrando auxílios aos poderes públicos locais e às entidades de caráter privado. Mas, nesta questão do ensino profissional a ação federal continuará a ser exercida sobretudo de maneira direta (CAPANEMA, 1938, p. 5 ) (grifos nossos).

---

setembro, elas foram finalmente abolidas e as de Liceus Industriais instauradas definitivamente. (Apud Kunze 2011).

<sup>30</sup> Presidida pelo ministro Gustavo Capanema, essa comissão era composta por Horácio da Silveira, Lourenço Filho, Leon Renault, Francisco Montojos e Rodolfo Fuchs. Roberto Mange assessorou a comissão, ao lado de representantes das Forças Armadas.

Com a Reforma Capanema, as escolas da rede profissional, tiveram que se reorganizar, adaptando-se às novas normas estabelecidas pela LOEI, de acordo com o artigo 1º do Decreto-Lei n. 4.119, de 21 de fevereiro de 1942. Esse, por sua vez, determinava que os estabelecimentos de ensino de ofícios, ora existentes no país (federais, estaduais, municipais ou particulares) deveriam, até o último dia daquele ano, “adaptar-se aos novos preceitos normativos estabelecidos”.(BRASIL, 1942c)

Nesse contexto, o critério adotado pelo MES condicionava a transformação dos Liceus profissionais em duas categorias: em Escolas Técnicas, nas cidades em que já existia um processo de industrialização consolidado; e em Escolas Industriais, nas cidades que tivessem um incipiente ou pequeno desenvolvimento industrial.

No caso de Mato Grosso, o LIMT passa a integrar o rol das Escolas Industriais e fica determinado a ofertar cursos Industriais, de acordo com o Artigo 9º do Decreto-Lei n. 4.127, de 25 de fevereiro de 1942.

I. Escola Industrial de Belém, com sede na capital do Estado do Pará; II. Escola Industrial de Teresina, com sede na capital do Estado do Piauí; III. Escola Industrial de Fortaleza, com sede na capital do Estado do Ceará; IV. Escola Industrial de Natal, com sede na capital do Estado do Rio Grande do Norte; V. Escola Industrial de João Pessoa, com sede na capital do Estado da Paraíba; VI. Escola Industrial de Maceió, com sede na capital do Estado de Alagoas; VII. Escola Industrial de Aracajú, com sede na capital do Estado de Sergipe; VIII – Escola Industrial de Salvador, com sede na capital do Estado da Bahia; IX. Escola Industrial de Campos, com sede no Estado do Rio de Janeiro; X. Escola Industrial de São Paulo, com sede na capital do Estado de São Paulo; XI. Escola Industrial de Florianópolis, com sede na capital de Santa Catarina; XII. Escola Industrial de Belo Horizonte, com sede na capital de Minas Gerais; **XIII. Escola Industrial de Cuiabá, com sede na capital de Mato Grosso** (BRASIL, 1942d, grifo nosso).

Segundo Kunze (2011), a instituição com nova nomenclatura continua sem mudanças significativas, já que o reaproveitamento da estrutura anterior foi considerado providencial. Desse modo, mantiveram-se os mesmos servidores e as instalações, mas as readaptações e reformas na estrutura física da escola foram necessárias, cabendo à nova direção, subordinada a LOEI, organizar racionalmente e manter em dia a vida administrativa do estabelecimento de ensino, especialmente, relacionado aos serviços de escrituração e de arquivo escolar.

Na fotografia 4, mostra-se o pavilhão das oficinas, que foi reformado com recursos do estado, em função do apelo do governo federal, justificando que continuava com seu orçamento reduzido e sem possibilidade imediata de arcar com o ônus do empreendimento.

Fotografia 4 - Pavilhão das oficinas da EAAMT (1937).



Fonte: Kunze (2006, p. 79).

As alterações no panorama da educação profissional, implementadas através da Lei Orgânica, ensejavam que o governo federal investiria nos estados para promover o desenvolvimento do polo industrial do país, com a proliferação de cursos técnicos e industriais. Em consequência, com o incremento de mão de obra qualificada, as instituições promotoras da educação profissional, contribuiriam com desenvolvimento do país. A expectativa das instituições, e também dos governantes dos estados, era de que o processo de industrialização tendesse a avançar a todos os estados da Federação, principalmente em Mato Grosso, onde as indústrias estavam praticamente ausentes.

A expansão industrial consorciada ao capitalismo dependente ampliava a dependência externa do país. No âmbito do fortalecimento do processo industrial, em 1946, acordou-se entre Brasil e Estados Unidos o fornecimento de equipamentos, assistência financeira e orientação técnica às instituições de ensino. Dessa forma, criou-se a Comissão Brasileiro-Americana de Educação Profissional (CBAI), a qual era encarregada pela implantação do método de ensino *Training Within Industry* (TWI)<sup>31</sup>, visando à preparação de trabalhadores para atividades de supervisão e coordenação. A partir dessa década até 1960, a

---

<sup>31</sup> Método “destinado a habilitar mestres ou supervisores industriais e tinha o objetivo de através de séries metódicas racionais, obter maior eficiência do operariado” (OLIVEIRA; LESZCZYNSKI, 2009).

CBAI contou com a colaboração da *United States Agency for International Development* (USAID)<sup>32</sup> e da Aliança para o Progresso (MACHADO, 1982).

Somente após o acordo celebrado com a *Inter-American Educational Foundation Inc/Office of Inter-American Affairs-EUA*<sup>33</sup>, assinado em 3 de janeiro de 1946 e aprovado pelo Decreto-Lei n. 9.724, de 3 de Setembro de 1946, é que se dá início a ações efetivas que proporcionaram um certo impulso na educação profissional. Nesse acordo, havia a previsão de capacitação dos dirigentes de todas as instituições no Pennsylvania State College/EUA, a qual visava preparar os dirigentes das instituições como estratégia do DEI, uma vez que os participantes seriam os interlocutores e executores das seguintes ações governamentais em cada escola e localidade.

[...] análise do trabalho, organização e planejamento de cursos, metodologia do ensino, organização e direção de oficinas, objetivos e organização do ensino industrial, administração do ensino industrial, supervisão do ensino industrial e métodos de inquérito (FONSECA, 1961, p. 568).

Ciavatta (2009) também faz referência à aproximação dos Estados Unidos<sup>34</sup>, iniciada na década de 1940, e afirma que ação do governo fortaleceu a subserviência e as relações de dependência do Brasil junto ao EUA.

[...] o estreitamento dos laços com os Estados Unidos parecem ter sido decisivos para o desenvolvimento do ensino profissional, no sentido da especialização técnico-industrial, em correspondência ao avanço das forças produtivas e à divisão do trabalho (p. 312).

Por ocasião do retorno do Gestor da EIC, diretor Orlando Nigro, após a conclusão do curso de especialização nos Estados Unidos, havia uma expectativa da comunidade escolar quanto a sua responsabilidade do Diretor Orlando Nigro na condução da Instituição e do

---

<sup>32</sup> Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional.

<sup>33</sup> Antes, porém, da CBAI, em 20 de outubro de 1945, criou-se a Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais (CBAR), a partir de um acordo entre o Ministério da Agricultura e uma entidade privada americana, com a finalidade de manter centros de treinamento em fazendas de criação, estabelecimentos de ensino agrícola e estações experimentais (BRASIL, 1987, v. 2, p. 167).

<sup>34</sup> Diante das crises internacionais e da circulação das ideias nacionalistas pró-nazistas e pró-fascistas no continente latino-americano, os EUA buscaram neutralizar tais inspirações promovendo conferências e reuniões interamericanas e intensificando a sua aproximação com os países ali localizados transformando-os em alvo de sua política de assistência financeira e de suas missões de “boa vontade”. Com o fim da Segunda Guerra, a sua preocupação se volta para as influências da União Soviética nos países europeus e a sua rivalidade a uma possível introdução do socialismo na América Latina se aprofunda, resultando na doutrina Truman “particularizada num programa de assistência e cooperação às ‘áreas subdesenvolvidas’, o Ponto IV, anunciado pelo presidente Truman como sendo a favor de ‘paz e liberdade’” (CIAVATTA, 2009, p. 302).

imprescindível papel da escola na preparação dos novos profissionais que o desenvolvimento econômico industrial exigia de cada comunidade. A revista Institucional “O Industrial” publicou uma matéria sobre o regresso do Diretor da EIC.

De regresso dos Estados Unidos, onde se encontrava em estágio de aperfeiçoamento, chegou a esta capital na tarde do dia 5, pelo Avião Cruzeiro do Sul, nosso zeloso e estimado diretor Dr. Orlando Nigro. Às 18 horas do dia 5, os corpos administrativo e docente, na sua totalidade, compareceram ao Aeroporto para festivamente recepcionar e abraçar seu estimado diretor. [...] Dotado de aprimorados conhecimentos intelectuais e técnicos, certamente nosso ilustre diretor muito alcançou nessa viagem de estudo. De modo que se o nosso educandário já anteriormente caminhava por um roteiro seguro e promissor, que sempre o fez altamente conceituado, agora há de ajustar-se mais ainda às necessidades da época e dessa forma novos e ótimos frutos se colherão ( apud Kunze, 2011, p. 90).

Borges (2001), discute que no estado de Mato Grosso, no limiar dos anos trinta e na década de 1940, houve certo crescimento e diversificação no setor da micro indústria urbana, principalmente pelo crescimento populacional, do comércio e facilidades da aquisição de produtos. Entretanto, isso não representou um grande desenvolvimento industrial. A Escola que deveria contribuir com o crescimento do Estado produzindo mão de obra qualificada para o mercado não estava cumprindo o seu papel. O que se via era um baixo progresso comprovado nas estatísticas da DEI e da CBAI além de apresentarem baixo número de matrículas, evasões e reprovações massivas.

As estatísticas da DEI e da CBAI são apontadas por Cunha (2000b):

No primeiro ano de funcionamento (1910) as escolas de aprendizes artífices receberam cerca de 2 mil alunos. Nos 33 anos de sua existência, passaram por elas 141 mil alunos, uma média de cerca de 4.300 por ano. No último ano de funcionamento dessas escolas (1942), havia estabelecimentos com um número diminuto de alunos. Apenas duas delas tinham um corpo discente da ordem de quatro centenas de alunos. Sete escolas tinham menos de 200 alunos, duas com menos de 100 (p. 96).

Quanto às evasões, uma das causas estaria ligada às dificuldades financeiras das famílias que terminavam por incentivar os seus filhos a procurar emprego para aumentar a renda familiar, tendo em vista que já possuíam algum conhecimento de ofício mais aprimorado. Além disso, as escolas passam a demonstrar uma progressiva ineficiência nos seus cursos industriais básicos em função de serem muito parecidos aos cursos de ofícios. Nesse sentido, tornavam-se gradualmente inviáveis para a formação da força de trabalho que se fazia necessária às indústrias, mesmo que incipientes que estavam se instalando no estado.

A ineficiência constatada, relacionada principalmente pelas atribuições oferecidas pelos cursos na instituição, denotava que a escola ensinava afazeres que estavam aquém dos

conhecimentos exigidos para a empregabilidade no mercado de trabalho. A avaliação da DEI também apontava progressiva inviabilidade dos cursos industriais básicos para a formação da força de trabalho para as indústrias, devido à diversificação e à modernização nos meios de produção.

Nesse contexto, o MEC, em conjunto com a DEI e CBAI organiza a I Mesa Redonda Brasileira de Educação Industrial para debater sobre a Organização do ensino industrial, propondo uma nova reformulação da LOEI. Esse encontro resultou em um plano de indicações finais que foram submetidas a Comissão do MEC, que defendia uma nova reformulação na legislação, buscando maior flexibilidade nas decisões administrativas para cada estado. Esta ação desencadeou a elaboração de um projeto de reforma do ensino Industrial, regulamentado pelo Decreto nº 47.038, de 16 de outubro de 1959, que dentre outras medidas, previa:

Elaboração de uma política de ensino industrial adequada às exigências sociais e econômicas do momento; descentralização administrativa e técnica das instituições da rede federal para desembaraçar a peia burocrática; organização de conselhos, com voz deliberativa, junto às escolas para favorecer a descentralização e articulação com os meios produtores locais, elaboração de legislação mais sóbria e menos especificadora que permitisse ao ensino industrial, condições de se adequar ao meio e ao tempo, conforme as demandas surgidas (apud Kunze, 2011, p. 93).

Estas constatações apontavam para uma ação conjunta, envolvendo o MEC, DEI e os respectivos diretores das instituições, para a revitalização do ensino industrial e que culmina na reforma do ensino industrial, prevista na Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959. Na Lei, havia a previsão de um novo regulamento para as escolas de ensino industrial, o qual abrangia uma nova organização escolar e administrativa, além de garantir, principalmente, personalidade jurídica própria e autonomia didático-administrativa e técnico-financeira – transformando essas escolas em autarquias (BRASIL, 1959a).

A partir dessa reforma, as escolas industriais e técnicas da rede federal deixaram de constituir o sistema de instituições uniformes, com cursos de currículos únicos e subordinadas de forma rígida a Diretoria de Ensino Industrial. Nesse período e nos subsequentes, a EIC passou por inúmeras mudanças nos mais diversos níveis, principalmente no âmbito administrativo e de ensino, passando a ter autonomia administrativa, técnica, financeira e didática, o que possibilitou maiores possibilidades de crescimento.

A Lei previa o ensino de uma cultura geral consorciada com uma iniciação técnica, com objetivo de inserir o estudante no mercado de trabalho ou para oportunizar o acesso a

outros níveis de ensino para a progressão dos estudos. Assim, a referida lei visava à preparação dos alunos para uma “atividade especializada de nível médio”.

[...] aumentou a duração do curso técnico industrial: de três anos ou mais para quatro anos ou mais. Outra alteração importante foi a eliminação do exame vestibular, a não ser quando o número de candidatos superasse o de vagas. O currículo tornou-se obrigatoriamente flexível pela introdução de matérias optativas. Ainda em 1959, o Regulamento do Ensino Industrial (Decreto n. 47.038, de 16 de outubro) introduziu o curso noturno com duração de cinco anos ou mais. O estágio ainda aparece no regulamento como uma recomendação às escolas, sem caráter de obrigatoriedade (CUNHA, 2005, p. 127).

Segundo Kunze (2011), com a promulgação da descentralização da administração e a autonomia didático-administrativa e técnico-financeira, a EIC, por meio de sua Diretoria, tornou-se um órgão executivo, o qual coordenava as atividades escolares subordinado ao Conselho de Representantes, fundado no dia 26 de maio de 1961, quando assume as atribuições de:

a) aprovar o orçamento da despesa anual da escola, o qual não poderá destinar mais de 10% para o pessoal administrativo, nem mais de 50% para o pessoal docente e técnico, reservando-se o restante para material, conservação de prédios, obras e outras despesas; b) fiscalizar a execução do orçamento e autorizar transferência de verbas, respeitadas as percentagens da alínea *a*; c) realizar a tomada de contas do diretor; d) controlar o balanço físico anual e dos valores patrimoniais da escola; e) autorizar qualquer despesa que ultrapasse cem mil cruzeiros; f) aprovar a organização dos cursos, respeitada a distribuição do currículo elaborado pelo Conselho de Professores; g) aprovar os sistemas de exames e promoções, respeitadas as diretrizes elaboradas pela Diretoria do Ensino Industrial; h) aprovar os quadros de pessoal docente, técnico e administrativo; i) examinar o relatório anual do diretor da escola e encaminhá-lo, com observações, ao Ministério da Educação e Cultura; j) aprovar o regimento da escola, submetendo-o, em seguida, à consideração da Diretoria do Ensino Industrial; l) reunir-se ordinariamente, uma vez por mês, e extraordinariamente, quando convocado pelo Presidente ou a requerimento de metade, pelo menos, dos Conselheiros em exercício; m) aprovar o regimento do Conselho de Professores (BRASIL, 1959a, p. 22594).

A descentralização e autonomia propostas pela reforma, sem dúvida, facilitaram a execução dos trabalhos internos da escola, contudo, ainda existia o controle da instância superior, já que as deliberações do Conselho de Representantes eram enviadas a DEI para homologação com as devidas considerações. As atribuições do Conselho passaram a ser mais abrangentes e, por meio de uma comissão composta pelo Diretor-executivo e alguns membros do conselho, elaborou-se o Regimento Interno da EIC. No regimento, previa-se a regulamentação escolar, regime administrativo disciplinar, didático e a constituição dos

curso. Após diversas apreciações do seu conteúdo, a versão final foi aprovada via Resolução nº 05, de 11 de setembro de 1961 (ESCOLA INDUSTRIAL DE CUIABÁ, 1961-1966).

Nas atividades pedagógicas previstas no regimento, estavam a discussão das atribuições das aulas, a construção do horário de aulas e a apresentação das “Normas para avaliação do Aproveitamento Escolar” para o ano seguinte, sendo esse elaborado pelo Professor Darwim Monteiro Silva. Nessas normas, havia a previsão da matriz curricular para o Ginásio Industrial e para os Cursos Técnicos das primeiras turmas a iniciarem suas atividades no ano de 1966, correspondendo aos cursos Técnicos de Eletrotécnica e Estradas. A grade curricular do Curso de Estradas e Eletrotécnica ficou distribuída em três itens: Disciplinas Obrigatórias, iguais para os dois cursos; Cultura Específica; e Prática Educativa, disposta da seguinte forma:

Quadro 3 – Grade curricular dos cursos de Estradas e Eletrotécnica

<b>Disciplinas Obrigatórias- Cultura Geral</b>	
a) Cultura Geral - Curso de Estradas e Eletrotécnica	Aulas por semana
1- Português	3
2- Matemática	4
3- Ciências Físicas e Biológicas: Física	4
4- História	2
5- Inglês	2
<b>Cultura Específica</b>	
b) Cultura Específica – Curso de Estradas	Aulas por semana
1- Desenho Topográfico e Projetos	4
2- Topografia	4
3- Geologia e Noções de Geomorfologia	4
4- Materiais de Construção e Ensaio	4
c) Prática Educativa – Curso de Estradas	Aulas por semana
Educação Física	01

Fonte: EIFMT (1965, p. 41). (ANEXO G)

Nota: Quadro elaborado de acordo com registros da Ata nº 12/65, Livro do Conselho de Professores.

Esta foi a primeira previsão de disciplinas para o Curso de Estradas, que estava sendo delineado e moldado para entrar em funcionamento no início do ano letivo de 1966.

Logo no início do mês de fevereiro de 1966, o Diretor da Escola Industrial Federal de Mato Grosso (EIFMT), apresenta ao Conselho de Representantes relato de sua visita ao Ministério da Educação e Cultura, no qual tratou de problemas administrativos da Escola e principalmente em relação à implantação de cursos técnicos. Na reunião, explana que devido

ao Decreto<sup>35</sup> nº 57.630, de 14/01/1966 da Presidência da República, a escola estaria impossibilitada de admitir novas contratações de professores, devido ao contingenciamento de despesas da União. Diante disso, em relação aos dois cursos previstos para funcionamento no ano seguinte, Eletrotécnica e Estradas, ficou decidido o funcionamento apenas do curso técnico de Eletrotécnica. Para isso, as aulas seriam redistribuídas ao corpo docente existente na instituição.

#### 2.4.1 Outros cursos desenvolvidos no âmbito da Escola Industrial Federal de Mato Grosso na década de 1960

Com a oferta de cursos técnicos a partir de 1966, foi necessária uma gradual adaptação desses cursos com os existentes até então. A escola oferecia além do Ginásio Industrial, o curso C.A.D.E.S.<sup>36</sup> e Cursos Extraordinários, os quais tinham como foco o aperfeiçoamento de mão de obra, denominados também de “cursos rápidos” destinados a regulamentar a profissão de trabalhadores que já atuavam no mercado informal.

Esses cursos iniciam-se efetivamente a partir de um convênio firmado no ano de 1965, assinado entre a Direção da Instituição e a Coordenação Nacional do Programa Intensivo de Preparação de Mão de Obra Industrial, promovido pela Diretoria do Ensino Industrial do Ministério de Educação e Cultura, cujo objetivo era a realização dos cursos para a formação de operários qualificados. Nos termos do convênio, os cursos deveriam ser escolhidos mediante uma listagem prévia, apresentada pela DEI, na qual deveriam ser apontados os cursos em função das aptidões e necessidades regionais. Assim, ficou deliberado na Ata nº 04/65 do Conselho de Professores que, após consulta aos professores das oficinas existentes na instituição e verificação das instalações existentes na escola, procederia a escolha dos cursos a serem ofertados. (ESCOLA INDUSTRIAL FEDERAL DE MATO GROSSO, 1965a, p. 32-33).

---

<sup>35</sup> DECRETO Nº 57.630, de 14 de janeiro de 1966. Art. 11. Ficam sem efeito, a partir da data da publicação deste Decreto, as nomeações e admissões feitas depois de 31 de dezembro de 1965, para quaisquer órgãos da administração centralizada ou autárquica, sem prévia e expressa autorização do Presidente da República.(BRASIL, 1966).

<sup>36</sup> CADES - Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário, criada pelo Presidente Vargas, através do Decreto nº 34.638, de 17 de novembro de 1953. Tinha o objetivo de elevar o nível do ensino secundário, na tentativa de promover a realização de cursos e estágios de especialização e aperfeiçoamento para professores, técnicos e diretores de estabelecimentos de ensino secundário. (PINTO, 2008, p. 5).

Assim a oferta desses “cursos rápidos” foi iniciada após contato com o segmento industrial da região de Cuiabá e, mediante um acordo pactuado entre as Indústrias e a Instituição foram escolhidos os diversos cursos de interesse às necessidades de mão de obra das indústrias locais. O propósito principal era de suprir a carência de mão de obra em curto prazo. As primeiras turmas de cursos rápidos foram ofertadas no ano de 1967, atendendo uma demanda de 155 alunos. Os cursos, funcionando no período noturno, possuíam reduzida carga horária total que variava dependendo da especialidade de cada um, conforme demonstra o Quadro 04:

Quadro 04 – Cursos rápidos ofertados na EIFMT - 1967.

CURSOS RÁPIDOS	Nº de Alunos	Duração	Horas semanais
Mão de Obra – Compositor Mecânico	08	200 hs.	12
Mão de Obra – Afinador de Motores	15	100 hs.	12
Mão de Obra – Tecnologia de Desenho	20	150 hs.	12
Mão de Obra – Refrigeração	15	200 hs.	12
Mão de Obra – Carpinteiro de Obra	15	200 hs.	12
Mão de Obra – Eletricidade de Autos	12	120 hs.	12
Eletricista Instalador	15	200 hs.	12
Eletricista Enrolador	15	200 hs.	12
Soldador Elétrico	10	120 hs.	12
Pedreiro	15	150 hs.	12
Instalador de Água e Esgoto	15	180 hs.	12

Fonte: EIFMT (1967). Quadro elaborado pelo autor.

Nota: Conforme dados da Secretaria de Registro Escolar (ANEXO H)

Os cursos na modalidade CADES, foram ofertados a professores do curso ginásial, professores das oficinas e também para docentes e interessados de outras instituições de ensino secundário da rede estadual de ensino.

Segundo Pinto (2008, p. 5), essa modalidade, além de promover a realização de cursos e estágios de especialização e aperfeiçoamento para professores, técnicos e diretores de estabelecimentos de ensino secundário, objetivava também:

A concessão e incentivo de bolsas de estudo a professores secundários, a fim de realizarem cursos ou estágios de especialização e aperfeiçoamento no País ou no exterior; promover estudos dos programas do curso secundário e dos métodos de ensino, a fim de ajustá-los aos interesses dos alunos e às condições e exigências do meio; elaborar material didático para as escolas secundárias; organizar missões culturais, técnicas e pedagógicas para dar assistência e estabelecimentos distantes dos grandes centros; incentivar a criação e o desenvolvimento dos serviços de orientação educacional nas escolas de ensino secundário; divulgar atos e experiências de interesse do ensino secundário; e promover o intercâmbio entre escolas e educadores nacionais e estrangeiros.

Assim, no cômputo geral de alunos matriculados na instituição, estavam inclusos os alunos do Curso de Admissão, Ginásio Industrial, Cursos Técnicos, Cursos Rápidos e o Curso CADES. O Curso de Admissão funcionava no período matutino e vespertino, com cinco aulas semanais e duração de um ano. O Curso Ginásial funcionavam também no período matutino e vespertino, com seis aulas semanais e duração de quatro anos.

A instituição, em meio a essa variedade de ofertas de cursos com perfis diferenciados de público, criava expectativas para a sua transformação em Escola Técnica o quanto antes. Assim, a grande demanda de alunos faz com que a direção aumentasse as constantes reivindicações junto ao governo federal no intuito de trazer mais investimentos para a contratação de professores e assim aumentar a oferta de cursos de naturezas diversas na instituição. Esse novo perfil da escola passou a ser considerado como mais um elemento que contribuiu para elevar o prestígio da instituição na oferta de cursos de interesse da comunidade.

No Quadro 05 apresentam o número de alunos matriculados nas diversas modalidades de cursos ofertados pela Instituição entre 1962 a 1967. O número de alunos era essencial, para manter o crescimento do número de matrículas na instituição, visto que era parte das exigências do Departamento de Ensino Industrial. Observa-se que a quantidade de alunos do Ginásio Industrial aparece com o mais expressivo dentre os demais e mostra também o modesto número de alunos matriculados na primeira turma do Curso de Estradas.

Quadro 05 – Matrículas na Instituição - 1962-1967

	1962	1962	1964	1965	1966	1967
ADMISSÃO AO GINÁSIO	50	121	----	110	420	470
GINÁSIO INDUSTRIAL	309	418	451	595	680	1048
ELETROTÉCNICA	----	----	----	----	30	35
ESTRADAS	----	----	----	----	----	29
CURSOS RÁPIDOS	----	----	----	----	137	150
CADES	----	----	----	----	----	301
TOTAL	379	539	451	705	1267	2081

Fonte: EIFMT (1967). Quadro elaborado pelo autor.

Nota: Conforme dados da Secretaria de Registro Escolar.

No quadro 06, observamos o crescimento da quantidade de matrículas nos diversos cursos em funcionamento no intervalo de 1965 a 1974. O aumento de matrículas no curso de Estradas, em comparação com o curso de Eletrotécnica, só ficou menor em 1967, pois, em anos seguintes o crescimento do número de matrículas foi bastante significativo, principalmente na década de 1970. Mesmo assim, o Ginásio Industrial liderou o número de matrículas, o que continuou crescendo até em 1970 com 1374 alunos matriculados. A partir

desse ano as matrículas começaram a diminuir até 1974, com apenas 152 alunos. Então, o curso deixou de ser ofertado no ano seguinte.

Quadro 06 – Matrículas na Instituição - 1965-1974

CURSOS	ANOS									
	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974
ESTRADAS	-	-	31	56	85	123	103	230	277	908 <sup>1</sup>
ELETROTÉCNICA	-	31	34	33	44	48	88	164	165	
SECRETARIADO	-	-	-	-	-	-	-	165	215	
EDIFICAÇÕES	-	-	-	-	-	-	-	52	48	
GINÁSIO IND.	595	680	1017	1115	1248	1374	969	642	412	152
TOTAL	595	711	1082	1204	1377	1545	1160	1253	1117	1060

Fonte: ETFMT ( 1974). Quadro elaborado pelo autor, conforme dados da Secretaria de Registro Escolar

Nota: <sup>1</sup> Dado informado somente pela soma do número de alunos matriculados nos quatro cursos.

O quadro acima compara o número de matrículas em todas as modalidades de cursos ofertados pela instituição em um intervalo de tempo que extrapola o período temporal proposto para esta pesquisa. Contudo, serve para avaliar que o Curso Técnico de Estradas passou a ser uma referência para a instituição, pelo elevado índice de procura, passando a ser o curso técnico mais concorrido, principalmente nos primeiros anos da década de 1970.

Entretanto, a inclusão de um determinado curso no rol dos que já estavam sendo oferecidos à comunidade estava condicionado à demanda do mercado. No Quadro 07, pode ser observado que o universo de alunos do Ginásio Industrial em 1967 era distribuído em 10 cursos que atendiam diversos ramos de atuação para formação de mão de obra especializada. A procura pelo curso de Artes Industriais sempre foi maior em detrimento aos demais. Outros, como Mecânica Geral, Encadernação, Linotipia e Composição Manual, caminhavam para a extinção em função do pequeno número de alunos existentes na turma ou também pelo baixo interesse no ramo de atividade proposto pela tipologia do curso.

De acordo com informações prestadas no questionário para levantamento de dados sobre as escolas, elaborado pela Supervisão das Escolas Industriais e Técnicas da Rede Federal, o item 10º do questionário, solicitava justificativas da manutenção dos Cursos Ordinários nas especialidades registradas, com base no mercado de mão de obra e nas necessidades regionais. A resposta dada pela Direção da Escola foi: “Apesar de, no nosso meio, haver carência de operários em todos os setores industriais, realizamos cursos, juntamente, das especialidades onde a lacuna se faz mais sentida”. (ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE MATO GROSSO, 1967).

Assim, não foram encontrados documentos que comprovem uma pesquisa estruturada junto às indústrias locais. O que podemos observar é que a oferta dos cursos era feita pela observação empírica das deficiências de mão de obra existente na região.

Quadro 07 – Matrículas por Curso (1967)

CURSOS DO GINÁSIO INDUSTRIAL <sup>37</sup>	SÉRIES				TOTAL
	1 <sup>a</sup>	2 <sup>a</sup>	3 <sup>a</sup>	4 <sup>a</sup>	
ARTES INDUSTRIAIS	593	240	----	----	833
MECÂNICA DE AUTOMÓVEL	----	----	42	18	60
MECÂNICA GERAL	----	----	8	----	8
MARCENARIA	----	----	6	17	23
ARTES EM COURO	----	----	17	9	26
ELETRICIDADE	----	----	17	11	28
ENCADERNAÇÃO	----	----	10	----	10
IMPRESSÃO	----	----	4	6	10
LINOTIPIA	----	----	----	9	9
COMPOSIÇÃO MANUAL	----	----	----	10	10
TOTAL	593	240	108	76	1017

Fonte: ETFMT, 1967).

Nota: Baseado em dados da Secretaria de Registro Escolar, 1967.

Nos anos seguintes à implantação dos novos cursos, a comunidade escolar desviou o foco dos cursos do ginásio industrial e passou a perceber a possibilidade de atuação profissional nos cursos técnicos, ora em processo de implantação e desenvolvimento, demonstrado no Quadro 05. O crescente número de alunos interessados em ingressar nos novos cursos oferecidos pela na instituição, passou a ser mais um estímulo para buscar o quanto antes a oficialização da transformação da instituição em uma Escola Técnica.

Considerando todas essas reflexões que nos ajudaram a compreender um pouco mais sobre a trajetória da educação profissional no estado de Mato Grosso, podemos perceber que as instituições descritas neste capítulo, apesar de consolidadas a duras penas, se constituíram como instituições que desempenharam o seu papel à época. Foram instituições singulares de educação profissional, cuja prática educativa, tinha como eixos básicos o desenvolvimento moral e do caráter através da *autoridade*, *instrução* e *disciplina*. Essas práticas, apesar de diminuídas, permaneceram inalteradas ao longo da trajetória da educação profissional, protagonizada pela EAAMT, EIC, LIFMT, EIFMT e posteriormente Escola Técnica Federal de Mato Grosso.

<sup>37</sup> Com a reforma de 1959, os cursos industriais foram extintos e substituídos pelo Ginásio Industrial com terminologia nas especificidades industriais, embora com certa equivalência com o Ginásio (1º ciclo) do secundário instituído pela LOES em 1942, sendo que o 2º ciclo correspondia ao científico.

### **3 PARA UMA NOVA ESCOLA, UM NOVO CURSO: O CURSO TÉCNICO EM ESTRADAS NA ETFMT**

Neste capítulo, será abordado o processo de instalação e funcionamento da primeira turma do Curso Técnico em Estradas. Esse processo foi lento e gradual, tendo em vista que, apesar de a Instituição ter adquirido autonomia administrativa, a maioria das decisões tomadas pelo Conselho de Representantes dependia do aval da Diretoria de Ensino Industrial.

O processo de criação do Curso Técnico em Estradas, apesar de ter sido idealizado e iniciada no início da década de 1960, no âmbito da Escola Industrial de Cuiabá, só foi concretizado oficialmente em 1968, no segundo ano de funcionamento do curso, após a transformação da Instituição em Escola Técnica Federal de Mato Grosso.

#### **3.1 Mato Grosso e a expansão do território brasileiro - a construção de estradas e a necessidade de formação de técnicos**

A percepção do isolamento econômico e a manutenção da integridade do território, preservando, assim, a unidade nacional, sempre fez parte da preocupação dos governantes desde o período colonial até o republicano. Dessa preocupação, decorrente de numerosas tentativas de invasão das colônias por outros países europeus, surge a necessidade de interligar e povoar as colônias, mantendo assim a integridade de seu território. Durante o Império, essas ameaças de invasão aconteceram por meio dos movimentos separatistas e republicanos, o que levou o governo central a adotar medidas visando fortalecer a preservação da unidade do país.

Galvão (1993), contribui com a afirmação de que desde o começo da colonização havia a preocupação com a interligação terrestre entre as províncias como meio de comunicação e proteção do território:

Já nos primórdios do período colonial, o governo português estabelecia, nos contratos de doação de sesmarias, uma cláusula que tornava obrigatória para os sesmeiros a construção de estradas dentro dos limites de suas propriedades. Nos séculos seguintes, Portugal fez constantes apelos às autoridades coloniais no Brasil para a construção de uma estrada de terra ligando o Sul ao Norte do país. O objetivo dessa estrada era o de fornecer um meio alternativo de comunicação entre as várias províncias brasileiras, em caso de um bloqueio marítimo por alguma potência estrangeira. (apud GALVÃO, 1993, p. 186).

Em Mato Grosso, segundo Moreno (2007, p. 26), as análises sobre documentos e informações sobre as ações fundiárias desenvolvidas pelo Estado a partir de 1892, por ocasião que este passa a ter domínio sobre as terras devolutas dentro do seu território, foram

“entendidas” como políticas de regularização fundiárias. Contudo, essa regularização era feita sem maiores critérios, concedendo ou não o direito de preferência à titulação das terras. Assim um dos objetivos principais, seria a distribuição de terras no território mato-grossense: “[...] - colonização oficial e particular, segundo uma política maior, empreendida pelo Governo Federal, para a ocupação dos “espaços vazios” e sua integração à economia nacional, principalmente na sua fase recente de acumulação capitalista.”

Como já foi dito no início dessa dissertação, a política de integração foi utilizada por iniciativas de diversas legislaturas no governo federal, como também dos estados, em particular do estado de Mato Grosso, região Centro Oeste. Essas práticas foram utilizadas para dar consistência à política de integração, sendo justificada em ações governamentais para o desenvolvimento e ocupação dos “espaços vazios” por meio de construção de estradas.

Conforme dito anteriormente, a relevância dada à intenção em construir estradas ligando Mato Grosso e o Amazonas, sobretudo em face das dificuldades impostas durante os trabalhos e do rigoroso relato detalhado pelo chefe da comissão, tinha o objetivo focado no desenvolvimento econômico, colonização da terra e fomento ao desenvolvimento do agronegócio. Esse projeto de interligação foi levado a termo na década de 1970, no período do governo militar, com a abertura da BR 163, não ligando ao Estado do Amazonas, mas ligando Cuiabá ao estado do Pará.

O Governador do Estado de Mato Grosso, na mensagem enviada à Assembleia Legislativa do estado em 1905, faz um relato dos objetivos do projeto:

#### Estrada do Pará e Amazonas

Usando da autorização contida no art. 22 § 4º letra e. da lei n. 358, de 4 de junho de 1903, e tendo em vista de satisfazer a antiga e ardente aspiração dos mato-grossenses, de uma via de comunicação fácil entre o centro deste Estado e o extremo norte da República, mandei encetar os trabalhos da abertura de uma estrada de rodagem que, seguindo pelo divisor das águas dos rios Verde e Arinos, S. Manoel e Tapajóz, terminasse nos limites deste Estado com os do Pará e Amazonas. Nomeei chefe da respectiva comissão o agrimensor Jorge Bodstein e sub-chefe o cidadão João Kolbe, reconhecendo-lhes o cumprimento das instruções seguintes:

[...] 4ª – O chefe da comissão fará um relatório em que mencionará o que ocorrer na expedição, assim como a natureza das regiões que percorrer, os rios que descobrir e a direção do seu curso; e acompanhará a sua exposição de um mappa que indique o respectivo itinerário, com as latitudes dos pontos principais. 5ª – Deverá informar sobre as tribus indígenas que habitarem as zonas que o traçado atravessar, bem assim sobre o seu numero aproximado, índole, costumes e aptidão para a industria extrativa. 6ª – Deverá também indicar os logares em que seja indispensável a construção de pontes, pontilhões ou outras obras de arte, mencionando as dimensões e valor aproximados. [...] 8ª – Será fundada uma colônia militar e agrícola no ponto mais apropriado e pouco mais ou menos na altura da fóz do rio Verde,

para o fim de auxiliar a catechese dos índios e proteger, contra as suas correrias, a população que pretender estabelecer-se naquella região. [...] A 26 de Julho, foi collocado o marco inicial da estrada numa das cabeceiras do rio Divisão, afluente da margem esquerda do rio Verde, e começaram os trabalhos da abertura da picada.[...](MATO GROSSO, 1904)

Esse documento ressalta a importância que o governo estadual depositava na política e expansão de fronteiras, enfatizando na primeira década do século XX, já uma “antiga e ardente aspiração dos mato-grossenses de uma via de comunicação entre o estado de Mato Grosso e o extremo norte do país”. Vale ressaltar também no documento o claro interesse na possibilidade de cooptar mão de obra indígena a ser utilizada na indústria extrativa, conjugando interesse junto a igreja para a função de “domesticar” os índios, conforme foi ressaltado no item 2.3 desta dissertação.

Galvão (1993), afirma que o propósito da interligação pela promoção dos transportes terrestres nos estados sempre foi uma das formas de aumentar o Sistema Nacional de Comunicação como fator preponderante para o alargamento da base econômica do país. Assim, uma rede unificada de transporte apresentava-se como a única forma de assegurar a integridade do território.

Na década de 1950, a criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia<sup>38</sup>, foi um importante instrumento para desencadear a política de integração, a qual era destinada a incrementar o desenvolvimento da produção extrativa e agrícola, pecuária mineral, industrial e as políticas das relações de troca com a finalidade de melhorar o padrão social de vida e do bem estar econômico das populações das diversas regiões como Centro Oeste e Norte do país. Um dos objetivos principais dessa Lei era realizar um plano de viação da Amazônia, que compreenderia todo o sistema de transportes e comunicações, considerando as peculiaridades do complexo hidrográfico, sua extensão e importância na economia regional, assim como as bases econômicas e técnicas de sua gradual execução (BRASIL, 1953).

No Art. 2º da lei, delimitava a abrangência do plano de Valorização:

A Amazônia brasileira, para efeito de planejamento econômico e execução do Plano definido nesta lei, abrange a região compreendida pelos Estados do Pará e do Amazonas, pelos territórios federais do Acre, Amapá, Guaporé e Rio Branco e ainda, a parte do Estado de Mato Grosso a norte do paralelo de 16º, a do Estado de Goiás a norte do paralelo de 13º e a do Maranhão a oeste do meridiano de 44º. (BRASIL, 1960, p. 9).

---

<sup>38</sup> Criada pela Lei nº 1.806, de 6 de janeiro de 1953.

Na região central do Brasil, a existência de amplas áreas, ditas “despovoadas”, passa a ser objeto de discussões no Parlamento com a intenção de mudança da Capital Federal para o Planalto Central que acaba acontecendo no final da década de 1950 e início da década seguinte. Os governos de Vargas e Kubitschek desencadeiam e consagram a ideia de “isolamento nacional” como política pública para a integração nacional, traduzida na ideologia nacionalista da Marcha para o Oeste<sup>39</sup>, depois encampada pela Fundação Brasil Central<sup>40</sup> na Expedição Roncador-Xingu alavancando grandes obras rodoviárias e a própria construção de Brasília. Essa era a estratégia: promover a integração do território nacional a partir de rodovias que de lá partiriam, e alcançariam os extremos do país, conforme demonstra Huertas (2009, p.75):

Era preciso dar um salto para o futuro, “desenvolver 50 anos em 5”, com um programa de investimentos distribuídos entre os setores de energia, transporte, alimentação, indústria de base e educação. Mas se tornava essencial atrair mão de obra, capitais e empreendimentos para o coração do Brasil, e a nova capital, a cerca de mil quilômetros da faixa litorânea, significava o rompimento definitivo com a velha concepção da vocação agrícola do Brasil. Assim, o governo propõe uma guinada no curso do desenvolvimento nacional, levando-o para o interior, e incentiva a industrialização com o conseqüente alargamento do mercado interno.

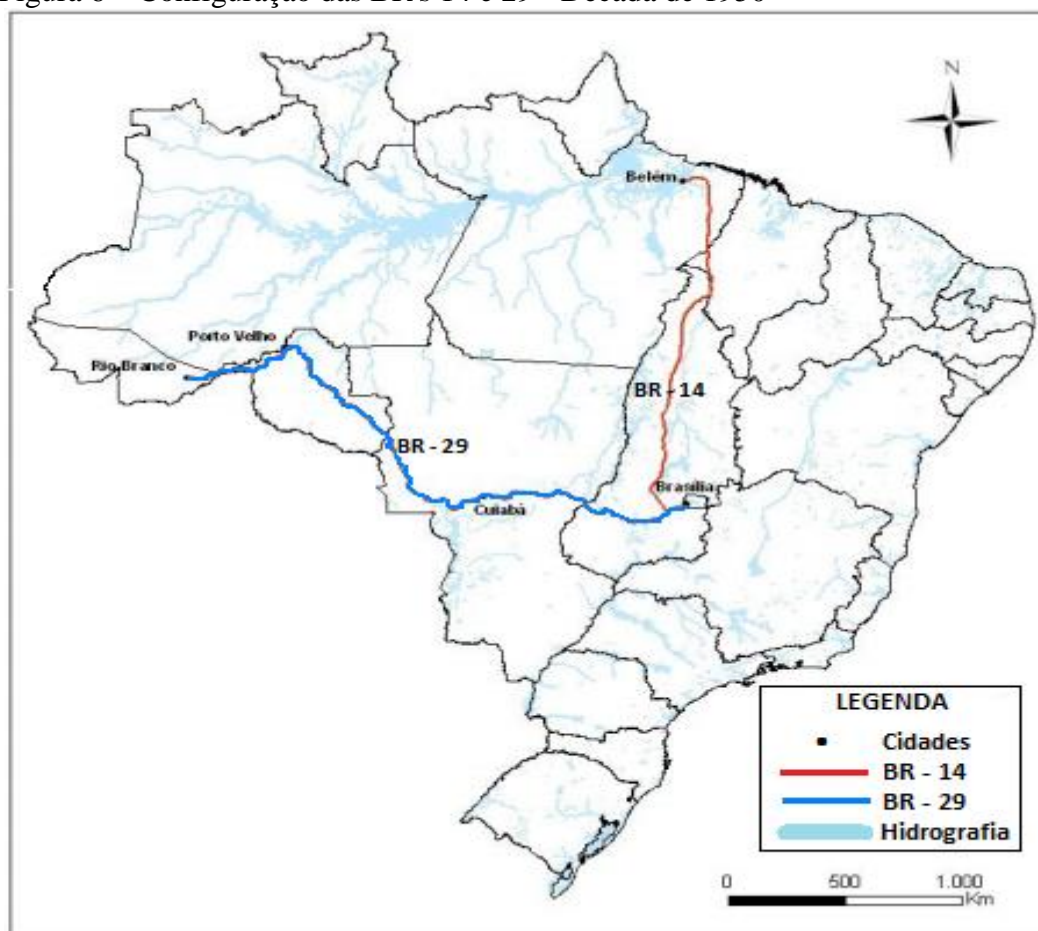
Ao contribuir e dar sustentação a essa política de integração nacional, outras rodovias ganharam destaque nesse período, como a BR-29 (atual BR-364) ligando Brasília a Rio Branco no Acre, passando por Cuiabá no Mato Grosso e Porto Velho em Rondônia; e a BR-14 (atual BR-153) ligando Brasília a Belém no Pará. A figura 6 ilustra a configuração dessa malha viária. (ANEXO K).

---

<sup>39</sup> Somente a partir da década de 1940 é que a política estadual de colonização voltou a ser implementada com a ‘Marcha para o Oeste’, política de ocupação dos “espaços vazios” do oeste e da Amazônia posta em prática pelo governo ditatorial de Vargas (1930/1945), visando à expansão da fronteira agrícola nacional a partir da criação de ‘colônias agrícolas nacionais’. Com essa política, pretendia-se diversificar a produção necessária ao abastecimento alimentar dos centros urbanos e ao fornecimento de matérias-primas para o desenvolvimento industrial em curso no país desde a ascensão de Vargas ao poder, em 1930. (MORENO, 2005, p. 54).

<sup>40</sup> A Fundação Brasil Central foi uma agência criada por ocasião da Expedição Roncador-Xingu, empreendimento iniciado em 1943 por iniciativa do então ministro da Coordenação de Mobilização Econômica, João Alberto Lins de Barros. Tinha como missão: “o desbravamento e a colonização das regiões do Brasil Central e Ocidental, notadamente as dos altos rios Araguaia e Xingu.” A FBC funcionou com este nome até 1967, quando foi extinta e suas atividades foram incorporadas à Sudeco (Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste) (MAIA, 2012)

Figura 6 – Configuração das BR's 14 e 29 - Década de 1950



Fonte: (MARGARIT, 2012, p. 18).

Essa política de integração nacional cuja origem remonta ao período do governo Vargas, visava radicalizar a modernização do país, através da expansão das fronteiras com a abertura de estradas pelo interior dos estados visando a ocupação dos espaços, quanto ao desenvolvimento urbano industrial, através do fortalecimento da economia e implementação de indústrias de base.

Segundo Gaio (2008, p. 37):

O estado nacional-desenvolvimentista ergue-se enquanto ideologia política de um país que avança no desenvolvimento urbano industrial. Em função disso, ocorria a ascensão do seguimento industrial das classes dominantes ao poder do estado, que evidenciava a consonância do projeto político deste grupo hegemônico com a expansão do capitalismo monopolista mundializado. Nesse processo, o Estado expandiu-se progressivamente, centralizando poderes, recursos e funções, tornando-se o definidor central de metas e objetivos para a sociedade.

Assim, o período compreendido entre os anos de 1956 e 1960, no contexto do desenvolvimento industrial, caracterizou-se por grandes transformações no sistema econômico brasileiro. O processo de industrialização, não se dava, apenas, para substituir as

importações, mas também já alcançava um expressivo nível de diferenciação, conseguida a partir de um processo de desenvolvimento interno, favorecendo as indústrias básicas, promovendo grande incentivo aos setores públicos e principalmente aos privados.

Ianni (1979, p. 79) descreve que com a posse do presidente Juscelino Kubitschek em 1956, renasce o interesse dos capitais estrangeiros pelo desenvolvimento do Brasil, passando este a situar-se em primeiro lugar como mercado para capitais externos. Contudo, a abertura da economia ao capital estrangeiro gerou uma progressiva desnacionalização econômica, porque as empresas estrangeiras, passaram a controlar setores estratégicos da economia nacional.

Gaio (2008) ressalta que as políticas governamentais dos governos Vargas e Kubitschek, em vários momentos da história nacional, promoveram a incorporação da noção de modernização como sustentação de seus ideais políticos. O estado nacional-desenvolvimentista no Brasil, através de suas bases de apoio político e ideológico, consolidou o seu formato institucional que influencia todos os segmentos envolvidos no desenvolvimento da nação, inclusive na produção de mão de obra qualificada para atuar na indústria.

Fausto (2008, p. 201), aponta que o crescimento industrial no Brasil, a partir da década de 1930, tinha diferentes grupos de interesses que defendiam a industrialização do país como um projeto para o país:

O Estado Novo representou uma aliança da burocracia civil e militar e da burguesia industrial, cujo objetivo comum imediato era promover a industrialização do país sem grandes abalos sociais. A burocracia civil defendia o programa de industrialização, por considerar que ele era o caminho para a verdadeira independência do país; os militares, porque acreditavam que a instalação de uma indústria de base fortaleceria a economia – um componente importante de segurança nacional; os industriais, porque acabaram se convencendo de que o incentivo à industrialização dependia de uma ativa intervenção do Estado. (...) A aliança dos setores apontados não significa uma identidade de opiniões. Ao contrário dos técnicos governamentais, os industriais eram menos radicais no apoio ao intervencionismo do Estado e na ênfase contra o capital estrangeiro.

Em face do exposto, para o alcance do desenvolvimento almejado no país, já no contexto dos anos de 1950, era necessária uma nova constituição de ensino industrial, mais flexível, mais autônoma e que priorizasse as necessidades regionais, o que estimulava as escolas profissionais um aumento das relações escola-indústria local. Para que esse desenvolvimento ocorresse nas diversas regiões do país, algumas mudanças nas políticas governamentais foram postas em prática nas décadas de 1950 e 1960.

Nesse sentido, como consequência da implementação da política econômica do governo Kubitschek, definida no Programa de Metas, tinha como foco atingir um conjunto de objetivos voltados para a área de energia, transportes, alimentação, indústria de base, educação, o que culminou com a construção de Brasília. Nesse processo, a política econômica posta em prática, segundo Fausto (2008, p. 427) tratava de combinar o Estado, a empresa privada nacional e o capital estrangeiro para promover o desenvolvimento, com ênfase na industrialização. Assim, o governo propõe mudanças a serem assumidas no campo da educação profissional, com incentivos para o crescimento da oferta de cursos técnicos na década de 1960.

### **3.2 O processo de criação do Curso Técnico em Estradas no Mato Grosso**

Mesmo com a autonomia adquirida com a Lei 3.552 de 1959, a Escola Industrial de Cuiabá continuou oferecendo apenas a formação industrial básica já ofertada anteriormente. Entretanto, o antigo anseio da comunidade escolar de ver a escola ser transformada em Escola Técnica ganhou vulto por ocasião da instalação do Conselho de Representantes.

Nesse contexto, a Escola Industrial promoveu, em 26 de maio de 1961, a instalação do primeiro Conselho de Representantes da Instituição, ocasião em que foi estabelecido o rol dos integrantes do Conselho, tendo o Sr. Dr. Flávio Varejão Congo, diretor da Faculdade de Direito de Mato Grosso, a competência para presidir a instalação do Conselho com a autorização delegada pelo Ministro de Educação e Cultura, Sr. Clovis Salgado.

De acordo com a Ata de Instalação, seus membros foram escolhidos mediante lista tríplice elaborada na Escola e submetida a DEI e ao MEC para aprovação pelo Decreto Presidencial de 9 de janeiro de 1961, designaram-se os seus conselheiros na seguinte ordem:

- a) um representante do corpo docente da Escola (Professor Darwim Monteiro da Silva, com o suplente Professor Hilário de Souza Campos); b) um representante do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura da 6ª Região (Benedito Mutran, com o suplente Chauke Stephan); c) três empresários locais (Francisco de Andrade Lima, com o suplente Enoch Trindade, Hélio Ponce de Arruda, com o suplente Antônio Henrique de Carvalho e Mario Spinelli, sem suplente); d) um educador local (João Corbelino, com o suplente José Vidal) (ESCOLA INDUSTRIAL DE CUIABÁ, 1961-1966, Apud KUNZE, 2011, p. 95-96). (ANEXO I).

Neste ato, a Diretoria da EIC passou a ser um órgão coordenador executivo das atividades da Escola subordinado ao Conselho de Representantes, e uma das suas atribuições era de aprovar a organização dos cursos, cuja discussão e aprovação prévia, caberia ao Conselho de Professores. Assim, a Escola Industrial de Cuiabá, além de Instalar o Conselho

de Representantes, também tinha que constituir um Conselho de Professores, como previsto no Artigo 17º da Lei 3.552/59. (BRASIL, 1959a).

O Conselho de Representantes, de acordo com o Artigo 18º da mesma Lei, seria presidido pelo Diretor da Instituição, funcionando como um órgão consultivo e deliberativo em assuntos pedagógico-didáticos e regido por um Regimento Interno próprio, organizado nos termos do Regulamento do Ensino Industrial e pelo Regimento Interno da Escola Industrial de Cuiabá. Entretanto, apesar de ser um órgão deliberativo para assuntos pedagógicos e didáticos, todas as deliberações tinham que ser submetidas ao Conselho de Representantes.

Outra exigência prevista na legislação, como o terceiro requisito para a oficialização da autonomia e aquisição da personalidade jurídica própria da instituição foi o regimento da Escola Industrial de Cuiabá, cuja aprovação deu-se pela Resolução nº 5, de 11 de setembro de 1961. (ESCOLA INDUSTRIAL DE CUIABÁ, 1961-1966, f. 19-22).

De uma maneira geral, a reforma implementada pela Lei n. 3.552/1959, na qual tinha por objetivo principal o incremento a curto, médio e longo prazo de um efetivo de operários para atuar nos centros industrializados teve seus objetivos alcançados, uma vez que atribuiu às escolas, a capacidade intrínseca de gradual adaptação às situações onde o segmento industrial estava em franco desenvolvimento conforme as aptidões nos diversos estados da federação. Esperava-se que a formação de mão de obra qualificada resultasse de uma real e eficaz associação entre escola e a fábrica.

Ainda que incipiente, a descentralização da organização e administração das instituições, implementada pela D.E.I., em cada escola nos respectivos estados e cuja representatividade ficou aos seus conselhos de representantes, configura-se como uma significativa vitória para as instituições, na medida em que as ações da administração escolar ficaram mais socializáveis e possíveis de serem discutidas entre os servidores locais.

Segundo o Ministro Clóvis Salgado:

Em lugar de um sistema uniforme e simétrico de escolas, de cursos e organizações idênticos, tanto para as grandes como para as pequenas cidades, sob a rígida administração de um departamento central, a reforma consubstanciou organização descentralizada, flexível, ajustável às mutáveis realidades do mercado de mão de obra e grau do desenvolvimento fabril das diversas regiões geoeconômicas. (D.E. I, 1968, p.2).

Nesse contexto de mudanças, a criação de cursos técnicos, aprovados no Regulamento do Quadro de Cursos do Ensino Industrial, pelo Decreto nº 8.673, de 3 de fevereiro de 1942, ainda mantinha a mesma redação das discriminações dos cursos técnicos, subdivididos em

Secções. Assim, o Diretor do Ensino Industrial, através da Portaria n° 22, de 27 de março de 1962 em consonância com a Portaria Ministerial<sup>41</sup> n° 26-Br, de 7 de março de 1962, baixou instruções relativas às disciplinas específicas do ginásio industrial e dos cursos técnicos industriais alterando a composição dos currículos das disciplinas específicas de ensino técnico industrial. A partir daí, os cursos deixaram de ser subdivididos por secções e passam a serem caracterizados por especialidades inerentes à área de atuação.

Segundo Cunha ( 2000a, p. 127), “Imediatamente, após (27 de março) a Portaria DEI 22 fixou as disciplinas específicas obrigatórias de cada especialidade do curso técnico industrial”.

Corroborando com isso, estava como um dos objetivos principais para a criação dos cursos técnicos: “formar técnicos para o desempenho de funções de imediata assistência a engenheiros ou a administradores para o exercício de atividade em que as aplicações tecnológicas exigem do profissional dessa graduação.” (BRASIL, 1959c).

A formação do aluno deveria ter como alvo principal a aquisição de conhecimentos básicos e preparação científica a fim de adquirir a capacidade para utilizar as diferentes tecnologias relativas às áreas de atuação.

O Curso de Pontes e Estradas, antes pertencente à Secção de Construção Civil, passa a ter nova denominação e ser vinculado à área de infraestrutura e transportes, com a denominação de Curso Técnico de Estradas.

Nessa nova estrutura, as disciplinas de cultura técnica passaram a ter características relacionadas diretamente com a linha de atuação de cada curso. Analisando as disciplinas Técnicas obrigatórias que deveriam ser ofertadas no Curso de Estradas no Quadro 4, pode-se afirmar que, ele aparece com o objetivo de atender a área da infraestrutura, transporte e agrupamento de atividades afins deste setor.

Ainda de acordo com as Portaria Ministerial n° 26-Br, as disciplinas de cultura geral passaram a ser obrigatórias, sendo elas: Português, Matemática, História e Ciências Físicas e Biológicas; todas distribuídas nos três primeiros anos. Havia também a previsão de incremento de até duas disciplinas optativas escolhidas entre as seguintes listadas: Língua viva, Geografia, Mineralogia, Direito Usual, Elementos de Economia, Noções de Contabilidade (BRASIL, 1962).

---

<sup>41</sup> Dispõe sobre o currículo do ensino técnico industrial do sistema federal. Fixa a duração do curso em quatro séries anuais e fixa as disciplinas de Português, Matemática, História e Ciências Físicas e Biológicas como obrigatórias.

Segundo Cunha (2000b, p. 162), na Portaria DEI nº 22, era facultada às instituições, a distribuição das disciplinas nas diferentes séries dos cursos, podendo acrescentar ao currículo disciplinas de especialização e outras optativas, cujas condições regionais pudessem exigir. As disciplinas deveriam ser avaliadas pela sua extensão e importância, assim poderiam ser ministradas em mais de uma série, ou em apenas em um semestre letivo. Essa flexibilização na matriz curricular dos diferentes cursos previstos pela legislação possibilitaria uma discussão mais acurada no meio acadêmico, cujo resultado seria a inclusão de disciplinas pertencentes à seleção de cursos que melhor representariam os anseios de desenvolvimento regional de cada estado.

Quadro 8 – Conteúdo mínimo de disciplinas de cultura geral e técnica – Curso de Estradas

	DISCIPLINAS PROPOSTAS	1ª Série	2ª Série	3ª Série	4ª Série
Cultura Geral	Matemática	X	X	X	-
	Português	X	X	-	-
	História	X	-	-	-
	Optativa	-	-	-	-
	Optativa	-	-	-	-
Ciências	Física	X	-	-	-
	Química	X	-	-	-
	Biologia	X	-	-	-
Cultura Técnica	Desenho	-	-	-	Estágio
	Topografia	-	-	-	
	Geologia e Noções de Geomorfologia	-	-	-	
	Estabilidade	-	-	-	
	Máquinas e Equipamentos	-	-	-	
	Solos e Pavimentação	-	-	-	
	Construção de Estradas	-	-	-	
	Optativas a critério da Instituição	-	-	-	
	Optativas a critério da Instituição	-	-	-	
	Optativas a critério da Instituição	-	-	-	

Fonte: DEI (1967, p.196-199).

Em Mato Grosso, segundo Kunze (2011), em meados de 1963 a DEI enviou à EIC o Supervisor das Escolas Federais, Jeremias Pinheiro da Câmara Filho, para proceder à visita de

inspeção com o objetivo de averiguar as condições da Escola após a implementação da reforma. Do seu extenso relatório descritivo das etapas da visita, enfatiza-se aqui as opiniões apontadas por ele:

Trata-se da 20ª Escola visitada, no corrente ano, pela Diretoria do Ensino Industrial. Surpreendeu-me a situação em que se acha a escola. Se não podemos considerá-la boa, não devemos criticá-la pelos diminutos desacertos encontrados. (...) Orientei no sentido de: maior entrosamento com os industriais da comunidade no sentido de mútua compreensão e aproveitamento das atividades da escola e da indústria; melhor difusão na sociedade do atual trabalho da Escola, uma vez que o estabelecimento ainda é conhecido como “Escola de Aprendizes Artífices”, sem a projeção desejada para a valorização do técnico que estamos diplomando; mais atividade e dinamismo, levando-se em conta a técnica moderna do ensino; mais vivacidade nas atividades dos estudantes. [...] Finalizando, julgo que a escola Industrial de Cuiabá vai bem, tem o melhor grupo de professores de Cuiabá, um Conselho de Representantes dono de sua tarefa [...] O Diretor, Orlando Nigro, vive pela Escola e para a Escola, trabalhando em tempo integral e desejando acertar. Entrosados todos, penso que, em pouco tempo, será um dos bons Estabelecimentos de Ensino Técnico do MEC (CÂMARA FILHO, 1963 apud ESCOLA INDUSTRIAL DE CUIABÁ, 1961-1966, f. 97-100).

As orientações apresentadas no relatório do supervisor da DEI, associadas à autonomia da escola proposta pela reforma, desencadeiam um processo de reavaliação do antigo modelo de instituição e do tipo de ensino ministrado até então, ou seja, a escola deveria deixar de “parecer” uma escola de ofícios artesanais e passar a vista como escola de cursos técnicos industriais, haja vista as exigências do setor econômico do Estado de Mato Grosso. Contudo, a comunidade intra e extramuros ainda não havia se desvinculado da impressão deixada pelas EAA e pelo conteúdo do relatório, a escola encontrava-se isolada dentro do seu espaço e distante da comunidade como um todo. O relatório deixa claro também que a instituição estava formando técnicos que seriam pouco aproveitados pelo mercado de trabalho, uma vez que inexistia sintonia entre a instituição e as empresas da comunidade.

Kunze (2011, faz referência ao relatório afirmando:

De um modo geral, a avaliação do supervisor evidenciou a sua preocupação quanto à falta da conscientização da comunidade escolar a respeito do papel da Escola frente às atuais exigências do setor econômico e, por conseguinte, à falta de sua articulação e adaptação a ele, bem como, à falta da superação do seu antigo perfil de instituição de formação de artífices. Enfim, evidenciou o seu entendimento de que se a finalidade do ensino industrial, definida pela reforma, era proporcionar uma base de cultura geral e preparar o educando para o exercício de uma atividade especializada que o permitisse se integrar na comunidade e participar do trabalho produtivo, a Escola deveria se esforçar para cumpri-la e não mais continuar apática. Também apresentou um indicativo de possibilidade de sua alteração para uma futura escola técnica da rede. (KUNZE, 2011, p. 97-98).

Em consequência, o Diretor da EIC encaminhou, no dia 01 de outubro de 1963, um ofício ao Conselho de Representantes, solicitando várias providências de cunho administrativo, como a instalação de cursos técnicos extraordinários, conforme previam as exigências do Artigo 24º, do Regulamento do Ensino Industrial.

Essas providências, além de atender o que a legislação determinava, permitiram à Escola iniciar um novo processo de aproximação junto a sociedade e explorar os benefícios que a instituição poderia oferecer para melhorar a qualificação profissional de pessoas que já exerciam algum tipo de trabalho na informalidade.

Segundo previa o Decreto nº 47.038, de 16/10/1959, que regulamentava e autorizava as instituições a oferecer os Cursos Industriais Extraordinários:

(...) Art. 24. Os cursos industriais extraordinários, de duração e constituição apropriadas às regiões geoeconômicas a que pertencam, serão, de acordo com os seus objetivos, de quatro modalidades:

a) de qualificação; b) de aperfeiçoamento; c) de especialização; d) de divulgação.

§ 1º Os cursos de qualificação têm por finalidade proporcionar aos não diplomados ou habilitados uma qualificação profissional em curto prazo e com um mínimo de exigência de matérias de cultura geral, ensinadas com objetividade e versando sobre conhecimentos relacionados com atividade de oficinas.

§ 2º Os cursos de aperfeiçoamento têm por finalidade ampliar conhecimentos e capacidade de trabalhadores que possuam certificado de conclusão de curso de aprendizagem ou de outros que demonstrem conhecimentos de cultura técnica e geral que os capacitem a realizar os cursos.

§ 3º Os cursos de especialização têm por finalidade ensinar uma especialidade aos portadores de diplomas de técnico-industrial, quando a especialização for em técnica constante de seu currículo, ou a outros candidatos que provem, previamente, ter conhecimentos de cultura técnica e geral suficientes para realização de cursos dessa natureza.

§ 4º Os cursos de divulgação têm por finalidade ministrar aos candidatos conhecimentos sobre atualidades técnicas (BRASIL, 1959d).

Assim, o Conselho de Representantes, em função do Decreto, recomendou através da Resolução nº 40/63, que a Diretoria da Escola promovesse a criação de cursos extraordinários:

Recomendar que a Diretoria da Escola Industrial de Cuiabá tome imediatas providências no sentido de serem instalados Cursos Industriais Extraordinários, na forma do Art. 24, do Regulamento do Ensino Industrial e promova, também, os contatos necessários com os industriais da comunidade a fim de se possa conhecer das necessidades da região e atender às finalidades do nosso tipo de ensino que é a formação da mão-de-obra qualificada resultante de uma real e eficaz associação entre a escola e a fábrica. (ESCOLA INDUSTRIAL DE CUIABÁ, 1963c, Livro 03, p. 96).

Essa recomendação do Presidente do Conselho, por se tratar de uma ação que envolveria professores que já ministravam aulas nos diversos cursos existentes, certamente aumentaria seus encargos didáticos. Contudo, a escola Industrial começou a esboçar mudanças no sentido de se transformar em uma nova instituição, com um perfil voltado para a realidade de Cuiabá, para fora dos muros da escola, assim como para a cidade em sua volta.

As mudanças que ocorreram na Escola foram imprescindíveis para gerar tal expectativa, pois a instituição já contava com um prédio muito bem estruturado, cuja construção foi iniciada no ano de 1947 e concluída no final da década de 1950.

Desde o início das obras, o cenário da região e da instituição se modificou perante os olhos da comunidade a sua volta. Uma construção dessa proporção mudou significativamente o conceito da Instituição perante a sociedade.

As imagens a seguir nas Fotografias de 5 a 8 demonstram a transfiguração da paisagem antes registrada na memória da comunidade quando, ainda, a escola iniciava suas atividades na Capital do Estado à época da Escola Artífice.

Fotografia 5. Construção do novo edifício da EIC [195-]



Fonte: Acervo Fotográfico do Campus Cuiabá/IFMT.

Fotografia 6. Construção do novo edifício da EIC [195-]



Fonte: Acervo Fotográfico do Campus Cuiabá/IFMT.

Fotografia 7. Construção do novo edifício da EIC [195-]



Fonte: Acervo Fotográfico do Campus Cuiabá/IFMT.

Fotografia 8. Construção do novo edifício da EIC [195-]



Fonte: Acervo Fotográfico do Campus Cuiabá/IFMT.

A escola, após o término das obras, deu ênfase na oferta dos cursos extraordinários recomendado pelo Decreto nº 47.038, de 16/10/1959. A estrutura da escola, possuindo adequados espaços para as diversas atividades escolares, tinha condições físicas consideradas ideais para receber uma quantidade considerável de alunos.

Sendo assim, para o funcionamento dos cursos em seu primeiro ano, estrategicamente, não haveria exigência de equipamento dispendioso e laboratórios e seu funcionamento ocorreria no horário noturno, espaço não utilizado pelos Cursos Industriais.

Outro argumento que sustentou a decisão do Conselho de Representantes foi a justificativa constante de que a criação e oferta de grande diversidade de cursos, certamente promoveria uma maior aproximação junto à comunidade.

Fotografia 9 – Vista Aérea da Escola Industrial de Cuiabá -1952



Fonte: Acervo Fotográfico do Campus Cuiabá - IFMT.

Na fotografia acima, percebemos na estrutura física da Escola, a localização das salas de aulas no pavilhão com três pavimentos com a entrada principal da escola e o pavilhão das oficinas ao fundo, perpendicular ao pavilhão da frente. Esse pavilhão principal abrigava o setor administrativo da instituição, cujo acesso poderia ser por escada ou por rampas. Ao fundo, do lado direito, um grande espaço aberto para práticas esportivas.

Fotografia 10 – Vista Aérea da Escola Industrial de Cuiabá -1952



Fonte: Acervo Fotográfico do Campus Cuiabá - IFMT.

Percebemos também pela fotografia 10, que as características do entorno da Escola Industrial, localizada na região central da cidade, apresenta um número expressivo de edificações, o que demonstra que o entorno da Instituição foi expressivamente valorizado com a construção de uma escola daquele porte.

Na fotografia 11, podemos avaliar de maneira mais ampla a ocupação dos espaços da região central de Cuiabá (década de 1960) mostrando a localização da Escola Industrial

Federal de Mato Grosso, hoje IFMT, e sua a proximidade do prédio do Palácio Alencastro, à época, sede do Governo Estadual, além de outras edificações de aspecto vultoso no período, o que indica a posição geográfica privilegiada na cidade e junto aos poderes constituídos.

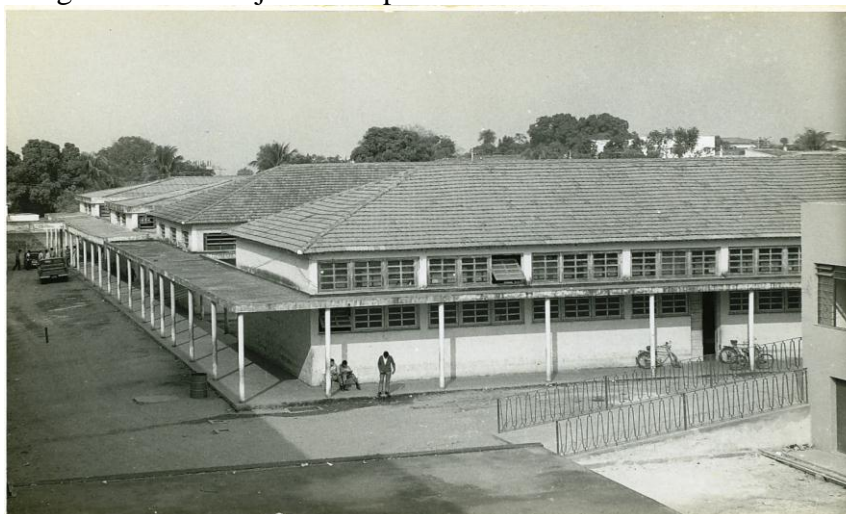
Fotografia 11 – Vista Panorâmica da região Central de Cuiabá- [196-]



Fonte: Acervo pessoal de Delormel Castor.  
Nota: Editado por: (FILHO, 2014, p. 71).

Na fotografia 12, podemos ver o posicionamento das oficinas dentro da instituição, ficavam separadas do bloco de salas de aulas. Dessa forma, a intenção de separar aulas prática de aulas expositivas era clara, uma vez que algumas oficinas produziam ruídos de diferentes níveis e naturezas, prejudicando as atividades dos alunos nas salas de aula.

Fotografia 12 – Conjunto dos prédios das Oficinas - EIFMT - Década de 1960



Fonte – Acervo Fotográfico do Campus - IFMT.

Fotografia 13 - Ginásio Coberto e anexo da EIC [196-]



Fonte: Acervo Fotográfico do Campus Cuiabá/IFMT.

A escola foi ampliando seu espaço gradualmente com mais oficinas, ginásio de esporte coberto, consultório médico-odontológico (Fotografia 13) que ao final, contribuíram para a melhoria do ensino, criando expectativas de formação de uma verdadeira elite para a indústria.

Essa ampliação do espaço, apesar de gradual, fazia parte de um planejamento padrão para toda rede de escolas do país e oportunamente, os governos estaduais vigentes buscavam interceder politicamente junto à União para que a obra fosse realizada nas suas respectivas gestões, o que seria mais um mérito no processo de expansão da capital do Mato Grosso.

Segundo Kunze (2011, p. 109), após os trâmites para regularização das pendências de documentos comprobatórios da efetiva e legal posse da área destinada à Escola, a obra foi iniciada e concluída entre os anos de 1947 à 1958, como parte da “previsão de alargamento da rede federal de estabelecimentos, com maior número de prédios adequados às suas finalidades”.

O projeto inicial foi elaborado para abrigar um prédio principal de três andares para salas de aula, laboratórios, biblioteca, setores administrativos, sanitários, auditório, três blocos de oficinas profissionais e área para prática desportiva. Apesar de algumas modificações no projeto a obra manteve-se fiel na maioria do seu conjunto.

A justificativa de tal investimento segundo Kunze (2011, p. 110), deu-se em contrapartida ao fato de que a instituição deveria contribuir para o crescimento do país com uma estrutura moderna o suficiente para formar um corpo de trabalhadores habilitados para atuar nas indústrias locais e nacionais. Dessa forma, necessitava de um espaço exemplar, “uma instituição de linhas modernas” com excelente localização geográfica na cidade e fruto de um empreendimento considerado grandioso.

Para a autora (2011, p. 111):

Em termos gerais, a criação da Escola Industrial de Cuiabá objetivou, no entendimento do governo estadual e municipal, modificar o antigo quadro da educação profissional em Mato Grosso. Ela surgiu para ministrar um novo modelo de ensino profissional mais preciso, universalizador e portador dos conhecimentos considerados fundamentais e necessários à formação e atuação do futuro trabalhador nos ramos das indústrias nacionais. Porém, para desenvolvê-lo a EIC necessitava de um prédio moderno e adequado. Não era viável a realização das suas atividades na antiga e reformada casa residencial herdada.

Nesse período de transformações, que coincide com o término das obras da EIC e se estendem até o final da década de 1960, Cuiabá solidifica o crescimento urbano, imprimindo novos traçados urbanísticos que, segundo Freire (1997), romperam com a fisionomia barroca tradicional, produzindo nova dinâmica ao traçado urbano. Além disso, devido ao processo de ocupação do território do Centro-Oeste e da Amazônia, o estado obteve recursos federais de investimentos utilizados na construção de novos edifícios, redirecionando o crescimento da cidade, de maneira a agrupar novas áreas de mais fácil apropriação. Assim, como a Escola Industrial de Cuiabá recebeu investimentos para a conclusão das edificações na década de 1950, na década seguinte já se apresentava com traços modernos na sua estrutura física recém-construída.

Kunze (2011, p. 109), pontua que:

A EIC surgiu no cenário da cidade como uma edificação suntuosa em relação às poucas casas situadas em seu entorno (...) a região ainda possuía muitas áreas despovoadas e a sua presença causava um expressivo contraste. Aquele pacato cenário urbano acabou impactado com uma edificação daquele porte.

Ainda afirma que, a partir de então, o Conselho de Representantes e a Diretoria da EIC passaram a priorizar seus esforços para atender o quanto antes às exigências necessárias à reestruturação da Escola Industrial de Cuiabá para sua transformação em escola técnica. Assim, providenciaram a revisão do Regimento Interno e sua versão final foi aprovada via Resolução n. 144, de 7 de dezembro de 1965.

Essa mudança apresentou duas alterações significantes, que necessitavam de ser regulamentadas o quanto antes.

A primeira foi a mudança da denominação da instituição para Escola Industrial Federal de Mato Grosso em atendimento à Lei nº 4.759, de 20 de agosto de 1965 e sua normativa complementar, Portaria do Ministério da Educação e Cultura n. 239, de 3 de setembro de 1965<sup>42</sup>. A segunda se referiu à inserção de cláusulas autorizadoras e regulamentadoras da criação e

---

<sup>42</sup> Essa legislação qualificava as Universidades e Escolas Técnicas da União, sediadas nas capitais dos Estados, como instituições federais que deveriam ter a denominação do respectivo Estado.

implantação de cursos técnicos, que era uma das condições exigidas à instituição para se caracterizar como uma escola técnica (ESCOLA INDUSTRIAL DE CUIABÁ, 1961-1966, f. 160-306).

Segundo o relatório do supervisor, apresenta-se uma possibilidade crescente para a transformação da EIC em uma instituição de ensino técnico. Contudo, enfatiza que a comunidade ainda estava atrelada ao antigo modelo implantado pelas Escolas de Aprendizes Artífices extintas décadas antes. A imagem da escola na comunidade não tinha a devida projeção e valorização, além da pouca visibilidade da instituição no meio industrial. Sugere-se que deveria existir um empenho da comunidade a participar de um intenso trabalho de reestruturação interna no preparo do educando para o exercício de uma atividade especializada que facilitasse o seu ingresso no mercado de trabalho.

A partir desse relatório, o Conselho de Representantes inicia um processo de revisão do Regimento Interno com vistas para a transformação da EIC em Escola Técnica. De maneira que, através da Resolução nº 144, de 7 de dezembro de 1965, é aprovada a nova versão do Regimento Interno.

Kunze (2011) afirma que, a diretoria recebeu autorização do Conselho (Resolução n. 41, de 26 de maio de 1965) para programar os estudos necessários ao oferecimento dos Cursos Técnicos de Estradas e de Eletrotécnica, que ficaram a cargo do Engenheiro Eletricista Professor Frederico Carlos Soares Campos. A escolha desses dois cursos correspondia às demandas de técnicos dessas duas áreas, pois, em Mato Grosso, a abertura de novas estradas para interligação regional e escoamento da produção agrícola se acelerava, além de a produção de energia elétrica começar a receber investimentos para a resolução do secular problema de insuficiência desse recurso, que prejudicava a inserção das indústrias na região. (ESCOLA INDUSTRIAL DE CUIABÁ, 1961-1966, f. 229).

### **3.3 O Curso Técnico em Estradas**

Como visto na parte introdutória deste trabalho, a necessidade de promover o desenvolvimento no interior do estado aconteceu no início do período republicano, quando o governador, o Coronel Antônio Paes de Barros, designou uma comissão chefiada pelo Agrimensor Jorge Bodstein para promover estudos de viabilidade na construção de uma estrada partindo de Cuiabá com destino aos estados do Pará e Amazonas.

Nos tempos que se seguiram, os governantes que estiveram à frente da administração do Estado preocuparam-se em criar uma infraestrutura visando o desenvolvimento do Estado

de Mato Grosso, política essa empregada no governo do Presidente Eurico Gaspar Dutra, através do Plano SALTE<sup>43</sup> e, posteriormente, no governo de Kubitscheck.

Assim, durante essa fase republicana, o governo do estado, mais precisamente durante a gestão de Arnaldo de Figueiredo (1947-1950), estimulou a construção de estradas. Assim, para atingir as suas metas, criou a Comissão Estadual de Estradas de Rodagem que, mais tarde, se transformou no Departamento de Estradas de Rodagem — DERMAT.

No período de 1951 a 1961, os governantes do estado continuaram a promover o desenvolvimento rodoviário e energético do Estado.

No que diz respeito aos cursos de formação técnica, Kunze (2011, p. 98), refere-se à criação dos cursos (Estradas e Eletrotécnica em 1965) como uma sintonia que deveria existir entre a Instituição e o desenvolvimento rodoviário e energético, estimulado pelo governo do Estado.

Após alguns meses, o relatório do Professor Frederico Campos, foi apresentado à Direção da Escola no dia 18 de setembro de 1965. O minucioso documento apresentou estudos que tiveram como referência os programas adotados pela Escola Técnica Nacional do Rio de Janeiro e descreve as propostas que deveriam ser avaliadas pela instituição para que fosse possível o início das atividades no exercício de 1966 para os dois cursos: Estradas e Eletrotécnica<sup>44</sup>. (ANEXOS J, K, L e M).

O relatório apresentado ao Conselho de Representantes, o qual continha quatro páginas, foi dividido em vários tópicos, nos quais abordam a matriz curricular e distribuição de carga horária das diversas disciplinas da base comum e técnica; a necessidade de professores para as novas disciplinas técnicas; a pequena necessidade de aquisição de equipamentos específicos para o desenvolvimento de algumas habilidades; e adequações das instalações físicas necessárias ao funcionamento do curso. Esclarece que a base de orientação na elaboração do relatório foi o programa já em funcionamento da Escola Técnica Nacional do Rio de Janeiro.


A Matriz Curricular vista na Figura 6 e 7, composta de disciplinas de cultura geral e técnica, ficou distribuída em três séries anuais, sendo que sugeria a inclusão de mais uma série destinada a trabalhos técnicos fora da escola.

---

<sup>43</sup> **Plano SALTE** é o nome de um **plano** econômico elaborado pelo governo brasileiro, na administração do presidente Eurico Gaspar Dutra, iniciado em 1950, que tinha como objetivo estimular o desenvolvimento de setores como saúde, alimentação, transporte e energia (exatamente o **significado** da sigla "SALTE"). (MATOS, 2002).

<sup>44</sup> Faremos a abordagem somente aos dados relativos ao Curso Técnico em Estradas, objeto desta dissertação.

Figura 7 – Proposta de Matriz Curricular – Curso de Estradas – 1965

  
 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
 DIRETORIA DO ENSINO INDUSTRIAL  
 ESCOLA INDUSTRIAL DE CUIABÁ  
 RUA LIVRAMENTO, 18 - TELEFONE: 2208  
 END. TEL. ESTADUAL - CUIABÁ - MATO GROSSO  
 (CURSO DE GNÁSIO INDUSTRIAL)

Relatório a respeito da criação dos cursos técnicos industriais de "Estradas" e "Eletrotécnica" na Escola Industrial Federal de Mato Grosso.

Senhor Diretor,

Estudando os programas dos cursos técnicos industriais de Eletrotécnica e Estradas a serem ministrados nesta Escola a partir do próximo exercício, apresento a seguir, esquematizados/os problemas a serem resolvidos por esta Diretoria.

Cabe-me outrossim, comentar que os programas/que serviram de estudo são os adotados pela Escola Técnica Nacional do Rio de Janeiro.


I) Horário:  
 São as seguintes as aulas para os referidos cursos:

a) De Estradas:

Cultura Geral:	1ª Série	2ª Série	3ª Série
1) Portuguesa .....	3	3	2
2) Matemática .....	4	4	-
3) Ciências Físicas e Biológicas:			
Física .....	4	4	-
Química .....	-	2	2
Biologia .....	-	-	2
4) História .....	2	-	-
5) Inglês .....	2	2	-
	<u>15</u>	<u>15</u>	<u>6</u>
<u>Cultura Específica:</u>			
1) Desenho Topográfico e Projetos .....	4	4	-
2) Topografia .....	4	4	-
3) Geologia e Noções de Geomorfologia .....	4	-	-
4) Materiais de construção e Emalhas .....	4	2	-
5) Resistência dos Materiais .....	-	3	-
6) Construção de Estradas .....	-	-	4
7) Obras Complementares .....	-	-	3
8) Máquinas e Equipamentos .....	-	-	3

Fonte: (ESCOLA INDUSTRIAL FEDERAL DE MATO GROSSO, 1965a, recorte p. 1).

Figura 8 – Proposta de Matriz Curricular – Curso de Estradas – 1965

  
 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
 DIRETORIA DO ENSINO INDUSTRIAL  
 ESCOLA INDUSTRIAL DE CUIABÁ  
 RUA LIVRAMENTO, 18 - TELEFONE: 2208  
 END. TEL. ESTADUAL - CUIABÁ - MATO GROSSO  
 (CURSO DE GNÁSIO INDUSTRIAL)

	1ª Série	2ª Série	3ª Série
9) Solos e Betumes .....	-	-	8
10) Foto-análise .....	-	-	3
11) Organização do Trabalho .....	-	-	3
12) Higiene Industrial e Seguro do Trabalho .....	-	2	-
13) Noções de Mecânica dos Solos .....	-	-	2
	<u>16</u>	<u>15</u>	<u>26</u>
<u>Prática Educativa:</u>			
1) Educação Física .....	1	1	1
Total geral .....	<u>32</u>	<u>31</u>	<u>33</u>

Além das 3 séries acima, para que o aluno seja diplomado no curso técnico, deverá ter mais uma série destinada a trabalhos práticos fora da Escola.

Fonte: (ESCOLA INDUSTRIAL FEDERAL DE MATO GROSSO, 1965a, recorte p. 2).

As disciplinas de cultura específica estavam em consonância com a Portaria nº 22, de 27 de março de 1962, cujo teor discriminava as disciplinas específicas que deveriam ser ofertadas ao longo do curso. Aponta que o curso seja ofertado somente durante o dia, pois as

aulas práticas previstas no conteúdo de cultura técnica, desenvolvidas somente a céu aberto, não seriam possíveis de serem praticadas no período noturno.

O documento pontua a necessidade de contratação imediata de profissionais habilitados para lecionar nas disciplinas de cultura geral e técnica, como também solicita providências para a escola viabilizar a seleção de professores a serem contratados.

Relata a pequena necessidade de aquisição de equipamentos e materiais, em virtude da existência de cooperação com órgãos públicos do Estado e do 11º Distrito do DNER. Esses órgãos se comprometeram a disponibilizar a título de empréstimo - máquinas e laboratórios especializados para o atendimento dos alunos durante as aulas práticas, assim como aparelhos específicos no uso comum das aulas, tais como bússolas, balizas, miras, níveis, teodolitos, taqueômetros, pantômetros, planímetros. Assim, ressalta como pequena a despesa com materiais especializados para o ensino das diversas disciplinas técnicas do curso. As instalações físicas da escola também são evidenciadas em virtude da previsão de aumento do número de alunos para o ginásio e a necessidade de disponibilização de mais salas equipadas com pranchetas para aulas de desenho técnico. Por fim, coloca a necessidade de a direção da EIC solicitar da Escola Técnica Nacional o plano de ensino e as apostilas de aulas referentes às disciplinas de cultura técnica. Assim, finaliza o relatório enaltecendo a necessidade de implantação dos cursos em virtude da rápida evolução que a instituição experimentou nos anos anteriores em decorrência da ampliação do espaço físico e na administração do ensino de forma geral. (ESCOLA INDUSTRIAL FEDERAL DE MATO GROSSO, 1965a, p. 1-4).

A matriz proposta no relatório ficou composta da seguinte forma, conforme o Quadro 9 abaixo:

Quadro 9 – Proposta de Matriz Curricular – Curso de Estradas – 1965

	DISCIPLINAS PROPOSTAS	1ª Série	2ª Série	3ª Série	4ª Série
Cultura Geral	Matemática	3	3	2	-
	Português	4	4	-	-
	História	2	-	-	-
	Inglês	2	2	-	-
Ciências	Física	4	4	-	-
	Química	-	2	2	-
	Biologia	-	-	2	-
	Total Parcial	15	15	6	-

Cultura Técnica	Desenho Topográfico e Projetos	4	4	-	Estágio
	Topografia	4	4		
	Geologia e Noções de Geomorfologia	4	-	-	
	Materiais de Construção e Ensaio	4	2	-	
	Resistência dos Materiais	-	3	-	
	Construção de Estradas	-	-	4	
	Obras Complementares	-	-	3	
	Máquinas e Equipamentos	-	-	3	
	Solos e Betumes	-	-	8	
	Foto-análise	-	-	3	
	Organização do Trabalho	-	-	3	
	Higiene Industrial e Seguro do Trabalho	-	2	-	
	Noções de Mecânica de Solos	-	-	2	
Total parcial	16	15	26		
Prática Educativa – Educação Física	1	1	1		
Total Geral	32	31	33		

Fonte: Quadro elaborado pelo autor.

Nota: Baseado em dados do Relatório de: (CAMPOS, 1965, f. 1-4)

A preocupação com a transformação da Instituição em uma Escola Técnica fica também evidenciada quando o Diretor da Instituição, reunido com o Conselho de Professores no dia 14 de outubro de 1965, repassa os assuntos que foram discutidos no começo do mesmo mês em Brasília. Os assuntos relacionados às questões administrativas e pedagógicas ressaltavam a determinação da diretoria da instituição em promover a oferta de cursos técnicos o mais breve possível. A reunião, lavrada na Ata nº 11/1965, enfatiza que:

[...] 2º Cursos Técnicos. b) para o funcionamento dos cursos técnicos de eletricidade, eletromecânica e Estradas, o Diretor solicitou um empréstimo no B.I.D. – Banco Interamericano de Desenvolvimento, no valor de Cr\$350.000.000(trezentos e cinquenta milhões de cruzeiros); c) a duração dos cursos dependerá das necessidades do aproveitamento dos alunos, pois no caso de saturação num determinado ramo, este poderá ser substituído por outros; 3º – ficou também decidido que se deverá estabelecer um maior entrosamento da escola com a coletividade a fim de que a Escola possa melhor sentir as necessidades da região; [...] (ESCOLA INDUSTRIAL FEDERAL DE MATO GROSSO, 1965a, p.37-38).

Quanto a esse empréstimo solicitado ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, não foi encontrada nenhuma evidência se o referido empréstimo foi concretizado pela Direção

da instituição. Informações sobre assuntos relacionados ao B.I.D. voltam ao cenário do ensino técnico quando o governo federal cria através do Decreto nº 60.462, de 13 de março de 1967, uma Comissão Especial no Ministério de Educação e Cultura, tal comissão, tinha como objetivo a prestação de assistência na elaboração de contratos a serem firmados entre a União e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, visando ações para melhoramento, expansão, aquisição de equipamentos e assistência técnica nas Escolas Técnicas Federais assim como demais integrantes nos programas de expansão do ensino no país.

Entretanto, a informação lavrada no recorte da ata acima descrita foi considerada relevante se levarmos em conta o fato de a Direção da instituição, assim como a comunidade interna, estarem ansiosos e dedicados afincadamente no objetivo de iniciar a criação dos cursos técnicos, principalmente após a afirmação do Supervisor das Escolas Federais, Jeremias Pinheiro da Câmara Filho, em visita à escola no ano de 1963, quando afirmou que “em pouco tempo, a EIC será um dos bons Estabelecimentos de Ensino Técnico do MEC”.

Importante ressaltar que, dos cursos citados na ata nº 11/65, o único em funcionamento era o curso rápido técnico industrial de eletricidade. Estes cursos ainda estavam sendo viabilizados, mas não se concretizaram de imediato, tendo em vista que a Direção da Escola estava mantendo o foco somente nos cursos Técnicos de Estradas e Eletrotécnica, considerando que, com a oferta desses dois cursos, reforçaria a transformação da Instituição em Escola Técnica Federal.

Ao final do ano de 1965, a Direção reúne-se com o Conselho de Professores para tratar de assuntos pedagógicos e administrativos, entre os quais a possibilidade de contratação de novos professores para atender às turmas do Ginásio, como também dos Cursos Técnicos em processo de implantação, e faz previsão de início das suas atividades para o ano letivo de 1966. Nas atividades pedagógicas previstas, estavam a discussão das atribuições de aulas, a construção do horário e a apresentação das “Normas para avaliação do Aproveitamento Escolar” elaborado pelo Professor Darwim Monteiro Silva. Nessas normas, havia a previsão da grade curricular para o Ginásio Industrial e para os Cursos Técnicos das primeiras turmas a iniciarem suas atividades no ano de 1966, correspondendo aos cursos Técnicos de Eletrotécnica e Estradas. Na reunião, ficou deliberada a oferta somente das disciplinas previstas na matriz curricular para a primeira série dos cursos de Estradas e Eletrotécnica. (ESCOLA INDUSTRIAL FEDERAL DE MATO GROSSO Ata nº12/1965b, p.38-41).

No mesmo mês o Diretor da Escola Industrial Federal de Mato Grosso torna público o edital nº 03/66, para provimento da função de Professor para preenchimento de vagas para disciplinas dos cursos técnicos de Eletrotécnica e Estradas:

[...] Edital nº 3/66 - PROVA DE SELEÇÃO PARA provimento da função de Professor para o Curso Técnico de Eletricidade e Estradas. Cadeiras Técnicas a serem preenchidas: ELETROTÉCNICA, MEDIDAS ELÉTRICAS, **TOPOGRAFIA, GEOLOGIA, MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO**; Cadeiras de Cultura Geral a serem preenchidas: PORTUGUÊS, MATEMÁTICA, FÍSICA, HISTÓRIA, INGLÊS. [...] (ESCOLA INDUSTRIAL FEDERAL DE MATO GROSSO, 1966a, Grifo nosso).

As cobranças da Direção da Instituição junto à DEI para a contratação definitiva dos servidores que desempenhavam as funções administrativas e de docência continuaram durante os meses que se seguiram. Contudo, apesar da decisão do Conselho de Representantes de não ofertar o Curso de Estradas, o processo de seleção de professores para lecionarem no curso já havia sido deflagrado e estava sendo encaminhado pela Direção da Escola com a previsão vagas para as disciplinas de Topografia, Geologia e Materiais de Construção entre outras disciplinas de Cultura Geral.

A prova didática para preenchimento de vaga para a disciplina de Topografia foi realizada no dia 1º de junho de 1966 com dois candidatos: José Garcia Neto e Mauricio Antônio Madureira, tendo como banca examinadora os professores Frederico Carlos Soares Campos, Ainabil Machado Lobo e Octacílio Borges Canavarros. Os dois candidatos obtiveram notas iguais, mas o candidato Mauricio A. Madureira ficaria com a cadeira em função de ter formação em engenharia Agrônômica, e veio a ser admitido no ano seguinte, no dia 1º de junho de 1967. O professor começou a lecionar recebendo a remuneração por Pró-labore até a sua contratação definitiva.

Quanto ao segundo candidato, Sr. Garcia Neto, cuja formação era em Engenharia Elétrica, ele já tinha sido contratado como professor em 1948 permanecendo até 1955, quando foi exonerado.

A prova prevista em edital somente para preenchimento de vaga para Geologia, passou a ser “Prova de Geologia e Geomorfologia” e foi aplicada no dia 16 de junho de 1966 para um único candidato: o Geólogo Saladino Sagaib - aprovado com nota máxima no processo de seleção. O professor também começou a receber seu salário como Pró-labore e foi contratado em 1º de junho de 1967. A sua banca examinadora ficou composta pelos professores Ainabil Machado Lobo, Frederico Carlos S. Campos e Otacílio Borges Canavarros. A prova para provimento de vaga para a Disciplina de Materiais de Construção acabou não acontecendo por não ter candidatos inscritos. (ESCOLA INDUSTRIAL FEDERAL DE MATO GROSSO. 1966 b).

Todos os candidatos, tanto nas provas de Cultura Geral como de Cultura Técnica, foram submetidos a provas extensas, cujos conteúdos foram dos mais variados e com alto nível de conhecimentos a serem verificados.

Historicamente, os critérios para seleção de professores sempre foram muito rigorosos no quesito de conhecimentos específicos, no desempenho da prova didática e também na exigência de documentos como: folha corrida expedida pelo Instituto de Identificação da polícia civil de MT, atestado vacinação antivariólica pelo Departamento de Saúde do estado, certificado de reservista, título de eleitor, declaração de bens, exames de sanidade e capacidade física, declaração negativa de acumulação e certificado de registro de professores a fim de comprovar experiência didática. (BRASIL, 1952).

Os documentos exigidos não representavam tão somente a identificação pessoal do candidato, mas permitiam criar uma característica profissional dos professores da EIC, fossem elas as naturalidades, as qualificações profissionais, filiações, fenótipos, entre outros. Essas características permitiam um conhecimento aprofundado do perfil do profissional interessado em compor o quadro de servidores, atitude considerada comum para conhecimento das pessoas envolvidas em processos de ingresso na instituição, tendo como pressuposto a proteção de valores familiares intrínsecos da comunidade interna da instituição.

Além dos documentos necessários para a posse do professor, havia outros documentos que antecediam a esse processo, que eram as atas dos editais e atas do processo seletivo. Eram elas: ata de inscrição dos candidatos, ata de resultado da prova escrita, ata de resultado da prova didática e ata do resultado final dos exames.

Nesses documentos é possível investigar os conteúdos de matemática e conhecimentos gerais e desenho, que eram de interesse da EIC e que os professores deveriam ter domínio, como era o método de avaliação dos professores, qual era o desempenho quantitativo dos professores, quais os tipos de provas, o processo geral de seleção, e muitos outros itens.

Diante da dificuldade na regularização na contratação de professores, a Direção envia no mês de março de 1967, uma exposição de motivos ao Ministro da Educação e Cultura, expondo as dificuldades para solucionar a efetivação de professores e técnicos administrativos que já pertenciam ao quadro de servidores contratados por prazo determinado e dos servidores que foram aprovados no processo de seleção previsto no Edital 03/66, de 03 de janeiro do mesmo ano.

No documento a direção enfatiza:

[...] a) A Escola Industrial Federal de Mato Grosso, nos últimos anos, conseguiu elevar, satisfatoriamente, o número de alunos no curso que ministra do “Ginásio Industrial”, contando hoje com 877 alunos (1º ciclo) positivando-se, assim, um aumento de mais de 300 alunos com relação ao ano passado;

b) A expansão da comunidade, a procura crescente da nossa escola pela mocidade estudíaria e o desenvolvimento da região, levaram este estabelecimento a promover o estudo necessário para o funcionamento, neste ano, do 2º ciclo ( Curso Técnico de Estradas e Eletricidade) e também dos cursos Rápidos de Formação e Aperfeiçoamento de Mão de Obra Industrial atendente, assim, ao plano de ação do Ministério no sentido do melhor rendimento e continuidade na rede dos “Cursos específicos orientados para o trabalho”;

c) Esses Cursos ( 2º ciclo e rápidos) – aprovados já pelo Conselho de Representantes da Escola e com matrículas animadoras – constituem o início da natural elevação do gabarito da educação técnica que ministramos, tão necessária ao acompanhamento do ritmo do desenvolvimento a que aludimos e ao atendimento da crescente procura de técnicos, o que estamos observando. [...] (ESCOLA INDUSTRIAL FEDERAL DE MATO GROSSO, 1966 b).

Percebe-se que no documento encaminhado ao Ministério de Educação e Cultura, a Direção da Escola Industrial já fazia previsão de efetivação dos possíveis candidatos que fariam as provas no mês de junho do corrente ano. Nesse processo, a intenção da Direção da escola era prover vagas para 12 técnicos administrativos, 15 professores de Cultura Técnica e 19 professores de cultura geral, denominados “horistas”<sup>45</sup>.

Como prometido, o Diretor da EIFMT, que vinha de longa data fazendo cobrança ao DEI para a efetivação dos professores aprovados em concursos e nos exames seletivos, encaminha Ofício nº 445/66, de 19 de outubro de 1966, ao Diretor do Departamento Administrativo do Serviço Público, Sr. Luiz Vicente B. de Ouro Preto, justificando a urgente necessidade de preenchimento das vagas para professores e técnicos que ainda estavam sob o regime de contrato por tempo determinado, mas que, na sua grande maioria, haviam prestado concursos promovidos pela instituição em anos anteriores.

A argumentação da diretoria do EIFMT estava alicerçada no disposto do Artigo 108, do Regulamento do Ensino Industrial, o qual autorizava o Conselho de Representantes a promover processo de seleção para preenchimento de vagas existentes no quadro de servidores da Instituição. Conforme o Artigo 108:

O processo de seleção, previsto no artigo anterior, será elaborado pela direção da escola e aprovado pelo Conselho de Representantes, respeitados os seguintes critérios:

---

<sup>45</sup> O trabalhador horista é aquele que recebe o salário mensalmente, porém determinado pelo valor-hora. (Kunze, 2011).

1 - as provas para docente de matérias de cultura geral serão de títulos, conhecimentos e qualidades didáticas;

2 - as provas para docente de desenho e matéria de cultura técnica (teóricas) serão de títulos e qualidades didáticas, de modo a permitir a aferição de conhecimentos técnicos;

3 - as provas para docentes de práticas de oficina serão de conhecimentos práticos e qualidades didáticas;

4 - as provas para o pessoal administrativo, com exceção dos empregados subalternos, além de conhecimentos gerais, compreenderão as aptidões específicas exigidas pela função. (BRASIL, 1959 b).

Contudo, esse artigo foi revogado pela Lei 3.780, de 12 de junho de 1960, em seu Artigo 55, cuja redação era:

Os Ministérios, órgãos diretamente subordinados ao Presidente da República, autarquias, entidades paraestatais, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Instituto Brasileiro do Café, bem como Serviços Portuários e Marítimos administrados pela União, sob forma autárquica, sempre que necessário, e havendo vaga inicial a preencher, **solicitarão do Departamento Administrativo do Serviço Público** indicação de candidatos habilitados em concurso, obedecida, rigorosamente, a ordem de classificação. (BRASIL, 1960, grifo nosso).

Portanto, a realização de concursos e posterior efetivação de servidores não era mais da competência do Conselho de Representantes, mas sim da Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento, subordinada ao Departamento Administrativo do Serviço Público. Assim, o Diretor do DASP, após trâmite processual, se justifica por meio do parecer gerado no processo nº 10.058/66 em cujo teor fica explícita a omissão ou engano na interpretação do documento por parte da Direção da Instituição. Contudo, as datas dos concursos realizados não foram informadas no documento ao DASP, sugerindo que essa omissão foi intencional na tentativa de se conseguir efetivar os docentes interinos.

O parecer do DASP informava em alguns dos seus itens que:

5. [...] a atribuição do D.A.S.P., para a realização de concurso destinado ao preenchimento de vagas nos Ministérios, órgãos subordinados ao Presidente da República, autarquias e outras entidades administrativas pela União, foi conferida pela Lei nº 3.780, de 12/7/60, art. 55, ficando, assim, a partir desta data, revogado o disposto no art. 108 do Regulamento do Ensino Industrial, no que concerne à admissão de pessoal.

6. [...] somente ao DASP, cabe a realização de concursos para o preenchimento de cargos na administração pública federal, que centralizada quer autárquica ou autônoma.

7. A Escola Industrial Federal de Mato Grosso não informa em que datas foram realizados concursos a que se refere, mas há de concluir-se que o tenham sido posteriormente à Lei nº 3.780, de 1960. Portanto, já não mais prevalecia o art. 108 do Regulamento citado.

8. Todavia, entende este serviço que, tratando-se de fato consumado e a fim de evitar novas despesas com o mesmo objetivo, nada impede que a Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento deste Departamento, mediante o exame das

provas a que se submeteram os candidatos, verifique a possibilidade de homologar os referidos concursos.  
(ESCOLA INDUSTRIAL FEDERAL DE MATO GROSSO, 1966).

Assim, ao final do documento, apesar de o Diretor do DASP se posicionar favoravelmente quanto à solicitação da Direção da EIFMT na efetivação dos servidores aprovados nos concursos, os professores que haviam sido aprovados nos concursos e processos seletivos continuaram na condição de prestadores de serviços na instituição.

Os servidores que já estavam contratados, apenas continuaram com a prorrogação de seus contratos nos anos que seguiram, percebendo seus vencimentos por meio de Pró-labore, de acordo com o artigo 99, letra “e” do Decreto nº 47.038, de 16.10.59, cujo teor autorizava o Diretor da Instituição a contratação de pessoal mediante autorização do Conselho de Representantes.

Com a publicação da Lei nº 5.117, de 27 de setembro de 1966, a nomeação e a admissão de servidores da União, Autarquias e outras entidades, no seu artigo 1º regulamentou:

Art. 1º - Toda e qualquer nomeação para as vagas de classe singular ou inicial de séries de classes, bem como para cargos isolados de provimento efetivo, dos Quadros de Pessoal da União, dos Órgãos Autônomos e das Autarquias, só poderá ser feita mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, respeitado o acesso previsto em lei. (BRASIL, 1966).

Assim, no decorrer do funcionamento da primeira turma do Curso de Estradas, vários professores atuaram na condição de prestadores de serviço, conforme se destaca nos Quadros 12 e 13.

Apesar da dificuldade para regularizar a situação dos docentes contratados por tempo determinado, a direção da instituição manteve a decisão em ofertar o Curso Técnico em Estradas para o início do período letivo de 1967, apenas readequando a matriz curricular da primeira turma, como será visto logo a seguir.

### **3.4 O Corpo Docente**

Por ocasião das reformas de 1942, regulamentada pela Lei Orgânica do Ensino Industrial – LOEI, a grande maioria dos professores da Escola Industrial Federal de Mato Grosso era oriunda dos antigos Liceus Industriais e posteriormente das Escolas Industriais. Assim os professores foram lotados nas novas escolas de ensino industrial, assumindo as disciplinas de Cultura Geral, Práticas Educativas e Cultura Técnica. Dessa maneira, os

professores existentes na instituição foram remanejados para atuar em algumas disciplinas de cultura técnica, até que fosse regularizada a contratação efetiva dos mesmos como demonstra o Quadro 6.

O regime de trabalho era diferenciado, sendo de 18 horas de trabalhos semanais para as disciplinas de cultura técnica teórica e o regime de trabalho de 40 horas semanais de cultura técnica prática.

Quanto à diferença entre esses regimes de trabalho, Kunze (2011, p. 130) afirma que:

Segundo a justificativa apresentada pelo MES, era de conveniência pedagógica que a estes últimos fosse garantido um tempo integral, ou seja, um horário de trabalho maior, posto que iriam estar submetidos a esforços continuados. Outrossim, que se dispusessem, sempre que possível, de um ou mais assistentes ou auxiliares de oficinas, cujo provimento dependeria de demonstração de habilitação adequada.

A contratação desses docentes era feita na modalidade de “extranumerários contratados e mensalistas”, pois a efetivação deles só poderia ser feita por meio de um concurso público. Como a realização de concurso dependia da autorização do MES, a Escola admitiu a contratação de professores e técnicos administrativos por várias décadas como “extranumerários contratados e mensalistas”, tipo de contratação por tempo determinado com salários fixos. Com essa modalidade de contratação, a escola cobria a falta de professores, complementando o quadro já existente.

Quanto à formação docente, requisitos necessários para atuação dos professores em disciplinas de cultura geral, exigia-se a formação em cursos destinados à prática do magistério, com formação específica na área de atuação. As exigências para a cultura técnica, cuja prática educativa necessitava de uma formação específica no ensino industrial, deveria ser adquirida em cursos pedagógicos, que deveriam ser ofertados pela própria instituição. Desse modo, a responsabilidade de formar os seus docentes, principalmente os da cultura técnica, foi delegada às próprias escolas.

Segundo Kunze (2011, p 135):

a maioria dos novos professores contratados das cadeiras técnicas da EIC era formada nos seus próprios cursos industriais ou nos técnicos de outras escolas da rede federal e necessitaram se submeter aos exames de suficiência, bem como, aos cursos de capacitação didática e aperfeiçoamento pedagógicos realizados pela CBAI, no Centro de Pesquisas e Treinamento de Professores, criado na Escola Técnica de Curitiba quando da transferência daquela Comissão para a sua sede em 1957.

Ainda na Escola Industrial de Cuiabá, a inexistência desses cursos pedagógicos comprometia o quadro de docentes, uma vez que a maioria do pessoal contratado não possuía os diplomas exigidos pela legislação. Assim, por exigência do MES, todos com menos de dez anos de exercício público foram obrigados a prestar o exame de suficiência para cada disciplina que ministravam.

Kunze (2011, p. 133) faz referência de uma solicitação da DEI à Diretoria da Escola Industrial, para tomar providências na realização de exames de suficiência para todos os servidores, bem como de provas sendo considerando a cadeira que lecionavam. No documento, a DEI submetia a Diretoria da EIC à estruturação do processo de escolha da comissão organizadora assim como a indicação de seus membros componentes, que poderiam ser do quadro de servidores da escola ou pessoas alheias à instituição, reconhecidamente capazes para tal processo em função da sua atuação profissional docente. Coube à Diretoria da escola o julgamento final dos trabalhos e que, deveriam ser enviados a DEI, contendo todas as informações como: atas das provas, relatórios e as próprias provas escritas e gráficas com as respectivas notas de cada um dos examinadores, assim como os critérios de julgamentos efetuados. Esse procedimento também foi adotado para os professores relacionados à cultura técnica, contendo provas escritas e didáticas e práticas.

Esse processo demonstrou que muitos dos professores que compuseram o quadro de docentes da instituição, não possuíam o nível de formação exigido pela legislação. Contudo, serviu para demonstrar as condições precárias de profissionais sem qualificação para a função de magistério. Diante disso, as ações para a solução do problema deveria partir no âmbito da rede federal das escolas profissionalizantes.

Uma das propostas foram os Cursos Pedagógicos previstos na LOEI, que só vieram acontecer no início da década de 1950, na Escola Técnica Nacional, e que formou um número insuficiente de profissionais para atender a demanda da rede federal e estadual. (GUIMARÃES, 1952, apud KUNZE, 2011, p. 134).

Segundo Kunze (2011), somente em meados da década de 1950, para solucionar a carência nesse setor, o MES cria Cursos Pedagógicos do Ensino Industrial, destinados à formação do pessoal docente de Cultura Técnica e pessoal Administrativo, compreendendo o Curso de Didática e de Administração do Ensino Industrial, que foram ministrados, em caráter experimental, pela CBAI.

A autora (2011, p. 135) ainda afirma que:

Alguns professores da EIC, especialmente os professores-chefes das oficinas, participaram desses eventos promovidos anualmente pela DEI e

CBAI, intitulados sempre de cursos de férias, porque se realizavam no mês de janeiro, desde 1945 a 1957.

Em Mato Grosso, na década de 1960, pouca alteração foi verificada em relação a formação de professores porque inexistia instituições que pudessem ofertar cursos específicos para formação pedagógica para o ensino industrial.

Assim, quando o curso de Estradas iniciou suas atividades letivas no mês de abril de 1967, os professores de cultura geral e técnica foram os docentes existentes na instituição.

As disciplinas de cultura técnica da primeira série, compostas por Topografia, Desenho Topográfico, Geologia e Noções de Geomorfologia foram assumidas pelos professores Maurício Antônio Madureira e Saladino Sagaib, aprovados no processo seletivo no ano de 1966 nas disciplinas de Topografia, Geologia e Noções de Geomorfologia, respectivamente. Posteriormente, a disciplina de Topografia e Desenho Topográfico foram assumidas pelo Professor Rodolfo Nery Carranza, que já lecionava a disciplina de desenho técnico.

Vale ressaltar que, no processo seletivo, não houve candidatos para preenchimento de vagas para a disciplina Materiais de Construção, conforme o Edital nº 03/66. Assim, foi necessário fazer um ajustamento na matriz curricular proposta anteriormente. Essa disciplina, prevista para a primeira série foi remanejada para a segunda série de modo a não causar maiores problemas com a falta do professor da cadeira. Assim, algumas disciplinas foram acrescentadas e outras remanejadas para a segunda e terceiras séries, como mostra o Quadro 10.

Quadro 10– Matriz Curricular – Curso de Estradas (1967)

	DISCIPLINAS PROPOSTAS	1ª Série	2ª Série	3ª Série	4ª Série
Cultura Geral	Matemática	4	3	2	-
	Português	4	3	3	-
	História	2	2	-	-
	Inglês	2	2	-	-
Ciências	Física	3	3	3	-
	Química	-	2	2	-
	Biologia	-	2	-	-
	Geometria Descritiva	-	-	2	-
	Total Parcial	15	17	12	-

Cultura Técnica	Desenho Topográfico e Projetos	4	-	-	Exercício Orientado da Profissão
	Topografia	4	4	-	
	Topografia e Desenho Topográfico	-	-	4	
	Geologia e Noções de Geomorfologia	4	-	-	
	Materiais de Construção e Ensaio	-	4	-	
	Resistência dos Materiais	-	-	3	
	Construção de Estradas	-	3	4	
	Máquinas e Equipamentos	-	3	-	
	Solos e Pavimentação	-	-	4	
	Organização do Trabalho	-	-	2	
	Higiene e Segurança no Trabalho	-	-	2	
	Noções de Mecânica de Solos	-	-	3	
	Total parcial	12	14	22	
	Prática Educativa – Educação Física	1	1	1	
	Total Geral	28	32	35	

Fonte: Quadro elaborado pelo autor.

Nota: De acordo com em dados da Secretaria de Registro Escolar, 1968.

No ano seguinte, em 1968, houve nova reformulação na Matriz. As disciplinas Topografia e Desenho Topográfico passaram a fazer parte de uma só cadeira; já a disciplina Noções de Mecânica de Solos deixou de ser ofertada; a disciplina de Materiais de Construções e Ensaio volta a ser ofertada na primeira série.

Com essas alterações, houve também acréscimo no número de aulas das disciplinas de Cultura Geral, como mostra o Quadro 11.

Quadro 11 – Matriz Curricular – Curso de Estradas (1968)

DISCIPLINAS PROPOSTAS		1ª Série	2ª Série	3ª Série	4ª Série
Cultura Geral	Matemática	4	4	4	-
	Português	3	3	3	-
	História	2	2	-	-
	Inglês	2	2	2	-
Ciências	Física	3	3	3	-
	Química	3	3	3	-

	Biologia	2	2	2	-
	Geometria Descritiva	-	-	2	-
	Total Parcial	19	19	19	-
Cultura Técnica	Topografia e Desenho Topográfico	5	5	-	Exercício Orientado da Profissão
	Geologia e Noções de Geomorfologia	3	-	-	
	Materiais de Construção e Ensaios	3	-	-	
	Resistência dos Materiais	-	-	3	
	Construção de Estradas	-	3	4	
	Maquinas e Equipamentos	-	3	-	
	Solos e Pavimentação	-	-	6	
	Organização do Trabalho	-	-	2	
	Higiene Industrial e Segurança no Trabalho	-	-	3	
	Total parcial	11	11	18	
	Prática Educativa – Educação Física	1	1	1	
	Total Geral	31	31	38	

Fonte: Quadro elaborado pelo autor.

Nota: Baseado em dados da Secretaria de Registro Escolar, 1968.

O corpo de Professores do Curso de Estradas, divididos entre disciplinas de cultura geral e cultura técnica, ficou composto entre os servidores que já faziam parte do quadro de pessoal da escola compostos por professores efetivos, temporários, horistas. No caso do quadro de professores do curso de Estradas, o Quadro 12 mostra a relação de profissionais que foram contratados pelo fato de não haver docentes habilitados para lecionar algumas disciplinas específicas do Curso, assim como os professores que já tinham vínculo com a instituição.

Quadro 12 – Corpo docente de disciplinas de Cultura Geral do Curso de Estradas da EIFMT

Nome	Formação	Cadeira principal	Forma de Inserção	Admissão
Benedito de Figueiredo	Curso Secundário	Professor de Português	Contratado Interino	06.03.1945
Diva Dias da Costa	Curso Ginásial	Professora de Inglês	Prova de Seleção	01.10.1963
Octacílio Borges Canavarros	Engenheiro Químico	Professor de Matemática	Prova de Seleção	03.06.1967
Édio Santana de Amorim	Acadêmico de Direito	Professor de História	Prova de Seleção	01.06.1966
Carlos Magno	Engenheiro	Professor de Física	Contrato	02.03.1968

dos Santos	Agrônomo		Temporário	
Reinaldo de Delamônica Freire	Professor	Professor de Química	Contrato Temporário	15.03.1968
Luiz Carlos Vitorino	Professor	Professor de Biologia	Contrato Temporário	02.05.1968

Fonte: Construção do autor conforme informações do Livro de Contrato de Trabalho n° 03,04 e 05 (1967-1970) da EIFMT.

No Quadro 13, apresentamos a relação dos professores e suas respectivas cadeiras por ordem cronológica de admissão na instituição, enfatizando a sua formação profissional. É possível avaliar que as disciplinas assumidas pelo professor, na grande maioria, não correspondiam com sua formação profissional.

Quadro 13 – Corpo docente de disciplinas técnicas do Curso de Estradas da EIFMT

Nome	Formação	Cadeira principal	Situação	Admissão
Rodolfo Nery Carranza	Professor	Desenho Topográfico	Contratado Interino	06.03.1945
Rodolfo Nery Carranza	Professor	Topografia	Prova de Seleção	01.10.1966
Enzo Ricci	Professor	Construção de Estradas	Prova de Seleção	01.06.1966
Saladino Sagaib	Geólogo	Geologia e noções de Geomorfologia	Prova de Seleção	01.06.1966
Maurício Antônio Madureira	Engenheiro o Agrônomo	Topografia	Prova de Seleção	01.06.1966
Luiz Lotufo	-----	Máquinas e Equipamentos	Contrato Temporário	02.03.1968
Carlos Augusto A. Corrêa	-----	Materiais de Construção e Ensaios	Contrato Temporário	15.03.1968
Delormel Castro Junior	Engenheiro o Civil	Mecânica do Solos	Extranumerário o Contratado	06.03.1969
Sátyro Pohl Moreira de Castilho	Engenheiro o Civil	Construção de Estradas	Extranumerário o Contratado	17.03.1969
Evaldo Duarte de Barros	Direito	Higiene e Segurança do Trabalho	Extranumerário o Contratado	17.03.1969
Edir Cunha Moraes	-----	Solos e Pavimentação	Extranumerário o Contratado	17.03.1969
Luciano Prado de Albuquerque	Engenheiro o Agrônomo	Topografia e Desenho Topográfico	Extranumerário o Contratado	17.03.1969
Eugênia Coelho Paredes	Psicóloga	Organização do Trabalho	Extranumerário o Contratado	17.03.1969
Antônio Carlos Cândia	Arquiteto	Desenho Técnico e Descritiva	Extranumerário o Contratado	01.03.1970

Fonte: Construção do autor conforme Livro de Contrato de Trabalho n° 03,04 e 05 (1967-1970) da EIFMT.

O quadro de professores do Curso de Estrada, por se tratar de um curso novo, mas com grande expectativa de crescimento, precisou ser adequado principalmente nos primeiros três anos. Na medida em que a contratação dos professores passou a ser composta de profissionais com experiência nas áreas específicas das diversas disciplinas de cultura técnica, esse quadro se estabilizou e o curso passou a ser um dos mais procurados da instituição.

### **3.5 Atividades letivas no contexto da EIFMT**

A Escola Industrial Federal de Mato Grosso inicia o ano letivo de 1967 com um índice elevado de aceitação junto à comunidade. A imagem e o prestígio da instituição passaram a ter reconhecimento da sociedade, do comércio e da indústria local, principalmente por estar cumprindo o seu papel na busca de formação de jovens capazes e qualificados para atuarem como profissionais autônomos ou em empresas do ramo de sua profissão.

As transformações econômicas, políticas e sociais vivenciadas no país foram fatores preponderantes para mudar o cotidiano da capital e influenciar na estrutura de ensino no modelo posto de instituição e no cenário urbano de forma geral. Essa metamorfose influenciou diretamente na reestruturação do ensino profissionalizante no estado do Mato Grosso. Assim, a arquitetura e o propósito da instituição se modificaram e a escola começa a se livrar da antiga expressão deixada pelo período de escola artífice.

A partir dos novos processos de produção e consumo, o aumento de procura por mão-de-obra especializada tornou-se significativa na capital do estado. Nesse contexto, a Escola Industrial Federal de Mato Grosso passou a oferecer cursos que pudessem atender aos novos anseios da sociedade, acompanhando as novas iminências da modernidade, a exemplo dos cursos de Estradas e Eletrotécnica. Nesse contexto regional, a escolha desses cursos preconizava contribuir para o desenvolvimento da malha viária e energética, tão precária naquele momento no Estado de Mato Grosso.

Freire (1997, p. 123) aponta que:

Devido a conquista do Centro-Oeste e da Amazônia, o Estado de Mato Grosso obteve recursos federais de investimentos utilizados na construção de novos edifícios, redirecionando o crescimento da cidade, de maneira a agrupar novas áreas de mais fácil apropriação. Afirma que o crescimento urbano em Cuiabá teve início em 1968, devido a construção de Brasília, que estimulou o fortalecimento da rede urbana da região Centro Oeste e de crescimento das cidades dos estados de Goiás e Mato Grosso. Ressalta-se que depois de 1964, o Governo Federal forneceu instrumentos para que a expansão capitalista se processasse em direção à Amazônia. Assim as políticas de integração das áreas periféricas se manifestam a partir da

ideologia da ocupação produtiva e dos "espaços vazios", que são qualquer espaço não integrado ao modo de produção capitalista, compreendendo as áreas historicamente ocupadas por povos indígenas ou por camponeses.

Vilarinho Neto (2005) complementa afirmando que, após o processo de integração, Cuiabá passou a receber grandes fluxos migratórios, assim a cidade sofreu um forte crescimento populacional e teve um forte crescimento em sua área de ocupação urbana.

Nesse contexto, a visibilidade da instituição é ampliada, principalmente com novidade sobre a oferta de cursos técnicos. O número de candidatos que tinham interesse em ingressar na instituição aumentou substancialmente, se comparado com períodos anteriores.

Todavia, independente da grande busca pelo acesso à Instituição, as condições ao ingresso dos candidatos continuavam praticamente as mesmas: preferência para o sexo masculino, ter idade entre 12 a 17 anos, ter comprovação de bom comportamento, não ter problemas de saúde e atestar comprovante de vacinação. Um fato preponderante a ser lembrado é que a oferta de vagas não seria mais focalizada naqueles anteriormente considerados, “os desvalidos da fortuna”, mendigos, pedintes entre outras tipologias semelhantes.

Em relação à preferência pelo aluno do sexo masculino nos cursos técnicos iniciais, como requisito para ingresso na instituição, era uma condição sempre presente na escola desde os tempos da Escola Artífice, porém a possibilidade de inserção do público feminino passou a tomar vulto. Segundo Tamura (2013), a Instituição preferiu manter as divisões entre os espaços masculinos e femininos aos alunos ingressantes, mantendo o padrão social, econômico e de gênero no seu ambiente escolar, caracterizado pela personificação do “preparo” de “homens aptos para o trabalho”.

Essa prerrogativa, favorecendo o ingresso preferencial de indivíduos do sexo masculino na EIFMT, sempre partiu dos dirigentes da instituição, pois a Legislação Federal que regulamentava os requisitos de acesso de alunos nas instituições não fazia nenhuma menção quanto à proibição de ingresso de meninas, nem mesmo quando ainda se denominava Escola de Aprendizes Artífices.

Kunze (2006, p. 119), cita o edital publicado pela Direção da EAAMT em 1914, onde fica clara a intenção quanto à preferência destinada ao público masculino:

De ordem do Sr. Diretor faço público para conhecimento dos interessados, que reabrindo-se no dia 2 de janeiro entrante as aulas dos cursos primário, de desenho e profissionais desta escola, acha-se aberta a respectiva matrícula, até o dia 31 de março próximo futuro, **a todos os meninos** cujos pais, tutores ou educadores a requererem ao Diretor desta Escola, de acordo com o regulamento vigente. São condições exigidas para a matrícula: a) ter o

candidato de 12 a 16 anos de idade; b) ser vacinado e não sofrer de moléstia alguma infectocontagiosa; c) não ter defeitos físicos que os inabilitem para o aprendizado do ofício; d) ter bom comportamento. (Grifo nosso).

A autora finaliza enfatizando que “apesar de a legislação não definir com precisão que as escolas da rede eram voltadas às crianças do sexo masculino, a EAAMT já o fazia. Além dessa clara determinação, ainda ampliava os critérios com a inserção da condição de o aluno ser vacinado”. (KUNZE, 2006, p. 119)

Essa prática esteve presente na Instituição até 1971, quando já se denominava Escola Técnica Federal de Mato Grosso. Procurou deixar claro para a coletividade, as divisões entre os espaços masculinos e femininos, tão somente pela necessidade imperiosa da sociedade patriarcal, de tal forma que as representações que se realizavam no âmbito social da Capital, eram reproduzidas dentro do ambiente escolar e fora dele.

As justificativas para manutenção dessa segregação, mantidas para o ingresso de alunos nos cursos técnicos continuaram as mesmas anteriores ao ingresso para os cursos industriais: as severas condições laborais, as práticas obrigatórias nas oficinas relacionadas ao manuseio de máquinas de diferentes tipos, pesos e funções, que seriam inconvenientes ao sexo feminino.

As condições de periculosidade, insalubridade e penosidade, presentes em todos os cursos passaram a ser utilizados como justificativas que, na verdade, retrataram a ilustração de um ambiente dirigido ao homem, masculinizado, preparando seus participantes para as indústrias da época, que excluía as mulheres.

Tamura (2013) descreve que o convívio nesses ambientes “tipicamente masculinos” à época, se remete ao imaginário de uma típica oficina, que terminantemente, não era considerado um “lugar de mulher”, ao contrário – uma representação imagética e social de um “lugar de homem”, ou uma delimitação da construção de masculinidades nesta época.

Para o autor (2013, p. 125) :

Na compreensão da sociedade patriarcal, à mulher, era destinado um ambiente diferente: o silêncio da casa, o recinto restrito, o meio doméstico, o espaço familiar, o cuidado com os filhos, a dedicação ao marido e à prole, os trabalhos domésticos, o zelo com a casa e o empenho com os familiares.

Assim, verifica-se que essa separação de gênero tinha o objetivo de delimitar ambientes, espaços geográficos, recintos “internos” e “externos”. Ao homem era destinada a preparação para atuar em locais externos, expostos a condições inóspitas, praticando seu aprendizado como a cultura popular sempre exigiu: o homem como responsável pelo sustento da sua família.

Apesar de tardio, o ingresso de mulheres na instituição acontece somente no início da década de 1970 com a reforma do ensino de 1º e 2º graus (antigo ginásial e colegial), implementado pela Lei nº 5.962, de 11 de agosto de 1971. Nesta nova fase deixou de atender especificamente alunos do sexo masculino, ocorrendo à integração de mulheres nos cursos técnicos ofertados pela ETFMT.

Assim, independente dessas privações quanto ao ingresso de alunos, o intuito da instituição era de formar uma classe exemplar de profissionais para atuar nos meios de produção. A direção da EIFMT primava pela qualidade de ensino e bom desempenho dos alunos. Nesse contexto, apesar de as exigências para os candidatos terem sido majoradas, os objetivos da instituição perseveravam os mesmos: habilitar mão-de-obra qualificada para laborar no mercado de trabalho.

Moura (2012, p. 60) enfatiza que “o rigor na seleção de alunos era natural. Assim como na seleção e formação de professores. Afirma que primavam pelas informações curriculares dos professores, assim como na formação pedagógica, dando ênfase à técnica e precisão”.

A seleção dos pretendentes também não ficou muito diferente daquela requerida no período em que a escola iniciou suas atividades tempos atrás. Ainda exigiam-se, além de comprovação de saúde, outros quesitos como a comprovação de condições físicas compatíveis às atividades escolares profissionalizantes. Isso fica claro quando se analisa o perfil do aluno desejado para a formação nos dois cursos inicialmente oferecidos, em especial ao curso de Técnico de Estradas, a ser detalhado neste capítulo mais adiante.

O ingresso de alunos para os cursos técnicos continuou nos mesmos moldes anteriores como previstos, de acordo com a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, de 29 de dezembro de 1961. A estrutura de ensino manteve a orientação para o curso Ginásial industrial do primeiro ciclo, de forma não diretamente profissionalizante junto com a formação geral, mas fazendo com que se identificasse gradualmente com o ciclo secundário técnico. Desta forma, a estruturação do curso técnico industrial do segundo ciclo não foi alterada, mantendo-se com quatro séries, sendo as três primeiras séries distribuídas entre cultura geral e técnica, a última série destinada à prática de estágio fora da instituição.

Apesar de o perfil de formação almejado para os alunos dos Cursos Técnicos de Eletrotécnica e Estradas, contrastar com o perfil de formação dos alunos dos Cursos Industriais básicos, a estrutura do ensino continuou a mesma.

Segundo Kunze (2012, p. 3), a estrutura de ensino das Escolas Industriais buscou a nível nacional, estabelecer uma gradual adaptação às situações regionais, com objetivo de

integrar a escola e a fábrica. Assim, deixaram de constituir um sistema de escolas uniformes, com cursos de currículos únicos, em função da lei reformadora da rede federal de ensino profissional industrial, regulamentada pelo Decreto nº 47.038, de 16 de outubro de 1959 e complementada pelo Decreto nº 50.492, de 25 de abril de 1961.

Nas palavras da autora (2012, p. 4):

Em termos de ensino, a estrutura de dois ciclos foi mantida, porém no primeiro ciclo foram extintos os cursos de mestrias e as tipologias, ou multiplicidade dos cursos básicos industriais, e apenas um, o Curso do Ginásio Industrial foi criado e estruturado com finalidade de promover a formação geral, acrescida das noções elementares dos vários ofícios, dos princípios e métodos de organização racional do trabalho aplicáveis às atividades produtivas. Quanto ao curso técnico, do segundo ciclo, sua essência anterior foi mantida e apenas prolongou-se por mais um ano, passando a ter duração mínima de quatro séries.

No contexto da implantação da primeira turma do curso Técnico de Estradas na EIFMT, existia um universo de atividades ligadas ao ensino, dividindo o espaço institucional em inúmeras atividades e cursos com finalidades múltiplas de ensino.

A oferta dos cursos regulares e extraordinários já fazia parte dos planos da direção da EIFMT, e recebeu forte incentivo a partir das orientações feitas pelo Supervisor das Escolas Federais, Dr. Jeremias Pinheiro Câmara Filho, por ocasião de sua visita à Escola no ano de 1963. No relatório sobre a visita apresentado à Direção da instituição, enfatizava a necessidade da Escola promover maior entrosamento com o setor industrial da Capital, para levantar o tipo de curso que seria mais conveniente a ser ofertado à comunidade. (ESCOLA INDUSTRIAL DE CUIABA, 1963c).

As várias modalidades de oferta de cursos existentes na instituição continuaram, nos mesmos moldes de funcionamento, inclusive o processo de ingresso aos cursos. O grau de conhecimento exigido dos candidatos para ingresso na instituição continuou bastante criterioso. Os alunos egressos do curso primário que tinham interesse em estudar na instituição, faziam processo denominado de “Exame de Admissão”.

O exame de admissão foi por algumas décadas a linha divisória decisiva entre a escola primária e a escola secundária. Funcionou como um rito de passagem cercado de significados e simbolismos, carregado de conflitos para os adolescentes ainda incapazes de lidar com fracassos. (GRAÇA, 1998, p. 45)

Nesta etapa, os candidatos, deveriam passar no exame, cujo objetivo era o ingresso dos alunos mais “preparados”. Assim, quando o aluno se inscrevia no curso de Admissão,

ficava com o direito, caso fosse aprovado, a matricular-se na 1ª série do curso ginásial industrial.

O exame de admissão para ingresso no Ginásio Industrial, previsto no Regimento da Escola Industrial Federal de Mato Grosso de 1965 e reformulado em 1968, regulamentava no seu Art. 10º que:

Nos termos do artigo 36º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, “ O ingresso na 1ª série do Ginásio Industrial e de Cursos de Aprendizagem dependerá de aprovação em **exame de admissão** em que fique demonstrada satisfatória educação primária desde que o educando tenha onze anos completos ou venha a alcançar essa idade no decorrer do ano letivo”.

§ 1º - Esse exame constará de provas escritas de Português, Matemática e conhecimentos gerais (História, Geografia do Brasil e Educação Moral e Cívica) realizados sob a orientação do Conselho de Professores.

§ 2º - Considera-se, também, como exame de admissão as diversas modalidades de verificação de conhecimentos admitidos nos pareceres 14/62 e 121/63, do Conselho Federal de Educação. (ESCOLA INDUSTRIAL FEDERAL DE MATO GROSSO, 1968, Grifó nosso).

Os alunos transferidos de outros estabelecimentos tinham que comprovar o exame de admissão junto à escola, caso o currículo não estivesse de acordo com o Regimento da Escola Industrial, a deliberação quanto à validade do currículo dependeria de análise do Conselho de Professores, conforme previsto no § 2º do Art. 11º do Regimento da Escola Industrial Federal de Mato Grosso (1965, p. 2): “§ 2º - Quando a transferência se processar de estabelecimento cujo currículo não coincida com o da Escola, somente será aceita após apreciada pelo Conselho de Professores, observada a legislação específica sobre o assunto.”

O Curso de Admissão basicamente era destinado ao preparo do aluno para que esse tivesse maiores chances de aprovação no exame de admissão e conseqüente ingresso no Ginásio Industrial ou futuramente nos cursos Técnicos. Quando um aluno se inscrevia no curso de admissão, ficava com o direito à matrícula direta na 1ª série, no próximo exercício, em caso de aprovação no exame final. De certa forma, como o acesso aos cursos técnicos também ocorria a partir de um “exame de admissão”<sup>46</sup>, é pertinente avaliar que esse processo contribuía como um mecanismo de exclusão do sistema de ensino.

Segundo Graça (1998, p. 45):

A seletividade do ensino secundário era agravada por esse exame, pois cada escola secundária organizava seus programas e não os divulgava, de modo

---

<sup>46</sup> O exame de admissão era exigido na EIFMT para ingresso no ginásio industrial (1º ciclo). Para ingresso nos cursos técnicos (2º ciclo) exigia-se aprovação no exame seletivo chamado “vestibulares”.

que os candidatos e suas famílias não sabiam se o nível de exigência das provas acompanharia o nível do conteúdo da quarta série das escolas primárias.

Já os critérios utilizados para progressão nos cursos regulares, desde o período de Escola industrial, continuaram sendo utilizados até a década de 1960, quando a escola já tinha a denominação de EIFMT. Para aprovação, eram realizadas muitas avaliações, como: provas de português, aritmética, geografia e história. Estas provas/exames eram realizadas durante o curso para fins de progressão escolar.

No período de admissão e depois dele, além do rigoroso critério de progressão, o disciplinamento escolar era muito rígido. Os alunos deviam se adequar às normas da Escola sob pena de, em caso de descumprimento, a punição era certa e rigorosa aos indisciplinados.

A exemplo disso, além de vários outros, consta na Ata nº 03/65, de 27 de março de 1965, que o Diretor da Escola, fez a seguinte exposição referente ao comportamento do aluno A. S. P. B., apresentando o caso para discussão no Conselho de Professores:

O referido aluno tem sido punido constantemente por desordem de toda espécie, já tendo sido suspenso mais de 2 vezes, demonstrando ser desonesto, agressivo, com péssima educação e mau aluno, o que diretamente compromete a disciplina a ser mantida na escola, propõe o Diretor a transferência do referido aluno, o que foi aprovado por unanimidade.

( ESCOLA INDUSTRIAL FEDERAL DE MATO GROSSO, 1965 a, p. 31)

A disciplinarização do aluno da escola tinha no exame um dos principais instrumentos para permitir que a direção da instituição, comprovasse a “passagem” de conhecimento do professor ao aluno. Permitia também a formação de um sistema comparativo que dá lugar à descrição de grupos, caracterização de fatos coletivos, estimativa de desvios dos indivíduos entre si, ou seja, mais um mecanismo de controle do aluno através das provas realizadas.

Na escola, através da disciplina, todas as atividades eram desenvolvidas com uma minúcia perfeita, com etapas rigorosamente estabelecidas pelos professores e seguidas pelos alunos, exigindo uma relação eficiente na execução das atividades. O aluno era acompanhado constantemente durante todo o seu processo de educação, por meio de um controle diário das atividades, com exercícios que evoluíam em complexidade.

O poder disciplinar estava presente mesmo nos momentos em que os alunos desenvolvem as tarefas mais elementares, como práticas desportivas, cultos cívicos, comemorações de naturezas diversas. A todo o momento, se procurava estabelecer uma perfeita correlação entre o corpo e ações individuais e coletivas. Assim, um aluno disciplinado era visto pela instituição como a base que impunha toda uma relação harmoniosa entre a escola e a sociedade como um todo.

Nos cultos cívicos e demais comemorações, a exemplo da comemoração da independência do Brasil, as escolas desfilavam em marcha assemelhando o perfil militar, uma vez que isso era uma prática comum a todas as escolas que participavam do evento. (ANEXOS N e O).

O disciplinamento existente na instituição, por ser uma prática comum na maioria das escolas, inicialmente não mostrou relação com os anos seguintes ao de 1964, em decorrência da implantação do governo militar.

Nos documentos pesquisados da EIFMT, poucos fatos denotam influência impositiva direta do Governo Militar até o período levantado por este trabalho. Entretanto, considerando que nesse período o MEC e a DEI estavam sob a vinculação de um governo militar, pode-se afirmar que suas orientações junto às escolas vinculadas, passaria a refletir as ações desse governo, a exemplo de modelo disciplinar, semelhante aos praticados no âmbito dos quartéis.

Um dos fatos encontrados no âmbito da pesquisa que pode ser atribuídos ao “excesso” de disciplina da direção da instituição, comprovado na publicação da Portaria nº 42/66, do Diretor da Instituição:

O Diretor da Escola Industrial Federal de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve determinar ao Inspetor chefe:

1 – Que, a partir do próximo dia 15, **não permitir a entrada neste estabelecimento de alunos com cabeleira excessivamente longa.**

2 - Que dê ciência desta portaria aos alunos:

3 – Cumpra-se.

José Augusto de Almeida – Diretor

( ESCOLA INDUSTRIAL FEDERAL DE MAT GROSSO, 1966).

Um documento que pode ser considerado como uma influência do Regime Militar aparece na instituição em 1968, quando o Diretor, em uma atitude clara de censura à liberdade de expressão, determina a apreensão de uma das edições do jornal “ O Industrial”, órgão dos alunos da Escola Industrial Federal de Mato Grosso, criado em 1949.

Na portaria 29/68, de 16 de abril do mesmo ano, os seus termos foram os seguintes:

Considerando:

1- Que o número 4, de abril do corrente ano, o jornal “O Industrial”, órgão dos alunos da EIFMT, fez críticas severas e injustas a autoridades constituídas, à Polícia e ao jornal “O Globo”, da Guanabara;

2 - Que esta Administração não endossa, em absoluto, os conceitos emitidos nos referidos artigos, os quais, diga-se, não espelham também o ponto de vista da maioria dos nossos estudantes;

3- Que temos a obrigação de disciplinar a liberdade, para que não haja perversão da mesma.

RESOLVE determinar que:

I - seja apreendida a edição do citado número 4 do jornal “O Industrial”;

II - doravante, toda e qualquer publicação, principalmente as que envolverem, direta ou indiretamente, o nome da Escola, só seja executada com ordens, por escrito, do Assessor de Ensino de Cultura Geral ou do Diretor do Estabelecimento;

III - a revisão das provas de matéria referida no item anterior seja, obrigatoriamente, feita pelo Assessor de Ensino, que autorizará por escrito, a impressão;

IV- Dê-se ciência e cumpra-se.

Escola Industrial Federal de Mato Grosso, em Cuiabá, 16 de abril de 1968.

José Augusto de Almeida – Diretor Executivo

(ESCOLA INDUSTRIAL FEDERAL DE MATO GROSSO, 1968).

Não temos como informar o teor das críticas feitas pelo editor do jornal, mas o documento, impresso na gráfica da Escola, aparece como uma das primeiras ações da Direção da instituição relacionadas às práticas de censura que aconteciam no país.

A partir de então, todo um criterioso exame passa a existir na instituição no sentido de que todos os trabalhos artísticos ou informativos, com base em critérios morais ou políticos, passassem a ser avaliados sobre a conveniência de serem liberados para apresentação ao público em geral.

Esse fato explícito de censura protagonizado pela Direção da Instituição, demonstra que a intenção da administração da escola era manter o controle das informações veiculadas no âmbito da instituição, nos mesmos moldes das práticas do governo militar.

Esse modelo de controle na instituição buscava a todo o momento, manter uma perfeita correlação entre o corpo, as ações individuais e coletivas, de modo a preparar o egresso para o mercado de trabalho, desempenhando sua função profissional moldado às exigências consideradas essenciais para a boa prática profissional fora da instituição.

Assim, a habilitação profissional, a escolaridade completa ao nível de 2º grau, os conhecimentos técnicos diferenciados para cada modalidade de curso técnico, eram consideradas imprescindíveis para o exercício de uma profissão e pré-requisitos exigidos na formação do técnico de nível médio na Escola Industrial Federal de Mato Grosso.

Esperava-se que o profissional concluinte do Curso Técnico em Estradas, apresentasse um perfil de egresso que o habilitasse a desempenhar tarefas de assistência técnica ao trabalho dos profissionais de nível superior, tarefas de supervisão, controle e execução de trabalhos técnicos especializados.

Assim, considerando os conhecimentos adquiridos durante o curso nas diversas disciplinas contidas na grade curricular, os alunos adquiriam conhecimentos teóricos e práticos em diversas frentes de serviço, podendo atuar como importante agente nas seguintes atividades: levantamentos topográficos, locações de obras e demarcações de poligonais,

seções transversais e longitudinais; desenvolver estudos dos solos, processos de pavimentação; orientar sobre a correta utilização de equipamentos e máquinas; promover a seleção de materiais e instalações em geral; atuar no planejamento e supervisão e execução de projetos para implantação de estradas; acompanhamento e fiscalização na execução de pontes, bueiros e viadutos; possuir habilidades para cuidar da manutenção e reparos dos equipamentos utilizados; elaborar cálculos e orçamentos de materiais; realizar a fiscalização de trabalhos de pavimentação e conservação de estradas; executar controle tecnológico de materiais em laboratórios de pesquisas; elaborar programas de trabalho de acordo com normas técnicas; instruir o pessoal de operação auxiliando-os tecnicamente na execução das atividades; orienta pessoal sobre a correta utilização de máquinas e equipamentos de uso diário, observando as normas de segurança no trabalho.

Outro fator preponderante associado às atribuições do técnico em estradas eram as qualidades pessoais exigidas para o sucesso no desempenho da função: Aptidão numérica, mecânica e espacial; discriminação visual; interesse por trabalho ao ar livre; resistência à fadiga; resistência ao desconforto; senso de organização e método; facilidade de contato interpessoal; iniciativa; capacidade de decisão e liderança.

Enfim, o perfil esperado para o técnico era direcionado para atuar nas frentes de trabalho nas obras de construção de estradas e obras de arte que estavam ocorrendo no Estado.

### 3.5.1 Os alunos da primeira turma de 1967

A primeira turma do Curso de Estradas, composta por alunos oriundos na maioria da grande Cuiabá, contabilizou 31 alunos classificados, conforme registrado livro de matrículas mas, somente 29 alunos foram matriculados no curso (ANEXOS P, Q). Destes, havia alunos que já pertenciam ao quadro da instituição, recém-graduados nos cursos do Ginásio Industrial, e que fizeram a opção por continuar seus estudos na mesma instituição e foram inseridos na condição de “Renovação”, conforme demonstra o Quadro 14. Para isso era necessário optar por uma nova modalidade de curso que ora estava sendo implantado na escola, neste caso, o Curso Técnico em Estradas. Outros alunos integrantes dessa turma, cuja origem eram as escolas públicas ou particulares de Cuiabá ou de municípios vizinhos. Aparecem na lista de alunos inseridos na condição de “transferidos”, conforme o Quadro 14.

O número de vagas por turma na instituição era de 35 alunos, o fato do número de matriculados totalizar somente 29 alunos na turma se deve, provavelmente, pelo ao fato de ser um novo curso, ainda desconhecido pela comunidade.

Quadro 14 — Alunos do Curso Técnico de Estradas da EIFMT – 1ª série - 1967

Item	Nº de Ordem	Nome do Aluno	Condição
1	990	Alaor Alvelos Zefirino de Paula	Transferido *
2	991	Antônio de Oliveira Gonçalves Prezza	Transferido
3	992	Airton do Nascimento	Renovação **
4	993	Antônio Rosa Taveira	Transferido
5	994	Alfredo Sampaio de Faria	Transferido
6	995	Altair Pedroso da Silva	Renovação
7	996	Benedito Francisco Gonçalves	Renovação
8	997	Cerilo Marçal do Espirito Santo Filho	Renovação
9	998	Carlos Ormond	Transferido
10	999	Ernani Adriano de Almeida Camargo	Transferido
11	1000	Hélio de Souza Campos	Renovação
12	1001	Hans Werner Kulesa	Transferido
13	1002	Hildes Maxmiliano de Jesus	Renovação
14	1003	Hélio do Espirito Santo Godoy	Transferido
15	1004	Ivo de Jesus Paula	Renovação
16	1005	João Batista de Almeida	Transferido
17	1006	José Benedito Silva	Transferido
18	1007	José Geraldo F. de Souza	Transferido
19	1008	José Antunes Soares	Transferido
20	1009	José Augusto Teixeira Neves da Costa	Transferido
21	1010	Nivaldo Adão de Moraes	Renovação
22	1011	Oswaldo Roberto Sobrinho	Transferido
23	1012	Reinaldo Albernaz Rodrigues	Não informado
24	1013	Rinaldo Ribeiro de Almeida	Renovação
25	1014	Reinaldo Cardoso do Espirito Santo	Renovação
26	1015	Walsir Lemos da Silva	Renovação
27	1016	Valdemir José Miranda Fonseca	Transferido
28	1017	Wilson Dias da Silva	Renovação
29	1018	Wellington Antônio Soares	Renovação

Fonte: Quadro elaborado pelo autor.

Notas \* Transferido: modo controle para diferenciar os alunos transferidos de outras instituições.

\*\* Renovação: Alunos que já pertenciam ao quando da escola oriundos do 1º ciclo do ginásial.

Na imagem 1 abaixo, aparece o registro provisório de um aluno para posterior confecção do Diploma. Nesta imagem aparece os dados pessoais e filiação, a procedência comprovando ser aluno oriundo do Ginásio Industrial da Instituição e a habilidade em que se qualificou no 1º ciclo no campo “especialidade”. Além dessas informações pessoais, era

necessário informar no campo apropriado, o nome dos seus “subscritores”, estes eram as pessoas conhecidas publicamente que, ao assumirem a indicação do referido aluno, passavam a ser corresponsáveis por ele na instituição.

Imagem 1- Registro Preliminar de Diploma (frente)

NOME DO DIPLOMADO: <i>Rinaldo Ribeiro de Almeida</i>		OBSERVAÇÕES:
NACIONALIDADE: <i>Brasileira</i>	NATURALIDADE: <i>Mato Grosso</i>	
DATA DO NASCIMENTO: <i>09 Setembro 1949</i>	S E X O: <i>Masc.</i>	
F I L I A Ç Ã O: <i>Júrcio Graça de Almeida e Protina Ribeiro Almeida</i>		
T I T U L O: <i>Curso Industrial</i>		
ESPECIALIDADE: <i>Mec. Automóveis</i>	DATA DA EXPEDIÇÃO: <i>15/12/1966</i>	
NOMES DOS SUBSCRITORES: <i>Wlton de Souza Vieira José Augusto de Almeida Rinaldo Ribeiro de Almeida</i>		
RELAÇÃO PUBLICADA A FLS. _____ DO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE _____/19____		
EXAMINEI E CONFERI A DOCUMENTAÇÃO E OS DADOS NECESSÁRIOS A COMPROVAÇÃO DA VIDA ESCOLAR DO PORTADOR DESTE TÍTULO, ACHANDO-OS EM PERFEITA ORDEM E DE ACÓRDO COM A LEI, OS QUAIS SE ENCONTRAM ARQUIVADOS NA SECRETARIA DESTE ESTABELECIMENTO	RESPONDO PELA AUTENTICIDADE E LEGALIDADE DESTE TÍTULO	
<i>32 / 12 / 1966</i> <i>[Assinatura]</i> SECRETÁRIO	<i>1 / 19</i> _____ DIRETOR	

Fonte: Escola Industrial Federal de Mato Grosso (1967).

Na Imagem 2 abaixo, nos mostram as fases que o mesmo aluno completou desde quando prestou o exame de Admissão na Escola Agrícola Gustavo Dutra<sup>47</sup>. Indica o exame de admissão feito na escola de origem e as respectivas médias obtidas da média das provas, escritas e oral, nas disciplinas de Português e matemática. Ao fim do primeiro quadro, a média geral obtida para aprovação no ano de 1962 para ser habilitado a cursar o 1º ciclo na escola Industrial Federal de Mato Grosso. No segundo conjunto de quadros na parte superior direita da ilustração, aparecem as disciplinas e as notas do aluno desde a 1ª série do ano de 1963 até seu término, no ano de 1966.

Nessa mesma ilustração aparecem os registros referentes às disciplinas de cultura geral e técnica, cursadas pelo aluno desde o primeiro ano, em 1967 até a conclusão do Curso Técnico em Estradas ano de 1969. Ainda nessa ilustração, demonstra os registros das disciplinas ofertadas anualmente nos três anos de duração do curso, conforme a primeira matriz curricular aprovada pela instituição, quando já se denominava Escola Técnica Federal de Mato Grosso.

<sup>47</sup> Escola Agrícola Gustavo Dutra, hoje denominada de Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – Campus São Vicente. Situado à margem da Rodovia 364, região da serra de São Vicente, a 90 Km da cidade de Cuiabá (IFMT - Campus São Vicente).

Imagem 2 - Registro Preliminar de Diploma (verso)

EXAME DE ADMISSÃO		
DISCIPLINAS	NOTAS	OBSERVAÇÕES
1. Português	7,5 - 8,0 - 7,8	média
2. Matemática	3,5 - 3,0 - 4,3	
3.		
4.		
MEDIA GERAL	6,1	

1.º CICLO											
DISCI-PLINAS	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
1.ª série	8	9	9	9	9,6	9,6	8,7	9,6	9		
Escola Ind. Fed. de Mato Grosso											1963
NOME DO ESTABELECIMENTO											
2.ª série	8,7	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0
Escola Ind. Fed. de Mato Grosso											1964
NOME DO ESTABELECIMENTO											
3.ª série	9,1	9,5	9						10,6	10,7	10,9
Escola Ind. Fed. de Mato Grosso											1965
NOME DO ESTABELECIMENTO											
4.ª série	10	9,8	8,4						10,1	10,4	10,6
Escola Ind. Fed. de Mato Grosso											1966
NOME DO ESTABELECIMENTO											

2.º CICLO (Curso Técnico Industrial)											
DISCI-PLINAS	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
1.ª série	9,3	8,9	9,2								
Escola Tec. Federal - MT											1967
NOME DO ESTABELECIMENTO											
2.ª série	10,4	10,1	10,3	10,0	10,1	10,1	10,1	10,1	10,1	10,1	10,1
Escola Tec. Federal - MT											1968
NOME DO ESTABELECIMENTO											
3.ª série	10,1	10,6	10,6	10,6	10,6	10,6	10,6	10,6	10,6	10,6	10,6
Escola Tec. Federal - MT											1969
NOME DO ESTABELECIMENTO											

Fonte : Escola Industrial Federal de Mato Grosso, 1967.

A Imagem 3, nos mostram um aluno oriundo da Rede Particular de ensino de Cuiabá (Colégio Salesiano São Gonçalo), que concluiu o Curso do Ginásial, sem nenhuma especialidade profissionalizante. Além dessas informações pessoais, era também necessário informar no campo apropriado, o nome dos seus “subscritores”, neste caso específico foram indicados dois padres pertencentes à congregação do Colégio São Gonçalo.

Imagem 3 - Registro Preliminar de Diploma

NOME DO DIPLOMADO: <i>Alvaro Abelos Zepino de Paula</i>	OBSERVAÇÕES:
NACIONALIDADE: <i>brasileiro</i> NATURALIDADE: <i>Cuiabá - MT</i>	
DATA DO NASCIMENTO: <i>28/05/52</i> S E X O: <i>masc.</i>	
F I L I A Ç Ã O: <i>Yoncalo Zepino de Paula e Islete Abelos de Paula</i>	
T Í T U L O: <i>Ginásial - (São. Gonçalo)</i>	
ESPECIALIDADE: <i>- - -</i> DATA DA EXPEDIÇÃO: <i>1966</i>	
NOMES DOS SUBSCRITORES: <i>Pe. Raimundo C. Tomso - Pe. Antonio Fluminense</i>	
RELAÇÃO PUBLICADA A FLS. _____ DO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE _____ 19____	
EXAMINEI E CONFERI A DOCUMENTAÇÃO E OS DADOS NECESSÁRIOS A COMPROVAÇÃO DA VIDA ESCOLAR DO PORTADOR DESTE TITULO, ACHANDO-OS EM PERFEITA ORDEM E DE ACÓRDO COM A LEI, OS QUAIS SE ENCONTRAM ARQUIVADOS NA SECRETARIA DESTE ESTABELECIMENTO	RESPONDO PELA AUTENTICIDADE E LEGALIDADE DESTE TITULO
<i>24/03/1970</i> SECRETÁRIO	DIRETOR

Fonte: Escola Industrial Federal de Mato Grosso, (1967)..

A ilustração 4 mostra que esse aluno prestou exame de admissão na escola de origem, porém não foi exigido os exames orais como no caso anterior e sim as provas escritas de Português, Matemática, História e Geografia. Também mostra as disciplinas cursadas no 1º ciclo de estudos no Colégio São Gonçalo, iniciado no período de 1963 até 1966.

Na sequência da ilustração, os mesmos dados sobre o período do 2º ciclo do Curso Técnico em Estradas, finalizado em 1969.

Imagem 4 - Registro Preliminar de Diploma

The image shows a handwritten registration form for a diploma. It is divided into two main sections: 'EXAME DE ADMISSÃO' and '1º CICLO' (1st Cycle), and '2º CICLO (Curso Técnico Industrial)' (2nd Cycle - Industrial Technical Course). The student's name is 'Ernani Adriano de Almeida Camargo'.

**EXAME DE ADMISSÃO**

DISCIPLINAS	NOTAS	OBSERVAÇÕES
Português	55	
Matemát.	45	
História	70	
Geografia	70	
MEDIA GERAL	60	

Nome do Estabelecimento: Colégio S. Gonçalo  
Ano: 1963

**1º CICLO**

DISCIPLINAS	1ª série	2ª série	3ª série	4ª série
Português	60	57	64	60
Matemática	42	40	50	53
História	40	58	53	54
Geografia	58	62	59	53
Matemática	53	73	68	64
Português	53	59	53	54
Matemática	53	59	53	54
História	53	59	53	54
Geografia	53	59	53	54

Nome do Estabelecimento: Colégio S. Gonçalo  
Ano: 1966

**2º CICLO (Curso Técnico Industrial)**

DISCIPLINAS	1ª série	2ª série	3ª série
Português	46	46	61
Matemática	44	46	61
História	70	70	61
Geografia	70	70	61
Matemática	70	70	61
Português	70	70	61
Matemática	70	70	61
História	70	70	61
Geografia	70	70	61

Nome do Estabelecimento: Escola Tec. Federal - MT  
Ano: 1967

Fonte : Escola Industrial Federal de Mato Grosso, (1967).

O Quadro 15 mostra os alunos aprovados e que foram diplomados em 1969. Pelo registro do Livro de Assentamento, o aluno Ernani Adriano de Almeida Camargo, foi reprovado na 1ª série do curso se matriculou novamente na mesma série em 1968. O aluno Walsir Lemos da Silva reprovou a 1ª série e retornou ao curso somente em 1969, na primeira série. Não há menção sobre a condição dos demais alunos não concluintes, presume-se que ficaram na condição de reprovados, transferidos ou evadidos da instituição.

Quadro 15 – Formandos do Curso Técnico de Estradas da EIFMT – 1969

Nº de Ordem	Nome do Aluno	Ano da 1ª Matrícula	Observação
990	Alaor Alvelos Zefirino de Paula	1966	Diplomado

993	Antônio Rosa Taveira	1966	Diplomado
994	Alfredo Sampaio de Faria	1966	Diplomado
995	Altair Pedroso da Silva	1963	Diplomado
997	Cerilo Marçal do Espírito Santo Filho	1964	Diplomado
998	Carlos Ormond	1966	Diplomado
1001	Hans Werner Kulesa	1966	Diplomado
1002	Hilde Maxmiliano de Jesus	1962	Diplomado
1008	José Antunes Soares	1966	Diplomado
1011	Osvaldo Roberto Sobrinho	1966	Diplomado
1013	Rinaldo Ribeiro de Almeida	1964	Diplomado
1014	Reinaldo Cardoso do Espírito Santo	1964	Diplomado
1016	Valdemir José Miranda Fonseca	1966	Diplomado
1017	Wilson Dias da Silva	1963	Diplomado
1018	Wellington Antônio Soares	1963	Diplomado

Fonte: Quadro elaborado pelo autor.

Dos alunos diplomados no curso de Estradas, muitos permaneceram na área de formação atuando em órgãos públicos como a Secretaria de Infraestrutura do Estado de Mato Grosso – SINFRA, a exemplo dos ex-alunos, Alaor Alvéolos Zefirino de Paula e Carlos Ormond.

O aluno Waldemir José Miranda Fonseca, exerceu o cargo de coordenador Técnico do IBGE em Cuiabá. Outros, como José Antunes Soares, desenvolveu atividades como profissional autônomo atuando na área de desenvolvimento de projetos e regularização de terras.

Alguns alunos retornaram à ETFMT como docentes. Antônio Rosa Taveira, logo após o término do curso, foi contratado como professor de desenho técnico, onde permaneceu até a sua aposentadoria.

Rinaldo Ribeiro de Almeida foi efetivado também na ETFMT como professor na cadeira de Matemática, mas também exerceu o cargo eletivo de vereador por Cuiabá no ano de 1997 se aposentou como Professor da Instituição.

O aluno Osvaldo de Oliveira Sobrinho foi contratado como professor de Educação Física na ETMT na década de 1970, solicitou exoneração para iniciar sua carreira na política. Elegeu-se Deputado Estadual em 1978, foi reeleito em 1982. Posteriormente foi eleito como Deputado Federal em 1986. Atualmente é empresário na área de comunicação.

Quanto aos demais alunos, não foram encontrados dados sobre suas respectivas atividades profissionais.

É possível analisar que a primeira turma do Curso Técnico em Estradas, inegavelmente, representou um marco importante na implantação dos cursos técnicos na Escola Técnica Federal de Mato Grosso. Não estamos com isso analisando o mérito e a atuação individual, mas o que representou essa primeira turma e sua inserção no estado do Mato Grosso, o que demonstra o acerto da ETFMT em iniciar sua trajetória na oferta dos cursos técnicos, a despeito de todas as dificuldades.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observando a constituição da educação profissional federal no nosso país, assim como as diversas fases da sua trajetória, podemos compreender as inúmeras motivações que nortearam a construção de sua história. É possível perceber que a sua constituição foi lenta e gradual, construindo sua credibilidade de modo a contribuir para criação de uma rede federal de escolas profissionais que foram se tornando instituições sólidas, como as que temos nos dias de hoje.

Não é possível compreender o desenvolvimento dos Institutos Federais se não nos reportarmos às primeiras instituições de ofícios no período da colônia, do império e do início da era republicana, por ocasião da criação das EAA's. Esse percurso, onde as dezenove instituições foram protagonistas imprescindíveis na construção de uma história, embora repleta de avanços e retrocessos, serviu para que cada escola em cada estado superasse seus desafios e se transformassem em instituições consolidadas.

Contudo ao avaliarmos os avanços e retrocessos dessa rede, temos que considerar, como dito no início desta dissertação, que o ensino profissional não deve ser visto unicamente como formação de sujeitos para o mercado de trabalho, tampouco utilizado como ponte para o ensino superior. Devemos buscar meios que possibilitem avanços na formação do indivíduo de maneira mais ampla, a ponto de leva-lo a buscar uma maior compreensão da estrutura e organização do trabalho e de suas relações sociais, subjetivamente impostas pelas relações de produção ora vigentes.

A grande questão no ensino médio profissional é conciliar a preparação para o trabalho e o prosseguimento nos estudos, para isso, o grande desafio é primeiramente discernir e mediar entre dois caminhos: a educação propedêutica ou a educação profissional.

Essa dualidade, alimentada por interesses corporativistas acabou sendo rotulada como instituição destinada às classes economicamente desfavorecidas. Por esse ângulo, ao longo da história da educação pública e profissional do país, o ensino profissional sempre se apresentou como instituição destinada aos trabalhadores, associada às precárias instalações existentes por falta de investimentos, altas taxas de evasões e baixas conclusões em níveis fundamentais da escolarização. Dessa forma, tem-se, ao longo da história desta nação, um sistema educacional dual e dispare com os reais interesses das classes sociais economicamente desfavorecidas.

Enfim, ao analisarmos as particularidades dos cursos técnicos ofertados pelas instituições de ensino profissional no país percebemos que as reformas ocorridas entre a décadas de 1940 e 1950, também favoreceram tal dualidade. Contudo, nessas décadas também

aconteceram alguns avanços com a Lei 1.079/50, que permitia o ingresso dos estudantes concluintes do primeiro ciclo dos ensinos industrial, comercial e agrícola, facilitando seu ingresso no curso clássico ou científico e pela Lei 1.826/53 que facultava o ingresso aos alunos de cursos técnicos em qualquer curso superior.

Algumas possibilidades se apresentam como possíveis alternativas para romper a dualidade estrutural e histórica entre formação para o trabalho e preparação para a universidade. Essa possibilidade de mudança deve partir primeiro dos educadores nas instituições, retomando a discussão do papel da Rede Federal de Ensino Profissional, entendendo primeiramente que somos os protagonistas que podem propor um enfrentamento à essas questões que separam e distanciam a classe de trabalhadores da educação dos verdadeiros objetivos da educação profissional no país.

Esses fatos que fazem parte da história do ensino profissional no país não foram diferentes em Mato Grosso, tampouco sem dificuldades. Se considerarmos que a EAAMT, geograficamente esteve prejudicada em função das enormes distâncias em relação aos grandes centros, certamente teve grandes dificuldades na sua estruturação e desenvolvimento. Nesta pesquisa foi possível constatar que, somente na década de 1940 e 1950, a Instituição começou ter um significativo impulso na sua reestruturação física e educacional.

Nesse período, com a inserção da região Centro-Oeste no plano de expansão político-econômico nacional, voltado à produção agrícola e industrial, agregado ao movimento de integração do país através da Marcha Para Oeste, acontece um impulso no desenvolvimento do Estado de Mato Grosso de modo a se estender às várias frentes de desenvolvimento, incluindo, entre outras, as de ordem urbano-social. Assim, a instituição também é beneficiada quando recebe considerável incentivo financeiro para dar suporte ao seu crescimento, principalmente na sua estrutura física.

Esse movimento de integração desponta como um dos fatores que contribuíram para a implantação de cursos técnicos, já em discussão no início da década de 1960. A integração nacional proposta pelos presidentes Getúlio Vargas e, posteriormente Juscelino Kubitschek, além de propor a colonização de terras “desabitadas” expandindo o território mato-grossense, almejava integrar as fronteiras agrícolas. Para isso, necessitava de um novo modelo de produção que desse suporte ao crescimento do interior do estado, bem como superar duas grandes barreiras que sempre foram os empecilhos: a precária malha viária e o incipiente sistema energético do Estado.

Enfim, ao analisarmos as particularidades do curso em função das disciplinas ofertadas, perceberemos que existia um motivo evidente para a sua inclusão no rol dos cursos

previstos na reforma: o desenvolvimento das regiões do interior dos estados da Federação, exatamente o que acontece no Estado de Mato Grosso.

Assim, com o aumento da malha viária no estado, proporcionou um grande impulso na economia do Mato Grosso, principalmente após o início do governo militar, quando foi implementado o Programa de Ação Econômica do Governo – PAEG (1964 – 1966) e o Programa Estratégico de Desenvolvimento PED (1968 – 1970). Esses planos disponibilizavam recursos para a implantação de infraestrutura de modo a promover o desenvolvimento do interior do estado às margens das rodovias ali construídas.

Sabemos que esses fatores acarretaram inúmeros prejuízos sociais e ambientais, devido a maneira desordenada que foi implementada a ocupação e o desenvolvimento das regiões mais carentes de recursos do país, geograficamente dispostas no nordeste, centro oeste e norte, onde se localizavam os “grandes vazios” demográficos no país. Foi nesse período que o governo federal, através do 9º Batalhão de Engenharia de Construção iniciou a construção da rodovia 163 ligando Cuiabá a Santarém, no estado do Pará.

Inegável, também, o papel do governo federal nas transformações do segmento da educação profissional, aumentando a oferta de cursos técnicos nas diversas escolas técnicas do Brasil. Desta forma, na Escola Técnica Federal de Mato Grosso, a opção pelo Curso Técnico em Estradas se deveu, em grande parte, à necessidade de formação aumento de trabalhador especializado para atuação no setor de infraestrutura da construção e recuperação de uma malha viária condizente com o desenvolvimento do Estado. Até então, não existia nenhum profissional com conhecimento técnico de nível médio ou superior no estado para atuar nesse novo segmento profissional.

Assim, o Curso Técnico em Estradas passou a ser considerado como importante produtor de mão de obra qualificada para atuar nas várias frentes de trabalho ligadas à construção de estradas no estado de Mato Grosso.

É possível perceber ao longo desse estudo que, a instituição mato-grossense esteve sintonizada com o aparelho estatal na contrapartida de oferta de cursos que representassem os interesses da União a fim de alavancar a economia do País. Além disso, sabemos também que os interesses não só beneficiaram a população como um todo, mas também, os grandes grupos econômicos que comandavam os destinos da economia, direcionando os rumos da tecnologia, da ciência e da formação de recursos humanos que historicamente, sempre atuaram no processo de colonização do estado.

O Técnico em Estradas situava-se no estado como único profissional de nível médio com os requisitos profissionais compatíveis para atuar no campo de infraestrutura de

construção, conservação de estradas, pontes e obras de arte. O conhecimento teórico e prático incorporado a sua profissão foi de extrema importância para sua atuação no mercado de trabalho.

Não podemos esquecer o papel primordial que tiveram os professores do curso. Inicialmente por ser um curso novo, repleto de informações técnicas e teóricas que, não valeriam de nada se não fossem atreladas às práticas de campo. Os professores foram profissionais que se engajaram no objetivo primordial do curso: preparar profissionais altamente habilitados para operar nas adversidades que esta modalidade de curso tinha como desafio.

Os alunos de uma maneira geral, em especial os integrantes da primeira turma foram os pioneiros do curso de Estradas, acreditando na instituição e no empenho dos professores, certos de obterem formação técnica de qualidade para atuarem profissionalmente no mesmo nível de conhecimento dos profissionais com formação superior.

As análises sobre os processos que foram estabelecidos na implantação desses cursos na Escola Técnica Federal de Mato Grosso, exclusivamente voltados à profissionalização como limite de uma formação, deixou uma marca de visão pragmática na formação do profissional de nível técnico: A relação de subordinação da teoria à prática. Entretanto, espera-se que os segmentos envolvidos na educação profissional, especialmente os professores, possam reverter essa concepção para a ideia da práxis, na qual a teoria e prática formem uma unidade. Seria um bom começo.

Enfim, a criação do Curso Técnico em Estradas na Escola Técnica Federal de Mato Grosso representou uma experiência educativa e pioneira para a formação de profissionais dessa área de produção na história da educação profissional de Mato Grosso. Considero ainda que a proposta e a criação desse curso técnico favoreceu e garantiu a transformação da Escola Industrial de Mato Grosso em Escola Técnica.

## REFERÊNCIAS

- ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. **Por um Plano Nacional de Educação** (2011-2020) Rio de Janeiro, ANPEd, 2011.
- BANCO MUNDIAL. Banco Internacional de Reconstrucción y Fomento. **Educación técnica y formación profesional**. Washington, DC: BM, 1992. (Primera edición en ingles: mayo de 1992; primera edición en español: abril de 1992).
- BORGES, F. G. **Responsabilidade social: efeitos da atuação social na dinâmica empresarial**. 254 f. 2001. Tese (Doutorado em Administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Cultura rebelde**: Escritos sobre a educação popular ontem e agora. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.
- BRASIL. Presidência da República. **Relatório do Ministro da Marinha**. Apresentado à Assembleia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretário do Estado dos Negócios da Marinha, João Mauricio Wanderley. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha – RJ. 1855.
- \_\_\_\_\_. Decreto nº 3195, de 13 de janeiro de 1899. **Relatório do Ministro da Marinha** Suprime os Arsenaes de Guerra do Pará, Pernambuco e Bahia, extingue as companhias de operarios militares e de aprendizes artifices, crea depositos de artigos bellicos e dispõe sobre os respectivos prédios e terrenos. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899.
- \_\_\_\_\_. Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909. Cria nas capitais dos Estados da República Escola de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. **Collecção das Leis da República dos Estados Unidos do Brazil - 1909**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1913. v. 2, p. 445-447.
- \_\_\_\_\_. Presidência da República. **Mensagem apresentada ao Congresso Nacional na abertura da 3ª sessão da 12ª legislatura**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1926.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Agricultura, Industria e Commercio. **Anuario Estatístico do Brazil**: 1º Anno (1907-1912). Cultos, Assistência, Repressão e Instrucção. v. 3. Rio de Janeiro: Directoria Geral de Estatistica, 1927.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Saúde Pública. **Relatório do ano de 1932** (VIII – Inspeção Geral do Ensino Profissional Técnico). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1934a.
- \_\_\_\_\_. Decreto nº 24.558, de 3 de julho de 1934. Transforma a Inspeção do Ensino Profissional Técnico em Superintendência do Ensino Industrial. 1934b. **Coleção de leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934**. Atos do Govêrno Provisório, Rio de Janeiro, Imprensa Oficial, 1934b.
- \_\_\_\_\_. Presidência da República. Mensagem apresentada ao Poder Legislativo no dia 3 de maio de 1935. In: BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **A educação nas mensagens presidenciais** (1890-1986). Brasília: INEP, 1987. v. 1.
- \_\_\_\_\_. Presidência da República. Mensagem apresentada ao Poder Legislativo no dia 3 de maio de 1936. In: BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **A educação nas mensagens presidenciais** (1890-1986). Brasília: INEP, 1987. v 1.
- \_\_\_\_\_. Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937. Dá nova, organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. **Diário Oficial [dos Estados Unidos do Brasil]**, Capital Federal [Rio de Janeiro], p. 1210-1211, 15 jan. 1937a.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942 a. Lei Orgânica do Ensino Industrial. In: \_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Cultura. **Lei Orgânica do Ensino Industrial e Legislação Complementar**. Rio de Janeiro: Diretoria do Ensino Industrial, 1956, p. 7-28.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 8.673, de 03 de fevereiro de 1942 b. Aprova o Regulamento do Quadro dos Cursos do Ensino Industrial. In: \_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Cultura. **Lei Orgânica do Ensino Industrial e Legislação Complementar**. Rio de Janeiro: Diretoria do Ensino Industrial, 1956, p. 33-60.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 4.119, de 21 de fevereiro de 1942 c. Disposições transitórias para execução da lei orgânica do ensino industrial. In: \_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Cultura. **Lei Orgânica do Ensino Industrial e Legislação Complementar**. Rio de Janeiro: Diretoria do Ensino Industrial, 1956, p. 29-32.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 4.127, de 25 de Fevereiro de 1942 d. Estabelece as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial. In: \_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Cultura. **Lei Orgânica do Ensino Industrial e Legislação Complementar**. Rio de Janeiro: Diretoria do Ensino Industrial, 1956, p. 61-66.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 4.244, de 09 de abril de 1942. Lei Orgânica do Ensino Secundário. **Coleção das Leis [da República dos Estados Unidos do Brasil]**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942 e. v. 1. p. 20-36.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 4.983, de 21 de Novembro de 1942. Dispõe sobre a organização do ensino industrial de emergência e sobre a transformação dos estabelecimentos de ensino industrial em centros de produção industrial para atender as exigências da guerra. **Diário Oficial dos Estados Unidos do Brasil**, Rio de Janeiro, Seção 1, p. 17121, 24 nov. 1942 f.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Saúde. Portaria Ministerial n.º 332, de 30 de dezembro de 1942. Instruções relativas à admissão aos cursos de formação profissional das escolas industriais e das escolas técnicas federais, equiparadas e reconhecidas. **Diário Oficial [dos Estados Unidos do Brasil]**, Capital Federal [Rio de Janeiro], Seção I, p. 18885-18886, 31 dez. 1942 g.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 5.222, de 23 de Janeiro de 1943a. Dispõe sobre a organização da rede federal de estabelecimento de ensino industrial. In: \_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Cultura. **Lei Orgânica do Ensino Industrial e Legislação Complementar**. Rio de Janeiro: Diretoria do Ensino Industrial, 1956, p. 68.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Saúde. Portaria Ministerial n. 169, de 13 de março de 1943 a. Dispõe sobre a limitação e distribuição do tempo dos trabalhos escolares no ensino industrial e dá outras providências. **Diário Oficial [dos Estados Unidos do Brasil]**, Capital Federal [Rio de Janeiro], Seção I, p.3730-3731, 15 mar. 1943 b.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 6.141, de 28 de dezembro de 1943. Lei Orgânica do Ensino Comercial. **Coleção das Leis [da República dos Estados Unidos do Brasil]**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943 c, v. 7. p. 313-319.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 12.843, de 10 de Julho de 1943. Altera as tabelas numéricas do pessoal extranumerário-mensalista da Divisão de Ensino Industrial, do Departamento Nacional de Educação, do Ministério da Educação e Saúde, e dá outras providências. **Diário Oficial [dos Estados Unidos do Brasil]**, Capital Federal [Rio de Janeiro], Seção I, p.10769, 15 jul. 1943 d.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 11.447, de 23 de janeiro de 1943. Fixa os limites da ação didática das escolas técnicas e das escolas industriais da União e dá outras providências. **Coleção das Leis**

[da República dos Estados Unidos do Brasil]. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943 e. v. 1.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei n. 7.190, de 22 de Dezembro de 1944. Transforma, cria e suprime cargos de professor no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde, e dá outras providências. **Coleção das Leis [da República dos Estados Unidos do Brasil]**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944a. v. 1. p. 296.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 17.416, de 22 de dezembro de 1944. Cria a série funcional de Professor do Ensino Industrial, substitui as Tabelas Ordinária e Suplementar de extranumerário-mensalista da Divisão do Ensino Industrial, do Departamento Nacional de Educação, do Ministério da Educação e Saúde, e dá outras providências. **Coleção das Leis [da República dos Estados Unidos do Brasil]**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944 b. v. 2. p. 754.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Saúde. Portaria Ministerial n. 224, de 21 de maio de 1945. Modifica o art. 9º da Portaria Ministerial n. 332 de 30 de dezembro de 1942. \_\_\_\_\_ **Diário Oficial [dos Estados Unidos do Brasil]**, Capital Federal [Rio de Janeiro], Seção I, p.5322-5323, 21 jul. 1945 a.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 7.850, de 10 de Agosto de 1945 b. Dispõe sobre o funcionamento dos cursos extraordinários, previstos na Lei Orgânica do Ensino Industrial. In: \_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Cultura. **Lei Orgânica do Ensino Industrial e Legislação Complementar**. Rio de Janeiro: Diretoria do Ensino Industrial, 1956, p. 93-94.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Saúde. Portaria Ministerial n. 580, de 27 de novembro de 1945. Dá nova redação aos art. 5º, 7º e 9º da Portaria Ministerial n.º 332, de 30 de dezembro de 1942. **Diário Oficial [dos Estados Unidos do Brasil]**, Capital Federal [Rio de Janeiro], Seção I, p.18042-18043, 29 nov. 1945 c.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 20.302, de 02 de janeiro de 1946c. Aprova os Regimentos das Diretorias do Ensino Superior, Ensino Secundário, Ensino Comercial e Ensino Industrial, do Ministério da Educação e Saúde. **Coleção das Leis [da República dos Estados Unidos do Brasil]**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946 a. v. 2. p. 13-37.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 8.598, de 08 de Janeiro de 1946 b. Dispõe sobre a concessão de bolsas de estudos ou auxílio financeiro nas Escolas de Ensino Industrial da União. In: \_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Cultura. **Lei Orgânica do Ensino Industrial e Legislação Complementar**. Rio de Janeiro: Diretoria do Ensino Industrial, 1956, p. 100.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 8620, de 10 de janeiro de 1946. Dispõe sobre o exercício das profissões de Engenheiro, de Arquiteto e de Agrimensor e dos Técnicos de grau superior e Médio. : \_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Cultura. **Lei Orgânica do Ensino Industrial e Legislação Complementar**. Rio de Janeiro: Diretoria do Ensino Industrial, 1956, p. 69-89.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 8.680, de 15 de Janeiro de 1946. Dá nova redação aos dispositivos do Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942. \_\_\_\_\_ Ministério da Educação e Cultura. **Lei Orgânica do Ensino Industrial e Legislação Complementar. Coleção das Leis [da República dos Estados Unidos do Brasil]**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946 d. v. 1. p. 175-178.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 20.406, de 15 de Janeiro de 1946 e. Aprova o regulamento do registro de professores dos estabelecimentos de ensino industrial. In: \_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Cultura. **Lei Orgânica do Ensino Industrial e Legislação Complementar**. Rio de Janeiro: Diretoria do Ensino Industrial, 1956, p. 101-106.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 20.760, de 18 de Março de 1946. Modifica disposições de Regulamentos aprovados pelo Decreto nº 20.302, de 2 de Janeiro de 1946. **Coleção das Leis [da República dos Estados Unidos do Brasil]**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946 f. v. 2. p. 640-641.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 20.986, de 16 de abril de 1946. Dá nova redação aos arts. 3º e 7º do regulamento do registro de professores dos estabelecimentos de Ensino Industrial aprovado pelo Decreto nº 20.406, de 15 de janeiro de 1946. **Diário Oficial [dos Estados Unidos do Brasil]**, Capital Federal [Rio de Janeiro], Seção I, p. 56573, 20 abr. 1946 h.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 9.183, de 15 de Abril de 1946. Dá nova redação ao item II do artigo 30 do Decreto-Lei 4073, de 30 de janeiro de 1942. (Lei orgânica do Ensino Industrial). **Coleção das Leis [da República dos Estados Unidos do Brasil]**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946 g. v. 3. p. 77.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Saúde. Portaria Ministerial n. 42, de 7 de maio de 1947. Instruções regulamentadoras do Exame de Suficiência. **Diário Oficial [dos Estados Unidos do Brasil]**, Capital Federal [Rio de Janeiro], Seção I, p. 6451, 12 maio 1947.

\_\_\_\_\_. Lei nº 912, de 12 de novembro de 1949. Autoriza o registro do contrato celebrado entre a Divisão de Obras do Ministério da Educação e Saúde e a firma Industrial Construtora Ltda., para **construção da Escola Industrial de Cuiabá**, Estado de Mato Grosso. **Diário Oficial [dos Estados Unidos do Brasil]**, Capital Federal [Rio de Janeiro], Seção I, p. 016081, 14 nov. 1949 a.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Saúde. **Projeto Arquitetônico n. 28-49**: Escola Industrial de Cuiabá. Rio de Janeiro: Divisão de Obras; Seção de Estudos e Projetos, 1949 b.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 27.995, de 12 de abril de 1950. Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$2.000.000,00, para atender a despesa com o início das obras de construção da Escola Industrial de Cuiabá. **Diário Oficial [dos Estados Unidos do Brasil]**, Capital Federal [Rio de Janeiro], Seção I, p. 5572, 14 abr. 1950a.

\_\_\_\_\_. Lei nº 1.295, de 27 de dezembro de 1950. Estabelece normas para o registro de diplomas expedidos pelos estabelecimentos de ensino. **Coleção das Leis [da República dos Estados Unidos do Brasil]**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1950b. v. 7. p. 180.

\_\_\_\_\_. Decreto Legislativo nº 1, de 30 de janeiro 1951. Aprova o Acordo celebrado, aos 14 de outubro de 1950, entre o Ministério da Educação e Saúde, representando o Governo Brasileiro e *The Institute of American Affairs*, repartição cooperativa do Governo dos Estados Unidos da América, para a realização de programa de cooperação em matéria de educação industrial. **Diário Oficial [dos Estados Unidos do Brasil]**, Capital Federal [Rio de Janeiro], Seção I, p.1577-1578, 2 fev. 1951a.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 1.023, de 21 de novembro de 1951. Instruções relativas a vestibulares, matrícula, regime escolar e outras atividades nos cursos de formação profissional das escolas industriais e técnicas federais, equiparadas e reconhecidas. **Diário Oficial [dos Estados Unidos do Brasil]**, Capital Federal [Rio de Janeiro], Seção I, p.17498-17499, 29 nov. 1951b.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Lei n. 1.711, de 28 de outubro de 1953. Dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis da União. **Diário Oficial da União - 1.11.1952. 1952 a.**

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Lei n. 1.806 – de 06 de janeiro de 1953. Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, cria a Superintendência da sua execução e dá outras providências. **Diário Oficial da União - Seção 1, p. 276. 7/1/1953 b.**

\_\_\_\_\_. Decreto nº 808, de 12 de novembro de 1953. Instruções relativas a exames vestibulares, matrícula, regime escolar e outras ocorrências nos cursos ordinários e extraordinários das escolas industriais e técnicas federais, equiparadas e reconhecidas. **Diário Oficial [dos Estados Unidos do Brasil]**, Capital Federal [Rio de Janeiro], Seção I, p. 20307-20308, 27 nov. 1953 b.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 43.144, de 25 de março de 1958. Concede reconhecimento à Escola Técnica de Lins, com sede em Lins, Estado de São Paulo”: **Reconhecimento limitado ao Curso Técnico de Pontes e Estradas** – Rio de Janeiro, em 25 de março de 1958, 137º da Independência e 70º da República, assinado pelo Presidente da República Juscelino Kubitschek e Clóvis Salgado.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 43.144, de 25 de março de 1958. Concede reconhecimento à Escola Técnica de Lins, no Estado de São Paulo, a oferecer o Curso Técnico de Pontes e Estradas. **Diário Oficial [dos Estados Unidos do Brasil]**, Capital Federal [Rio de Janeiro], Seção 1 - 18/4/1958, Página 8481. 1958.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 44.912, de 28 de novembro de 1958. Altera o Regulamento do Quadro dos Cursos do Ensino Industrial. Aprovado pelo Decreto nº 8.673, de 3 de fevereiro de 1942, e dá outras providências. . **Diário Oficial [dos Estados Unidos do Brasil]**, Capital Federal [Rio de Janeiro], Seção I, 03 de março de 1958.

\_\_\_\_\_. Decreto nº Lei nº 3.552, de 16 de Fevereiro de 1959 a. Dispõe sobre nova organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de ensino industrial do Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências. **Diário Oficial [dos Estados Unidos do Brasil]**, Capital Federal [Rio de Janeiro], Seção I, p. 3009-3012, 23 out. 1959 a.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 45.479, de 26 de fevereiro de 1959 b. Aprova o Regulamento das Colônias militares de Fronteiras na Amazônia. MINISTERIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. **Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira**. Brasília, 2009.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 46.714, de 25 de agosto de 1959 c. Concede o reconhecimento limitado aos cursos técnicos de construção de máquinas e motores, de eletrotécnica, de edificações e de pontes e estradas. **Diário Oficial [dos Estados Unidos do Brasil]**, Capital Federal [Rio de Janeiro], Seção I, 22 de setembro 1959.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 47.038, de 16 de Outubro de 1959 d. Aprova o Regulamento do Ensino Industrial. **Diário Oficial [dos Estados Unidos do Brasil]**, Capital Federal [Rio de Janeiro], Seção I, p. 22593-22603, 23 out. 1959 d.

\_\_\_\_\_. Comunicação apresentada em 1960, na **1ª Jornada Luso-Brasileira de Engenharia Civil** pelo Presidente da Comissão executiva da Rodovia Belém-Brasília (RODOBRÁS).

\_\_\_\_\_. Decreto 50.492, de 25 de abril de 1961a. Complementa a regulamentação da Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959 e dispõe sobre a nova organização e funcionamento de ginásio industrial. **Diário Oficial [dos Estados Unidos do Brasil]**. Seção 1 - 25/4/1961, Página 3844, 25.04.1961a.

\_\_\_\_\_. Portaria nº 141-Br, de 27 de novembro de 1961b do Ministério da Educação e Cultura. **Normatizar o registro de professores do ensino industrial**, nos termos do decreto 47038, de 16 de outubro de 1959. DEI, 1968, p.151.

\_\_\_\_\_. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961c. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Coleção das Leis [da República dos Estados Unidos do Brasil]**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1961. v. 7. p. 51- 59.

\_\_\_\_\_. Instrução nº 1/1962- Diretoria do Ensino Industrial: **Processamento de registro de cartas de ofício, certificados e diplomas do ensino industrial**. DEI, 1968, p. 194.

\_\_\_\_\_. Portaria n 22, de 27 de março de 1962. **Baixa instruções relativas às disciplinas específicas do ginásio industrial e dos cursos técnicos industriais**. DEI, 1968, p. 196.

\_\_\_\_\_. Conselho Federal de Educação, indicação nº 1: **Normas sobre o Currículos do ensino médio** ( Nessa indicação, baseou-se a Portaria Ministerial nº 26, de março de 1962).

\_\_\_\_\_. Decreto 52.212, de 02 de julho de 1963a. **Altera o Regulamento do Ensino Industrial**, aprovado pelo Decreto nº 47.038, de 16 de outubro de 1959 e modificado pelos Decretos ns. 47.258, de 17 de novembro de 1959, 49.304, de 21 de novembro de 1960 e 615, de 20 de fevereiro de 1962.

\_\_\_\_\_. Portaria Ministerial nº 347, de 16 de setembro de 1963b. Aprova normas para maior entrosamento das Diretorias de Ensino Médio (D.E.S. – D.E.C.). **Implantação e orientação dos Ginásios Modernos** previstos no Plano Trienal de Educação, com objetivo tornar eficiente os trabalhos desenvolvidos pelo M.E.C.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Cultura. **Correspondência- DEI em 15 de outubro de 1963**. Brasília, DF, 1963c, p. 3.

\_\_\_\_\_. Portaria Ministerial nº 598, de 05 de dezembro de 1963d. **Criação de Cadastro Escolas de Ensino Industrial** e controle de registro de diplomas expedidos com registro na D.E.I.(Img\_745,746);

\_\_\_\_\_. Decreto nº 53.324, de 18 de dezembro de 1963e. **Aprova o programa intensivo de preparação de Mão-de-Obra industrial** e dá outras providências. Diário Oficial da União - Seção 1 - 19/12/1963e.

\_\_\_\_\_. Portaria D.E.I. nº 1, de 02 de janeiro de 1964a. **Autoriza a expedição de Diplomas e Certificados com validade nacional** de cursos constantes na relação expedida pela Diretoria de Ensino Industrial. DEI, 1968, p.154;

\_\_\_\_\_. Decreto 54.003, de 03 de julho de 1964b. **Dispõe sobre a nomeação ou admissão de pessoal efetivo, concursado e temporário**. Coord. de Arquivo, Img\_774, Caixa 02, Código 020.1.

\_\_\_\_\_. Decreto nº54.097, de 05 de agosto de 1964c. **Exclui da proibição do Decreto nº 54.003, de 3.7.64**. Nomeações para cargos de magistério. Autoriza nomeações em caráter efetivo ou interino de professores. Coord. de Arquivo, Img\_772, Caixa 02, Código 020.1.

\_\_\_\_\_. Portaria n 239, de 3 de setembro de 1965. **Dispõe sobre a denominação e qualificação das Universidades e Escolas Técnicas Federais**. Coord. de Arquivo, Img\_0769,Img\_0770, Caixa 02, Código 020.1.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 58.130, de 31 de março de 1966a. Regulamenta o art. 22 da Lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial [dos Estados Unidos do Brasil]**, Capital Federal [Rio de Janeiro], Seção I, p. 3596, 5 abr. 1966.

\_\_\_\_\_. Decreto 58.749, de 28 de junho de 1966b: Exclui da proibição constante do artigo 5º do Decreto nº 57.630, de 14 de janeiro de 1966, **dispõe sobre a nomeação interina para o cargo vago que específica**. Ministério da Educação e cultura. Diário Oficial da União, em 14.7.1966.

\_\_\_\_\_. Lei nº 5.117, de 27 de setembro de 1966c: **Dispõe sobre a nomeação e a admissão de servidores e empregados da União, das Autarquias e de outras entidades**, e dá outras providências. Diário Oficial da União - Seção 1 - 28/9/1966, Página 11227.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 60.079, de 16 de janeiro de 1967a: **Aprova o “Regulamento Geral do Plano de Valorização Econômica da Amazônia”**. D.O.U. - Seção 1 - 18/1/1967, Página 716.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967a: Dispõe sobre a organização da Administração Federal. **Estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa** e dá outras providências. DOU de 27.2.1967.

\_\_\_\_\_. Portaria nº 26, de 10 de março de 1967b. Dispõe sobre a relação de **currículos mínimos de disciplinas específicas dos diferentes cursos técnicos industriais**, altera a portaria da DEI nº 22 de 1962.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 60.462, de 13 de março de 1967c. Dispõe sobre a criação de Comissão Especial no Ministério de Educação e Cultura: **Autoriza a elaboração de contrato entre a União e o B.I.D para investimentos nas escolas técnicas**. Diário Oficial da União - Seção 1 - 20/3/1967, Página 3310.

\_\_\_\_\_. Diário Oficial n. 56, de 22 de março de 1967d. Dispõe sobre o **currículo dos colégios técnicos industriais do sistema federal de ensino**, os quais deverão conter o mínimo 5 disciplinas de cultura técnica para o Curso de Estradas.

\_\_\_\_\_. Portaria nº 210 (D.A.S.P.), de 31 de maio de 1967e: **Baixa as instruções Gerais para concursos para as Escolas Técnicas e Industriais Federais** para preenchimento de vagas de Tabelas de pessoal temporário. (DEI, 1968, p. 218).

\_\_\_\_\_. Lei nº 5.365, de 1 de dezembro de 1967f. Dispõe sobre a criação da **Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro Oeste (SUDECO)**. Diário Oficial da União de 4.12.1967;

\_\_\_\_\_. Decreto nº 62.235, de 7 de fevereiro de 1968. Altera dispositivos do Decreto número 60.079, de 16 de janeiro de 1967, que aprova o **“Regulamento Geral do Plano de Valorização Econômica da Amazônia”** e dá outras providências. Diário Oficial da União - Seção 1 - 9/2/1968, Página 1313.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 65.070, de 27 de agosto de 1969: Dispõe sobre a **administração dos estabelecimentos de ensino industrial e a remuneração de seus diretores**. Com base fixada na Lei nº 3.552, de 16.2.1959, e no Decreto-lei nº 796, de 27 de agosto de 1969. Diário Oficial da União - Seção 1 - 28/8/1969, Página 7311.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo escolar. Microdados 2008-2013**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basicalevantamentos-acessar>>.

\_\_\_\_\_. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Histórico. **O Laguna** - Informativo do 44º Batalhão de Infantaria Motorizado – “Batalhão Laguna”, Cuiabá, ano 1, n. 1, jul. 2007.

\_\_\_\_\_. **Planos de viação**: Evolução histórica 1808 – 1973. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Transportes, 1974.

CASTANHA, André Paulo. **Pedagogia da Moralidade: o estado e a organização da instrução pública na província do Mato Grosso, 1834 - 1873**. Cuiabá: Instituto de Educação / UFMT, 1999. (Dissertação de Mestrado).

CÂMARA FILHO, Jeremias Pinheiro da. Relatório da visita feita à Escola Industrial de Cuiabá. 1963. In: ESCOLA INDUSTRIAL DE CUIABÁ. **Livro de Atas do Conselho de Representantes N. I**, Cuiabá, 1961-1966, f. 97-100.

CAPANEMA, Gustavo. As diretivas do ensino no Estado Novo. **Diário Oficial [do Estado de Mato Grosso]**, Cuiabá, 17 fev. 1938. Nº 7685, p. 2-12.

CAPANEMA, Gustavo. Exposição de motivos da Lei Orgânica do Ensino Industrial em 5 de janeiro de 1942. In: BRASIL. Senado Federal. **Legislação Republicana Brasileira (1889-2002)**. Brasília: Prodasen, 2003. 1 CD-ROM.

CAPANEMA, Gustavo. **Comunicado**. Rio de Janeiro, 30 out. 1945.

CARLETTI, Ernesto Pe.(SDB). **Comemorando o Cinquentenário da inspetoria Missionária de Mato Grosso e Goiás – 1994/1944**. Campo Grande: MSMT, 1944.

CÊA, Georgia Sobreira dos Santos (Org.). **O estado da arte da formação do trabalhador no Brasil**. Pressupostos e ações governamentais a partir dos anos 1990. Cascavel: EDUNIOESTE, 2007.

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO (CFE), **Resolução nº 051, de 25 de julho de 1946**. Dispõe sobre o exercício profissional dos técnicos de grau médio formados pelas escolas da União ou equivalentes. 1946.

CIAVATTA, Maria. **Estudos Comparados: sua epistemologia e sua historicidade, Trabalho Educação Saúde**. Rio de Janeiro, v. 7, suplemento, p. 129-151, 2009.

CIAVATTA, Maria; REIS, Ronaldo R. (Orgs). **A pesquisa histórica em Trabalho e Educação**. Brasília: Líber Livro, EDUA, UFAM, 2010. (Capítulo da CIAVATTA)

CONSELHO NACIONAL DE ENGENHARIA/CEB. **Resolução CNE/CEB Nº 04/99**: Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. 1999.

CORAGGIO, José Luis. **Desenvolvimento humano e educação**. São Paulo: Cortez, 1996.

COSTA, Eliete Hugueney de Figueiredo, PEREIRA, Maria Auxiliadora Silva, KUNZE, Nádia Cuiabano. **Trabalhos Acadêmicos: passo a passo**. 2ª ed., ver., ampl., atual. Cuiabá: EdUFMT, 2015.

CRUDO, Matilde Araki. **Os Aprendizes do Arsenal de Guerra de Mato Grosso: Trabalho Infantil e Educação (1842 – 1899)**. Tese de Doutorado, Instituto de Educação – IE – Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT, 1999.

CUNHA, Luis Antônio. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização**. São Paulo: Ed. UNESP; Brasília: FLACSO, 2000a.

\_\_\_\_\_. Luis Antônio. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo**. São Paulo: Ed. UNESP; Brasília: FLACSO, 2000b.

\_\_\_\_\_. Luis Antonio. **O ensino de ofícios arsenais e manufatureiros no Brasil escravocrata**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: FLASCO, 2005c. 190p.

\_\_\_\_\_. Luiz Antônio. **Universidade temporã: o ensino superior, da Colônia à Era Vargas**. São Paulo: Editora UNESP, 2007d. Ensino superior – Brasil – História. 2. Universidades e faculdades – Brasil – História. 1943ª.

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA. Resolução n° 051, de 25 de julho de 1946. **Dispõe sobre o exercício profissional dos técnicos de grau médio formados pelas escolas da União ou equivalentes.** Diário Oficial da União - Seção 1 - 13/9/1946.

EMPRESA BRASILEIRA DE PLANEJAMENTO DE TRANSPORTES – GEIPOT. **Caminhos do Brasil.** Brasília: GEIPOT, 2001.

ESCOLA INDUSTRIAL DE CUIABÁ. Ata de 01 de outubro de 1963: **apresenta o relatório do supervisor das EIC's.** Livro de Atas do Conselho de Representantes da EIC. 1963a.

\_\_\_\_\_. Ata em 01 de outubro de 1963: resolução 40/63. **Recomenda a Direção da EIC sobre a necessidade de instalação de cursos Industriais extraordinários.** Livro de Atas do Conselho de Representantes da EIC. 1963c

\_\_\_\_\_. Carta de 15 de outubro de 1963. **Do Supervisor Jeremias Pinheiro da Câmara a servidores da EIC.** Coord. de Arquivo, Img\_0690 - 0692, Caixa 20, Código 011. 1963b.

\_\_\_\_\_. Ata de 22 de janeiro de 1964: Resolução 02/64. **Dispõe sobre a fixação do plano de Trabalho das Escolas Técnicas da Rede Federal para o ano de 1964.** Livro de Atas do Conselho de Representantes da EIC.

\_\_\_\_\_. Ata de 26 e maio de 1965: **Resolução 41/65 autoriza a diretoria da EIC a proceder estudos necessários para o funcionamento do curso técnico em Estradas no ano de 1966.** Livro de Atas do Conselho de Representantes da EIC.

\_\_\_\_\_. Ata n. 001, de 12 de fevereiro de 1965: **do Conselho de Professores.** Cuiabá, 1965a, p. 1-5. Livro de Atas do Conselho de Professores da EIC.

\_\_\_\_\_. **Livro de Atas do Conselho de Representantes - I.** Cuiabá, 1961-1966, 200f.

\_\_\_\_\_. **Livro de Atas do Conselho de Representantes - II.** Cuiabá, 1966-1968, 95f.

\_\_\_\_\_. **Livro de Atas do Conselho de Representantes - II.** Cuiabá, 1966-1970, 200f.

\_\_\_\_\_. **Livro de Atas.** Cuiabá, 1935-1953. 400f.

\_\_\_\_\_. **Livro de Contrato n. 2.** Cuiabá, 1963-1965, 100 f.

\_\_\_\_\_. **Livro de Nomeações - II.** Cuiabá, 1932-1947, 200f.

\_\_\_\_\_. **Livro de Nomeações - III.** Cuiabá, 1948-1965, 200f.

\_\_\_\_\_. **Livro de Nomeações - IV.** Cuiabá, 1965-1968, 50f.

\_\_\_\_\_. **Livro de Registro de Portarias do Diretor.** Cuiabá, 1944-1948, 200 f.

\_\_\_\_\_. **Portaria n. 10, de 31 de dezembro de 1952.** Cuiabá, 1952.

\_\_\_\_\_. **Portaria n. 20, de 7 de junho de 1965.** Cuiabá, 1965.

\_\_\_\_\_. **Portaria n° 6, de 16 de maio de 1959.** Cuiabá, 1959.

\_\_\_\_\_. **Regimento Interno.** Cuiabá, 1961b, 61 p.

\_\_\_\_\_. **Relatório dos trabalhos do exercício de 1964 apresentado ao Exmo. Sr. Presidente do Conselho de Representantes pelo Diretor da Escola Industrial de Cuiabá, Dr. Orlando Nigro.** Cuiabá, 14 jan. 1965b. 11f.

\_\_\_\_\_. **Resolução do Conselho de Professores em 14 de novembro de 1962.** Cuiabá, 1962 b, 2 f.

\_\_\_\_\_. Resolução n° 05, de 11 de setembro de 1961: **Aprovação do Regimento Interno da EIC.** Livro de Atas do Conselho de Representantes da EIC.

ESCOLA INDUSTRIAL FEDERAL DE MATO GROSSO (EIFMT). **Of. 56/65, de 22.02.65:** Do Diretor p/ Conselho: Solicita autorização para renovar contratos do servidor Ainabil Machado Lobo e outros. Coord. de Arquivo, (Img\_0687, 0688), Caixa 20, Código 011

\_\_\_\_\_. Ata 03/1965, de 27 de março de 1965: **O Conselho de Professores comunica a transferência de aluno por indisciplina.** Livro de Atas do Conselho de Professores, p. 31, 1965a.

\_\_\_\_\_. Ata 04/1965, de 22 de maio de 1965: O Conselho de Professores comunica assinatura de **Convênio entre a Direção da Escola e Coordenação Nacional do Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra Industrial.** Livro de Atas do Conselho de Professores, p. 32-33, 1965a.

\_\_\_\_\_. **Ata 11/65, de 14 de outubro de 1965:** Apresenta justificativa de solicitação de empréstimo no B.I.D. – Banco Interamericano de Desenvolvimento. Livro de Atas do Conselho de Professores da EIC. 1965a.

\_\_\_\_\_. Of. 490/65, de 13 de dezembro de 1965: Do Conselho p/ seus Membros: **Apresentação de orçamento Interno e quadro de Pessoal para 1966.** Solicita 20 professores horistas de Cultura Geral e específica. Coord. de Arquivo, Img\_0669,Img\_0774, Caixa 20, Código 011. 1965.

\_\_\_\_\_. **Ata 12/65, de 15 de dezembro de 1965:** Apresenta as novas normas e currículo para o ano letivo de 1966, havendo a inclusão das disciplinas de cultura específica para o curso de Estradas. Livro de Atas do Conselho de Professores da EIC. 1965.

\_\_\_\_\_.Relatório sobre : **Proposta de matriz curricular para o Curso Técnico de Estradas.** 1965a, p. 1.

\_\_\_\_\_.Relatório sobre : **Proposta de matriz curricular para o Curso Técnico de Estradas.** 1965a, p. 2.

\_\_\_\_\_. **Portaria 42/66.** Impõe proibição de entrada de alunos na Instituição com cabeleira excessivamente longa. 1966.

\_\_\_\_\_. **Of. 3/66, de 03.01.66:** Do Diretor p/ Conselho: Solicita autorização para abrir inscrição para prova de seleção para professores dos cursos de Estradas e Eletrotécnica. Coord. de Arquivo, Img\_0667,Img\_0668, Caixa 20, Código 011.

\_\_\_\_\_. **Edital n° 03/66, de 17.01/66:** Publica prova de seleção para vagas de professores de: Topografia, Geologia e Materiais de Construção. Coord. de Arquivo, Img\_0753,Img\_0754, Caixa 02, Código 020.1.(1966 a).

\_\_\_\_\_. **Ata 01/1966** – Proposta de Matriz Curricular para os anos de 1967 a 1969. Livro de Atas do Conselho de Professores da EIC.(1966b).

\_\_\_\_\_.**Ata 01/66, de 25.02.66:** O presidente do Conselho de Representante da EIC comunica os professores sobre: Inviabilidade de oferta de curso. Conselho de Representantes, 25/02/1966c.

\_\_\_\_\_. **Of. 214/66 de 26.05.66:** Do Diretor p/ Conselho: Solicita admissão de servidores com remuneração em Pro-Labore dos Prof. Padre Antonio Rodrigues Pimentel e outros. Coord. de Arquivo, Img\_0654, Caixa 20, Código 011.

\_\_\_\_\_. **Atas de 17.06.66:** Provas Didáticas de Topografia, Geologia e Geomorfologia: Coord. de Arquivo, Img\_0627- 0632, Caixa 20, Código 011. 1966d.

\_\_\_\_\_. **Livros de Assentamento de Pessoal:** livros 01,02,03,04,05. Coordenação de Arquivo. Cuiabá (1940 -1960).

\_\_\_\_\_. **Resolução 95/66, de 23 de agosto de 1966a:** O Conselho de Representantes homologa as provas de seleção das disciplinas de: Topografia, Geologia e Geomorfologia e outras. Coord. de Arquivo, Img\_0239, Caixa 2, Código 011.

\_\_\_\_\_. **Of. 442/66, de 18.10.66** do Diretor da EIFMT ao Conselho de Representantes: Solicita homologação renovação de contratos do Prof. Ainabil Machado Lobo e outros. Coord. de Arquivo, Img\_0623, Img\_0626, Caixa 20, Código 011.

\_\_\_\_\_. **Regimento Interno.** Cuiabá, 1965, p. 15

\_\_\_\_\_. **Regimento da Escola Industrial Federal de Mato Grosso – 1966;**

\_\_\_\_\_. **Regimento da Escola Industrial Federal de Mato Grosso,** aprovado em 07/12/1965;

\_\_\_\_\_. **Ata 01/66,** que em função da proibição de contratação de novos professores pela Presidência da República: **suspende o início do curso de Estradas.** Livro de Atas do Conselho de Professores da EIC.

\_\_\_\_\_. **Relatório de criação dos cursos técnicos.** Cuiabá, 1965a, p. 1-4.

\_\_\_\_\_. **Resolução 144/65, de 07/12/1965:** O Conselho de Representantes aprova o Regimento da EIC. 1965.

\_\_\_\_\_. **Resolução 43/66:** Fixa normas para a Elaboração dos Programas escolares, Regimento Didático, planos de curso e planos de aula. Livro de Atas do Conselho de Professores da EIFMT.

\_\_\_\_\_. **Resolução 95/1966:** Homologa as provas de seleção para professor de Topografia. Livro de Atas do Conselho de Representantes da EIFMT.

\_\_\_\_\_. **Of. 315/66, de 12.08.66:** Do Diretor para o Conselho de Representantes: Solicita Providências para contratação imediata dos Professores Concursados. Os professores estão recebendo pagamento por “PRO-LABORE”. Coord. de Arquivo, Img\_0650 - 0652, Caixa 20, Código 011.

\_\_\_\_\_. **Portaria de 10 de fevereiro de 1967:** Delega competência aos Presidentes do Conselho de Representantes para requisitarem pagamento de pessoal. Coord. de Arquivo, Img\_0774, Caixa 02, Código 020.1.

\_\_\_\_\_. **Of. 514/Br, de 11.06.68:** Do Diretor p/ Conselho: Comunica a aprovação do Regimento da EIFMT e pede publicação no DOU. Coord. De Arquivo, Img\_0460-0489), Caixa 02, Código 010.2.

FAUSTO, B. **História do Brasil.** 6. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1998.

\_\_\_\_\_. **História Concisa do Brasil.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 2008.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (org.). **Ensino Médio Integrado:** Concepções e contradições. São Paulo, Cortez, 2010.

FIGUEIREDO, Túlio M.R.V. **O Brasil moderno e a educação para o trabalho em Cuiabá: a Escola de Aprendizizes Artífices de Mato Grosso (1909-1942).** Dissertação apresentada à Universidade Federal de Goiás para obtenção do título de Mestre em Educação. Goiânia, 2017.

FILHO, Ary Biancardini, **A questão Urbano-Habitacional em Cuiabá-MT,** Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT, 2014.

- FONSECA, Celso Suckow da. **História do Ensino Industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: Tipografia da Escola Técnica Nacional, 1961. 2v.
- \_\_\_\_\_. História do ensino industrial no Brasil. 3 vol. Rio de Janeiro: Senai/DN, 1986.
- FRANCISCO, Adilson José. **Educação & Modernidade: os salesianos em Mato Grosso 1849 – 1919**. Cuiabá: UFMT, 2002.
- FRANCO, L. A. C; SAUERBRONN, S. **Breve histórico da formação profissional no Brasil**. São Paulo: CENAFOR, 1984.
- FREIRE, Júlio De Lamônica. **Por Uma Poética Popular da Arquitetura**. Cuiabá: EDUFMT, 1997.
- FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1976.
- GAIO, Daniel Machado. **A concepção de modernização na política de cooperação técnica entre o MEC e a USAID**. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação da Universidade de Brasília – UB, 2008.
- GALETTI, Lylia da Silva Guedes. **Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2000.
- GALVÃO, O. J. A. Comércio interestadual por vias internas e integração regional no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA DA ANPEC, XXI, dez. 1998, Belo Horizonte, MG. **Anais... ANPEC**, 1998. v. I, p. 257- 279.
- GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005. (Original inglês de 1961).
- GÔMARA, Antônio Rúbio de Barros. **O transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros: Um acrescentamento histórico**. Brasília: ABRATI, 1999.
- GRAÇA, Tereza Cristina Cerqueira da. **Pés-de-anjo e letreiros de neon: ginásios na Aracaju dos anos dourados**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Sergipe. 1998.
- GUEDES, Simone Cordeiro C. **Da Arquitetura da ordem à Cartografia da Loucura: A história de um asilo manicomial em Cuiabá ( 1031- 1979)**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília. Brasília, 2010).
- HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles (Dir.) **Dicionário Eletrônico Houaiss**. São Paulo: Objetiva, 2001. 1 CD-ROM.
- HUERTAS, Daniel M. **Da fachada atlântica à imensidão amazônica: fronteira agrícola e integração territorial**. São Paulo, Annablume, 2009. 344p.
- IANNI, Octávio. **Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1989.
- KUENZER, Acácia. **Ensino Médio e Profissional: as políticas do Estado neoliberal**. São Paulo: Cortez, 1997.
- \_\_\_\_\_. Acácia . A educação profissional nos anos 2000: **a dimensão subordinada das políticas de inclusão**. Educação e Sociedade, v. 27, 2006, p. 877- 910.
- KUNZE, Nádia Cuiabano. **A Escola de Aprendizes Artífices de Mato Grosso 1909/1941**. Cuiabá: CEFETMT; EdUFMT, 2006.

\_\_\_\_\_. Nádia Cuiabano. **As primeiras Escolas Públicas de Ensino Profissional em Mato Grosso**. Texto apresentado na 2ª Jornada da Produção Científica da Educação Profissional e Tecnológica da Região Centro Oeste, 2008.

\_\_\_\_\_. Nádia Cuiabano. **Escola Industrial de Cuiabá: gênese e organização (1942-1968)**. Tese apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutora em Educação. São Paulo, 2011.

\_\_\_\_\_. Nádia Cuiabano. **O desenvolvimento da rede federal de escolas industriais e técnicas a partir de 1942**. Texto apresentado para o Curso de Gestão Pedagógica do IFMT, 2012.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo. Ed. Atlas, 1985.

LEITE, Luis-Philippe Pereira: Livro nº 142, fls. 226 do livro 3-D do Cartório de 1º Ofício da Capital, registro nº 3180-A, fls. 226 do livro 3-28/5/1948, do Registro de Imóveis de Cuiabá, Segundo Ofício da Capital. 1948.

MATO GROSSO. Livro de Registro do Delegado Fiscal do Tesouro Federal, of. nº 126 de 19/12/1892; **Livro de Crônicas de 15/8/1900**: LEI do Orçamento de 1895 nº 80 art. 22 § 7º; Livro de Crônicas do Liceu, 7/3/1900; 5/4/1900.

\_\_\_\_\_. (APMT). **Mensagem dirigida à Assembleia Legislativa do Estado**. Relatório sobre a expedição para abertura de estrada de Cuiabá ao estado do Amazonas. Cuiabá: Typografia Oficial, 1904.

\_\_\_\_\_. Governo do Estado. **Mensagem apresenta à Assembleia Legislativa do Estado no dia 13 de junho de 1950** pelo Governador Dr. Arnaldo Estevão de Figueiredo. Cuiabá, 13 de Junho de 1950. Livro – 77.

\_\_\_\_\_. Livro nº 142, fls. 226 do livro 3-D do Cartório de 1º Ofício da Capital, registro nº 3180-A, fls. 226 do livro 3-28/5/1948, do Registro de Imóveis de Cuiabá, Segundo Ofício da Capital. In: PEREIRA LEITE, L. P. **A obra Dombosquina em Mato Grosso**, p. 12.

LOURENÇO, A. A atuação salesiana em Mato Grosso, Brasil. **Revista Tempo, Espaço, Linguagem**. V. 5, n. 2, Mai.-Ago, 2014. pp. 59-79. ISSN 2177-6644.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. **Educação e divisão social do trabalho**: contribuição para o estudo do ensino técnico industrial brasileiro. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1982. (Educação Contemporânea).

MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Tecendo Nexos: História das Instituições Educativas**. Bragança Paulista: EDUSF, 2004.

MAIA, João Marcelo. **Estado, território e imaginação espacial**: o caso da Fundação Brasil Central. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2012.

MANFREDI, Sílvia Maria. **Educação Profissional no Brasil**. Cortez, São Paulo, 2002.

MARGARIT, Eduardo. Artigo que compõe a dissertação: **Tramas políticas e impactos socioambientais na Amazônia**: a dinâmica do processo de pavimentação da BR 163. 2012.

MATOS, P. O. **Análise dos planos de desenvolvimento elaborados no Brasil após o II PND**. Dissertação apresentada à Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Ciências, Área de Concentração : Economia Aplicada. Piracicaba, São Paulo, 2002.

MELLO, Saulo Alvaro de. **Arsenal da marinha de Mato Grosso**. Projeto político de defesa nacional e de disciplinarização do trabalho. Do planalto à planície pantaneira (1719-1873). Dissertação de Mestrado. UFGD. Dourados, 2009.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. Tradução de Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo; Campinas: Editora da UNICAMP, 2002.

MOURA, Elma Coelho Martins. **O ensino da Matemática na Escola Industrial de Cuiabá/MT no período de 1942 a 1968**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas do Campus de Rio Claro. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Rio Claro, São Paulo, 2012.

MORENO, Gislaene. **Terra e Poder em Mato Grosso**. Política e Mecanismos de Burla 1892-1992. Cuiabá: EdUFMT/Entrelinhas/FAPEMAT, 2007.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na primeira república**. São Paulo/Rio de Janeiro: EPU/Fundação Nacional de Material Escolar, 1974/1976.

NASCIMENTO, Alcileide Cabral. **A Sorte dos Enjeitados: o combate ao infanticídio e a institucionalização da assistência às crianças abandonadas no Recife (1789-1832)**. Tese de Doutorado em História– UFPE, Recife, 2006.

NOSELLA, Paolo. A escola brasileira no final do século: Um balanço – In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Educação e crise do trabalho**. Perspectivas de final de século. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

OLIVEIRA, Diene Eire de Mello B.; LESZCZYNSKI, Sônia Ana Charhut. O papel da Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial [CBAI] na configuração do ensino profissionalizante das Escolas Técnicas Federais. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS – “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”, 2009, Campinas, **Anais... Campinas: HISTEDBR**, 2009.

OLIVEIRA, Juscelino K. **Diretrizes do Plano Nacional de Desenvolvimento**. Belo Horizonte, Livraria Oscar Nicolai Ltda. 1955.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de; ADRIÃO, Thereza Maria de Freitas (Org.). **Gestão, financiamento e direito à educação**. São Paulo: Xamã. 2002.

PAIVA, V. 1973. **Educação Popular e Educação de Adultos**. São Paulo: Loyola, v. 1, p. 368.

PEIXOTO, Maciel Edson. **Políticas de Educação Profissional e Tecnológica: A influência dos princípios de gestão democrática nas deliberações do CEFET-MG**. 2009. 207 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Brasília, 2009. 207. Brasília, 2009.

PINTO, D.C. Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário: uma trajetória bem sucedida?. In: MENDONÇA, A. W.; XAVIER, L. N. (orgs). **Por uma política de formação do magistério nacional: o Inep/MEC dos anos 1950/1960**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Coleção Inep 70 anos, v. 1, 2008. p. 260.

PRESCIVALLE, Odair. **O desenvolvimento do ensino profissional a nível da educação elementar no Brasil**. São Paulo, CENAFOR, 1982 (Reflexões 23).

QUELUZ, Gilson. **Concepções de ensino técnico na República Velha (1909-1930)**. Curitiba: Cefet-Paraná, 2000.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução CNE/CEB nº 04/99** – Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. 1999.

RIBEIRO, Maria A. Rosa. O ensino Industrial: memória e história. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria H. Camara (Orgs). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil**, Vol III, Petrópolis, RJ, Vozes, 2005. p. 209-228.

SANDER, B. **Administração da Educação no Brasil**: genealogia do conhecimento. Brasília: Liber Livro, 2007

SANTOS, Jailson Alves dos. A trajetória da educação profissional. In: Lopes, *et al* (org.). **500 anos de educação no Brasil**. 2ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 205-224.

SAVIANI, Dermeval. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

SEMAN, Carlos. **Breve Histórico Sobre a Evolução do Planejamento Nacional de Transportes**. DNIT - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes. Belo Horizonte, 2010.

SHIROMA, E. O.; Lima Filho, D. L. Trabalho docente na educação profissional e tecnológica e no PROEJA. **Educação & Sociedade**, Campinas: CEDES, v. 32, n. 116, p. 725-743, jul./set. 2011. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em 3/04/2017

SOARES, Manuel de Jesus. As Escolas de aprendizes e Artífices – estrutura e evolução. **Revista Fórum Educacional**, Rio de Janeiro, v. 6. n 3, p. 59-92, jul./set. 1982.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História militar do Brasil**. 3. E. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

SOUZA, Rosa Fátima. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no Século XX**: ensino primário e secundário no Brasil. São Paulo: Cortez, 2008. 320p.

STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria H. Camara (Orgs). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil**, Vol III, Petrópolis, RJ, Vozes, 2005.

SUZIGAN, W. **Indústria brasileira**: origem e desenvolvimento. Cap. 1. São Paulo/Campinas: Hucitec / Editora da Unicamp, 2000.

TAMURA, Silvio Takeshi. **A Escola Industrial de Cuiabá (1942-1965)**: História, Educação e Gênero. Dissertação de Mestrado, Instituto de Ciências Humanas e Sociais – ICHS – Universidade Federal de Mato Grosso –UFMT, 2013.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação para a democracia**: introdução à administração educacional. 2. ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1997. p. 105-117.

TOBIAS, José Antônio. **História da educação brasileira**. 2º Ed. São Paulo: Juricelis. 1986.

TORRES, Rosa Maria. **Educação para todos**: a tarefa por fazer. Porto Alegre: Artmed, 2001. Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro, v. 7, suplemento, p.129-151, 2009.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Maternidade Negada. In: PRIORE, Mary Del (org.); BASSANESSI, Carla (Coord. De textos). **História das Mulheres no Brasil**. 9. Ed. São Paulo. Contexto, 2007.

VILARINHO NETO, Cornélio Silvano. Dinâmica Urbana Regional. In: MORENO, Gislaene; HIGA, Tereza Cristina Souza (orgs.). **Geografia de Mato Grosso: Território, Sociedade, Ambiente**. Cuiabá: Entrelinhas, p. 120-137, 2005.

VOLPATO, Luiza Rios Ricci. **Cativos do Sertão**. Vida cotidiana e escravidão em Cuiabá em 1850-1888. São Paulo: Marco Zero. Cuiabá: UFMT, 1993.

## ANEXOS

ANEXO A – Capa do Relatório da Comitiva de Jorge Bodstein de 1904



## ANEXO B – Arsenal de Guerra de Cuiabá (1842-1899)



## ANEXO C – Arsenal de Guerra de Cuiabá (1842-1899)



## ANEXO D – Arsenal de Guerra de Cuiabá (1842-1899)



## ANEXO E – Arsenal de Guerra de Marinha de Cuiabá (1857-1878)



ANEXO F – Arsenal de Guerra de Marinha de Cuiabá (1857-1878)



## ANEXO G – Ata 12, livro do Conselho de Professores de 1965

*Quilichip*, 41

diariamente, no Diário de Classe, o resumo da matéria dada para ser lido, comercialmente, pelo diretor.

II) para o "Curso Técnico" (1ª série).

Disciplinas "Obrigatórias":

a) Cultura geral - cursos de "Estradas" e de "Eletrotécnica".

	Aulas por semana
1- Português	3
2- Matemática	4
3- Ciências Físicas e Biológicas:	
Física	4
4 - História	2
5 - Inglês	2

b) Cultura Específica:

1- Curso de Estradas:

Desenho Topográfico e Projetos	4
Topografia	4
Geologia e Noções de Geomorfologia	4
Materiais de Construção e Ensaios	4

2- Curso de Eletrotécnica:

Desenho Técnico	4
Tecnologia	2
Eletrotécnica	4
Medidas Elétricas	2
Prática de Oficina	6

c) Prática Educativa (Estradas e Eletrotécnica).

Educação física	1
-----------------	---

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente do Conselho de Professores, Sr. Orlando Nogueira, encerrou a sessão, da qual lavrei a presente ata que vai assinada, após leitura e discussão por todos os presentes.

*Quilichip*  
 21) *Quilichip*  
*Quilichip*  
*Quilichip*

## ANEXO H – Cursos rápidos ofertados na EIFMT em 1967

M. E. C. ESCOLA INDUSTRIAL FEDERAL DE MATO GROSSO.

10 - Cursos ministrados pela Escola :

	Alunos	Duração	Hs. semanais
Ginásio Industrial	1.108	4 anos	
Curso Técnico : Eletricidade	32	3 anos	
" " : Estradas	55	3 anos	
Curso Rápido :			
Mão de Obra - Compositor	8	200 hs	12 hs.
" " " Afinador de Motores	15	100 hs	12 hs.
" " " Tecnologia Desenho	20	150 hs	12 hs.
" " " Refrigeração	15	200 hs	12 hs.
" " " Carpinteiro de Obra	15	200 hs	12 hs.
" " " Eletricidade de Autos	12	120 hs	12 hs.
Eletricista Instalador	15	200 hs	12 hs.
Eletricista Enrolador	15	200 hs	12 hs.
Soldador Elétrico	10	120 hs	12 hs.
Pedreiro	15	150 hs	12 hs.
Instalador de Água e Esgoto	15	180 hs	12 hs.

11 - Professores :

- a) nº de professores ( aula ) = 60  
nº de professores ( oficina)=11

- b) Habilitação mínima, conforme o curso :

Curso Ginásial	-	Habilitação	C.A.D.E.S.
Curso Técnico	-	"	Curso Superior
Oficinas	-	Especialização dos Cursos que lecionam.	

- 12 - A Escola proporciona aos alunos outras atividades ou benefícios, além da frequência das aulas ?

Cinema Educativo	Atividades Esportivas
Festividade Históricas	Ginásio Coberto ( construído)
Biblioteca	Campo de Esportes
Grêmio	Pista de Atletismo (construção)
Assistência Médica e Dentária	Palestras, etc.....
Caixa Escolar	

ANEXO I – Telegrama sobre a Composição do Conselho de Representantes da escola industrial de Cuiabá em 1960

DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELEGRAFOS		TELEGRAMA	
NUMERO DE EXPEDICAO	<i>V/S</i>	CARIMBO DA ESTACAO	URGENTE-EDTECNICA CUIABANT
Recebido	<i>M 30</i>	INDICACOES DE N.º DE TELEGRAMAS E ENDREZAMENTO	<i>Telegrama Editecnica</i>
DE	<i>JIF</i>		
DO	<i>M 30</i>		
PREÂMBULO			
127 RIO GB- 771 99 21 1200			
O preâmbulo contém as seguintes indicações de serviço: origem do telegrama, estação de origem, número do telegrama, número de palavras, data e hora de apresentação.			
HABITUE-SE A INDICAR NO RECIBO DO SEU TELEGRAMA A HORA EM QUE O RECEBER COM ESSA PROVIDENCIA, AUXILIARA O DEPARTAMENTO NA FISCALIZACAO DA ENTREGA DOS TELEGRAMAS			
TEXTO E ASSINATURA	NR 62 DE 21-1-60 COMUNICO POR DECRETO NOVE JANEIROCORRENTE PUBLICADO		
	DIARIO OFICIAL DEZESSETE SENHOR PRESIDENTE REPUBLICA FOI DESIGNADO		
	SEGUINTE CONSELHO REPRESENTANTES ESSA ESCOLA RIPTS PROFESSOR DARWIN		
	MONTEIRO SILVA REPRESENTANDO CORPO DOCENTE E SUPLENTE PROFESSOR BILARIO		
	SOUZA CAMPOS FILHO DR BENEDITO INTRAN REPRESENTANTE CREA E SUPLENTE DA		
	CUIABÁ STEFAN VG INDUSTRIAL MARIO SPINELLI E SUPLENTE ORLANDO NIGRO VG		
	INDUSTRIAL FRANCISCO ANDRADE LIMA E SUPLENTE ENOCH A TRINDADE VG INDUS-		
	TRIAL HELIO PONCE DE ARRUDA E SUPLENTE ANTONIO HENRIQUE DE CARVALHO VG		
	EDUCADOR JOAO CABELINO E SUPLENTE JOSE VIDAL PT INDUSTRIAL		
	402 3 C 7 100 - CARTA PARA SE - 1960		

## ANEXO J – Relatório sobre a viabilidade da criação de Cursos Técnicos em 1965



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
DIRETORIA DO ENSINO INDUSTRIAL  
ESCOLA INDUSTRIAL DE CUIABÁ  
RUA LIVRAMENTO, 13 - TELEFONE, 2598  
END. TEL. ED. TÉCNICA - CUIABÁ - MATO GROSSO  
(CURSO DE GINÁSIO INDUSTRIAL)

Relatório a respeito da criação dos cursos técnicos industriais de "Estradas" e "Eletrotécnica" na Escola Industrial Federal de Mato Grosso.

Senhor Diretor,

Estudando os programas dos cursos técnicos industriais de Eletrotécnica e Estradas a serem ministrados nesta Escola a partir do próximo exercício, apresento a seguir, esquematizados/ os problemas a serem resolvidos por esta Diretoria.

Cabe-me outrossim, comentar que os programas/ que serviram de estudo são os adotados pela Escola Técnica Nacional do Rio de Janeiro.

I) Horário:

São as seguintes as aulas para os referidos cursos:

a) De Estradas:

<u>Cultura Geral:</u>	1ª Série	2ª Série	3ª Série
1) Português .....	3	3	2
2) Matemática .....	4	4	-
3) Ciências Físicas e Biológicas:			
Física .....	4	4	-
Química .....	-	2	2
Biologia .....	-	-	2
4) História .....	2	-	-
5) Inglês .....	2	2	-
	<u>15</u>	<u>15</u>	<u>6</u>
<u>Cultura Específica:</u>			
1) Desenho Topográfico e Projetos.	4	4	-
2) Topografia .....	4	4	-
3) Geologia e Noções de Geomorfologia .....	4	-	-
4) Materiais de construção e Ensaaios .....	4	2	-
5) Resistência dos Materiais .....	-	3	-
6) Construção de Estradas .....	-	-	4
7) Obras Complementares .....	-	-	3
8) Máquinas e Equipamentos .....	-	-	3

## ANEXO K – Relatório sobre a viabilidade da criação de Cursos Técnicos em 1965



MINISTERIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
DIRETORIA DO ENSINO INDUSTRIAL  
ESCOLA INDUSTRIAL DE CUIABÁ  
RUA LIVRAMENTO, 13 - TELEFONE, 2208  
END. TEL. EDTECNICA - CUIABÁ - MATO GROSSO  
(CURSO DE GINÁSIO INDUSTRIAL)

	1ª Série	2ª Série	3ª Série
9) Solos e Betumes .....	-	-	8
10) Foto-análise .....	-	-	3
11) Organização do Trabalho .....	-	-	3
12) Higiene Industrial e Seguro do Trabalho .....	-	2	-
13) Noções de Mecânica dos Solos .....	-	-	2
	<u>16</u>	<u>15</u>	<u>26</u>

Prática Educativa:

1) Educação Física .....	<u>1</u>	<u>1</u>	<u>1</u>
Total geral .....	32	31	33

Além das 3 séries acima, para que o aluno seja diplomado no curso técnico, deverá ter mais uma série destinada a trabalhos práticos fora da Escola.

b) De Eletrotécnica:

<u>Cultura Geral:</u>	1ª Série	2ª Série	3ª Série
1) Português .....	3	3	2
2) Matemática .....	4	4	-
3) Ciências Físicas e Biológicas:			
Física .....	4	4	-
Química .....	-	2	2
Biologia .....	-	-	2
4) História .....	2	-	-
5) Inglês .....	<u>2</u>	<u>2</u>	<u>-</u>
	15	15	6

Cultura Específica:

1) Desenho técnico .....	4	-	-
2) Projeto de instalação de alta e baixa tensão .....	-	2	-
3) Tecnologia .....	2	2	-
4) Eletrotécnica .....	4	4	-
5) Mecânica Técnica .....	-	2	-
6) Resistência de Materiais .....	-	-	2
7) Medidas Elétricas .....	2	2	-
8) Elementos de Eletrônica .....	-	-	2
9) Elementos de Máquinas e Projetos de Máquinas e Aparelhos Elétricos ...	-	-	6
10) Eletroquímica .....	-	-	1

## ANEXO L – Relatório sobre a viabilidade da criação de Cursos Técnicos em 1965



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
DIRETORIA DO ENSINO INDUSTRIAL  
ESCOLA INDUSTRIAL DE CUIABÁ  
RUA LIVRAMENTO, 18 - TELEFONE 2208  
END. TEL. EDTECNICA - CUIABÁ - MATO GROSSO  
(CURSO DE GINÁSIO INDUSTRIAL)

	1ª Série	2ª Série	3ª Série
11) Máquinas elétricas .....	-	-	3
12) Organização do trabalho .....	-	-	2
13) Higiene Industrial e Seguro do Trabalho .....	-	-	2
14) Prática de Oficina .....	<u>6</u>	<u>6</u>	<u>6</u>
	33	33	30
<u>Prática Educativa:</u>			
1) Educação Física .....	<u>1</u>	<u>1</u>	<u>1</u>
Total geral .....	34	34	31

Também este curso terá mais uma série destinada ao aperfeiçoamento prático do aluno.

Inicialmente terá a Escola apenas a 1ª Série, com um total de 32 aulas (de 50 minutos) para o curso de Estradas e de 34 aulas para o de Eletrotécnica.

O estudo dos programas das matérias acima relacionadas nos leva a crer que o número de aulas acima deverá ser aumentado para melhor equiparação da cultura geral ao curso científico.

Dentro do mínimo previsto de aulas da 1ª Série, para o próximo exercício, verifica-se que não será possível o curso noturno, além de que as aulas práticas, principalmente as do campo, deverão/ser diurnas.

#### II) Corpo docente:

Dentro do currículo previsto serão necessários professores para todas as matérias de cultura geral e técnica.

Deverá portanto, ser imediatamente providenciada a seleção dos professores a serem contratados.

#### III) Equipamento para oficinas:

##### a) Curso de Eletrotécnica:

A Escola já tem sua oficina suficientemente equipada para a 1ª série do curso técnico de eletrotécnica.

##### b) Curso de Estradas:

Deverão ser adquiridos os seguintes materiais:

trenas de aço, correntes com 10 e 20m, cadernetas de campo e materiais para desenho.

A Escola conta com a cooperação dos órgãos públicos CER do Esta-

## ANEXO M – Relatório sobre a viabilidade da criação de Cursos Técnicos em 1965



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
 DIRETORIA DO ENSINO INDUSTRIAL  
 ESCOLA INDUSTRIAL DE CUIABÁ  
 RUA LIVRAMENTO, 13 - TELEFONE 2298  
 END. TEL. ED. TÉCNICA - CUIABÁ - MATO GROSSO  
 (CURSO DE GINÁSIO INDUSTRIAL)

do e 11.º Distrito do DNER quanto ao empréstimo de máquinas e labora-  
 tórios especializados, bem como aparelhos tais como: bússolas, bali-  
 zas, miras, níveis, trânsitos, teodolitos, taqueômetros, pantômetros  
 e planímetros.

Assim sendo, pequena será a despesa com materiais especializados pa-  
 ra ensino.

IV) Instalação:

Além das salas já existentes na Escola, com a previsão do aumento de  
 alunos para o ginásio, torna-se necessário o preparo de mais salas  
 para aulas para o curso técnico, inclusive uma para desenho, com pran-  
 chetas.

V) Plano de Ensino:

Será conveniente, para maior facilidade da implantação dos cursos téc-  
 nicos, solicitar da Escola Técnica o "Plano de Ensino" e apostilas de  
 aulas de todas as matérias de cultura específica.

São estas as principais observações que faço a res-  
 peito da implantação do curso técnico na Escola, devendo acrescentar meu  
 parecer pessoal de que sem dúvida será um passo que trará incalculáveis/  
 benefícios à juventude local, mórmente considerando a rápida evolução úl-  
 timamente experimentada pela Escola em suas instalações, na administração  
 e no ensino em geral.

Cuiabá, 18 de setembro de 1965.

FREDERICO CARLOS SOARES CAMPOS

= Professor =

ANEXO N – Desfile Cívico nas décadas de 1960 - 1970



ANEXO O – Hasteamento do Pavilhão Nacional décadas de 1960 - 1970



ANEXO P – Livro de assentamento anual de alunos de 1967

ESCOLA INDUSTRIAL DE CUIABÁ		LIVRO DE ASSENTAMENTO ANUAL DA MATRÍCULA						ANO 1967
Número de ordem	Código	NOME DO ALUNO (ORDEM ALFABÉTICA)	ENSINO <i>Ensino Industrial</i>			Turma	Profissão do Curso	CURSO
			Série	Letra	Turno			
974		Arminado Lopes Brito	1 <sup>a</sup>		Unic	Ele.	Secieco Eletricidade	
975		Antonio de Padua Santos Laria	1 <sup>a</sup>		Unic	Ele.	"	
976		Reneildo Carlos de Oliveira	1 <sup>a</sup>		Unic	Ele.	"	
977		Edson Serrinha da Silva	1 <sup>a</sup>		Unic	Ele.	"	
978		Edilson Gonçalves Calazans	1 <sup>a</sup>		Unic	Ele.	"	
979		Edi Renato Carrete	1 <sup>a</sup>		Unic	Ele.	"	
980		Agostinho Casiano da Silva	1 <sup>a</sup>		Unic	Ele.	"	
981		Selyze do Nascimento	1 <sup>a</sup>		Unic	Ele.	"	
982		Isaac Pereira do Nascimento	1 <sup>a</sup>		Unic	Ele.	"	
983		José Dias de Almeida	1 <sup>a</sup>		Unic	Ele.	"	
984		Julio Antonio de Almeida	1 <sup>a</sup>		Unic	Ele.	"	
985		Jaime Candidato da Silva	1 <sup>a</sup>		Unic	Ele.	"	
986		José Costa Lopes	1 <sup>a</sup>		Unic	Ele.	"	
987		Edson José de Souza	1 <sup>a</sup>		Unic	Ele.	"	
988		Romão Dutra do Amorim	1 <sup>a</sup>		Unic	Ele.	"	
989		Missus Ubaldo da Silva	1 <sup>a</sup>		Unic	Ele.	"	
990	1	Alair Serrino de Paula	1 <sup>a</sup>		Unic	Est.	Secieco Estradas	
991	2	Antonio de Oliveira Gonçalves Rozza	1 <sup>a</sup>		Unic	Est.	"	
992	3	Arilton do Nascimento	1 <sup>a</sup>		Unic	Est.	"	
993	4	Antonio Pôrto Ferreira	1 <sup>a</sup>		Unic	Est.	"	
994	5	Alfredo Sacramento de Souza	1 <sup>a</sup>		Unic	Est.	"	
995	6	Altair Pedrosa da Silva	1 <sup>a</sup>		Unic	Est.	"	
996	7	Reneildo Sauerco Gonçalves	1 <sup>a</sup>		Unic	Est.	"	
997	8	Carilo Ubaldo do Esp. Santo Filho	1 <sup>a</sup>		Unic	Est.	"	
998	9	Carlos Grimaldi	1 <sup>a</sup>		Unic	Est.	"	
999	10	Caruani Fabiano de Almeida Camargo	1 <sup>a</sup>		Unic	Est.	"	
1000	11	Helio de Souza Campos	1 <sup>a</sup>		Unic	Est.	"	
1001	12	Hans Ubaldo Kallera	1 <sup>a</sup>		Unic	Est.	"	
1002	13	Hilde Ubaldo de Jesus	1 <sup>a</sup>		Unic	Est.	"	
1003	14	Helio do Espírito Santo Godoy	1 <sup>a</sup>		Unic	Est.	"	
1004	15	Guo de Jesus Paula	1 <sup>a</sup>		Unic	Est.	"	
1005	16	João Batista de Almeida	1 <sup>a</sup>		Unic	Est.	"	
1006	17	José Renato Silva	1 <sup>a</sup>		Unic	Est.	"	
1007	18	José Geraldo S. de Souza	1 <sup>a</sup>		Unic	Est.	"	

ANEXO Q – Livro de assentamento anual de alunos de 1967

ESCOLA INDUSTRIAL DE CUIABÁ		LIVRO DE ASSENTAMENTO ANUAL DA MATRÍCULA					ANO
		ENSINO <i>Química Industrial</i>					ANO <i>1967</i>
Número de ordem	Código	NOME DO ALUNO (ORDEM ALFABÉTICA)	Série	Série	Turno	Perfil do Curso	CURSO
1008	19	José Antunes Soares	1 <sup>a</sup>	1 <sup>a</sup>	Ynie	Est.	Secção Estradas.
1009	20	José Augusto Líviana Neves da Costa	1 <sup>a</sup>	1 <sup>a</sup>	Ynie	Est.	"
1010	21	Rivaldo João de Moraes	1 <sup>a</sup>	1 <sup>a</sup>	Ynie	Est.	"
1011	22	Rivaldo Roberto de Siqueira	1 <sup>a</sup>	1 <sup>a</sup>	Ynie	Est.	"
1012	23	Rivaldo Alvarus Rodrigues	1 <sup>a</sup>	1 <sup>a</sup>	Ynie	Est.	"
1013	24	Rivaldo Rizzato de Almeida	1 <sup>a</sup>	1 <sup>a</sup>	Ynie	Est.	"
1014	25	Rivaldo Cardoso do Esp. Santo	1 <sup>a</sup>	1 <sup>a</sup>	Ynie	Est.	"
1015	26	Waldir Gomes da Silva	1 <sup>a</sup>	1 <sup>a</sup>	Ynie	Est.	"
1016	27	Galdemir José Afrânio Lourenço	1 <sup>a</sup>	1 <sup>a</sup>	Ynie	Est.	"
1017	28	Wilson Dias da Silva	1 <sup>a</sup>	1 <sup>a</sup>	Ynie	Est.	"
1018	29	Wellington Antônio Soares	1 <sup>a</sup>	1 <sup>a</sup>	Ynie	Est.	"
1019		José Augusto de Moraes	1 <sup>a</sup>	2 <sup>a</sup>	Ynie	Ele.	Electrotécnica
1020		Hamilton Antônio Batista	1 <sup>a</sup>	2 <sup>a</sup>	Ynie	Ele.	"
1021		José de Souza Bruno	1 <sup>a</sup>	2 <sup>a</sup>	Ynie	Ele.	"
1022		Presenito Pausadas Amarg	1 <sup>a</sup>	2 <sup>a</sup>	Ynie	Ele.	"
1023		Yrisso Afonso	1 <sup>a</sup>	2 <sup>a</sup>	Ynie	Ele.	"

Ao primeiro dia de abril de mil novecentos e sessenta e sete, pelas 10 horas, o Sr. Director Dr. José Augusto de Almeida, declarou encerrada a matrícula dos alunos desta Escola, no corrente ano lectivo, tendo sido admitidos 1023 alunos.

Do que para constar, lavrou-se o presente termo, que lido e achado conforme vai assinado pelo Sr. Director. Eu Alida Zidras de Siquinoto - auxiliar de Bibliotheca - N.º 7 o escrevi. Escola Industrial Federal de Mato Grosso, em 20 de setembro de 1967.

*José Augusto de Almeida*